

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XIII — FASC. 1-2
(NOVA SÉRIE—DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1951

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
NA FACULDADE DE CIÊNCIAS
PORTO — PORTUGAL

Esta Sociedade desejaria adquirir exemplares de fascículos anteriores dos «TRABALHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA», estando disposta a comprar os que lhe não forem obsequiosamente oferecidos.

Handwritten signature
76



TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E
ETNOLOGIA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOLUME XIII

(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

PORTO

Sede da Soc. e do Centro: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Anomalias múltiplas. Uma observação curiosa (*)

POR

Abel Sampaio Tavares

1.º Assistente da Faculdade de Medicina do Porto

São, sabe-se, extraordinariamente frequentes as variações anatómicas e, como demonstrou há anos o Prof. Nilo Pesonen (1), existem grandes probabilidades de elas se juntarem no mesmo indivíduo (**). E não as observamos apenas por estudo cadavérico; muitas delas, por sua natureza ou situação superficial, evidenciam-se facilmente no vivo (2); o método radiológico permite o estudo «in vivo» de muitas outras.

Nesta pequena nota, apresento um caso curioso de variações múltiplas, de fácil verificação, que tive a oportunidade de observar.

V. H. S., de 21 anos de idade, é um jovem saudável, de constituição média e tipo longilíneo, sem antecedentes patológicos pessoais ou familiares dignos de registo especial. Chamou a minha

(*) Comunicação apresentada à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em 7 de Março de 1952, em Sessão de Homenagem à Memória do Prof. J. A. Pires de Lima.

(**) De 313 cadáveres, encontrou em 165, ou seja, em 68 0/0, duas variações no mesmo indivíduo e três, ou mais, em perto de 41 0/0. Na maioria dos corpos com variações múltiplas, elas estavam limitadas a um único sistema orgânico apenas em muito poucos casos.

atenção para uma tumefacção que, havia muito, notara ao palpar a região supra-clavicular esquerda e que desde então se mantivera de volume inalterável. Verifiquei a existência desta saliência anormal, imperceptível por inspecção, dura, renitente, de consistência óssea, em continuidade para trás com a coluna vertebral; a pressão prolongada exercida sobre ela determinava formigueiros na extremidade distal do membro superior correspondente. Suspeitei de costela cervical e a radiografia imediatamente o comprovou (Fig. 1).

Examinando-o com mais cuidado, notei imediatamente que, na mão direita, o dedo indicador era muito mais curto do que habitualmente e do que o seu congénere do lado oposto e o exame radiológico demonstrou que a braquidactilia resultava de encurtamento notável do respectivo metacárpico (Fig. 2).

Prosseguindo no estudo do caso, observei, ainda, em ambos os pés (Fig. 3), sindactilia incompleta do 2.º e 3.º dedo, muito mais acentuada à esquerda do que à direita, onde estava apenas esboçada. Apurei que esta disposição era de transmissão hereditária, com as mesmas características de situação e grau que no meu observando e, tanto quanto pude averiguar para construir a árvore genealógica (Fig. 4), aparecia só, e com notável constância, nos indivíduos do sexo masculino, que exclusivamente a transmitiam. Não se registou em nenhum membro do sexo feminino da família, nem em nenhum dos filhos dessas senhoras, qualquer que fosse o seu sexo.

O restante do exame clínico nada mais revelou de anormal, se se exceptuar a notável diminuição de altura da curva oscilométrica colhida na parte média do braço esquerdo, em relação à obtida do lado direito (Fig. 5). Tão-pouco o exame radiológico de outras zonas do esqueleto mostrou anormalidades, a não ser uma acentuação evidente dos ângulos mandibulares. As reacções serológicas de sífilis foram negativas.

O caso é curioso pelo somatório das variações e pelas particularidades da transmissão hereditária da sindactilia podálica.

Como bem diz o Prof. J. A. Pires de Lima (3), é vulgaríssima a transmissão hereditária das anomalias dos membros, citando-se famílias nas quais durante muitas gerações se mantém a hiperdactilia ou a braquidactilia. Recordo, por exemplo, as curiosas observações de Drinkwater (4), Hann (5) e Barbosa Sueiro (6) e as do Prof. Pires de Lima (7) e do Dr. José Garrett (8), estas duas últimas sobre a transmissão hereditária de malformações ungueais.

Drinkwater estudou uma família de braquidáctilos, construiu a respectiva árvore genealógica, verificando que a variação, não transmissível pelos membros normais da família, se perpetuava segundo as leis de Mendel; surgiu, como era de esperar, com particular incidência (em seis entre oito) nos indivíduos resultantes do casamento de dois primos direitos, dos quais um, a mulher, apresentava a anomalia; esta aparecia indiferentemente num e no outro sexo entre os vários membros da família.

Já na nossa observação os factos passam-se de modo diferente: a variação surge intimamente ligada ao sexo, aparecendo apenas (melhor diria obrigatoriamente) nos homens e transmitindo-se exclusivamente por eles.

Reside nesta particularidade genética, bastante afastada dos factos correntes de hereditariedade ligada ao sexo, o maior interesse da observação. Podemos aproximá-la dum caso, também de sindactilia hereditária, apresentado por Siemens (cit. por Barcia Goyanes — 9); tratava-se duma família na qual, em quatro gerações, se transmitiu a união entre o 2.º e o 3.º dedos do pé, do pai aos filhos e aos netos e nunca a qualquer das filhas, ou seus descendentes (Fig. 6).

Tanto num caso como no outro, a explicação mais aceitável parece residir na existência de qualquer factor relacionado com o

heterocromossoma Y, habitualmente inactivo. Muito embora observações em animais apoiem esta maneira de ver, só a apreciação de grande número de observações e respectivos «pedigrees» permitiriam aos geneticistas conseguir para casos como estes a correcta interpretação.

BIBLIOGRAFIA

- (1) — PESONEN (NILO) — *Über die Häufung von variationen in denselben Individuen sowie über einige der häufigsten Muskel und Blutgefäßvariationen bei Finnen*. «Acta Instituti Anatomici Univ. Helsinkiensis», XII, 1940-43 (sep. de Ann. Acad. Sc. Fenn., Ser. A, 56, 1940, 3, 1-27).
- (2) — BARTOLO DO VALE PEREIRA e ABEL TAVARES — *Sobre um caso de coexistência do músculo pré-esternal e de arco axilar muscular (Obs. no vivo)*. «Clín. Contemp.», T. 1, n.º 9, 1946.
- (3) — J. A. PIRES DE LIMA — *As anomalias dos membros nos portugueses*. Porto, 1927, pág. 54.
- (4) — DRINKWATER — *Hereditary abnormal segmentation of the index and middle fingers*. «J. of Anat. and Phys.», 50, 177, 1916.
- (5) — HANN — *Familial abnormalities of the middle phalange of each hand*. «J. of Anat. and Phys.», 57, 267, 1922-23.
- (6) — BARBOSA SUEIRO — *Um caso de conformação anormal simétrica dos dedos da mão em um homem*. «Anais Azevedos», 3, 12, 1951.
- (7) — J. A. PIRES DE LIMA — *Onyctrophie familiale congénitale*. «Ann. de Dermat. et Syph.», 1925.
- (8) — JOSÉ GARRETT — *Malformaciones ungueales hereditarias en una niña*. «Acta Pediatrica», Novembro, 1945.
- (9) — BARCIA GOYANES (J. J.) — *La vida, el sexo y la herencia*. Madrid, 1928.

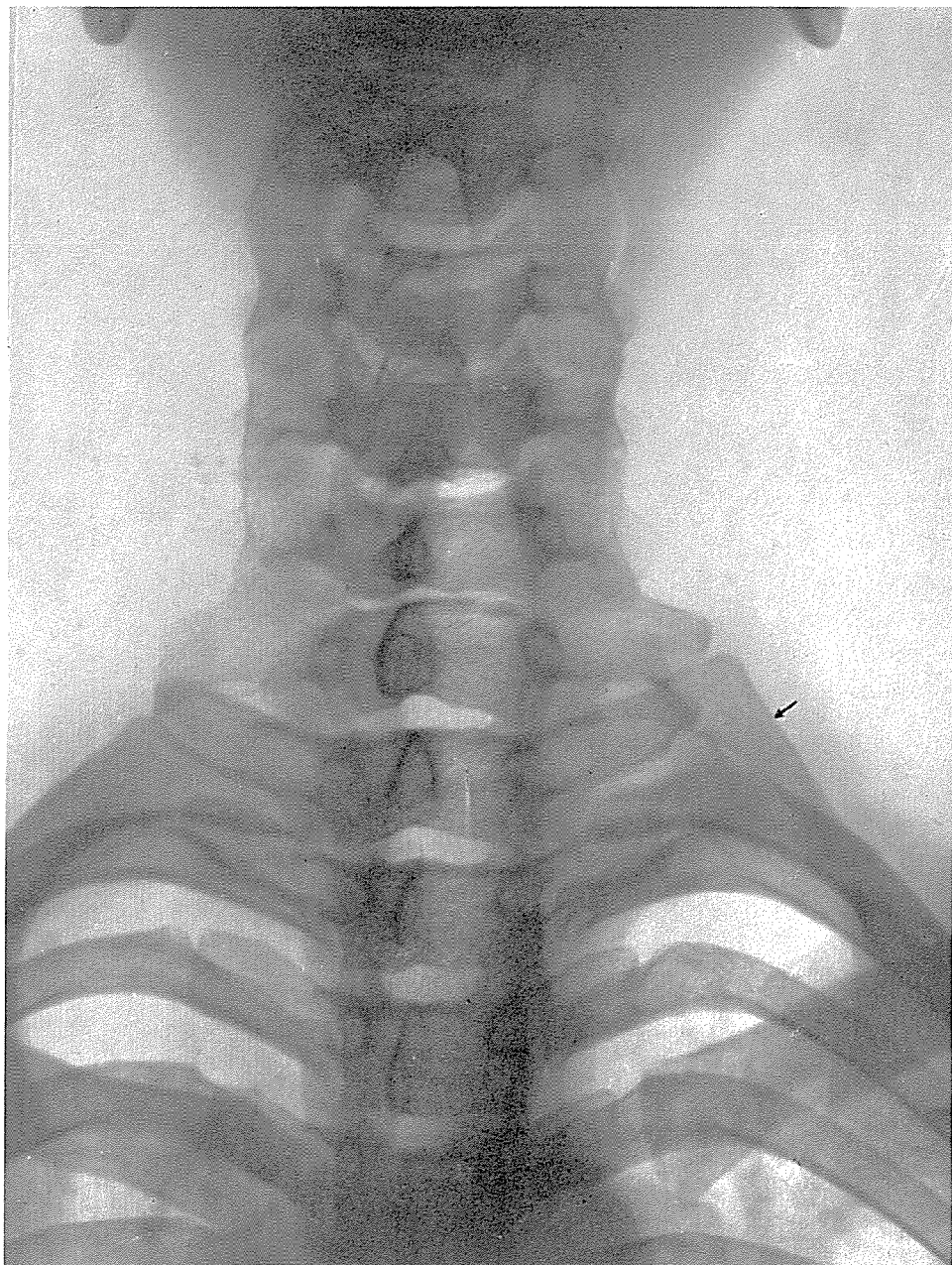
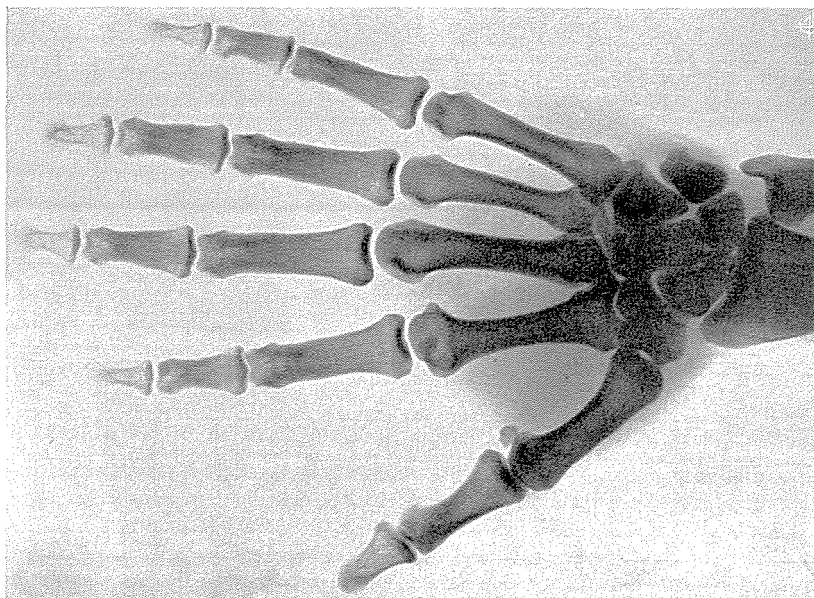
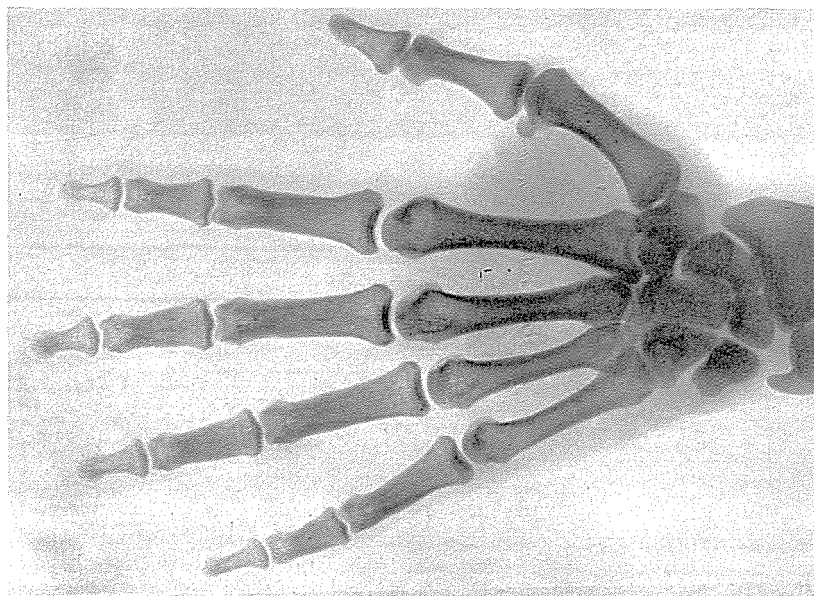


Fig. 1 — Costela cervical



Mão direita



Mão esquerda

Fig. 2



Fig. 3 — Sindactilia incompleta dos 2.º e 3.º dedos dos pés

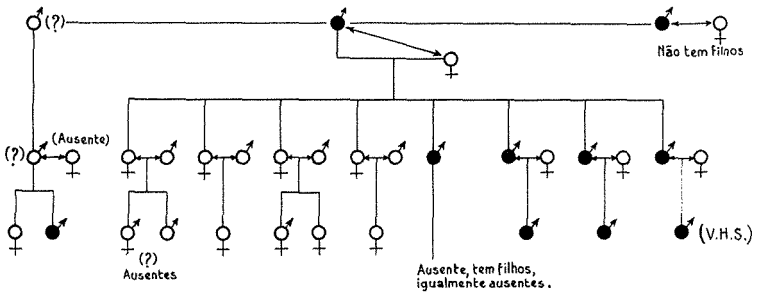


Fig. 4

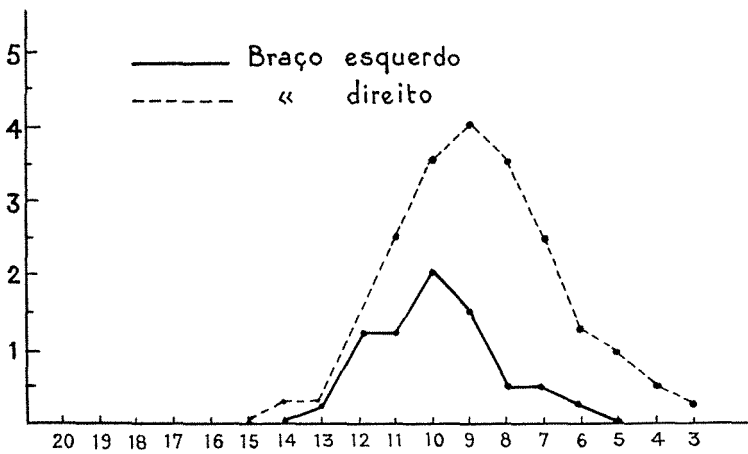


Fig. 5

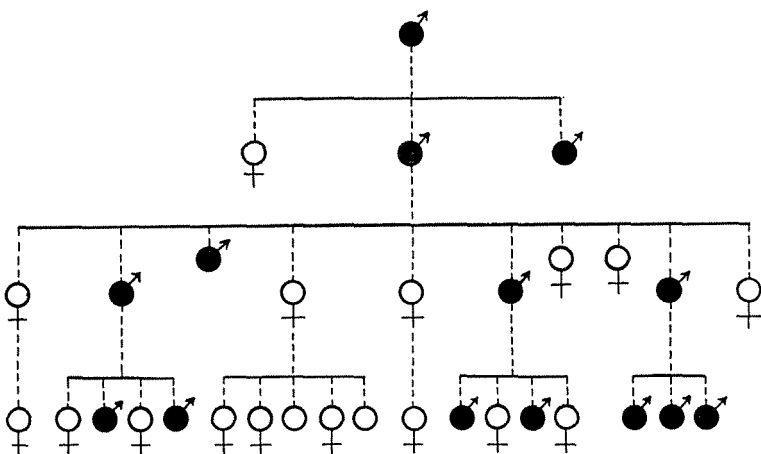


Fig. 6

Contribuição para o estudo das mutilações étnicas dos indígenas de Angola

(HUAMBOS E SAMBOS)

POR

Alexandre Sarmiento

Médico dos Serviços de Saúde de Angola

As mutilações intencionais do corpo humano constituem, na variedade e no polimorfismo das suas manifestações, um dos mais curiosos aspectos da etnologia dos povos primitivos, entre os quais ainda hoje, em maior ou menor escala, tais práticas estão bastante difundidas.

Ao seu estudo se têm dedicado muitos antropólogos e etnólogos, tanto portugueses como doutros países, o que prova o interesse de que, inegavelmente, tais investigações se revestem. No tocante às populações indígenas de Angola, ainda muito há que fazer neste capítulo, pois não abundam os trabalhos sobre esta matéria.

Em estudos anteriores, procurei trazer a minha modesta contribuição para o melhor conhecimento, neste sector, das tribos angolanas, tendo examinado indígenas huambos, quiocos, ambue-las, bacangalas, luimbés, bienos e songos.

Nalguns destes grupos étnicos não estabeleci a percentagem dos indivíduos estigmatizados com as diversas mutilações corporais, razão porque não os aproveitei agora no estudo comparativo que farei entre as mutilações dos huambos e sambos e as de outros povos angolanos.

Nesse estudo comparativo, também só farei menção das tribos estudadas por outros autores de que haja valores concretos sobre a incidência das diferentes mutilações étnicas.

I — Perfuração das orelhas

Dos 100 indígenas masculinos da tribo Huambo que examinei, apenas 5 apresentavam perfuração do lóbulo auricular, o que nos dá uma pequena percentagem (5%) de indivíduos portadores dessa mutilação.

Destes 5 casos, todos eram apenas de perfuração unilateral, sendo 3 do lado direito e 2 do lado esquerdo.

Quanto aos Sambos, de que também estudei 100 homens, apenas em 4 notei a existência da perfuração auricular, sendo portanto a percentagem de 4%.

Todos os casos eram também de perfuração unilateral, sendo 2 de cada lado.

Para confronto, dou agora a percentagem da incidência desta mutilação em outras tribos angolanas que já foram estudadas neste ponto de vista juntando também alguns resultados respeitantes a negros moçambicanos:

Tribo	Percentagem de casos de perfuração auricular	Autor
Huambos	5 0/0	A. Sarmento
Sambos	4 »	»
Mahungos	37 »	Prof. A. Almeida
Luangos	18 »	»
Nhembas	20 »	A. Sarmento
Nhembas ♀	26 »	»
Bacangalas	33,3 »	»
Bienos	34 »	»
Bienos ♀	90 »	»
Macuas do Niassa	36 »	Prof. Pires de Lima
Mjauas	15,4 »	»
Nhungues	6,2 »	»
Manicas	26,5 »	»

É notável a baixa percentagem de casos de perfuração auricular entre os huambos e sambos, devendo atribuir-se em grande parte esse facto à acção e influência das Missões.

II — Mutilações dentárias

As mutilações dentárias são bastante seguidas entre os negros angolanos, como veremos pelos dados que vamos apresentar.

Nos 100 indígenas huambos que tive ocasião de examinar, notei que 26 deles apresentavam mutilações dentárias, sendo estas de dois tipos:

a) Talhe em bisel dos ângulos internos dos incisivos médios superiores (Esquema 1);

b) Talhe dos ângulos interno e externo dos incisivos médios superiores, que ficam com o aspecto pentagonal (Esquema 2).



Esq. 1



Esq. 2

O primeiro tipo é muito mais frequente, pois dos 26 huambos com mutilações dentárias, 20 pertenciam àquela categoria.

Entre os Sambos esta prática é mais seguida do que nos huambos, pois dos 100 homens dessa tribo que examinei, 44 tinham os dentes mutilados, sendo todos os 44 casos do tipo do talhe em bisel dos incisivos médios superiores (Esquema 1).

Dou a seguir os dados referentes a outras tribos de Angola e Moçambique:

Tribo	Percentagem de casos de mutilação dentária	Autor
Huambos	26 0/0	A. Sarmento
Sambos	44 »	»
Mahungos	93 »	Prof. A. Almeida
Luangos	70 »	»
Oyamos	100,7 »	Prof. G. Correia
Nhembas	98 »	A. Sarmento
Nhembas ♀	98 »	»
Bacangalas	100 »	»
Bienos	50 »	»
Bienos ♀	54 »	»
Quiocos	85 »	»
Nhungues	71,7 »	Prof. S. Júnior
Antumbas	0 »	»
Macuas do Niassa	24 »	Prof. Pires de Lima
Macuas de Moçambique	36,4 »	»
Manicas	44,1 »	»

Ainda aqui há que pôr em relevo a relativamente baixa percentagem de casos de mutilações dentárias entre os huambos e sambos (principalmente nos primeiros), mormente em paralelo com o que se observa em outras tribos de Angola.

III — Tatuagens

Quer entre os 100 huambos como na centena de sambos que examinei, não encontrei nenhum indivíduo que fosse portador de qualquer tatuagem, tanto pigmentar como em relevo.

Mas nas mulheres de ambas as tribos tal prática é usada, como tenho tido ocasião de observar muitas vezes.

Também entre os nhembas verifiquei caso análogo: ausência de tatuagens nos homens e presença nas mulheres.

Eis agora alguns dados estatísticos respeitantes à tatuagem nalgumas tribos de Angola e Moçambique:

Tribo	Porcentagem de casos de tatuados	Autor
Huambos	0 0/0	A. Sarmento
Sambos	0 »	»
Bacangalas	50 »	»
Nhembas	0 »	»
Nhembas ♀	72 »	»
Bienos	28 »	»
Bienos ♀	44 »	»
Songos	100 »	»
Quiocos	66,6 »	»
Macuas do Niassa	64 »	Prof. Pires de Lima
Mjauas	46,1 »	»
Macuas de Moçambique . .	77,3 »	»
Nhungues	43,6 »	»
Manicas	14,7 »	»
Landins	7,1 »	»

IV — Mutilação dos órgãos genitais

A mutilação dos órgãos genitais que está largamente espalhada entre as tribos angolanas é a circuncisão, de que são já conhecidas as diferentes fases rituais por trabalhos publicados por vários autores.

Dos 100 huambos que examinei, 29 apresentavam-se circuncidados, o que representa uma percentagem relativamente baixa, devendo aqui também anotar-se que tal facto é sem dúvida em grande parte devido à influência dos Missionários.

Entre os Sambos esse costume ainda está em franco uso, pois observei a circuncisão nos 100 indígenas dessa tribo que me serviram de material de estudo para a elaboração deste trabalho.

A circuncisão é praticada pela grande maioria das tribos de Angola, mas apenas dou a seguir a indicação daquelas onde conheço a percentagem de incidência da mutilação:

Tribo	Percentagem de casos de circuncisão	Autor
Huambos	29 0/0	A. Sarmiento
Sambos	100 »	»
Ovampos	23,8 »	Prof. G. Correia
Bienes	94 »	A. Sarmiento
Nhembas	100 »	»
Bacangalas	100 »	»

Em face destes dados estatísticos, ressalta nitidamente a baixa percentagem correspondente aos Huambos, que (juntamente com os Ovampos) se distanciam muito neste particular das quatro outras tribos acima indicadas.

Resumo e conclusões

Como contribuição pessoal para o estudo das mutilações étnicas nas tribos Huambo e Sambo, o autor apresenta os resultados das suas observações directas em 100 indivíduos masculinos adultos de cada um daqueles dois grupos étnicos.

Por eles se vê e conclui:

I — Que a perfuração das orelhas é praticada por Huambos e Sambos em escala muito reduzida (5 e 4 0/0, respectivamente).

II — Que as mutilações dentárias são prática seguida entre Huambos e Sambos, mas muito mais frequente nestes do que naqueles (26 e 44 0/0, respectivamente).

III — Que não se observam casos de tatuagem tanto nos Huambos como nos Sambos.

IV — Que a circuncisão é seguida pelos Huambos e Sambos, havendo todavia uma diferença considerável na incidência dessa mutilação, que é muito mais frequente nos segundos (29 e 100 0/0, respectivamente).

(Trabalho subsidiado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMÉRICO PIRES DE LIMA — *Explorações em Moçambique*. Lisboa, 1943.

GERMANO CORREIA — *Contribution à l'étude anthropologique des Ovampos d'Angola*. In «Revista Médica de Angola», Vol. v, N.º 4, 1923.

ANTÓNIO DE ALMEIDA — *Sobre Mutilações Étnicas dos aborígenes de Angola*. Lisboa, 1937.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — *Contribuição para o estudo da antropologia de Moçambique (Nhungues e Antumbas)*. Porto, 1944.

ALEXANDRE SARMENTO — *Contribuição para o estudo das mutilações étnicas dos Banhembas*. In «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Tomo XXIV, Porto, 1939.

ALEXANDRE SARMENTO — *Gente de Menongue*. In «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Fasc. 1, Vol. IX, Porto, 1939.

ALEXANDRE SARMENTO — *A Mulher Biana*. In «Boletim da Sociedade de Geografia», N.º 7-8, Lisboa, 1941.

ALEXANDRE SARMENTO — *Notas sobre a Antropologia dos Bacangalas*. In «Boletim Geral das Colónias», N.º 182-183, Lisboa, 1940.

ALEXANDRE SARMENTO — *A tatuagem entre as tribos de Angola (I — Songos)*. In «Trabalhos da Soc. Port. de Antropologia e Etnologia», Fasc. 1, Vol. x Porto, 1943.

ALEXANDRE SARMENTO — *Mutilações étnicas nos Negros de Angola* (Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol de Córdova, 1944, e publicada no «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.º 3-4, Março-Abril, 1945).

Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos)

PAR

Maxime Vaultier et Georges Zbyszewski

I — Généralités

L'existence du dolmen de Casal do Penedo était connue depuis très longtemps. Son emplacement était déjà marqué sur les vieilles minutes géologiques du temps de Carlos Ribeiro. Cependant jamais aucune fouille n'y avait été réalisée. C'est en 1941 que guidés par Romão de Matos, nous eûmes l'occasion de nous rendre sur les lieux avec l'Ingénieur A. de Mello Nogueira. Nous pûmes alors vérifier que la moitié du dolmen avait été détruite et que toutes les dalles de sa paroi méridionale avaient disparu, les habitants du voisinage les ayant utilisées à des fins diverses. Cependant 7 dalles subsistaient encore. L'intérieur du dolmen était encombré de terre et de pierrailles, couvertes d'herbes et de ronces. Nous donnons pl. 1, fig. 1-2 des photographies du dolmen tel qu'il se présentait à cette époque.

En février 1946, le collecteur P. Carreira de Deus découvrit sur le local quelques fragments de poterie et des débris d'os humains qui provenaient d'une excavation commencée par deux habitants de Verdelha en quête de trésors. En raison du danger que présentait cette entreprise pour la conservation des restes archéologiques, si ces derniers avaient existé, il fut décidé de commencer des fouilles sans perte de temps.

Les travaux une fois commencés durèrent 5 jours et furent exécutés sous notre orientation par le personnel des Services Géologiques.

II — L'état initial et la situation du dolmen

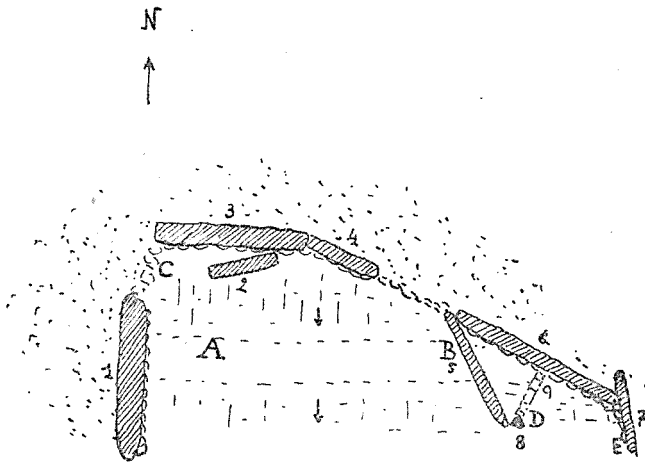
Le dolmen est situé à environ 300 m. au NW du Casal do Penedo et plus ou moins à 1 km. à l'Ouest du village de Verde-lha dos Ruivos, Vialonga (Póvoa de Santa Iria). Il est bâti sur le versant d'une colline élevée dont le sommet est couvert par de très nombreuses coquilles (restes de cuisine préhistorique) des fragments de céramique, des silex taillés, des meules, des fragments de haches polies, etc. Il semble que cette colline aurait porté autrefois une ancienne agglomération préhistorique, peut être un « castro ». Elle est constituée par des calcaires crétacés, en bancs bien littés jaunâtres, affectés sur le versant méridional d'un assez fort pendage vers le Sud. C'est de ces bancs qu'ont été extraites les dalles qui ont servi à la construction du dolmen et dont la disposition est indiquée sur le plan ci-joint :

Les dimensions respectives de ces dalles sont les suivantes :

N.° 1 — Orientation NS; longueur 2^m,10; largeur maximum 1^m,50; épaisseur maximum 0,35. N.° 2 — Orientation E, 15° N; longueur 0^m,93; largeur maximum 0^m,56; épaisseur maximum 0^m,25. N.° 3 — Orientation EW; longueur 2^m.; largeur maximum 1^m,50; épaisseur maximum 0^m,30. N.° 4 — Orientation O, 25° N; longueur 0^m,95; largeur maximum 0^m,82; épaisseur maximum 0^m,22. N.° 5 — Orientation N, 30° O; longueur 1^m,70; largeur maximum 1^m,35; épaisseur maximum 0^m,18. N.° 6 — Orientation O, 20° N; longueur 2^m,53; largeur maximum 1^m,40; épaisseur maximum 0^m,25. N.° 7 — Orientation N, 10° W; longueur 1^m,07; largeur maximum 0^m,70; épaisseur maximum 0^m,22.

Les dalles 2 et 5 ne sont pas en place. Il semble que la dalle 2 ait dû se trouver primitivement dans l'intervalle compris entre les dalles 1 et 3 et dans le prolongement de la première. De même la dalle 5 devait se trouver à l'origine dans l'intervalle entre les dalles 4 et 6.

Les dalles 2, 3 et 4 sont dressées sur une couche calcaire très inclinée, parallèlement à sa direction. Elles sont donc en équi-



Plan du Dolmen de Penedo (Verdelha dos Ruivos)

Echelle 1/100.

libre très instable. Elles sont posées sur un soubassement de petites pierres plates entremêlées de terre bien tassée. La dalle 6 est en position oblique par rapport à la direction du banc calcaire. Les dalles 1 et 7 sont perpendiculaires à cette direction. Elles occupent deux sillons qui furent probablement creusés dans un banc de roche plus tendre qui se présente sous la forme d'un tuf ou d'une craie impure. C'est dans l'intervalle entre ce banc tuffeux et le banc de calcaire jaunâtre plus dur, qui supporte les dalles précédentes, que fut excavée la fosse qui contenait les ossements humains rencontrés au cours des fouilles (Pl. III, fig. 6).

Comme on le verra ci-après, le dolmen contenait les restes détruits de squelettes appartenant à plusieurs individus y compris des enfants. Tous les ossements recueillis étaient brisés et dispersés en désordre, ce qui indique très nettement que le dolmen a été violé à une époque qu'il nous est difficile de préciser, mais qui devait être assez ancienne.

Pour achever ce schéma relatif à l'architecture du dolmen nous remarquerons encore que toutes les dalles étaient renforcées et bien étayées à leur base par des blocs calcaires, parmi lesquels des plaquettes, le tout étant consolidé par de la terre. Seules les dalles 2 et 5 n'en possédaient pas ce qui prouve qu'elles ne sont plus en place, mais l'ancienne construction de pierres a subsisté sur l'emplacement qu'elles ont occupé primitivement. Une des singularités de ce dolmen, encore à noter, est l'existence d'un prisme de basalte de section triangulaire et d'une hauteur de 0^m,70 environ, placé à proximité de l'ancienne entrée du dolmen vers son extrémité Est. Au premier abord nous avons cru qu'il s'agissait d'une borne placée en ce point pour marquer une limite de champ ou de propriété. Cependant au moment des excavations nous avons remarqué que l'intervalle compris entre ce prisme et la dalle 6 (environ 0^m,50) était occupé par un petit mur bas en pierres plates. Ce petit mur avait pour effet d'assurer la stabilité de la dalle 6 et de séparer de la chambre principale du dolmen une sorte de petit vestibule où furent découvertes, dès le premier jour de fouilles : une hache polie, une massue et plus tard une grande coquille de buccin.

A l'extérieur du dolmen, dans la partie qui entoure les dalles encore debout, se trouve un amoncellement de blocs de pierre et de terre qui enveloppe complètement l'édifice et qui probablement le recouvrait en entier à l'époque qui a précédé la destruction des dalles manquantes.

III — Les fouilles

La première journée de fouilles fut consacrée, au moins pendant la matinée, au nettoyage superficiel, à l'enlèvement des herbes et des racines. Deux petits sondages furent exécutés, l'un dans la partie vestibulaire du dolmen, où, dès les premiers coups de pioche on découvrit une massue et une herminette large. Le deuxième sondage fut réalisé en «A», le long de la dalle 2. Il nous donna des ossements humains ainsi qu'un fragment de céramique.

A la suite de ces premières découvertes il fut résolu de consacrer le reste de la première journée à nettoyer complètement le réduit vestibulaire des terres qu'il contenait encore, d'excaver l'intervalle «D» compris entre le prisme de basalte et les dalles 5 et 6 et enfin d'ouvrir une tranchée longitudinale le long des dalles 2, 3 et 4. Cette tranchée fut commencée sur une profondeur de 20 à 30 cm dans le sens EW sur toute la longueur de l'intervalle entre les dalles 1 et 5. Les terres retirées, furent tamisées au fur et à mesure de l'extraction.

A la fin de la journée le point «A» livra les restes de 4 crânes humains, fortement endomagés. Ces crânes étaient disposés les uns à côté des autres, recouverts et séparés par des blocs de calcaire. C'est après les avoir retirés que nous découvrîmes le petit vase hémisphérique que nous figurons plus loin et qui se trouvait en position retournée à côté d'un petit cylindre calcaire sans dessins et d'un Pecten.

Le deuxième jour, la tranchée «AB» fut approfondie sur toute sa longueur d'environ 0^m,30. Deux autres tranchées furent commencées le long des dalles 1 et 5. L'intervalle «C» situé entre les dalles 1, 2 et 3 fut en grande partie vidé de son contenu. Il nous a livré des fragments de céramique ornée, des perles de collier et des cendres. Les tranchées nous ont donné quelques silex,

parmi lesquels une pointe de flèche et un trapèze. Une plaque de grès rectangulaire, allongée et percée d'un trou sur un de ses angles, fut trouvée en creusant sur l'emplacement où furent découverts, la veille, les crânes humains et le vase hémisphérique.

Pendant le troisième jour la partie centrale H délimitée par les tranchées ouvertes la veille, fut entamée et complètement nivelée. On y trouva encore des perles de collier et des silex, dont deux bouts de lames et une meule en grès.

Le quatrième jour, la fouille fut approfondie sur toute son étendue. On découvrit une nouvelle lame de silex ainsi qu'une nouvelle herminette, sous la dalle inclinée 5. Vingt huit perles de collier furent recueillies, dont la majorité en schiste et quelques une en calaïte. Une grande coquille de buccin fut trouvée adossée à la dalle d'entrée 7.

Enfin le 5^{ème} jour, le reste des terres meubles fut retiré. Le calcaire du substratum fut atteint. Les intervalles entre les dalles furent nettoyés. La dalle 5 qui n'était pas en place fut renversée pour permettre de fouiller en dessous. Au cours de cette dernière journée les seules trouvailles furent quelques silex.

Par mesure de prudence et pour éviter la chute des dalles qui restent debout et surtout l'effondrement des terres dans les intervalles entre les dalles 1,2,3 et 4,5 des pierres y furent amoncelées. D'autres furent placées entre la dalle 6 et le prisme de basalte, pour en renforcer la stabilité.

Avant l'achèvement des fouilles une tranchée fut creusée sur l'emplacement supposé des dalles aujourd'hui manquantes. Elle ne nous a rien donné.

IV — Les industries lithiques

Les pièces suivantes ont été recueillies dans le dolmen :

— Un petit cylindre-idole en calcaire jaunâtre ne portant pas de dessins (Pl. VII, fig. 15). Ses dimensions sont les suivantes : longueur 61 mm. ; diamètres transversaux 28 mm. et 27 mm.

— Un objet paraissant être en grauwacke et présentant la forme d'une massue qui serait plane sur une de ses faces (qui est polie) et convexe sur l'autre. Les bords latéraux de l'objet sont presque rectilignes. Son extrémité large est convexe et son extrémité étroite presque rectiligne un peu convexe. La pièce est fracturée transversalement en son centre et mutilée de la moitié gauche de son extrémité large. Ses dimensions sont les suivantes : Longueur 234 mm. ; largeur à l'extrémité large, en dessous de la fracture 65 mm. Largeur à l'extrémité étroite 38 mm. ; épaisseur à l'extrémité large 37 mm. ; épaisseur à l'extrémité étroite 25 mm. L'usage de cette pièce comme objet à polir et aiguiser paraît probable (Pl. VI, fig. 7-7a).

— Une herminette plate en schiste amphibolique (?) à bord tranchant convexe, limité par deux angles bien saillants. La queue de cette pièce est mutilée. Les deux faces de l'objet, ainsi que les deux bords latéraux, présentent des éraillures. Le profil du tranchant est plus convexe d'un côté que de l'autre. Des concrétions calcaires s'observent en différents points de la pièce (Pl. VIII, fig. 24). Longueur de l'exemplaire : 165 mm. ; largeur au tranchant 69 mm. ; épaisseur maximum 22 mm.

— Une deuxième herminette en même matière, est plus irrégulière que la précédente (Pl. VII, fig. 17). Elle est légèrement inclinée d'un côté. L'une de ses faces est plus ou moins plate. Au contraire, l'autre est plus convexe. Le tranchant est convexe

mais symétrique. Une des faces de l'objet porte deux larges négatifs latéraux, un sur chaque bord, et qui font penser à des tailles de régularisation, destinées à faciliter l'emmanchement. Des concrétions calcaires peuvent être observées sur les deux faces et plus sur l'une que sur l'autre. Longueur de l'exemplaire 151 mm.; largeur au tranchant 64 mm.; épaisseur 15 mm.

— Une lame de silex de section trapézoïdale (Pl. VII, fig. 18). L'extrémité de cette lame qui portait le bulbe a été retouchée sur ses deux faces par plusieurs très petites tailles étroites et allongées en vue de la régularisation du tranchant en forme de grattoir. Longueur 127 mm.; largeur maximum 24 mm.; épaisseur maximum 7 mm.

— Une lame plus petite, de section trapézoïdale; fracturée à sa base par suite des imperfections de la roche. Le bulbe est bien marqué. Longueur de l'exemplaire 79 mm.; largeur maximum 20 mm.; épaisseur maximum 5 mm. (Pl. VII, fig. 9).

— Une moitié de lame, de section trapézoïdale à la fracture et triangulaire à l'extrémité pointue (Pl. VIII, fig. 20). Longueur 76 mm.; largeur à la fracture 21 mm.; épaisseur 5 mm.

— Un bout irrégulier de faucille en silex, de forme ovale assez mince, présentant de fines retouches par écaillage des bords (Pl. IX, fig. 31). Longueur actuelle de la pièce 35 mm.; largeur maximum 26 mm.; épaisseur maximum 5 mm.

— Trois trapèzes dont un assez régulier, de section triangulaire et retouché sur ses bords, inclinés obliquement. Longueur 25 mm.; largeur 10 mm.; épaisseur maximum 2 mm. (Pl. VII, fig. 10).

— Un deuxième trapèze avec un des bords obliques long et retouché et l'autre petit. Section transversale subtrapézoïdale. Longueur 27 mm.; largeur 11 mm.; épaisseur 3 mm. (Pl. VII, fig. 11).

— Le troisième est de section transversale subtrapézoïdale lui aussi. L'un des bords obliques, très long, est retouché, l'autre est perpendiculaire au tranchant. Longueur 28 mm.; largeur maximum 13 mm.; épaisseur maximum 3 mm. (Pl. VII, fig. 12).

— Une petite pointe de flèche en silex rose, à base convexe. Angles latéraux bien marqués. La taille de cette pièce est complétée par de très fines retouches des bords. Longueur 22 mm.; largeur maximum 16 mm.; épaisseur 15 mm. (Pl. VII, fig. 13).

— Une autre pointe de flèche est à base concave. Sa pointe ainsi qu'une de ses ailes latérales, sont brisées. Quelques très fines retouches existent sur ses bords. La pièce est en silex blanc. Elle est très mince. Longueur actuelle 23 mm.; largeur maximum 17 mm.; épaisseur 3 mm. (Pl. VII, fig. 14).

— Un petit croissant de quartz. Taille plane. Bord concave épais. Bord convexe mince régularisé par de petites retouches planes, transformant ce bord en une sorte de racloir. Longueur 25 mm.; largeur maximum au centre 18 mm.; épaisseur maximum 7 mm. (Pl. IX, fig. 29).

— Un petit grattoir nucléiforme sur petit galet de quartz dont la surface primitive est conservée sur tout le verso et sur la moitié du recto. La partie du recto opposée à la base est très épaisse et taillée par petits coups verticaux très irréguliers, complétés par quelques petites retouches du bord tranchant qui présente des indices d'utilisation. Dimension axiale 33 mm.; largeur maximum 42 mm.; épaisseur maximum 27 mm.

— Une plaque rectangulaire allongée en grès micacé (Pl. VI, fig. 8) semble avoir servi à polir ou à afuter des objets tranchants, car elle est légèrement concave et usée au centre de chacune de ses faces. Cet objet a été fracturé accidentellement en deux moitiés pendant les excavations. Il présente à l'un de ses angles un trou biconique de suspension, plus ouvert d'un côté que de l'autre. Des concrétions calcaires peuvent être observées sur les deux

faces. Dimensions: longueur 117 mm; largeur maximum 64 mm. auprès de la perforation; épaisseur maximum 17 mm.

— Une petite meule en grès grossier rosé, présentant une surface plano-concave mutilée à un de ses angles. Les bords sont grossièrement régularisés, donnant à la pièce une forme de parallélépipède grossier. Longueur 102 mm; largeur 98 mm; épaisseur maximum 68 mm. (Pl. VII, fig. 19).

— Un galet sub-ovale de quartzite ayant servi de petite meule et aussi de percuteur. Il montre deux facettes d'aplanissement et de polissage par usure. Longueur 94 mm; largeur 70 mm; épaisseur 66 mm. (Pl. VIII, fig. 27).

— Une plaquette de calcaire est figurée Pl. IX, fig. 30. Il s'agit d'une pièce ayant servi, dans la construction du dolmen, à caler la base de l'une des dalles latérales de ce dernier. Longueur 167 mm; largeur 155 mm; épaisseur maximum 30 mm.

— Un petit nucléus de silex a été mutilé par le feu. Il ne mérite pas qu'on en parle.

— Un petit éclat de silex est plus ancien que le dolmen. Il s'agit d'une pièce paléolithique rapportée, retouchée en racloir. Il n'y a rien de spécial à en dire.

— Nous avons recueilli pendant le tamisage des terres provenant du dolmen, 51 perles de collier. Parmi celles-ci nous notons 3 perles en calaïte, dont une allongée, brisée dans le sens de sa longueur (Pl. VI, fig. 6); deux petites pierres calcaires percées; 45 perles en schiste et une en jai ayant la forme de deux troncs de cônes accolés par leur base large. Cette perle a une longueur de 25 mm. Nous figurons l'ensemble de ces perles (Pl. VI, fig. 4).

V — Céramique

— Huit fragments de vase campaniforme, dont quatre ont pu être recollés. Le bord a une épaisseur de 5 mm. environ (Pl. VI, fig. 1 et 2; Pl. VIII, fig. 23 et 25). Il est décoré de trois lignes parallèles en zig-zags. L'intervalle entre la première et la dernière est de 6 mm. environ. En dessous d'un intervalle de 13 mm. on observe une succession de lignes minces et parallèles, les unes continues, les autres pointillées, organisées par groupes de trois, avec des intervalles lisses un peu plus larges.

Le fond du vase (Pl. VIII, fig. 25) offre à l'intérieur d'un cercle constitué par trois lignes parallèles et légèrement pointillées, une étoile à angles multiples, formée par trois lignes parallèles en zigzags, analogues à celles du bord déjà signalé. La longueur de l'ensemble recollé est de 118 mm. Le fragment de bord a pour longueur 47 mm et pour largeur 42 mm.

— Un fragment d'un autre vase montre un alignement de points en creux et quatre lignes verticales s'y raccordant. (Pl. VIII, fig. 22). Le dessin est très fruste. Longueur de l'exemplaire 46 mm. largeur maximum 32 mm; épaisseur maximum 16 mm.

— Un fragment de céramique noire a comme dessin une série de losanges, dont les uns sont lisses et les autres pointillés, disposés en quinconce. La partie supérieure de ce dessin est limitée par une ligne en zig-zags. Longueur du fragment 53 mm; largeur 36 mm; épaisseur maximum 8 mm. (Pl. VI, fig. 5).

— Un petit vase hémisphérique dont les deux diamètres transversaux sont de 101 mm. (Pl. VIII, fig. 26). La hauteur de la calotte est de 57 mm. L'épaisseur du bord est de 6 mm. Ce vase est encore plein de terre. On y note la présence d'une dent humaine et d'un *Helix*. Il a été trouvé renversé sur lui même. Il est légèrement fendu.

— Quelques autres fragments de poterie, comme le vase qui vient d'être décrit, ne présentent pas de dessins. Il n'y a rien de spécial à en dire.

VI. — Coquilles

De nombreuses *Tapes decussatus* existaient dans le dolmen. Nous remarquerons à ce propos qu'il existe sur les flancs de la colline à laquelle est adossé le dolmen, de très nombreuses coquilles de cette espèce, qui doivent provenir de restes de cuisine pré-historique de quelque agglomération qui existait dans le voisinage.

— Deux huitres ont été trouvées dans l'intérieur du dolmen, ainsi qu'un *Pecten* que nous figurons pl. VIII, fig. 21. Les dimensions de ce dernier sont les suivantes: dimension axiale 76 mm; largeur 88 mm.

— Une grande coquille de buccin a été trouvée dans le vestibule du dolmen. Nous la figurons pl. VII, fig. 16. Ses dimensions sont les suivantes: longueur 175 mm; largeur 97 mm.

VII — Objets divers

Outre les coquilles qui viennent d'être signalées nous notons l'existence d'une petite dent de sparidé (Pl. VI, fig. 3), de quelques foraminifères crétacés et de quelques ossements de chèvre ou de mouton.

Ossements humains

Parmi les ossements humains nous avons reconnu les restes extrêmement fragmentés d'au moins 9 individus, parmi lesquels des enfants. Nous donnons ce nombre en nous basant sur les petits os du pied et de la main (rotules, scaphoïdes, calcaneums, etc.

Nous possédons 10 extrémités distales d'humérus bien identifiables parmi lesquelles 3 ayant appartenu à des enfants. Nous notons en outre l'existence de plusieurs centaines de phalanges de la main et du pied et 417 dents humaines, dont un assez grand nombre de lait. La plupart des ossements, surtout les crânes et les os longs, étaient brisés dans le gisement, le dolmen ayant été probablement violé. Nous ne présentons en illustration qu'un morceau de calotte crânienne, le mieux conservé de l'ensemble, mais tout encroûté de calcaire. Nous le figurons pl. IX, fig. 28. Ses dimensions sont les suivantes : Dimension antéro-postérieure 173 mm ; largeur 147 mm.

Conclusions

L'examen des pièces décrites et leur comparaison avec les industries de quelques autres gisements portugais nous ont montré les relations suivantes :

Les cylindres calcaires, analogues à celui que nous avons figuré pl. VII, fig. 15, existent en de nombreuses stations. Parmi celles dont les dépouilles se trouvent exposées dans le musée du Service Géologique du Portugal, nous en avons observé la présence dans les grottes de Cascais, de Casa da Moura (Cezareda), et dans celles, artificielles, de Quinta do Anjo (Palmela).

L'objet en forme de massue, figuré pl. VI, fig. 7 et 7.^a, possède une forme qui se retrouve chez certaines pièces calcaires recueillies dans le dolmen du Monte Abraão, lesquelles sont plus longues mais possèdent une section identique. Nous avons observé également l'existence de deux extrémités de pièces du même genre parmi des objets provenant de Casa da Moura (Cezareda).

Les herminettes sont vulgaires dans tous les gisements : Cascais, Casa da Moura, Dolmen du Monte Abraão et Quinta do Anjo (Palmela).

Les lames de silex sont, elles aussi, très répandues dans tous les gisements de la même époque. Les flèches à base concave et celles à base convexe sont connues à Cascais, Casa da Moura, dolmen du Monte Abraão e Quinta do Anjo (Palmela). Des microlithes trapézoïdes, analogues aux nôtres, ont été trouvés à Cascais, Casa da Moura et dolmen du Monte Abraão.

La plaque de grès micacé que nous figurons pl. VI, fig. 8 a ses homologues dans les gisements de Cascais (pièce percée d'un trou biconique au milieu de son extrémité étroite), Casa da Moura (une pièce rectangulaire brisée à une de ses extrémités) et Quinta do Anjo (Palmela) dont on connaît deux plaques de même nature, usées sur leurs faces mais non perforées.

Les perles de collier que nous avons recueillies dans le dolmen de Penedo sont semblables à celles que l'on connaît à Casa da Moura, dolmen du Monte Abraão et Quinta do Anjo (Palmela).

Si nous considérons la céramique, nous voyons que le vase hémisphérique, figuré planche VIII, fig. 26, ressemble aux vases de même type que l'on trouve à Cascais, Casa da Moura et Quinta do Anjo. Enfin nous remarquons que le type campaniforme décoré est spécialement trouvé dans les grottes artificielles de Quinta do Anjo (Palmela).

Par son industrie et par son architecture générale, le dolmen de Penedo que nous venons d'étudier se rapproche beaucoup des dolmens autrefois décrits par Carlos Ribeiro dans la région de Belas (Monte Abraão) et qui doivent très probablement être de même âge.

Il nous reste avant d'achever le présent travail, de dire encore quelques mots sur la place qu'occupe le dolmen de Penedo dans le phylum évolutif de ces monuments au Portugal.

Parmi les nombreuses investigations réalisées jusqu'à ce jour, les plus importantes ont été celles du Professeur Manuel Heleno, qui a exploité plus de 300 dolmens dans l'Alentejo.

Il nous semble donc intéressant de faire référence au schéma général donné par ce dernier dans son cours à la Faculté des Lettres de Lisbonne.

Prenant comme bases l'évolution de l'architecture et celle du matériel recueilli, il est actuellement possible, selon M. Heleno, de distinguer trois phases évolutives :

1.° — *Phase « néolithique »*. — Elle englobe les monuments constitués par une petite chambre quadrangulaire, parfois sub-trapézoidale, à dalles latérales simples, non régularisées.

La hauteur de ces dolmens primitifs est de l'ordre de 1 m., environ. Leur couvercle est constitué par une ou plusieurs dalles pouvant présenter à leur surface de petits creux excavés. Ces monuments ne possèdent pas de corridor, mais quelquefois une galerie ouverte, primitive, sous tumulus. Le couvercle se trouve parfois remplacé par de la blocaille.

Ces monuments étaient destinés à recevoir un mort seulement (sépultures individuelles). Le phyllum évolutif de ce type de monuments aboutit beaucoup plus tard, aux cistes de l'époque du bronze.

Le petit matériel comprend des microlithes de type tardenoisien, rappelant ceux de Muge, des perles de collier, des haches primitives piquetées, polies seulement au voisinage du tranchant et quelques céramiques rappelant le type Ertebollien.

2.° — *Phase « énéolithique » initiale*. — Progressivement les dolmens deviennent plus allongés. Ils rappellent encore les formes primitives basses, mais commencent à être subdivisés en deux compartiments : une chambre et un corridor. Cette évolution résulte du fait que les sépultures deviennent collectives. La chambre commence à prendre une forme polygonale, plus ou moins arrondie.

Le matériel trouvé dans ces monuments comprend encore des microlithes de type tardenoisien, parfois à petites coches latérales vers la base, des haches bien polies seulement sur le tranchant, des pointes de flèches à base convexe et de la céramique.

3.° — Phase «*énéolithique*» proprement dite. — A partir du milieu de l'Énéolithique, la chambre des dolmens devient subcirculaire. Le corridor des dolmens s'allonge davantage. Il est recouvert par des dalles ou par de la pierraille. Les dalles latérales restent petites, sauf dans la partie moyenne où leur hauteur devient plus grande. Les galeries plus longues sont divisées en deux compartiments. On trouve parfois dans ces dolmens des petites niches et cachettes pouvant renfermer divers objets.

La partie supérieure de ces monuments devient, par la suite, plus rétrécie au point de division et commence à prendre une forme arrondie comme celle de la chambre elle même. On aboutit ainsi aux dolmens classiques énéolithiques.

Le matériel trouvé dans ces monuments comprend des pointes de flèches à base concave, des petites idoles, des plaques anthropomorphes, etc..

A partir des dolmens vrais dérivent deux phyllums latéraux qui vont donner respectivement:

A — Les cryptes alcalariennes et les monuments à fausse coupole, construits avec de petites dalles superposées, comme celles de certains fours, et recouverts généralement par une dalle qui ferme l'ouverture du sommet de la coupole.

B — Les grottes artificielles, comme celles de Alapraia, Carrenque, Palmela, etc.



Fig. 1 — Le dolmen de Penedo avant les fouilles



Fig. 2 — Le dolmen de Penedo avant les fouilles

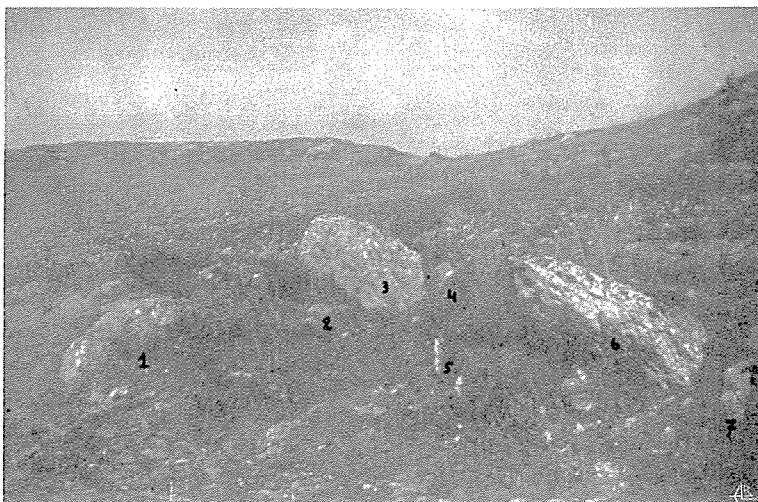


Fig. 3 — Le dolmen avant le commencement de la fouille



Fig. 4 — Les dalles ayant été dégagées à la fin du premier jour



Fig. 5 — Vue de profil prise à la fin du 2^{ème} jour



Fig. 6 — Le fond de la fosse centrale

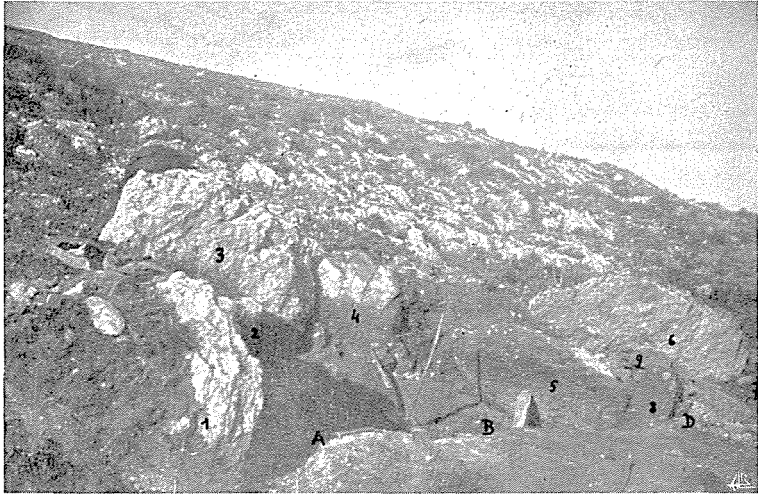


Fig. 7 — L'intérieur dégagé du dolmen



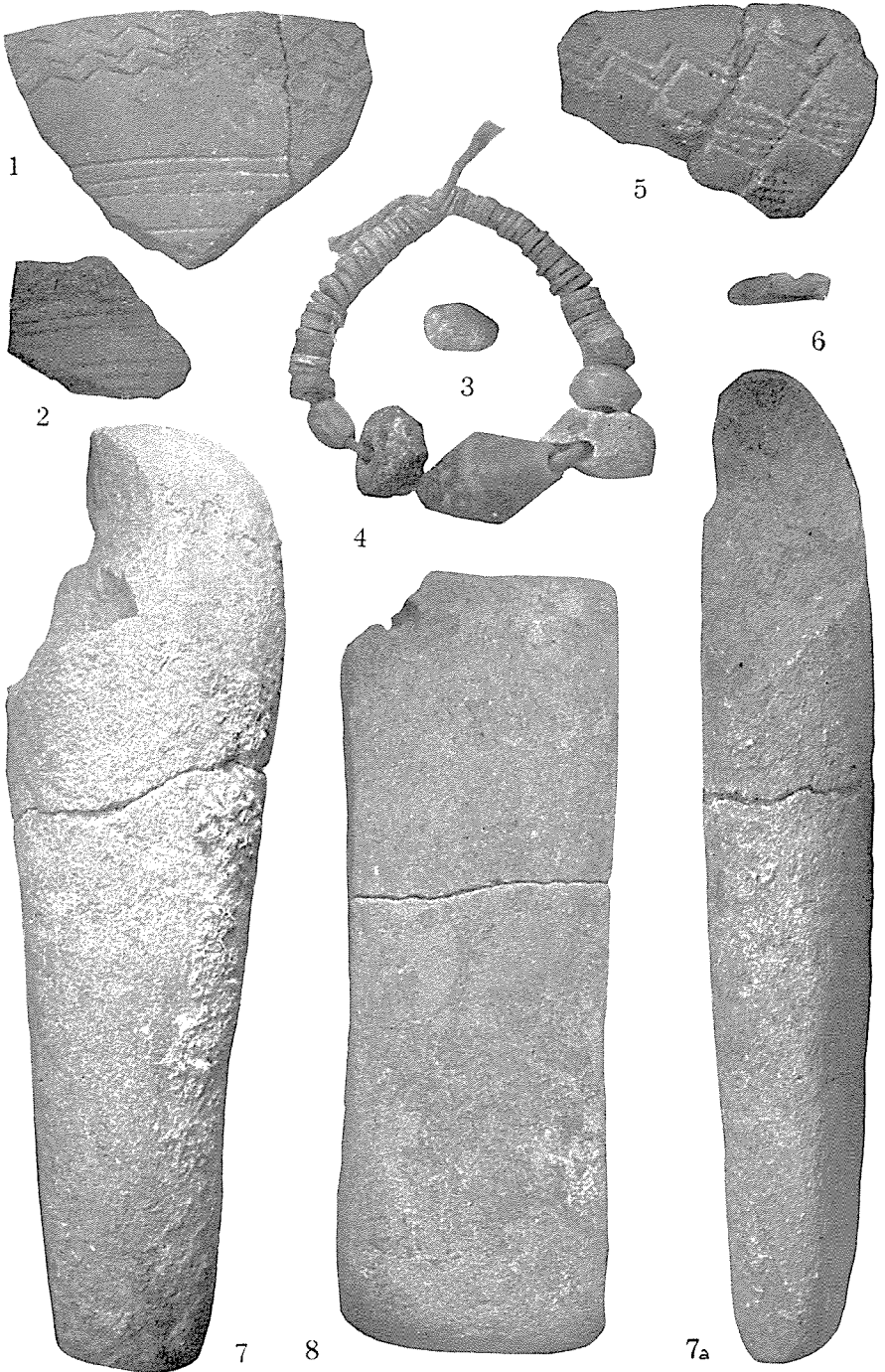
Fig. 8 — Excavation réalisée sous la dalle n.º 5

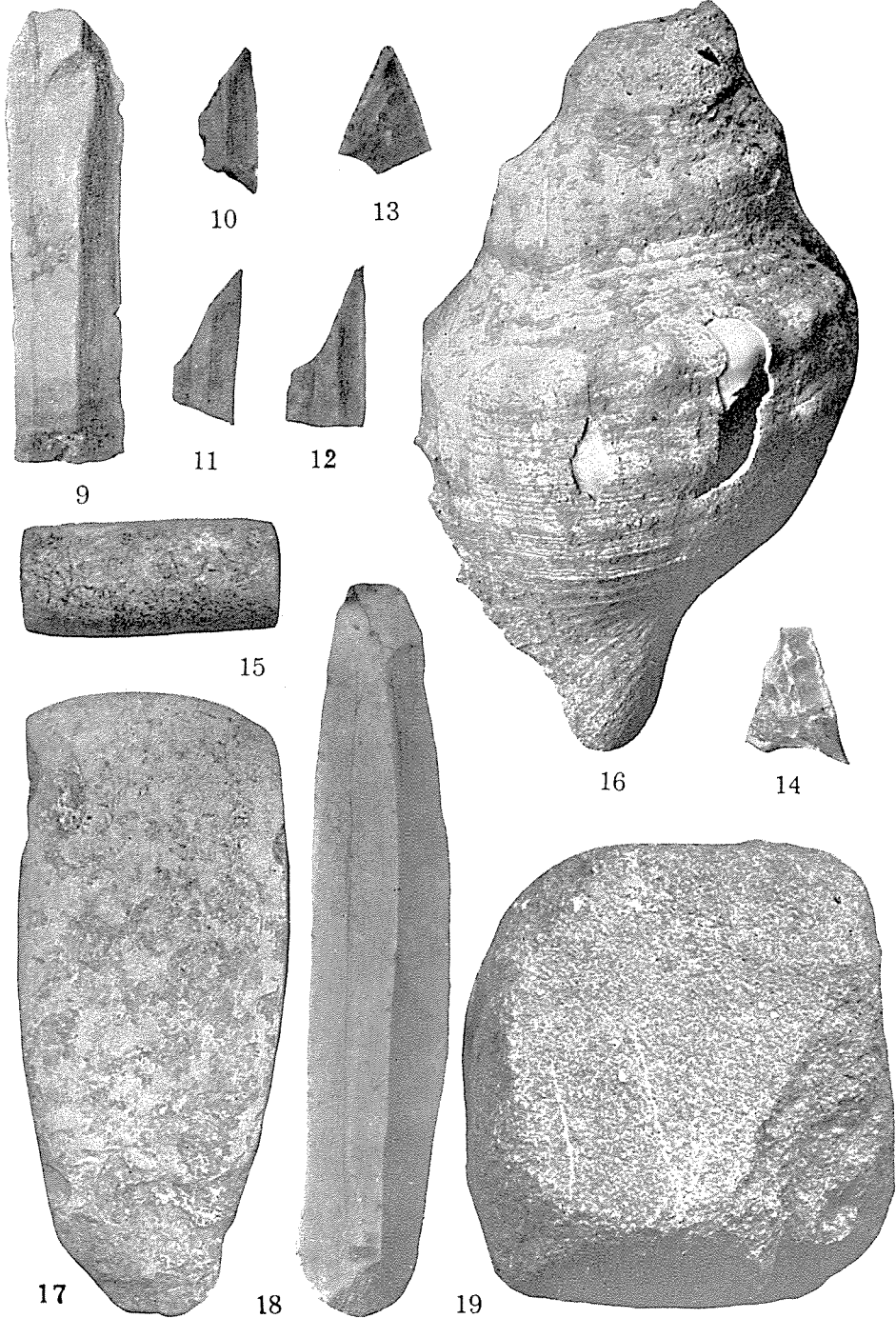


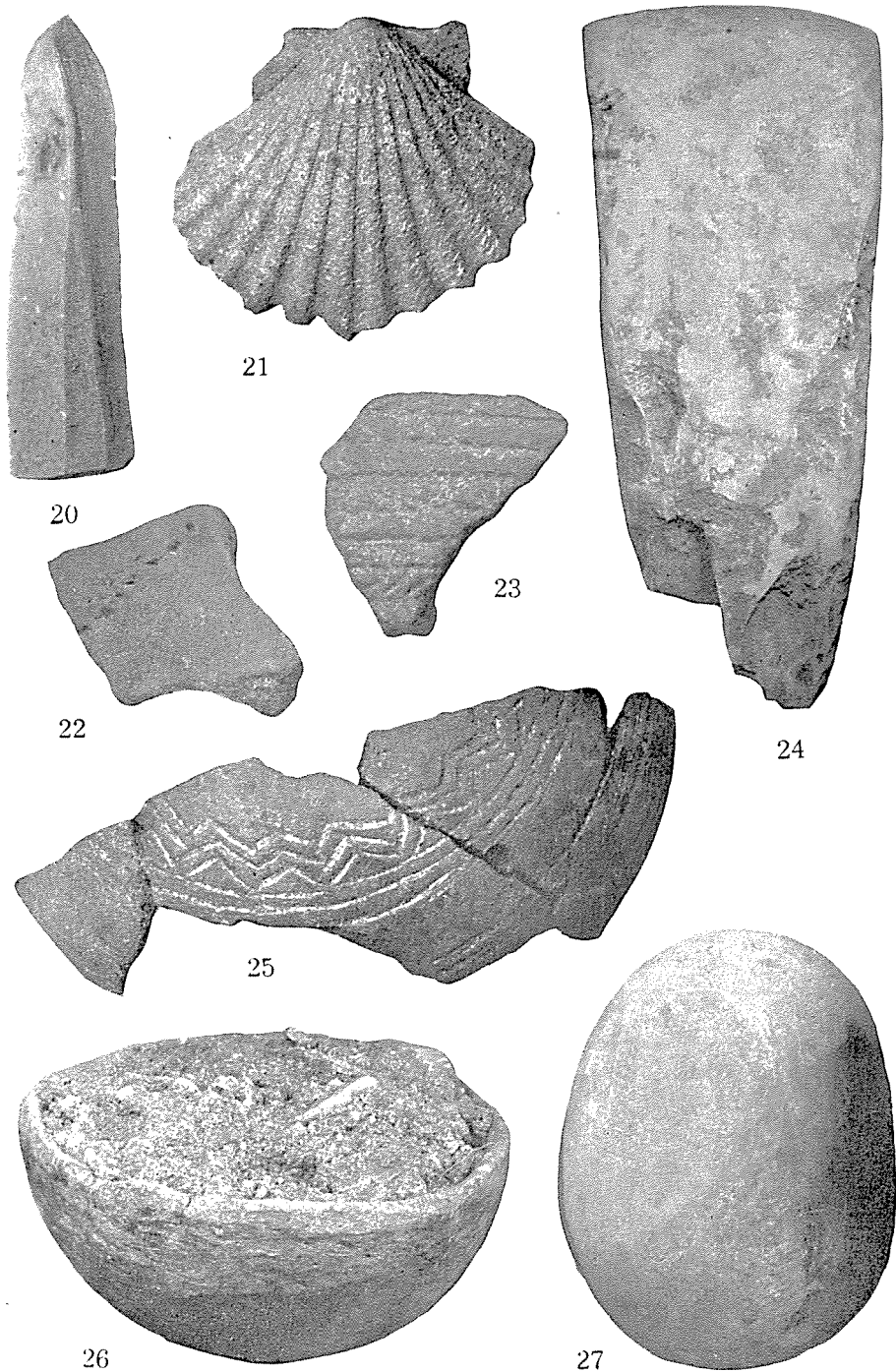
Fig. 9 — Le tamisage des terres à proximité du dolmen



Fig. 10 — Dernier jour de fouilles









28



29



30



31

Tous ces monuments donnent un matériel extrêmement riche comprenant des idoles, des plaques de schiste, de la céramique ornée, des pointes de flèches à base concave, parfois associées avec d'autres à base convexe, des lames et des outils divers et parfois des crosses de schiste joliment décorées. Certains dolmens peuvent présenter parfois des peintures ou des gravures rupestres.

D'après ce qui vient d'être vu, le dolmen de Penedo devrait appartenir à la troisième phase évolutive du Professeur Heleno. C'est en effet un dolmen allongé, et qui présente un reste de corridor, ce dernier ayant dû très probablement, être court. Il s'agit incontestablement d'une sépulture collective. Enfin le matériel comprend des flèches des deux types classiques, en association avec un cylindre calcaire et des restes d'une céramique campaniforme, ornée.

A estação prehistórica do Alto do Montijo (Sintra)

POR

J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira

Em 9 de Outubro de 1949, os signatários da presente nota, procederam a investigações nos arredores de Sintra, para localizar a sepultura da Folha de Barradas, descoberta e explorada por Carlos Ribeiro. No decorrer dessas prospecções foi encontrada no alto dum pequeno outeiro a estação prehistórica agora estudada.

Na carta geológica na escala 1/50.000 — folha de Sintra — vê-se que o terreno ocupado pela estação, é constituído por uma mancha basáltica.

Na carta dos Serviços Cartográficos do Exército n.º 34-A na escala de 1/50.000 vem indicado o alto do Montijo com a cota de 166 m. É uma pequena elevação situada a uns 300 m. da junção da estrada que de Sintra vai para Pero Pinheiro, passando pelo campo de aviação militar da Granja do Marquês, e do ramal para a Terrugem, rumo à Ericeira. A situação desta jazida é das mais interessantes visto fazer parte de um grupo de estações prehistóricas espalhadas em volta da serra de Sintra, das quais, citaremos as principais; A NE encontram-se as estações dos Negrals descobertas por E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente e o importante castro das Olelas, com as suas grutas prehistóricas do Vale da Calada, descobertas por Carlos Ribeiro e mais tarde exploradas por Mello Nogueira (1).

(1) A. de Melo Nogueira — *Estação prehistórica de Olelas*. Lisboa, 1933.

Bem perto, no local onde hoje se erguem as construções do campo de aviação da Granja do Marquês, foi descoberta e explorada a sepultura da Folha de Barradas ⁽²⁾.

A Sul, nos arrabaldes da Serra de Sintra, no Vale de S. Martinho explorou Maximiano Apolinário ⁽³⁾ dois túmulos do tipo do Monumento do Barro, em Torres Vedras ⁽⁴⁾.

Numa visita que realizámos àquela estação suspeitámos da existência de mais algumas sepulturas ⁽⁵⁾.

Para Poente, foi explorada por J. Camarate França, uma notável sepultura que encerrava para cima de cem esqueletos e uma indústria das mais importantes até hoje exumada, indústria lítica e cerâmica, de tipo almeriense semelhante à de várias estações conhecidas na região de Lisboa ⁽⁶⁾.

São notáveis também os achados, ainda inéditos, de M. Vaultier ⁽⁷⁾ e os de J. Camarate França, ⁽⁸⁾ na serra de Sintra.

⁽²⁾ Carlos Ribeiro — *Estudos prehistóricos em Portugal*, II, Lisboa, 1880.

⁽³⁾ Maximiano Apolinário — *Necrópole neolítica do Vale de S. Martinho*. «Archeólogo Português», vol. II, Lisboa, 1896.

⁽⁴⁾ F. Alves Pereira — *Processo do monumento pré-histórico do Monte da Pena*. «Archeólogo Português», vol. XIV, Lisboa, 1909.

É de lamentar que o rico espólio proveniente deste monumento se encontre ainda inédito, pois já são passados alguns anos que deu entrada no Museu Etnológico.

⁽⁵⁾ Fizemos há bem pouco tempo na companhia do Ex.^{mo} Sr. Prof. Doutor Mendes Corrêa, uma visita a esta estação prehistórica. É confrangedor ver o estado de abandono em que se encontram tão belos e raros monumentos, que marcam uma época de cultura florescente na Península.

⁽⁶⁾ Será em breve publicado por um dos signatários da presente nota, J. Camarate França, o resultado desta útil exploração.

⁽⁷⁾ M. Vaultier tem encontrado nas suas pesquisas interessantes peças eneolíticas de bronze e de pedra.

⁽⁸⁾ J. Camarate França encontrou também estações eneolíticas na Serra, com material lítico e cerâmico.

Para findar a soma já avultada de estações da mesma época que rodeiam a nossa, citaremos ainda a jazida de Carenque ⁽⁹⁾, os dólmenes da região de Belas ⁽¹⁰⁾, o monumento do Monge ⁽¹¹⁾ e o castro de Liceia com as suas grutas sepulcrais ⁽¹²⁾.

Do exposto, neste pequeno intróito, se vê que, a região de Sintra é bastante importante do ponto de vista arqueológico. Juntaremos a todas estas importantes estações a nova pequena achega do alto do Montijo.

O material recolhido nesta primeira prospecção é constituído por instrumentos de sílex, cerâmica lisa e ornamentada, uma pequena mó, núcleos, percutores, um percutor-pilão alongado e um fragmento de calcário com um furo natural, mas regularizado para servir de peso ou pendeloque.

A) — Material de sílex

O espólio desta natureza é constituído pelo seguinte: 5 lascas (4 de sílex e uma de quartzite) retocadas para servir de raspadeira, 4 raspadeiras, 1 raspador côncavo, 1 lâmina afeioada na ponta em raspadeira, 1 bico, 1 raspadeira sendo uma das pontas afeioada em bico, 1 raspador, 1 raspador discóide bem retocado em toda em periferia, 1 lâminazinha retocada dos dois bordos (serrinha ou elemento de foice), 1 lasca de técnica solutróide com ponta aburilada para servir de raspadeira.

As 5 lascas aproveitadas para servirem de raspadeira apresentam pequenos retoques com nítida indicação de terem servido,

⁽⁹⁾ Manuel Heleno — *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)*. Lisboa, 1933.

⁽¹⁰⁾ Carlos Ribeiro — *Estudos pré-históricos...* *Op. cit.*

⁽¹¹⁾ Carlos Ribeiro — *Op. cit.*

⁽¹²⁾ *Idem.*

são de sílex amarelado, zonado, com a excepção de uma que é cinzenta zonada e a referida lasca de quartzite que é rosada. Todo o outro espólio apresenta cores que vão, desde o sílex rosado ao negro, com a excepção da lasca do paleolítico superior, que tem uma pátina amarela-esbranquiçada, sem brilho, e do raspador discóide que é branco.

Descrição das principais peças

INSTRUMENTOS MAIS ANTIGOS APROVEITADOS NO ENEOLÍTICO. — Lâmina de técnica mousteróide (Fig. 1) com uma das faces convexa e a outra plana, ligeiramente côncava, com plano de percussão preparado e dois bolbos gémeos no verso. Apresenta retoques, nas suas duas faces, nos dois bordos e na extremidade mais estreita. Na extremidade larga tem indícios de uso como raspadeira do eneolítico. É de sílex com pátina amarelo-esbranquiçada sem brilho. Comp. 0,07 m. Largura máx. 0,04 m. e espessura máx. 0,015 m.

INSTRUMENTOS LÍTICOS DO ENEOLÍTICO. — Lasca de técnica solutróide (Fig. 2) afeiçoada como raspadeira cuja ponta se apresenta aburilada. É de sílex castanho-acinzentado. Comp. 0,035 m. Largura máx. 0,023 m. Espessura máx. 0,008 m.

Raspador discóide (Fig. 3) de sílex branco muito bem retocado em toda a sua periferia. Diâmetro: 0,04 m. Espessura a meio: 0,013 m.

Raspadeiras de sílex. Dimensões da maior (Fig. 4) Comp. 0,46 m. Largura: 0,036 m. Espessura: 0,013 m. Da menor comp. 0,022 m. Largura: 0,016 m. Espessura: 0,009 m.

Raspadeira de sílex castanho (Fig. 5), bem retocada na aresta que serviu como raspadeira, e tendo a extremidade dessa aresta afeiçoada em bico. Comp. 0,037 m. Largura: 0,030 m. Espessura: 0,012 m.

Raspador de sílex avermelhado (Fig. 6). Foi um pequeno

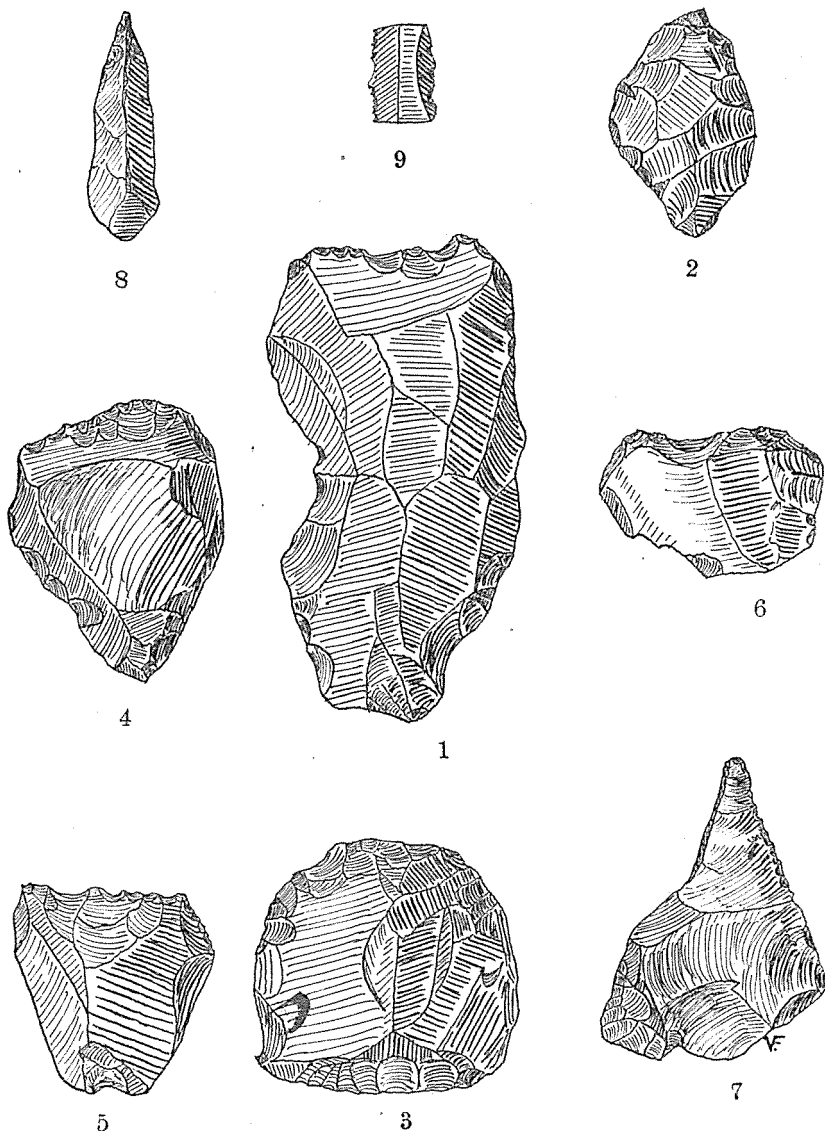


Fig. 1 — Material de sílex

núcleo aproveitado para raspador depois de ter sido bem reto-

cado numa das arestas. Tem nesta aresta uma «coche» com finos retoques. Comp. 0,023 m. Largura: 0,035 m. Espessura: 0,010 m.

Lasca de sílex castanho-amarelado (Fig. 7). Numa das faces foram tiradas três lâminas. Apresenta indícios de ter servido numa das pontas de furador, tendo uma das arestas do furador retocado. Comp. 0,046 m. Largura: 0,032 m. Espessura: 0,014 m.

Ponta de sílex acinzentada, espessa, (Fig. 8) retocada em furador. Comp. 0,035 m. Largura: 0,011 m. Espessura: 0,010 m.

Fragmento de pequena lâmina (Fig. 9) de sílex cinzento bem retocada nos dois bordos. É possivelmente um elemento de dente de foice. Comp. 0,014 m. Largura: 0,010 m. Espessura: 0,003 m.

Núcleo de sílex amarelado, discóide. Diâmetro: 0,053 m. Espessura: 0,029 m.

Núcleo de sílex escuro, arredondado mais alto que largo, Comp. 0,57 m. Largura: 0,044 m. Espessura: 0,035 m.

Percutor esferóide de sílex amarelo, diâmetro: 0,075 m.

Pilão-percutor em quartzite (aproveitado dum calhau rolado) numa das extremidades apresenta uma fractura extensa, por acidente. Comp. 0,115 m. Largura: 0,051 m. Espessura: 0,032 m. (Fig. 1, Est. III).

Fragmento de calcário tendo numa das extremidades um furo feito por um organismo litófago. Foi afeiçoado depois para servir de peso ou grande pendeloque. Comp. 0,090 m. Largura: 0,077 m. Espessura: 0,030 m. (Fig. 5, Est. III).

Mó manual de diorito. Diâmetro: 0,14 m. Espessura: 0,040 m. (Fig. 2, Est. III).

B) — Cerâmica

I — CERÂMICA ORNAMENTADA. — Fragmento de cerâmica, bordo de taça tipo Palmela ⁽¹³⁾. Comp. 0,032 m. Espessura no bordo: 0,02 (Fig. 1, Est. II).

Dois fragmentos com ornamentação do vaso campaniforme ⁽¹⁴⁾, um é um bordo cuja espessura mede 0,01 m. (Figs. 9 e 12, Est. II).

Fragmento de bordo ornamentado com um pontilhado, conseguido talvez por meio dum pente. Comp. 0,022 m. Altura: 0,032 m. Espessura no bordo: 0,077 m. (Fig. 6, Est. II).

Fragmento de barro grosseiro com uma ornamentação incisa e curiosa afectando a forma triangular. Dá a impressão de ter sido feita com um punção calcando a massa do barro ainda fresca. O bordo é denteado. Espessura no bordo: 0,008 m. (Fig. 3, Est. II).

Bordo do tipo campaniforme ornamentado de delgadas faixas incisadas alternando com linhas quebradas. O bordo é inclinado para dentro. Espessura deste: 0,004 m. (Fig. 14, Est. II).

Fragmento de vaso, de perfil muito acentuado no bojo, ornamentado com linhas quebradas e linhas paralelas verticais, incisadas. Espessura na parte do bojo: 0,011 m. (Fig. 19, Est. II).

Vários fragmentos ornamentados com linhas paralelas alternando com linhas quebradas. Dimensões do maior comp. 0,05 m.

⁽¹³⁾ Emile Cartailac — *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris, 1886.

Nils Aberg — *La civilization énéolithique dans la péninsule ibérique*. Halle, 1921.

⁽¹⁴⁾ Alberto del Castillo — *La cultura del vaso campaniforme*. Barcelona, 1928. Vide os lindos vasos de pé das grutas de S. Pedro do Estoril, em Cascais.

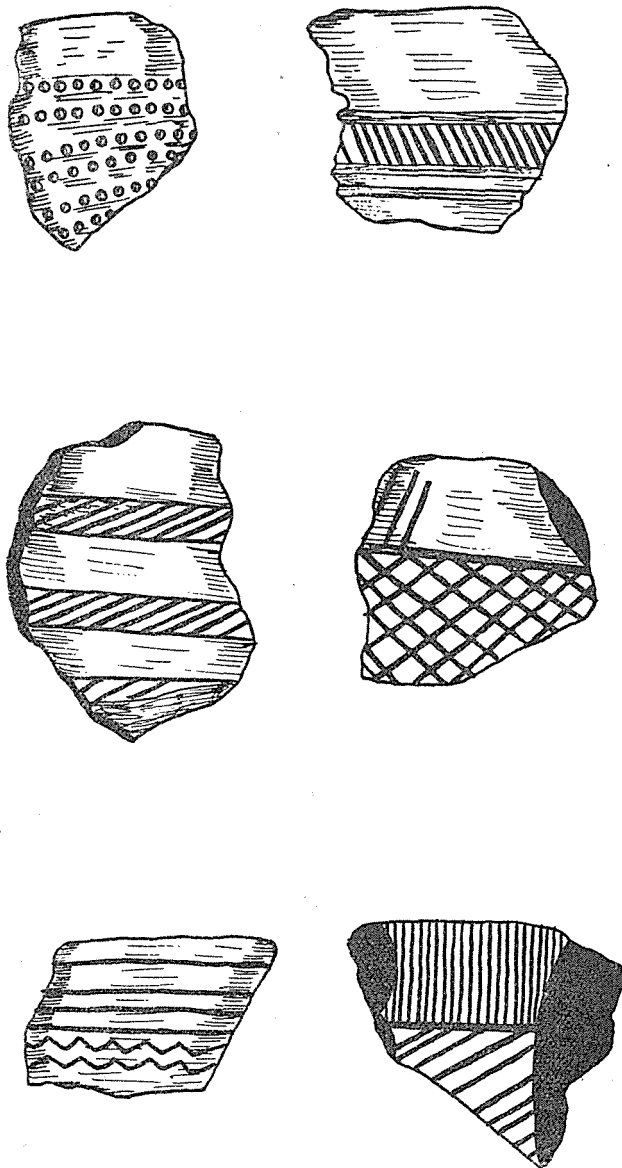


Fig. 2 — Principais motivos da cerâmica encontrada

Espessura no bordo: 0,0011 m. Do menor comp. 0,021 m. Espessura: 0,0012 m. (Figs. 2, 7, 15, 17, 18, 21, Est. II). Vários fragmentos ornamentados com linhas finas paralelas alternando com

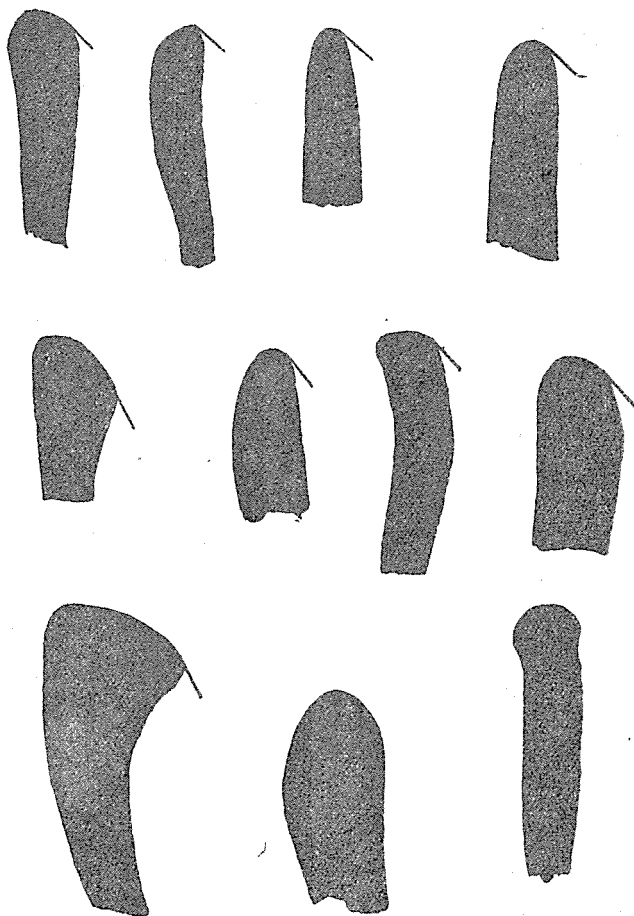


Fig. 3 — Perfis de vasos

outras oblíquas, linhas quebradas alternando com oblíquas entre dois traços paralelos (Figs. 4, 8, 13, 17, Est. II).

Um bordo inclinado para dentro, espesso, ornamentado de uma série de linhas verticais finas e paralelas que assentam numa

série de linhas oblíquas. Espessura no bordo: 0,011 m. (Fig. 11, Est. II).

Um bordo delgado ornamentado com linhas verticais a partir da parte superior, separadas por espaços lisos. Por baixo destas linhas verticais, tem como ornamentação, um sistema de linhas cruzadas, grossas e bastante incisas, formando xadrez. Espessura no bordo: 0,008 m. (Fig. 5, Est. II).

Um fragmento de cerâmica que parece ter ornamentação «cordada». Esta cerâmica é muito rara entre nós, pelo menos, só conhecemos um fragmento encontrado por Prescott Vicente e Cunha Serrão no castro de Olelas. Nils Aberg considera-a nórdica. Espessura: 0,008 m. (Fig. 20, Est. II).

II — CERÂMICA LISA. — A cerâmica lisa apresenta bordos característicos das estações megalíticas e de algumas grutas conhecidas ⁽¹⁵⁾. São curiosos os dois bordos que ostentam protuberâncias mamilares (Fig. 1, Est. I).

Considerações e cronologia

Pelo exame do espólio, principalmente a cerâmica, podemos considerar a estação como eneolítica e pertencendo à cultura do vaso campaniforme. Os bordos de taça tipo Palmela justificam, só por si, esta opinião. Podemos ver exemplares semelhantes nas

(15) Estácio da Veiga — *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa, 1893. Vidé a colecção das grutas da Estremadura no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Vidé o enorme espólio ainda inédito do Museu Etnológico proveniente dos dólmenes do alto Alentejo. Vidé também as colecções do Museu Regional de Lagos.

estações portuguesas em Palmela ⁽¹⁶⁾, gruta da Ribeira da Lage ⁽¹⁷⁾, Monge, grutas de S. Pedro do Estoril ⁽¹⁸⁾, grutas de Alapraia ⁽¹⁹⁾, Alto da Cabreira ⁽²⁰⁾, etc.

Embora o espólio encontrado nesta primeira prospecção seja ainda pouco abundante, com os elementos recolhidos, podemos já determinar uma cronologia. Os ornatos dos fragmentos de técnica incisa aparecem sempre associados à cerâmica do tipo campaniforme dentro do eneolítico português.

Nas estações dos arredores de Lisboa, citadas, o tipo campaniforme aparece associado também a vasos de bordos denteados como em Montes Claros ⁽²¹⁾, Alapraia, etc., etc. O próprio material lítico, embora rudimentar, aparece também nas estações indicadas dos arredores de Lisboa. São frequentes as lâminas retocadas num dos bordos para servir de dente de foice e, sobretudo, os furadores como; em Montes Claros e Estoril ⁽²²⁾.

Segundo G. e Vera Leisner ⁽²³⁾ este período caracteriza a

⁽¹⁶⁾ Emile Cartailiac — *op...cit...*

⁽¹⁷⁾ Vidé espólio no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Este material foi estudado por G. Zbyszewski e A. Viana e, será em breve publicado.

⁽¹⁸⁾ Descobertas por Leonel Ribeiro. O seu espólio conserva-se inédito com manifesto prejuízo para os estudos arqueológicos.

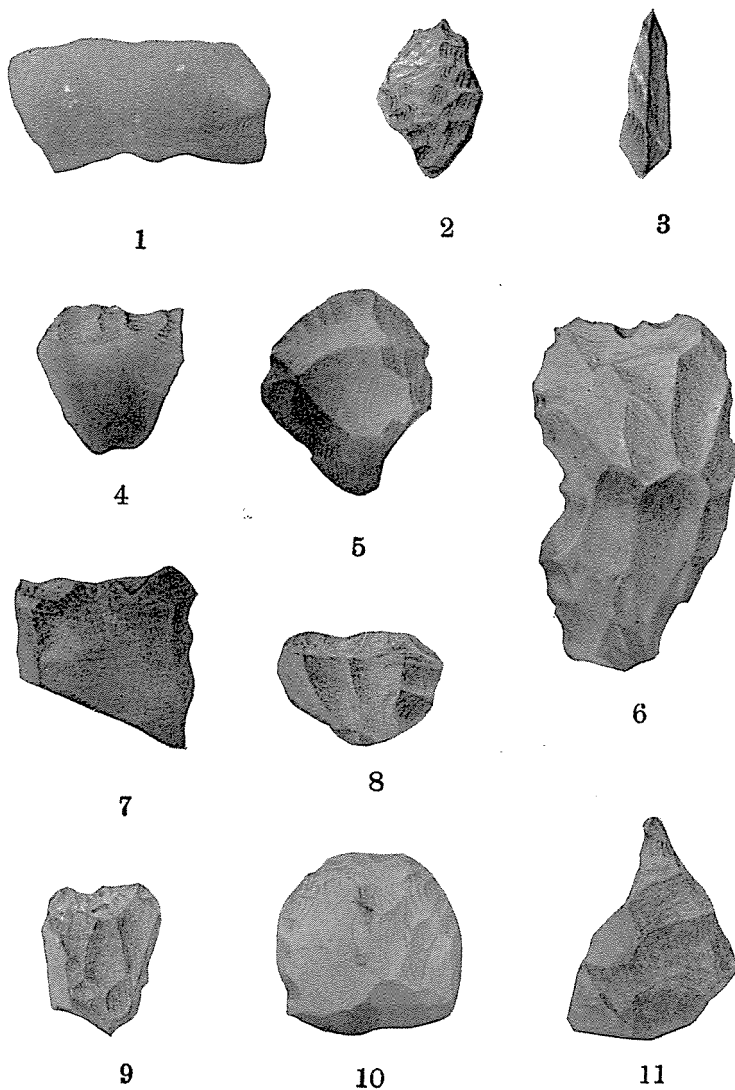
⁽¹⁹⁾ E. Jalhay e A. do Paço — *A gruta II de Alapraia*. Anais da Academia Portuguesa de História. Vol. IV, Lisboa, 1941.

⁽²⁰⁾ J. Camarate França — *A estação pré-histórica do Alto da Cabreira (Monsanto)*. Extracto dos fasc. 3-4 do vol. XI dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, 1948.

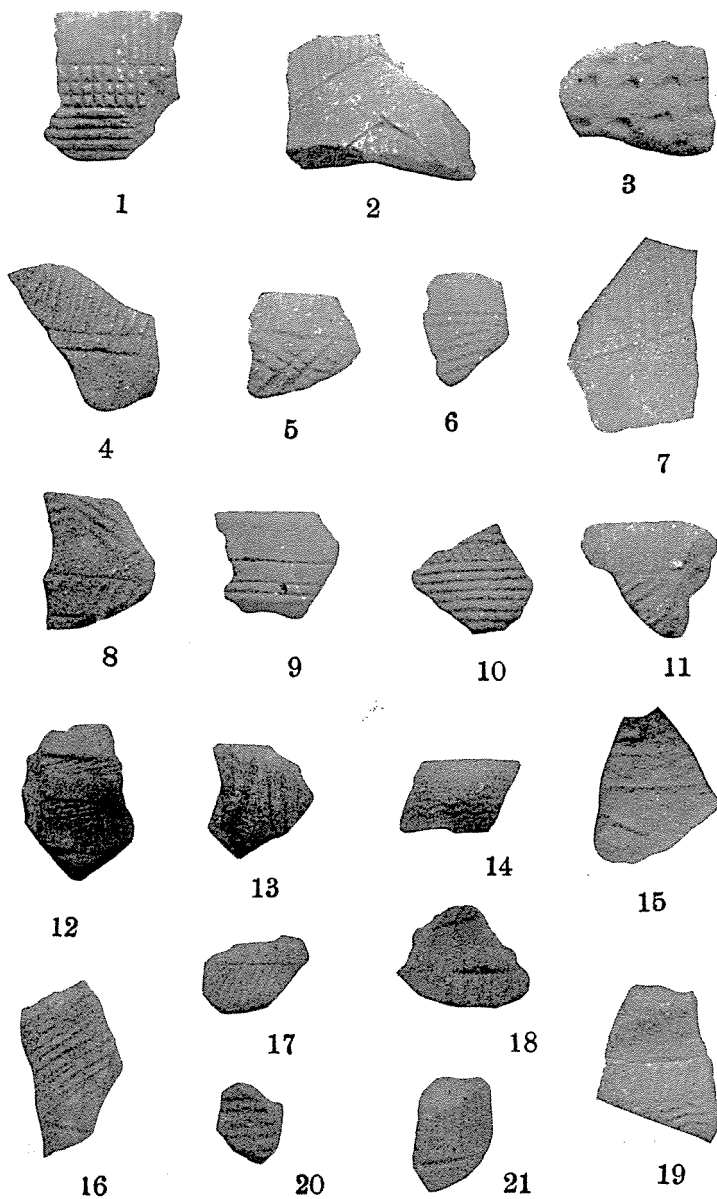
⁽²¹⁾ E. Jalhay, A. do Paço e L. Ribeiro — *Estação pré-histórica de Montes Claros (Monsanto)*. Revista Municipal, n.º 20-21, Lisboa, 1945.

⁽²²⁾ A. do Paço e Maxime Vaultier — *Estação eneolítica do Estoril*. Lisboa, 1943.

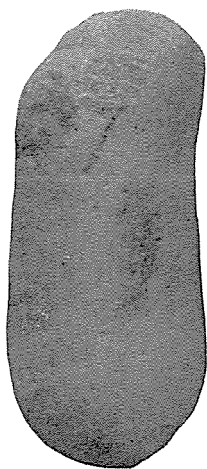
⁽²³⁾ Georg und Vera Leisner — *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlin, 1943.



1 — Cerâmica mamilar; 4-5-7-9 — Raspadeiras; 8-10 — Raspadores;
3-11 — Furador; 6 — Lâmina afeiçãoada em raspadeira; 2 — Ponta
aburilada



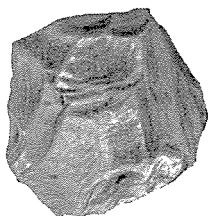
Cerâmica ornamentada



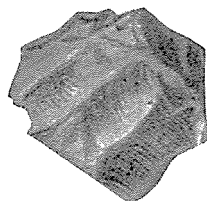
1



2



3



4



5



6

1 — Percutor-pilão; 2 — Mó manual; 3-4 — Núcleos de sílex;
5 — Pendeloque ou peso; 6 — Percutor esférico



fase III (stufe III) do período dos metais e que Santa Olalla ⁽²⁴⁾ considera sob a designação do Bronze Mediterrâneo I que tem início cerca de 2000 anos a. C. e se prolonga até 1700.

Podemos considerar, portanto, a nossa estação no período de 2000 a 1700 anos a. C. Quanto ao tipo de estação duas hipóteses podem surgir:

a) Seria um pequeno povoado, uma espécie de atalaia ou acampamento provisório?

b) Seriam os restos de algum monumento destruído? Não é fora de propósito considerar esta última hipótese, sabendo nós, que não muito longe, existe um monte chamado «das antas» e que também perto se têm encontrado sepulturas eneolíticas (Tholos) e dólmenes como; os da região de Belas e Caneças.

Aguardamos, no entanto, que novas pesquisas sejam feitas para aclararmos estes problemas.

⁽²⁴⁾ J. M. Santa Olalla — *Esquema paletnológico de la Peninsula Hispánica*. Madrid, 1946.

O castro eneolítico de Olelas

BREVE NOTÍCIA

POR

Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão

«... dos cumes dèsses montes nús e abandonados, onde outrora ecoaram brados frementês de dôr e de triunfo, desce sôbre os vales e sôbre a planície, sôbre os homens de hoje, sôbre o futuro, uma irradiação sobrenatural.»

A. A. MENDES CORRÊA.

1.º — A Estação da Coroada da Montanha de Olelas

Aliar a prática à teoria é método que se impõe a quem pretenda obter sólidos conhecimentos de qualquer natureza. O estudioso consegue assim resultados que lhe são especialmente proveitosos — todos o sabem, mas nem sempre por experiência própria — e não é raro acontecer até que, no decurso de uma observação de carácter meramente instrutivo, surjam pormenores e aspectos que levem a investigações em campo ainda virgem.

Só quem já trabalhou em arqueologia pré-histórica poderá avaliar da insuficiência das noções teóricas em tal matéria. A pesquisa e a interpretação dos documentos que não são simplesmente os objectos mas também os factos que lhes são relativos — associação de objectos, nível, proveniência, etc. — é sem dúvida tarefa para aqueles que se não limitaram a ler óptimas descrições e a examinar as mais perfeitas reproduções gráficas.

Conscientes de tais realidades, adoptámos o sistema de completar, sempre que possível, os conhecimentos que adquirimos através das comunicações, notícias e estudos orientadores da nossa auto-cultura em pré-história, com a observação directa dos motivos focados. Assim, ao estudarmos a *Noticia da Estação Humana de Licêa* — Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa e publicada em 1878 — da autoria do ilustre arqueólogo Carlos Ribeiro, dispusemo-nos a procurar a Estação que, a pág. 69 do seu trabalho, vem referida nos seguintes termos:

«Na coroada da montanha d'Olella situada na freguezia do Almargem do Bispo, 26 kilómetros a NO de Lisboa, descobrimos outra estação prehistorica que offerece nos seus caracteres ethnographicos muita semelhança com a de Licêa, e que já começámos a explorar; e nas encostas das profundas ravinhas da mesma montanha tambem descobrimos tres grutas, onde se encontraram objectos que parece pertencerem ao fim da idade paleolithica, e a mais de uma phase da época neolithica.»

Segundo se depreende de um ligeiro relatório do Professor Vergílio Correia (1), que visitou a região de Olelas, e de um trabalho de Augusto de Melo Nogueira (2) acerca do espólio recolhido por Carlos Ribeiro, a localização da «Estação da Coroada» não é de uma grande facilidade.

De facto, se não custa encontrar as grutas — que são até muito conhecidas na região — o mesmo não acontece com a *Estação*, pois a simples referência do seu descobridor, «Na coroada da montanha» é insuficiente, uma vez que tal montanha é constituída por vários cabeços e colinas.

(1) *O Arqueólogo Português*. Vol. XIX, 1914, págs. 207 a 210.

(2) *Estação Pré-histórica de Olelas — Elementos para o seu estudo*. 1933.

Carlos Ribeiro, nos seus apontamentos de campo e nos rótulos das peças que encontrou, já é mais minucioso, pois refere-se a um «Cabeço da Serra» e a um «Cabeço das Pedras» (1). Porém, Vergílio Correia considera «Picoto» (designação por que hoje é conhecido apenas um cabeço do corpo Sul) as cristas dos três corpos da Serra (o que significa chamar «Picoto» a todas as proeminências); e diz que «deve ter existido... um pequeno núcleo de habitações» no «extremo Oeste do Picoto do segundo corpo da Serra», terminando as suas considerações desta forma: «Será aqui a Estação da Coroada do Monte a que se referia Carlos Ribeiro?» Podemos nós agora confirmar que esteve de facto na estação, pois as referências que dá correspondem a uma das suas zonas — terreno F (Est. I e IV) —, embora seja evidente que ficou na incerteza de a ter localizado.

Por sua vez, Melo Nogueira (2) já destaca o Picoto, que seria o «Cabeço da Serra» de Carlos Ribeiro, e supõe que o «Cabeço das Pedras» é o que fica ao Norte do «Vale da Calada», mas do seu trabalho não se depreende que tivesse encontrado a Estação.

Quando resolvemos procurar a «Estação da Coroada», não conhecíamos ainda os trabalhos de Vergílio Correia e de Melo Nogueira. Auxiliados pela toponímia que designa por «Picoto» o cabeço do Sul e por «Castelo» o do Norte, precisamente o mais elevado — 319 m. de altitude — dirigimo-nos sem hesitações em primeiro lugar ao «Castelo», presentindo que encontraríamos a Estação nesse ponto.

Uma vez lá no alto, a abundância dos achados superficiais confirmou as nossas suspeitas, fundamentadas no facto de tão

(1) Segundo Augusto de Melo Nogueira. *Obra citada*, pág. 7.

(2) *Obra citada*, pág. 8.

frequentes vezes encontrarmos gravadas na toponímia reminiscências de épocas muito longínquas.

Visitámos com maior assiduidade a «Estação da Coroada» a partir da primavera de 1948 e, ao mesmo tempo, íamos compilando o pouco que a seu respeito se escrevera. Quanto melhor a conhecíamos mais apreciávamos como fora proveitoso observar «in-loco» o objecto de uma notícia antiga e muito lida, pois só assim pudemos avaliar que se havia perdido o conhecimento do local exacto da estação e, dado o interesse do espólio que conseguimos obter, apreciável área onde o encontrámos e outras circunstâncias que fazem parte desta notícia, como é merecedora de exploração intensiva por parte de quem de direito.

2.º — Meios arqueológico, pré e proto-histórico; lendas locais

A zona abrangida pelos concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Lisboa é, como se sabe, rica em estações pré-históricas tais como: os povoados de Licêa, Negrais (1), Catrivana (2), as necrópoles de Alapraia e Carenque, de S. Pedro do Estoril (Cai-Água), da Folha das Barradas, de S. Martinho e do Monge, as grutas de Cascais, de Porto Covo e da Ribeira da Lage (Oeiras), vários dólmenes próximos de Belas e ainda as estações do Alto da Cabreira (Monsanto) e da Samarra, recentemente estudadas por Camarate França.

(1) e (2) Negrais e Catrivana; povoados eneolíticos que descobrimos respectivamente em 19-XI-1950 e 2-IV-1950, o primeiro no *lapiaz* de Negrais, o segundo na aldeia de Catrivana (ambos do concelho de Sintra). Encontram-se em preparação as respectivas notícias que oportunamente serão publicadas.

Este valioso conjunto de monumentos arqueológicos constitui, como refere o citado autor ⁽¹⁾, baseado em argumentos do Professor Mendes Corrêa ⁽²⁾, os vestígios do apogeu eneolítico de que foi teatro a região vizinha do estuário do Tejo, cujo interesse crescente leva a não se ter ainda afastado a «hipótese de que a célebre alegoria de Platão sobre a Atlântida se filiaría nesse apogeu».

O passado proto-histórico de tal região, neste caso concreto o passado de um dos seus aglomerados populacionais mais importantes pela privilegiada situação geográfica que ocupava, também se presta a que especialistas estrangeiros formulem hipóteses arrojadas. Assim, a René Thévenin ⁽³⁾ não repugna considerar a possibilidade (que Schulten lhe perdoe) de Lisboa ter sido a enigmática Tartessos.

Reconstituindo a viagem do massaliota Pytheas, que parte de Marselha, passa por Barcino e Tarraco (Barcelona e Tarragona), transpõe as Colunas de Hércules e atinge o Cabo Sagrado (o autor francês identifica-o pelo estudo das distâncias percorridas como sendo o Espichel), Thévenin diz nesta altura:

«Il est question ensuite d'un certain lieu dit Tartessos. Il se peut que ce soit ce Tharsis tant cherché et qui se trouverait alors quelque part sur la côte du Portugal. Pourquoi ne serait-ce pas Lisbonne, port admirablement situé, autant du point de vue maritime que du point de vue continental? De là notre navigateur continue de remonter vers le nord...»

(1) *A Estação Pré-histórica do Alto da Cabreira (Monsanto)*. 1948, pág. 11.

(2) *A Atlântida e as Origens de Lisboa*, in «Da Biologia à História», Porto, 1934, pág. 142 e seguintes.

(3) *Les Pays Légendaires devant la Science*, Collection «Que sais-je?». Paris, 1949, págs. 46 e 47.

Poderá considerar-se como pretensão excessiva ambicionar para a antepassada de Lisboa simultâneamente dois brasões de tão alta nobreza — Atlântida e Tartessos — como parece ser essa a nossa atitude. Temos porém a consciência de que estamos apenas apresentando interessantes conjecturas, que nem são nossas, cada uma com bons fundamentos e que, postas a par, embora à primeira vista pareçam incompatíveis, não o são. Assim, e o assunto toma agora o seu máximo de interesse, fechemos a cadeia de hipóteses com outras hipóteses que a completam harmònicamente, recordando as flagrantes analogias que se notam entre Tartessos e a lendária Atlântida ⁽¹⁾, algumas das quais de reivindicar para o círculo cultural megalítico do ocidente português ⁽²⁾.

No entanto, os argumentos de Schulten, no sentido de localizar Tartessos na foz do Guadalquivir, não são fáceis de destruir, tal o poder da sua erudição, mas também não lhe passa despercebida a importância do estuário do Tejo quando o considera limite setentrional das viagens comerciais dos focenses ⁽³⁾ e ao admitir em Olissipo a existência de um depósito de estanho ⁽⁴⁾, esse metal tão familiar a quem lê coisas sobre a Atlântida e Tartessos.

Chama-nos assim a atenção para uma faceta da economia da época que, indirectamente, nos auxilia a raciocinar de uma maneira pessoal sobre a razão de ser do apogeu eneolítico das vizinhanças da foz do Tejo a que inicialmente nos referimos. Entre este fenómeno cultural e determinadas condições geográfico-económicas — riqueza estanífera do noroeste da Península Ibérica e as faculdades que para as transacções metalíferas poderia então oferecer o

(1) Adolfo Schulten — *Tartessos*, Segunda edición — Madrid, 1945.

(2) A. A. Mendes Corrêa — *Obra citada*, pág. 141.

(3) *Obra citada*, pág. 114.

(4) *Obra citada*, pág. 115.

estuário do Tejo — há, segundo julgamos, certa relação. Averiguar até que ponto, não é fácil nem ocasião muito propícia; mesmo assim tentaremos fazê-lo com a leveza que o carácter deste trabalho permite. Mas, como o autor alemão se refere a épocas muito posteriores ao eneolítico ibérico e já que tomámos como ponto de partida para as nossas deduções dois argumentos que nos proporciona, teremos primeiramente de encarar o problema geográfico-económico na proto-história, ver em seguida se terá cabimento na pré-história e, por último, relacioná-lo com dados que nos oferece a arqueologia.

São favoráveis à hipótese do porto olissiponense ter sido local de permuta do estanho as seguintes circunstâncias:

O vale do Tejo serviria de óptima via para o transporte do mineral em questão — facto que involuntariamente nos lembra aquela passagem do périplo de Avieno em que se diz que o rio levava estanho à cidade de Tartessos ⁽¹⁾ — uma vez que constitui, por assim dizer, a fronteira sul da zona estanífera, os actuais distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e, mais ao norte, a província de Trás-os-Montes e a Galiza.

O seu estuário — esplêndido abrigo para a navegação, o mais convidativo da costa ocidental — encontrava-se na intercepção das duas vias comerciais do estanho: a que referimos (o vale do Tejo) e a marítima, ao longo da costa, esta última para o minério proveniente da Galiza e Cassitérides, essas ainda mal definidas «Ilhas do Estanho»; e dizemos mal definidas porque há até quem, como Cuevillas, rejeite a sua insularidade e as assimile à área continental galaico-lusitana ⁽²⁾.

(1) Avieno — *Ora Marítima*, v. 296 a 299 e, também em Eforo — *Escimno*, v. 162.

(2) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» — veja-se *Cassitérides*.

O facto da foz do Tejo ser o limite das navegações comerciais dos focenses que, como é sabido, se dirigiam à Península com o principal fito de adquirir metais, aliado às circunstâncias anteriores, leva-nos à presunção de que o seu objectivo seria a obtenção do estanho. Se o encontrassem nos portos do sul da Espanha, o que só era possível se intermediários o trouxessem até aí por via terrestre ou marítima, não teriam necessidade de navegar até à foz do Tejo, onde só havia oiro aluvial em quantidade que, só por si, não justificava os riscos da viagem, ao passo que nos referidos portos da costa espanhola teriam todos os metais de que fundamentalmente necessitavam — cobre, prata e estanho. Também a meta das suas navegações não seria Olissipo, mas sim qualquer ponto bastante mais ao Norte, se só encontrassem o estanho nos portos mais próximos da região mineira do NO. peninsular — na costa galega ou do Norte de Portugal.

Vejamos agora até que ponto poderemos considerar o problema no eneolítico ibérico.

Os navegadores orientais faziam viagens à Península, atraídos pelos metais, desde o ano 3.000 A. C. (1). Sendo assim, o estanho seria certamente um dos mais procurados, porque tais povos estavam então na idade do bronze — o Egipto, Creta, Ilhas do Egeu, Chipre e o Sul da Grécia iniciaram a segunda idade do bronze entre 2.500 e 2.300 A. C. (2) — carecendo, portanto, essencialmente de cobre e estanho, metais estes, como se sabe, abundantes na Península.

(1) Adolfo Schulten — *Obra citada*, pág. 50.

(2) Segundo a tabela sincrónica de Hall, reproduzida por Martin Almagro em *Introducción a la Arqueología*; *Manuales de Iniciación Apolo* — Barcelona, 1941 — Na mesma tabela, a primeira idade do bronze corresponde ao eneolítico (cobre).

É ainda Schulten quem salienta a importância do estanho ibérico para as civilizações orientais do bronze, quando diz:

«Si investigadores anteriores, sugestionados por el dogma de la autarquía del Oriente, rechazaron la posibilidad de haberse importado metales de Occidente, actualmente habrá que rectificar tal opinión. En vista de que España poseía en gran abundancia aquellos metales y ya en el tercer milenio los exportaba a lejanos países, cabe suponer que también el Oriente, en aquella época, recibía plata y estaño de España, sirviendo quizá de intermediarios para este tráfico los Cretenses, como ulteriormente Cretenses y Fenicios.» (1).

Emité assim opinião contrária à de Ed. Meyer e B. Meissner que consideram obscura a procedência das enormes quantidades de estanho que o mundo antigo misturava com o cobre, na época do bronze, e excluem os recursos às minas de Portugal, Inglaterra, Irão e Indostão (2).

Relativamente à influência social, cultural e económica que o comércio dos metais exerceu sobre os povos ibéricos dessa época, não teve Hubert Schmidt dúvidas em dizer: «na idade da pedra e do cobre foi este metal e, com todas as probabilidades, também já o estanho que os atraiu (aos navegadores orientais), juntando-se-lhes mais tarde a prata. Só assim se explica a grande prosperidade da vida social da Península, testemunhada pela imponente grandiosidade dos seus sepulcros» (3).

Não resta, portanto, dúvida de que eneolíticos peninsulares e navegadores do bronze viveram a mesma época em que foi fenómeno característico a procura dos metais, fundamentalmente cobre e estanho, matérias-primas indispensáveis à civilização

(1) *Obra citada* — pág. 29.

(2) Nota 2, pág. 29, na *Obra citada* de Adolfo Schulten.

(3) *Der Bronzfund von Canena* — pág. 130.

material de uns e, indirectamente, estimulantes do progresso cultural de outros.

Mas seria já a foz do Tejo um local de permuta, como nos pareceu ter sido na proto-história? Não temos qualquer dado concreto que nos elucide, nem mesmo sabemos quais os navegantes que então a demandavam, mas podemos suprir a deficiência relacionando dois factos de capital importância cuja resultante não só responde à nossa incógnita (assim nos parece) como também faz luz sobre a razão de ser do apogeu eneolítico da costa centro-occidental, questões estas diferentes na aparência, mas complementares no sentido.

São eles:

1.º — A distribuição geográfica, na Península Ibérica, dos metais em causa;

2.º — A localização dos dois focos da cultura do vaso campaniforme.

Ora, vemos um dos focos localizar-se nas proximidades da foz do Guadalquivir, fácil via de penetração para as regiões cupríferas do Sul da Espanha (também ricas em prata); o outro, nas proximidades do estuário do Tejo, cujas possibilidades ⁽¹⁾, de ser o mais provável porto para a permuta do estanho, já referimos relativamente a épocas posteriores.

É certo que a maioria dos autores tem como favorita para quase todas as transacções metalíferas a primeira região citada e atribuem a esta circunstância de ordem económica o esplendor da civilização que aí deixou restos materiais valiosos e imponentes. E não será lógico atribuir a uma razão de ser semelhante a cultura da costa central portuguesa que arqueólogos notáveis ⁽²⁾ põem expressivamente em evidência?

(1) Possibilidades geográfico-económicas expostas a pág. 52 deste trabalho.

(2) Segundo Alberto del Castillo Yurrita, a civilização do vaso campani-

Pois bem: baseados nos argumentos que apresentámos e ainda de acordo com o critério corrente segundo o qual a expansão por via marítima da civilização do vaso campaniforme andou relacionada com a economia dos metais, não nos custa ter como muito provável que as populações eneolíticas de tal região beneficiaram do próspero ambiente económico resultante do comércio do estanho, justificando-se assim o expressivo e original nível de cultura patente nos abundantes vestígios que deixaram: restos de povoados, necrópoles e outros achados que se adensam especialmente em torno da foz do Tejo.

A Estação da Coroada da Montanha de Olelas faz parte deste quadro arqueológico e pré-histórico e, sendo assim, é fácil avaliar por tudo o que referimos como as incógnitas que encerra oferecem especiais atractivos para o investigador.

É curioso constatar como, até certo ponto, coincide com a realidade o que sabem alguns dos actuais habitantes das cercanias acerca do «Castelo», ou por tradição ou influenciados pelo espólio que fortuitamente se lhes depara: «Há muitos, muitos anos, existiu, lá no alto, uma cidade que, também há muito tempo, foi completamente destruída por um dilúvio; coisas que os nossos avós contaram aos nossos pais. E dizem que se encontra por lá muita coisa dessa época!» Obtivemos estas informações numa «venda» situada próximo da estação do caminho de ferro de Sabugo, algum tempo depois da nossa primeira visita.

forme manifesta-se «con una insolita riqueza» na costa centro ocidental da Península Ibérica. — *La cultura del Vaso Campaniforme — su origen y extension en Europa* — Barcelona, 1928 — pág. 60.

Segundo Nils Åberg, «Le Portugal est le centre de la culture ibérique énéolithique». — *La civilisation Énéolithique dans la Peninsule Ibérique* — Halle — 1921 — pág. 59.

Na aldeia de Olelas, é hoje voz corrente que as grutas exploradas por Carlos Ribeiro são «do tempo dos mouros» e ninguém se lembra já das explorações feitas em 1878 pelo ilustre arqueólogo; mas o aldeão não se espanta pelo facto do local atrair um ou outro forasteiro, pois a sua curiosidade já foi, mais do que uma vez, espicaçada pelo mistério das grutas «onde, quem sabe, se esconderá algum tesouro».

Segundo certa lenda, que teve para nós grande importância, pois deu origem a que descobríssemos a Estação do Lapiaz de Negrais, uma das grutas de Olelas comunicaria com outra que se encontra próximo da aldeia de Negrais. Trata-se, certamente, de pura fantasia, dada a distância apreciável a que se encontram — 4 Km. Referiremos a lenda detalhadamente na notícia que fizemos acerca do povoado eneolítico de Negrais.

3.º — Descrição do local, — dados topográficos e geológicos

Partindo da aldeia de Olelas, que dista cerca de 1.000 m. da estação do caminho de ferro de Sabugo, e seguindo na direcção NE., encontramos dois cabeços — o do Castelo e o Picoto — (Est. VIII — fig. 8) separados por um vale onde corre, para oeste, um riacho sobre leito pedregoso, pobre em volume de águas e, mesmo assim, só quando a estação lhe é favorável (Est. I).

Neste vale (o vale da Calada), encontram-se as três grutas referidas por Carlos Ribeiro na «Notícia», mais tarde identificadas por Vergílio Correia e Melo Nogueira. Verificámos, porém, que há mais de três e localizámos a entrada de outra no flanco N. do cabeço do Castelo (Est. VIII — fig. 9). Aquelas que ainda estão

entulhadas poderão, depois de exploração metódica, fornecer espólio arqueológico.

A paisagem é agreste: vertentes abruptas com abundantes afloramentos de calcário e cobertas de mato rasteiro, as negras bocas das grutas a dar certa nota lúgubre, nem uma árvore a amenizar o quadro (Est. VI — fig. 1).

O cabeço que fica ao Norte do vale — o do Castelo — (Est. IV e V) é oblongo no sentido leste-oeste, apresenta as suas encostas mais abruptas a N., S. e O. (Est. II e VI — fig. 1) e esbate-se a E. em ondulações mais suaves. Na parte superior, há uma zona que, embora acidentada, forma como que uma espécie de meseta, onde um pequeno *planalto* rectangular com cerca de 110 m. por 70 m. domina todas as elevações (Est. III). Os lados N. e O. deste planalto são naturalmente defendidos por escarpas e a S. e E., degraus naturais separam-no dos terrenos próximos. No seu ângulo NO, no ponto de cota máxima — 319 m. — encontra-se um marco geodésico. (Est. I).

Os terrenos do alto deste cabeço ou estão cobertos de mato entremeado com afloramentos de calcário de aspecto *cársico*, ou, nas zonas que ofereciam possibilidades, foram aproveitados como terras de sementeira.

Quem examinar a «Carta Geológica dos Arredores de Lisboa» — escala 1:50.000 —, encontrará uma mancha que assinala o Jurássico (J-IV Kimeridgiano e Portlandiano) e corresponde aos relevos calcários de Olelas. Tal mancha prolonga-se para SO. até à aldeia de Sabugo; confina com o Oligocénico a O., com o Cretássico principalmente a S. e com o manto basáltico a N. e E.. A O., afloramentos de basalto cortam por vezes os calcários, como, por exemplo, se verifica na base do cabeço do Castelo, próximo de uma antiga fonte, no caminho que o contorna pelo O.

4.º — Materiais encontrados

Sem autorização para fazermos qualquer escavação ou sondagem, limitámos as nossas observações a um exame visual da superfície do planalto, na parte que fora recentemente lavrada («A» nas Est. I e IV). Logo de início nos surpreendeu a grande abundância de fragmentos de sílex trabalhado, de machados, de percutores, e de cerâmica lisa e ornamentada.

Em seguida, inspeccionámos os terrenos circunjacentes. Ao Sul do planalto e distante uns 60 m., num terreno lavrado («B» nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 2) compreendido entre dois largos muros de pedra solta, dos quais adiante nos ocuparemos, a mesma abundância de materiais.

Encontrámos ainda muitos fragmentos de cerâmica lisa e alguns de sílex com trabalho, nos terrenos a E. e SE. («C» nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3) — parecem coincidir com o «local a 1.000 m. N. 70º E. de Olelas» onde Carlos Ribeiro, segundo Melo Nogueira, assinalou uma jazida de superfície — próximos de outros muros também de largura apreciável e numa terra de sementeira a NE. de uma colina pedregosa que, a nascente do planalto, dista deste uns 150 m. Nesta última jazida («D» nas Est. I e IV) só encontrámos um fragmento de cerâmica ornamentada e, de mistura com inúmeros fragmentos lisos do tipo eneolítico, também aparecem outros de pasta e aspecto peculiar à cerâmica de épocas posteriores.

Os terrenos do alto do cabeço que oferecem menos achados de superfície são aqueles que ficam, um entre os muros 1 e 2 («E» nas Est. I e IV) o outro a O. do muro 1 («F» nas Est. I e IV), ambos situados a SO. do planalto que nos tem servido de referência, próximos da escarpa sul e encosta oeste.

Pelos esquemas representados nas Est. I e IV, pode-se avaliar

a variedade dos locais que forneceram material para o nosso estudo, bem como a grande superfície que a «Estação da Coroadá» ocupa, podendo concluir-se que abrange todos os terrenos planos e não penhascosos do alto do monte.

São modestas amostras do espólio que a estação um dia certamente fornecerá, os materiais que passamos a descrever:

a) *Objectos líticos*. — Fazendo apenas referência a peças inteiras ou fragmentos que apresentam formas definidas, podemos mencionar:

— de sílex (Est. IX a XII):

Folha de lança. — Um exemplar quase intacto (Est. IX — fig. 16).

Como é sabido, as opiniões dividem-se quanto à natureza de tais peças que encontramos classificadas como folhas de lança por Nils Åberg ⁽¹⁾, Schmidt e O'Riordain, opinião também seguida por Siret e diferente da de Breuil que as considera foices.

Inclinamo-nos pela primeira hipótese, uma vez que a sua forma se assemelha à das folhas de lança de cobre. Parece-nos que as foices eneolíticas seriam compostas de elementos de sílex denteados, conforme adiante referiremos.

Pontas de punhal. — Assim consideramos uma peça incompleta (Est. IX — fig. 11) que é semelhante a outra de Licêa que Carlos Ribeiro ⁽²⁾ descreve desta forma: «superfície curva perfeitamente desbastada e aparelhada, sendo a oposta quase plana,

(1) *Obra citada* — pág. 72 e figs. 82; 2 e 3.

(2) *Obra citada* — pág. 30 e fig. 96 na estampa 16.^a.

mas tosca ou sem trabalho». Esta descrição adapta-se ao exemplar que encontrámos.

— Poderá ter pertencido a um punhal, dardo ou qualquer outra arma ou utensílio perfurante, a ponta de sílex espessa e que apresenta técnica solutróide, representada na Est. IX—fig. 10.

Ponta de seta. — De base côncava — incompleta — (Est. X — fig. 24).

Raspadores. — Destacamos o exemplar representado na Est. X — fig. 19.

É um instrumento parecido com as folhas de lança, mas que, em vez de terminar em ponta na parte superior, apresenta um bordo direito com retoques que o tornam cortante.

Encontramos peças semelhantes a esta, classificadas por Nils Åberg ⁽¹⁾ como serras ou foices, embora G. Goury julgue que teriam sido utilizadas como raspadores.

Esta última opinião parece-nos adaptável ao exemplar que descrevemos porque o bordo superior, que mereceu retoque cuidado, é pequeno para servir eficientemente como serra ou foice.

Carlos Ribeiro ⁽²⁾ classifica peças semelhantes que encontrou em Licêa como «hachas» e é curioso notar que uma delas, como a nossa, é de sílex cinzento-rosado.

— O exemplar representado na Est. X — fig. 22, — inicialmente folha de lança ou raspador semelhante ao antecedente — ou porque se partiu e o quiseram aproveitar ou porque intencionalmente se lhe deu tal forma, tem um entalhe semicircular num dos bordos laterais com retoques que lhe dariam a função de raspador de objectos de forma cilíndrica, tais como ossos, etc.

(1) *Obra citada* — pág. 72 e fig. 83.

(2) *Obra citada* — pág. 30 e estampa 16.^a, fig. 92 e 93.

Pontas retocadas. — Ponta de sílex negro retocada nos dois bordos com técnica de «La Gravette» (Est. IX — fig. 13).

— Um grupo de peças retocadas em ambos os bordos (Est. IX — figs. 12, 14, 15 e 17 e Est. X — fig. 20) do mesmo tipo que Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro ⁽¹⁾ encontraram em Montes Claros e comentam desta forma: «na presente ocasião, não podemos estabelecer analogia com o que há publicado em estudos científicos nacionais... Se os encontrássemos isolados, em camada estratigráfica, desacompanhados de cerâmica etc., não apresentaria dúvidas a sua classificação e imediatamente os diríamos do paleolítico superior».

— Com técnica da mesma época, encontrámos uma lâmina espessa que apresenta vestígios de truncatura oblíqua numa das extremidades (Est. X — fig. 18).

Elemento de foice. — (Est. X — fig. 25). Fragmento de lâmina espessa com cinco dentes num dos bordos, apresentando deste lado pátina muito lustrosa. É uma peça semelhante àquelas com que G. Bonsor reconstituiu uma foice.

Camarate França ⁽²⁾ encontrou peças deste tipo na estação pré-histórica do Alto das Perdizes e Eugénio Jalhay e Afonso do Paço ⁽³⁾ no Castro de Vila Nova de São Pedro.

Lâminas. — (Ests. XI e XII — figs. 26 a 33 e 36 a 48). Números fragmentos, de várias dimensões, de secção triangular ou

⁽¹⁾ *Estação pré-histórica de Montes Claros* — Monsanto — separata dos n.ºs 20 e 21 da Revista Municipal — Lisboa, 1945 — pág. 15, foto entre págs. 8 e 9.

⁽²⁾ *A Estação Pré-histórica do Alto das Perdizes* — Porto, 1949 — pág. 78 e figs. 119, 120 e 122 da Estampa xv.

⁽³⁾ *El Castro de Vilanova de San Pedro* — Madrid, 1945, págs. 25 e 26 e figs. 42 a 47 da Est. xi.

trapezoidal, destacando-se, por serem mais completas, as que representamos na fig. 30 (esta com retoques em ambos os gumes) e figs. 33 e 36.

Núcleos. — Recolhemos bastantes com evidentes sinais de extracção de lascas. As figs. 49 e 50 da Est XII, reproduzem dois dos mais expressivos.

— De outros materiais líticos:

Fragmento de pequena *lâmina* de quartzo hialino, de secção trapezoidal.

Machados. — (Est. XIII). De várias dimensões e formatos, predominando os de anfíbolite.

Percutores. — Diversos, de forma arredondada e oblonga e de diferentes rochas duras.

Mós. — De grés (fragmentos).

Pedra de amolar. — De grés com evidente desgaste em zonas paralelas.

b) *Cerâmica — Pasta.* — grosseira, em geral de argila avermelhada, contendo grãos de areia, sendo raros os exemplares de argila escura; alguns parecem enegrecidos pela acção do fogo,

Forma dos vasos a que pertenceram os fragmentos encontrados. — Pela grande variedade de decorações, formas de bordos (Est. XIV e XV — figs. 56 a 58 e 60) curvaturas e espessuras, concluimos que os fragmentos correspondem a uma grande quantidade

de vasos, de vários tamanhos e formatos, de reconstituição difícil por se encontrarem muito partidos. Alguns fazem prever a presença do vaso campaniforme e taça do tipo Palmela. (Est. XVII e Est. XVIII — figs. 91 e 92).

— Um bordo decorado na parte superior (taça do tipo Palmela?) apresenta uma curvatura tão pouco acentuada que deveria ter pertencido a um exemplar de grandes dimensões (Est. XVIII — fig. 92).

— Representamos na fig. 98 da Est. XVIII um fragmento de cerâmica decorada (traços verticais e oblíquos entre linhas paralelas) com 15 mm. de espessura e cujas faces são completamente planas. Se admitirmos que tivesse pertencido a um vaso, certamente faria parte do fundo, neste caso chato e com decoração.

— Provenientes do planalto e do terreno lavrado que fica ao Sul, entre os dois muros de pedra solta, encontrámos bordos denteados semelhantes, por exemplo, a alguns da gruta II da Necrópole de Alapraia ⁽¹⁾, Licêa ⁽²⁾, Estação do Alto das Perdizes ⁽³⁾, Montes Claros ⁽⁴⁾, (Est. XV — figs. 56 a 58 e 60).

— Três exemplares curiosos patenteiam uma espécie de pega, dois com perfuração transversal, possivelmente para permitir a suspensão (Est. XV — figs. 59, 61 e 62). Outro ainda apresenta uma saliência dentro da qual há um orifício de forma tubular, talvez para o mesmo fim (Est. XVI — fig. 71).

⁽¹⁾ Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *A Gruta II da Necrópole de Alapraia*, «Separata dos Anais», vol. IV, Lisboa, 1941, fig. 38.

⁽²⁾ Carlos Ribeiro — *Notícia da Estação Humana de Licêa*. 1878, pág. 46, fig. 9.

⁽³⁾ J. Camarate França — *Obra citada*. Est. XVIII, figs. 152 e 153.

⁽⁴⁾ Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro — *Obra citada*. Na 4.^a página das estampas incluídas entre págs. 8 e 9.

Decorações. — A grande maioria dos fragmentos encontrados não tem decoração alguma. Observando os que a têm, poderemos distinguir as seguintes técnicas:

I — Aplicação de uma ponta em posição perpendicular ou oblíqua à superfície exterior do vaso, sobre a qual não desliza.

a) A primeira posição dá origem a uma decoração punctiforme (Est. XVI — figs. 64, 65 e 76);

b) A segunda, e porque a incisão tomou uma forma oblonga que lembra uma pequena folha, foi utilizada em alguns casos, para obter decoração baseada em motivos da natureza — estilização de plantas — (Est. XVI — figs. 66 a 74).

II — A ponta desliza sobre a superfície do vaso, produzindo incisão linear. Os motivos decorativos são geométricos e conseguidos pela associação de:

a) Linhas paralelas simples (Est. XVII — fig. 77);

b) Linhas verticais ou oblíquas entre paralelas (Est. XVII — figs. 78 a 83);

c) Linhas paralelas em ziguezague (Est. XVII — fig. 82 e Est. XVIII — fig. 91);

d) Linhas verticais entre paralelas em ziguezague (Est. XVII — fig. 83);

e) Linhas oblíquas preenchendo triângulos (Est. XVII — fig. 84);

f) Linhas cruzadas (Est. XVII — figs. 85 a 89 e Est. XVIII — fig. 90);

g) Feixes de linhas paralelas verticais (Est. XVIII — fig. 92);

h) Feixes divergentes de linhas paralelas (Est. XVIII — fig. 92);

i) Sulcos largos e profundos (Est. XVIII — figs. 94 e 96).

Por vezes, verifica-se a combinação das duas técnicas; de incisões punctiformes (I-a) e de linhas (II) — Est. XVI — figs. 75 e 76. Neste caso, as linhas contornam as incisões.

III — Aplicação de um instrumento denteado, obtendo-se linhas constituídas por sucessões de pontos.

Encontrámos um único exemplar desta técnica, no qual se observa decoração geométrica obtida pela associação de linhas paralelas horizontais com linhas paralelas em ziguezague (Est. XVIII — fig. 93).

IV — Aplicação de um instrumento oco, de secção circular, sobre a pasta, produzindo pequenas circunferências iguais.

No fragmento representado na fig. 90 da Est. XVIII, vemos estas incisões circulares combinadas com linhas cruzadas.

V — Aplicação de matéria corante (vermelha). Este processo é evidente na superfície exterior de alguns fragmentos que pertenceram a um vaso de paredes espessas e formato esferoidal e noutro também decorado com linhas paralelas e incisões (Est. XVIII — fig. 95).

VI — «Decoração de cordas» — único exemplar — (Est. VIII — fig. 7) ou mais provavelmente uma decoração que a imita e que, segundo Nils Åberg ⁽¹⁾, era conseguida pelo alinhamento de incisões oblíquas feitas com um instrumento de ponta convexa. À imitação da «cerâmica de cordas» também se referem H. Obermaier e Garcia y Bellido ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Obra citada*. Pág. 30.

⁽²⁾ *El hombre prehistórico y los Origenes de la humanidad*. 3.^a edición, Madrid, 1944, pág. 189.

A original — obtida pela impressão de uma corda enrolada enquanto a pasta estava ainda fresca — e que Nils Äberg não viu na Península (1) —, localizava-se na Turíngia e Saxónia, propagou-se pelo Reno, Alpes, Sul da Rússia, Norte dos Balkans (2) e foi um dos fenómenos mais típicos de uma determinada cultura eneolítica nórdica (3).

c) *Outros achados.* — Além dos referidos achados líticos e cerâmicos, merecem menção:

— Fragmento de concha (*Cardium*) com perfuração evidentemente intencional, que deve ter pertencido a objecto de adorno.

— Vários fragmentos de ossos cilíndricos, de diversos diâmetros, todos eles enegrecidos (Est. XII — fig. 51). As paredes do canal medular foram alisadas, o que nos leva a admitir que tivessem servido de cabos de instrumentos.

— Dentes e ossos de animais (predominantemente de «Sus» e «Equus»). Por se encontrarem à superfície dos terrenos ou apenas cobertos por delgadas camadas de terra, não podemos considerar que todos sejam contemporâneos do espólio que enumerámos, e, consequentemente, tomá-los como restos de alimentos dos habitantes do castro. Assim, não serão objecto de notícia detalhada.

(1) *Obra citada.* Págs. 30 e 31.

(2) Segundo Obermaier e Garcia y Bellido — *Obra citada.* Pág. 18.

(3) Segundo o Prof. Dr. Moritz Hoernes — *Collección Labor — Prehistória-I — La Edad de la Piedra.* Pág. 103.

5.º — Presumíveis vestígios de fortificações e de outras construções

a) *De fortificações* — Para facilitar a descrição, podemos distribuir os vários muros de pedra solta que se nos tornaram suspeitos de restos de construções antigas, por quatro grupos, embora pareça terem pertencido a um sistema único com cerca de 500 m. de extensão, quase sempre constituído por duas linhas mais ou menos paralelas.

I — O primeiro grupo de dois muros encontra-se aproximadamente a 60 m. ao Sul do planalto e entre eles localiza-se o terreno lavrado de forma rectangular onde, como já dissemos, os achados são abundantes e expressivos (3 e 4 na Est. I e IV). No que fica mais próximo do sopé do planalto e que tem o comprimento de cerca de 170 m., medimos espessuras de 4,50 m. a 6,50 m. (Est. VII — figs. 5 e 6). No que fica mais ao Sul e que dista do primeiro cerca de 35 m., as espessuras são menores: 2 m. a 2,50 m.

II — Oblìquamente às extremidades oeste dos anteriores, outros dois muros com 1,50 m. de espessura média ladeiam um vasto terreno, deixando-lhe uma ampla entrada mesmo à beira da escarpa Sul do monte (I e 2 nas Est. I e IV).

III — Para Leste, e no provável prolongamento dos muros que citamos em I, a uma distância de cerca de 150 m., há ainda outro muro onde medimos uma largura média de 3 m. Apresenta 4 interrupções intencionais cujas aberturas variam entre 1 m. e 0,40 m. (5 nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3).

Paralelamente a este e do lado norte, há um socalco que acompanha o muro descrito em quase toda a sua extensão;

nota-se que está bordado de pedregulhos que lembram a base de um muro destruído (6 na Est. I e IV).

Também paralelamente e ainda mais ao Norte, um aglomerado irregular de pedras estende-se no sentido E.-O. (7 na Est. I e IV).

IV — A uns 80 m. da extremidade leste do muro principal descrito em III, outro muro, cuja base é de largura apreciável, contorna a colina, vira ao Norte, depois a Oeste, terminando súbitamente, cortado pela azinhaga que vem de Almargem do Bispo. A sua largura média é de 2 m. (8 na Est. I e IV).

É indiscutível que, para simples divisórias de propriedades, todos os muros descritos são demasiadamente largos. Conjecturamos portanto, que, pelo menos alguns, serão restos de fortificações defensivas desmanteladas, em parte ainda no seu alinhamento primitivo.

Observando a planta, perspectiva e foto aérea, (Est. I, IV e V), melhor se aprecia tudo o que referimos e se avalia o conjunto defensivo da povoação, assinalada pelos achados líticos e cerâmicos, que são mais abundantes precisamente nos terrenos compreendidos entre as escarpas (defesas naturais) e os muros (obras artificiais de defesa?).

Se, num ou noutro ponto, há descontinuidade no alinhamento dos restos das hipotéticas fortificações, ou até nas suas espessuras, lembremo-nos de que teriam sofrido, durante quatro milénios, defalques e deformações de várias origens: a erosão natural; o aproveitamento dos materiais para construção das simples divisórias de propriedades, que também abundam e não levantam suspeitas; e até a demolição e remoção dos pedregulhos para melhor aproveitamento da superfície arável.

Só uma campanha intensiva de investigações, sondagens para se avaliar da natureza da parte subterrada e o levantamento topográfico do local, permitiriam conclusões sobre a origem e concordância de todos os muros.

b) *De outras construções.*

I — É digno de nota um enorme amontoado de pedras (9 nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3) que se encontra a 17 m. ao Sul da extremidade oeste do muro 5.

Teria havido, neste ponto, uma construção que, pela pequena superfície da sua base e grande quantidade de material empregado, seria de razoável altura? Também é possível que seja apenas o resultado da remoção e acumulação — para desimpedir o terreno cultivável — dos restos de construções diversas, situadas fora dos muros.

II — No ângulo NE. do planalto e em nível um pouco superior à zona lavrada, vêem-se vários blocos de pedra, notáveis pelas suas dimensões, intencionalmente dispostos em círculo.

São dois os círculos, tendo o maior 7 m. de diâmetro. Na superfície interior, há mato abundante e pedregulhos dispostos irregularmente (Est. I e IV e Est. VII — fig. 4).

III — No terreno a Oeste do muro I («F» nas Est. I e IV), notam-se alinhamentos regulares de pedras, perfeitamente visíveis na foto aérea (Est. V). Determinar o seu significado e, a serem vestígios de habitações, qual a época em que teriam sido ocupadas, só será possível por meio de sondagens que não levámos a efeito, por não estarmos devidamente autorizados.

Diz Vergílio Correia, como já referimos, que «deve ter existido... um pequeno núcleo de habitações» no «extremo oeste do Picoto do segundo corpo da Serra» (1). Se interpretarmos «segundo corpo da Serra» como *corpo norte da Serra*, tais vestígios encontram-se precisamente no local que chamou a atenção do ilustre arqueólogo e reforçam a sua suspeita.

IV — Quem voltar à aldeia de Olelas descendo pela escarpa NO., encontrará a cerca de 100 m. do marco geodésico uma azinhaga que contorna o monte e segue por vezes apertada entre taludes.

Não nos repugna aceitar que tivesse sido o acesso primitivo ao castro e, neste caso, obedeceria a regras defensivas, pois o atacante teria de o subir dando-lhe a direita; ver-se-ia assim na situação menos favorável de, em marcha ascendente, ter de usar o braço esquerdo para o arremesso de projecteis.

O Forno dos Mouros. Várias vezes na aldeia, ouvimos falar no «Forno dos Mouros».

Finalizadas as nossas observações na «Estação da Coroada», resolvemos procurá-lo, tendo servido de guia o mais velho habitante de Olelas, o Sr. Domingos Cabeça.

Encontra-se situado cerca de 150 m. a SE. da aldeia, na margem esquerda de um regato que corre para SO.

Consiste numa cavidade de boca oval, cavada na rocha, com 1,95 m. no seu diâmetro maior e 1,75 m. no menor; o bordo do lado N. foi em parte destruído. Pareceu-nos que as suas paredes alargam para baixo, mas porque está entulhado com grande

(1) *Obra citada.* Pág. 209.

quantidade de pedras e terra, não nos foi possível proceder a um exame completo quanto a profundidade, possível espólio, etc.

O monumento é antigo, segundo o aspecto e a designação local, mas só depois de desentulhado se poderão tirar conclusões ou formular hipóteses sobre a sua origem e utilização.

Vergílio Correia, que também viu esta construção, considerou-a um «silo» embora tivesse achado estranha a sua situação junto de um ribeiro (1), facto este que nos leva a não excluir a possibilidade de ter sido um depósito para reter temporariamente águas.

6.º — Conclusões

A Estação Pré-histórica de Olelas tem merecido a atenção de especialistas notáveis.

Houve quem a descobrisse, explorasse as grutas do vale da Calada e recolhesse o espólio em museu: foi Carlos Ribeiro (2). Infelizmente, aconteceu que, por circunstâncias contrárias ao objectivo a que se propunha, da sua acção pouco mais ficou do que os respectivos efeitos materiais e faltam-nos assim quaisquer comentários que nos elucidem sobre as sábias ideias e conclusões do ilustre arqueólogo.

Houve quem a visitasse 35 anos depois e lhe parecesse que, no extremo Oeste do Picoto, teria existido «um pequeno núcleo de habitações»: foi Vergílio Correia. O tom interrogativo da sua suspeita sobre ser ou não neste ponto a «Estação da Coroadá», era como que um convite a uma resposta firme.

Sacudindo o pó depositado durante 55 anos sobre as pedras e os cacos recolhidos em museu, houve quem relacionasse e estu-

(1) *Obra citada.* Págs. 210 e 211.

(2) *Obra citada.* Pág. 69.

dasse os seus caracteres e época provável: foi Augusto de Melo Nogueira quem levou a efeito esse complemento indispensável aos trabalhos efectuados por Carlos Ribeiro.

Para quê então esta nossa notícia?

É que a «Estação da Coroadá» — posta sempre num plano secundário em virtude da maior atenção que mereceram as grutas necrópoles — carecia de ser *reencontrada* finalmente.

Convinha também que fosse *definida* após investigação de quais as várias jazidas de superfície, sua extensão, interdependência, e averiguação do interesse que para o caso poderiam oferecer todos os presumíveis restos de construções, relacionando-se e estudando-se ainda o espólio novo que se deparasse.

Dir-se-ia até que a tradição popular local, ingénua mas por vezes sábia, segundo a qual «no monte do Castelo existiu há muitos anos uma cidade» pedia uma satisfação.

Tentámos atingir os objectivos expostos e reconhecemos agora que falta fazer o mais trabalhoso e mais eficiente: por meio de campanhas de escavações, obter todos os subsídios que a «Estação» possa fornecer para o estudo do importante problema do eneolítico português e verificar o fundamento ou inconsistência das hipóteses que passamos a formular.

*

* *

A avaliar pela natureza dos utensílios ou fragmentos de utensílios encontrados, cujas aplicações seriam múltiplas — raspadores, facas, folhas de lança ou foicinhas, ponta de seta, machados, enxós, percutores, mós, cerâmica, etc.; a terem fundamento as nossas suspeitas sobre os restos de fortificações e outras construções; atendendo ainda a outras circunstâncias, tais como a situação da Estação em local dificilmente expugnável, sua

extensão, lendas, proximidade de grutas-necrópoles; e considerando os casos semelhantes das estações de Licêa, Chibanes, Rotura, Pragança e Vila Nova de S. Pedro; somos levados a concluir que estamos na presença dos restos de um *Castro*.

De simples achados superficiais, não se poderá estabelecer cronologia segura. Porém, da identidade entre os tipos de cerâmica que encontrámos e os das estações de Montes Claros, Alto da Cabreira, Alapraia, Cascais e muitas outras, podemos admitir — hipótese que fica em suspenso até que o estudo dos materiais encontrados em futuras escavações estabeleçam cronologia firme — que o castro é da *época eneolítica* (ou do «Bronze I» segundo a cronologia proposta no Congresso de Almeria) compreendida entre os anos 2.200 e 2.000 A. C.. Santa-Olalla chama a esta cultura «Bronze Mediterrâneo I» e atribui-lhe o período compreendido entre os anos 2.000 e 1.700 A. C. (1).

A julgar pela área onde achámos espólio, este castro é notável pela grande superfície que ocupa; figurará um dia, julgamos, entre os maiores que a arqueologia pré-histórica explorou nos arredores de Lisboa.

*

* *

Ao terminar, sentimo-nos tentados a fazer umas breves considerações que nos foram sugeridas pelo nome da aldeia próxima — Olelas — uma vez que vários indícios nos levam a admitir haver relação entre este aglomerado populacional e o castro cujos vestígios acabámos de descrever.

(1) *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. 2.^a ed., Madrid, 1946, pág. 59 e seguintes.

Meditando sobre a origem de tal nome, ofereceram-se-nos as várias hipóteses que registamos:

Por comparação com «Caselas» (casas pequenas) e «Fontanelas» (fontes pequenas) «Olelas» será simplesmente um diminutivo do vocábulo latino «Olla» (1). É admissível, de facto, que no topónimo esteja uma alusão ao aparecimento de grande quantidade de vasos de barro, mesmo fragmentados, ou até de urnas cinerárias também de barro — uma das significações de «Olla». Não temos conhecimento de que Olelas alguma vez fornecesse espólio desta última natureza, mas a hipótese não será em absoluto fantasiosa se nos lembrarmos de que o castro teria sido habitado em épocas posteriores ao eneolítico — alguns fragmentos de cerâmica que encontrámos permitem a suspeita. — Sendo assim, é possível que as populações contemporâneas da prática funerária a que aludimos deixassem na região certa abundância dos referidos monumentos; o facto impressionaria outras populações que, posteriormente, aí se estabeleceram e o novo povoado que se aninhou na falda do monte teria recebido denominação alusiva.

Mas, poderemos ir mais longe no campo da hipótese, onde já vimos, por vezes, extraviar-se o raciocínio dos mais rigorosos investigadores neste e noutros ramos da ciência; e, assim, apresentamos ainda uma presunção, talvez infundada, mas que se nos afigura atraente.

É facto constatado que certas povoações e cidades de origem muito antiga, localizadas na Península Ibérica, têm ou tiveram

(1) Ponhamos de parte o provincialismo transmontano «Ola» derivado do castelhano que significa «remoinho».

denominações caracterizadas pelo prefixo comum «Ol», como «Olissipo», «Olba» (Huelva?) «Olerdula», «Olontigi» e muitas outras.

Se admitirmos que se pode considerar o prefixo «Ol» no nome «Olelas» e que a sua natureza se filia em fenómeno filológico semelhante, o caso seria, sob o ponto de vista toponímico, comparável aos que referimos; e a proximidade da Estação pré-histórica sumariamente descrita nesta notícia reforça tal suspeita.

Ao contrário do que acontece com alguns dos exemplos anteriores — (Olissipo, por exemplo) — Olelas não possui pergaminhos históricos que preencham a solução de continuidade entre os dois únicos elos visíveis da cadeia que pretendemos reconstituir — o povoado eneolítico da «Coroadada da Montanha» e a aldeia de hoje — mas observemos que, perscrutando com atenção algumas características da sua fisionomia, se notam traços de antiguidade e que bem próximo há vestígios arqueológicos — «Fonte de Olelas», onde Carlos Ribeiro recolheu espólio (1). «Forno dos Mouros», etc.

Teria portanto, a aldeia de Olelas herdado o seu nome, hoje por certo adulterado, da povoação do alto do monte, sua longínqua antepassada?

A resposta cabe à filologia, quando estiver na posse de conhecimentos suficientes sobre as línguas usadas pelos povos primitivos da Península e puder então conjugar os seus esforços com os que competem à arqueologia pré-histórica, devendo assim surgir novos subsídios que permitam a análise deste e de outros casos equiparáveis.

Lisboa, Julho de 1950.

(1) Augusto de Melo Nogueira — *Obra citada*. Pág. 7.

ESTAMPAS

- I — Planta e perfis.
- II — O «Castelo» visto do NO.
- III — O «pequeno planalto» visto de Leste.
- IV — Perspectiva que interpreta a foto aérea — Est. V — .
- V — Oblíqua da «Estação da Coroada» — foto aérea de Abreu Nunes.
- VI — Fig. 1 — O cabeço do «Castelo» visto do «Picoto»; na parte central da fotografia e a meio da encosta, a gruta do «Biguino» — ao fundo, e dominando todas as elevações o «pequeno planalto» onde se localiza o marco geodésico.
- Fig. 2 — Terreno B entre os muros 3 (o do fundo) e 4. No último plano o terreno A.
- Fig. 3 — Terreno C e muros do grupo III (5, 6 e 7); à direita vê-se o amontoado de pedregulhos (9); por detrás do cabeço à esquerda, situa-se o Terreno D.
- VII — Fig. 4 — Dois grupos de pedras dispostas em círculo, no ângulo NE. do «pequeno planalto».
- Fig. 5 — Trecho do muro 3, visto do Sul.
- Fig. 6 — Muro 3 — parte superior.
- VIII — Fig. 7 — Cerâmica com «decoração de cordas», ou imitação.
- Fig. 8 — O «Castelo» (à esquerda) e o «Picoto» (à direita), vistos de Olelas.
- Fig. 9 — Entrada de uma gruta no flanco N. do cabeço do «Castelo», próxima do ângulo NE. do «pequeno planalto».
- IX — Figs. 10 a 17 — Peças de sílex.
- X — Figs. 18 a 25 — Peças de sílex.
- XI — Figs. 26 a 36 — Peças de sílex.
- XII — Figs. 37 a 50 — Peças de sílex.
- Fig. 51 — Fragmento de osso cilíndrico enegrecido.
- XIII — Figs. 52 a 55 — Machados.
- XIV — Cerâmica — perfis.

XV — Cerâmica.

Figs. 56 a 58 e 60 — Bordos denteados.

Figs. 59, 61 e 62 — Pegas.

Fig. 63 — Decoração.

XVI — Cerâmica.

Figs. 64 a 76 — Decorações.

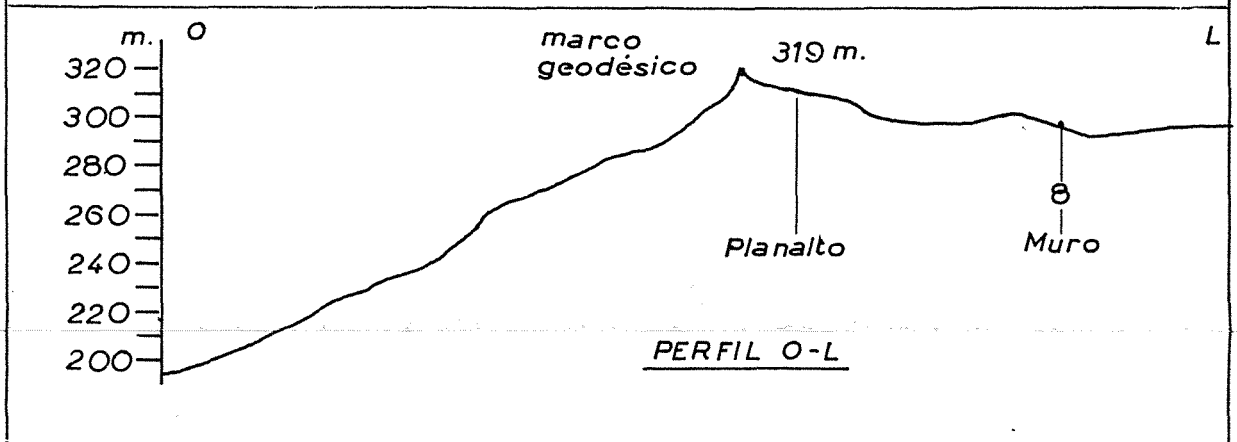
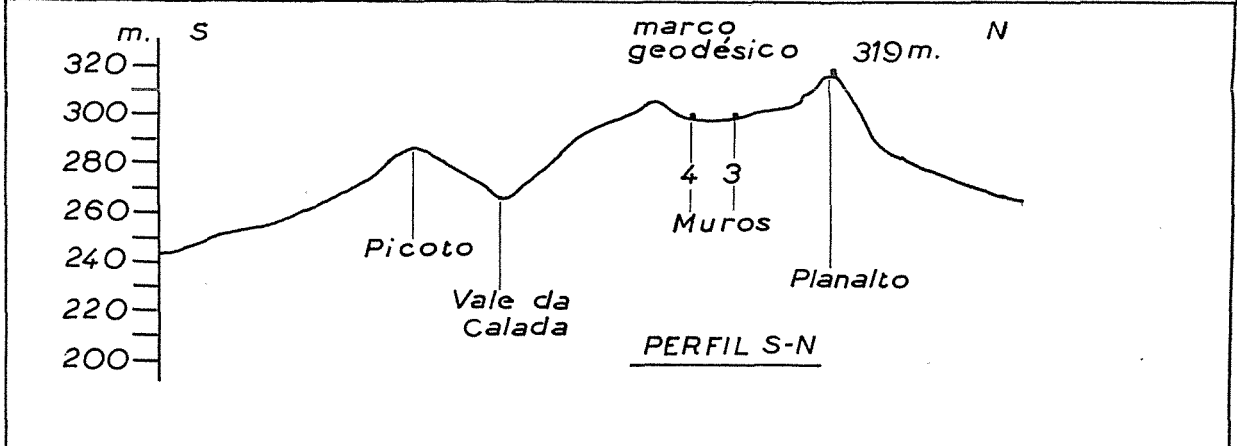
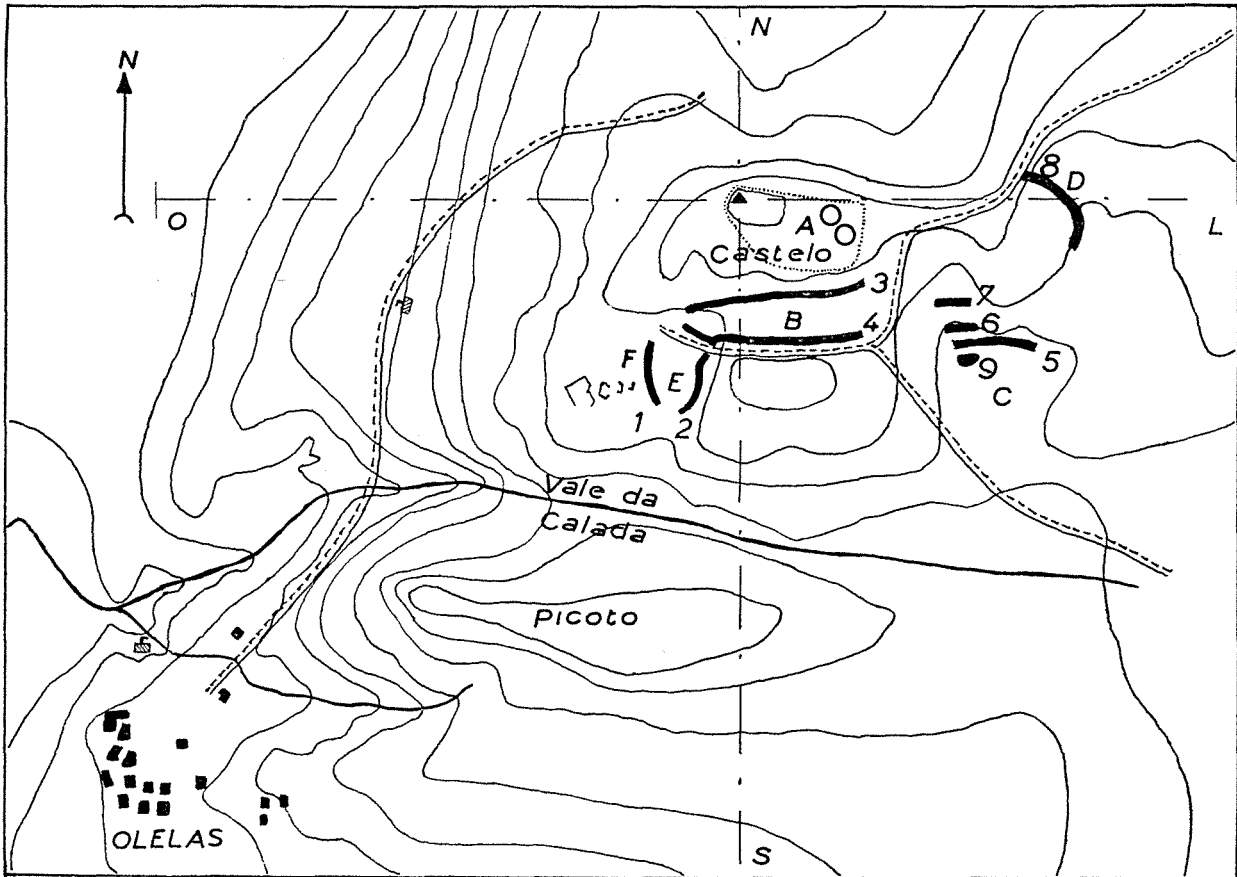
XVII — Cerâmica.

Figs. 77 a 89 — Decorações.

XVIII — Cerâmica.

Figs. 90 a 96 e 98 — Decorações.

Fig. 97 — Fragmento com perfurações.



PLANTA

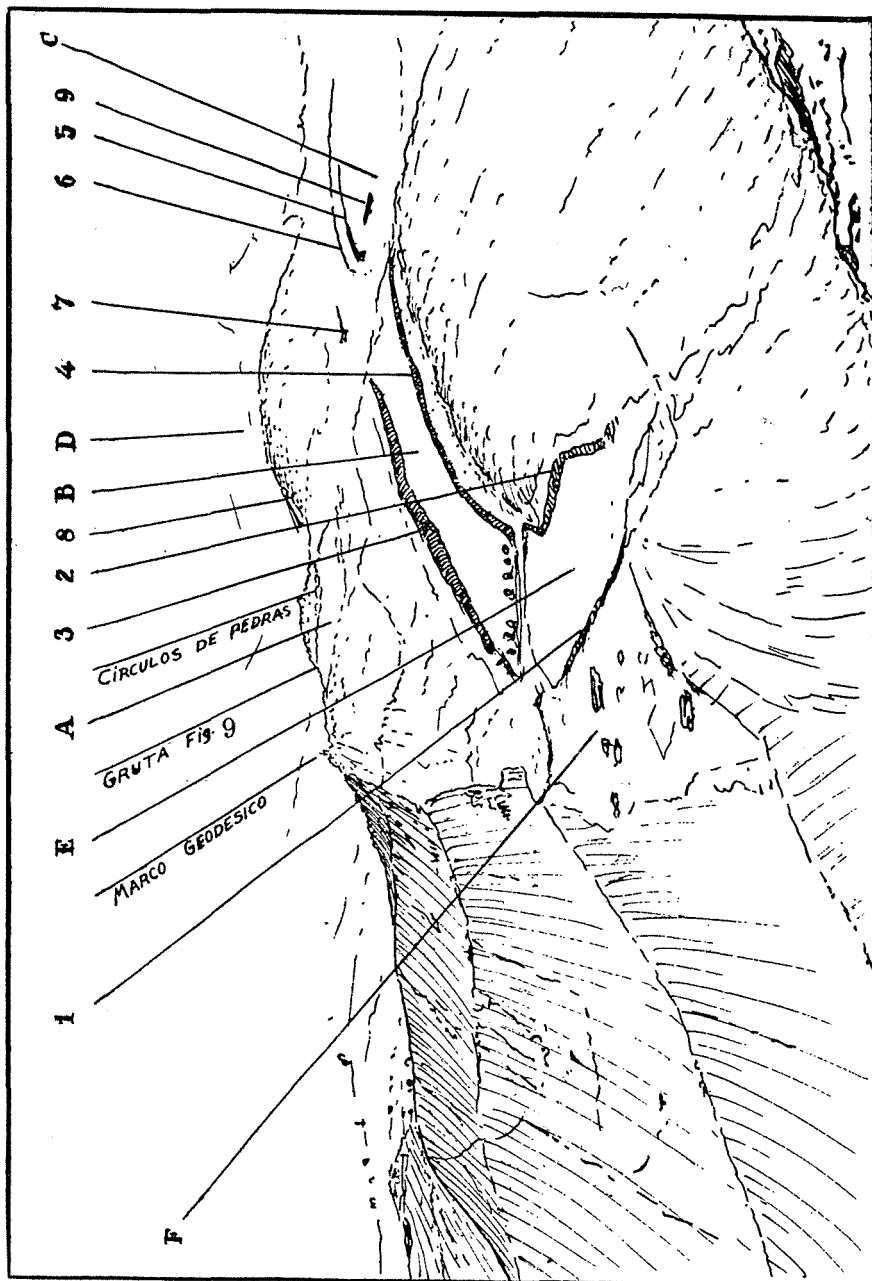
- Escala 100m. 500m.
 Equidistância 10 m. ▲ Marco geodésico 319m.
 ■ Casas □ Fonte - - - - - Caminho
 ○ Blocos de pedras dispostos em círculos
 ——— Muro com possível interesse arqueológico
 Planalto

PERFIS

- Escalas:
 das horizontais 100m. 500m.
 das verticais 50m. 150m.

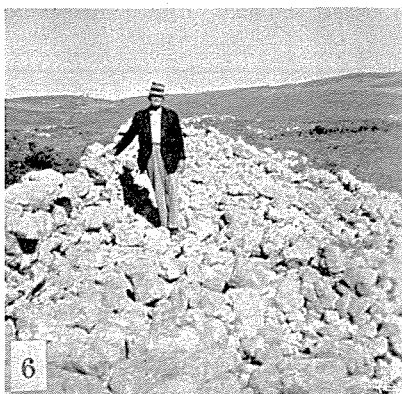
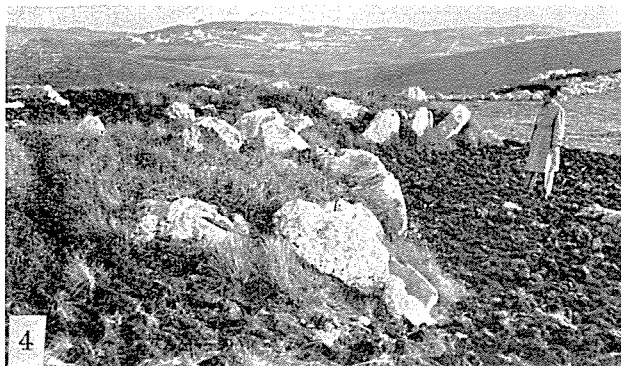


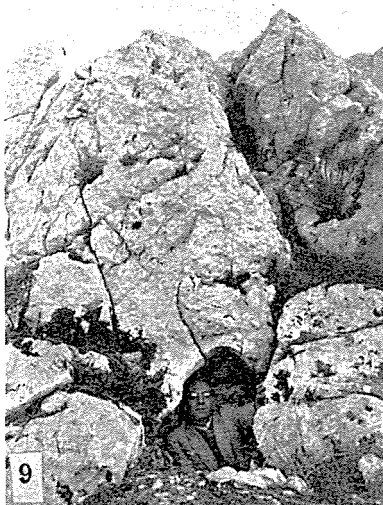
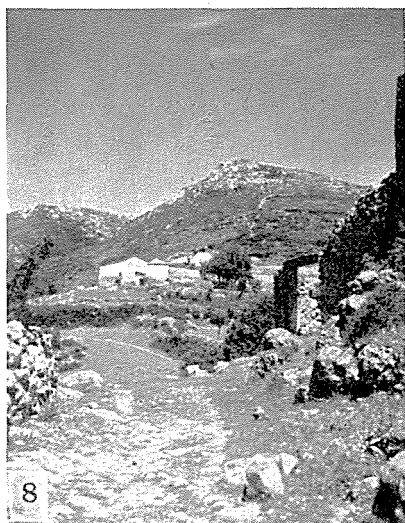
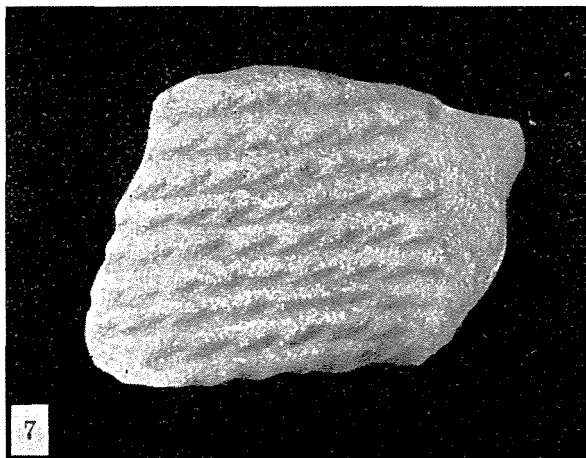






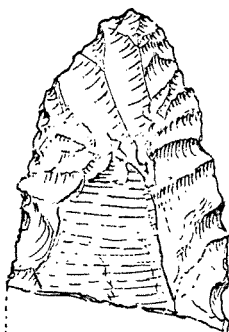








10



11



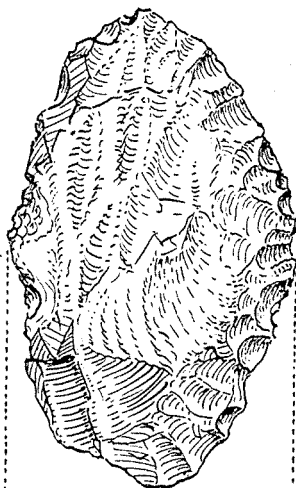
12



13



14



16



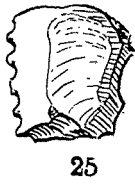
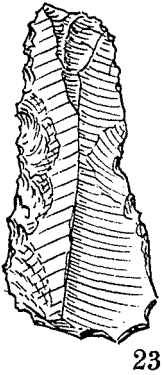
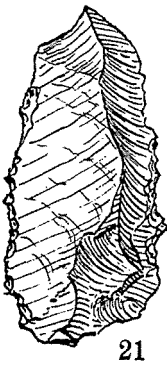
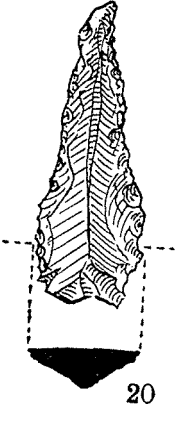
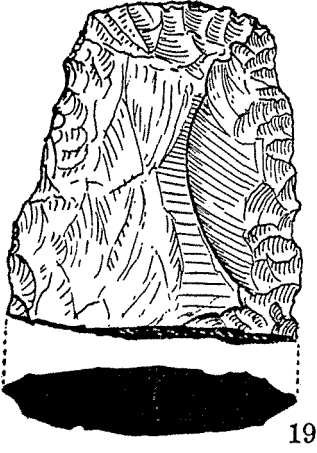
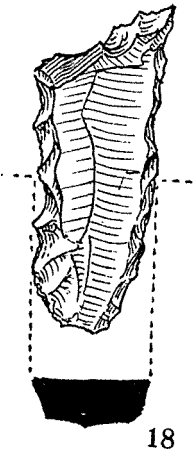
15

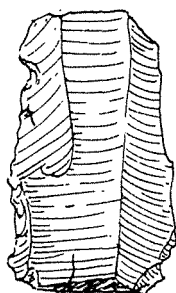


17

CENTIMETROS

0 1 2 3 4

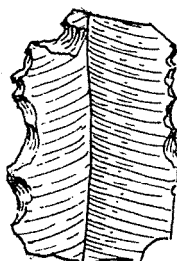




26



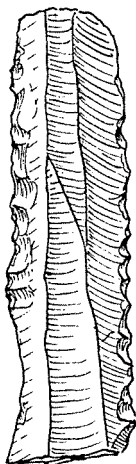
27



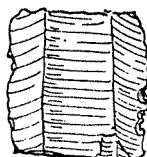
28



29



30



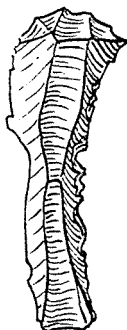
31



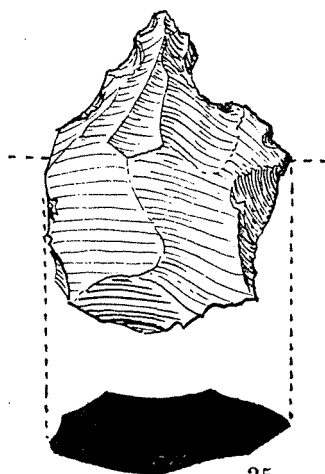
32



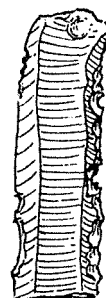
33



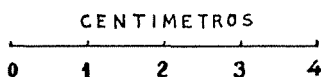
34

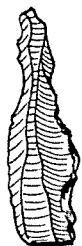


35



36





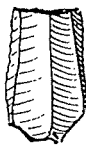
37



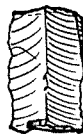
38



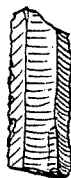
39



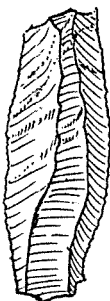
40



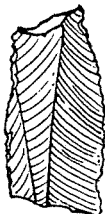
41



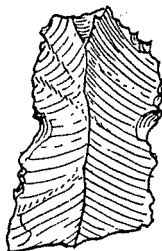
42



43



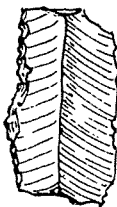
44



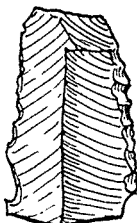
45



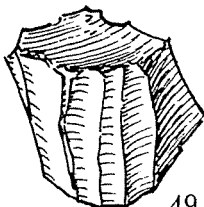
46



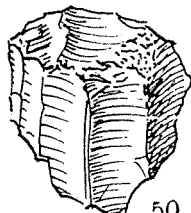
47



48



49

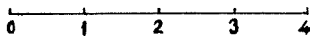


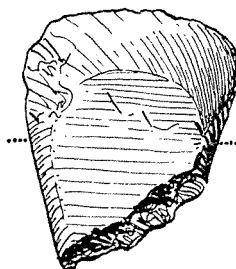
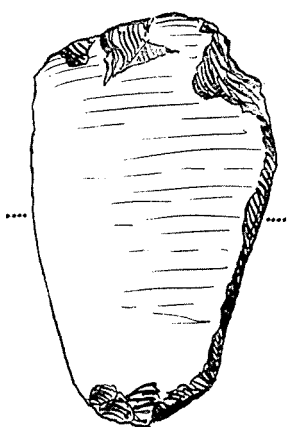
50



51

CENTIMETROS

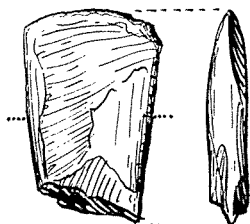




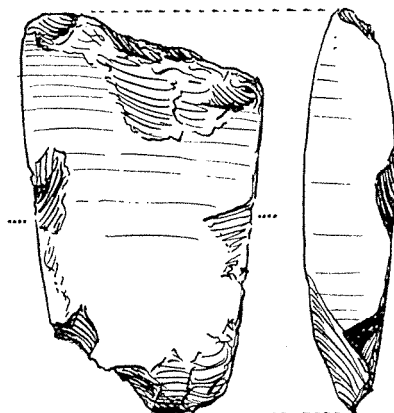
53



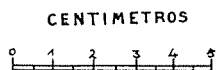
52



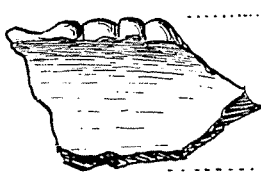
54



55







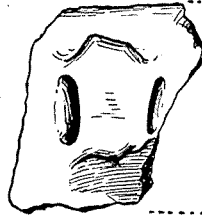
56



57



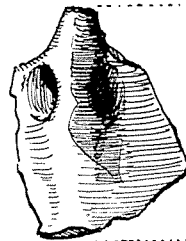
58



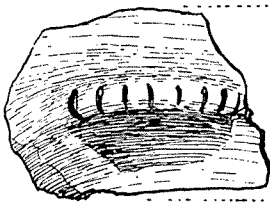
59



60



61

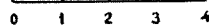


62



63

CENTIMETROS





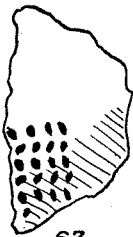
64



65



66



67



68



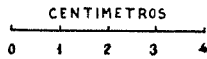
69



70



71



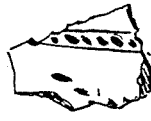
72



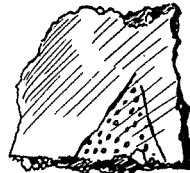
73



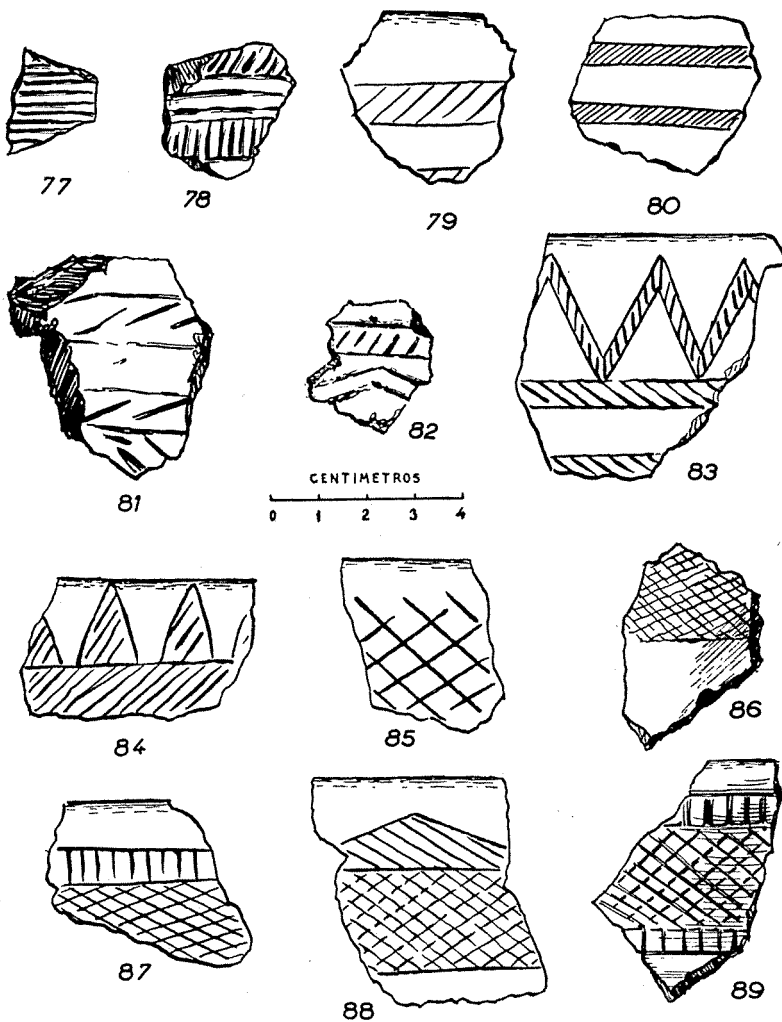
74

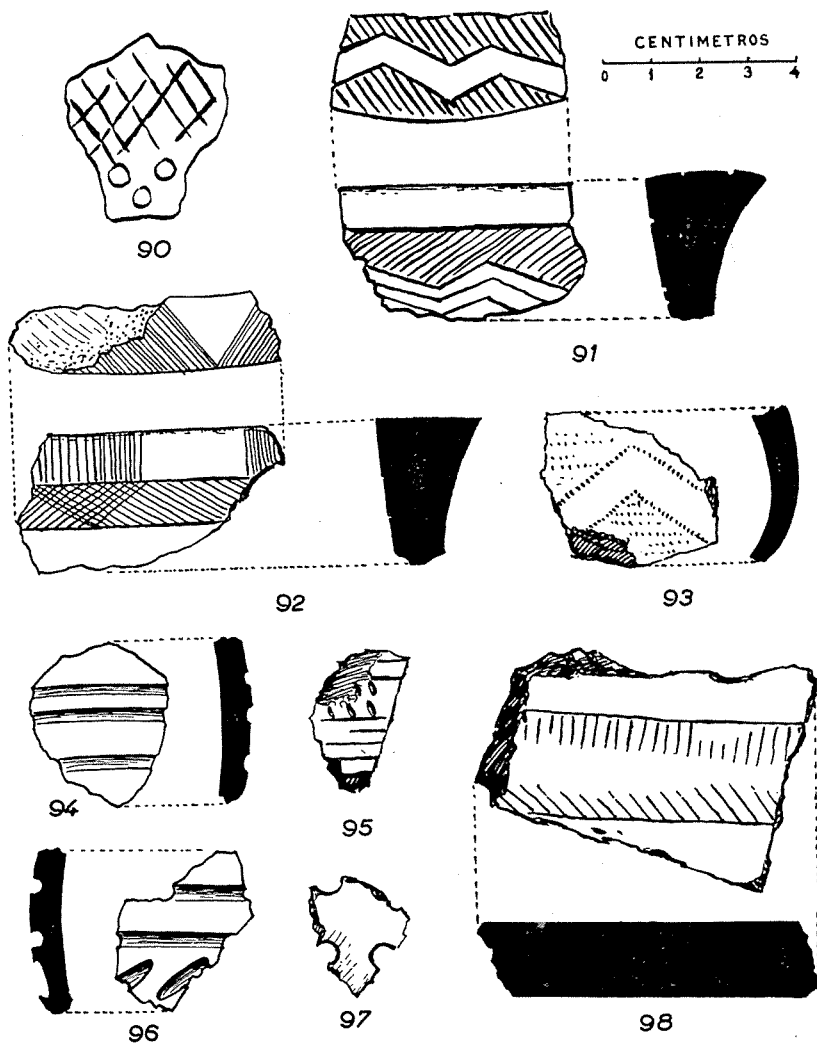


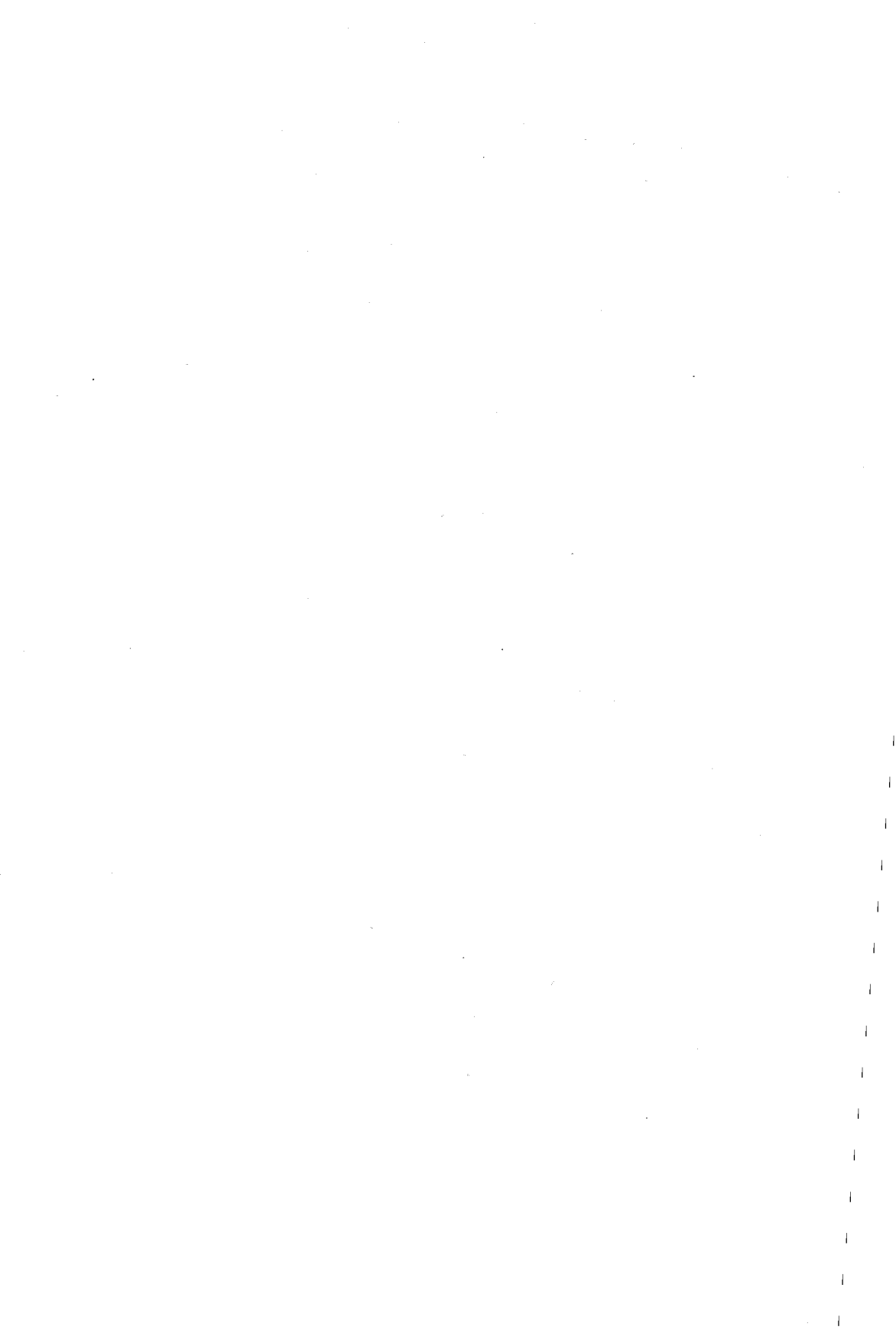
75



76







Fechos das coleiras do gado na Beira-Baixa e no Alentejo

POR

D. Sebastião Pessanha

*Ao ilustre etnógrafo espanhol,
R. VIOLANT I SIMORRA,
e ao seu amor pelas coisas pastoris.*

Em Etnografia, é vulgar suceder que um estudo de certa vastidão, quando devidamente orientado e profundado, realizado em pleno contacto com a região, as coisas e as gentes em que se enquadra, disposto ou, pelo menos, projectado de forma a satisfazer as actuais exigências desta novel ciência, traga à superfície, destaque de um plano que se nos afigurava secundário, determinados elementos súbitamente avolumados de interesse e só por si merecedores de especial atenção.

Longe vai o tempo em que os trabalhos etnográficos podiam abranger largos aspectos da vida popular, limitados à simples enumeração de factos, sem conclusões, deixando passar por larga malha, por falta de observação directa e experiente, pequenos factores, de grande valia por vezes.

Felizmente que, por toda a parte, se advoga a necessidade de especialização e profundeza, de estudos parcelares e detalhados, pois só assim, de facto, se poderão carrear os materiais indispensáveis à obra grandiosa que é o conhecimento da vida do povo.

Partidário convicto deste princípio, não compreendo, nem aceito, por grandes que sejam os valores, a universalidade dos

conhecimentos etnográficos, a não ser quando se pretenda somente traçar directrizes, estabelecer normas de estudo, limitar a actividade à divulgação e ao ensino teórico da matéria.

Só trabalhos profundos, esgotantes, limitados a um determinado assunto illusòriamente insignificante, circunscritos a zonas geográficas perfeitamente definidas, largamente documentados, podem satisfazer os bons e justos desejos dos que, entre nós e lá fora, anseiam pela elevação da Etnografia a um mais alto nível científico.

Foi pensando assim que, no decorrer de uma colheita de elementos para um trabalho que, provavelmente, não chegarei a publicar, sobre a vida pastoril na Beira-Baixa, resolvi destacar dele alguns aspectos que se me afiguraram dignos de especial projecção — uns, pelo interesse que podem despertar, mesmo além-fronteiras; outros, pela urgência de arquivar velhos usos em via de acelerada extinção; todos, pelo ineditismo de que se revestem.

Daqui nasceu este estudo, não recomendável, decerto, pelos conceitos e conclusões nele contidos, mas, sem sombra de dúvida, pelo volume e qualidade da documentação palpável que consegui reunir para o realizar, Deus sabe com que canseiras para mim e com que incómodos para os meus Amigos.

*

* *

Noutros tempos, quando um pastor pretendia enchocalhar o gado que apascentava, só comprava os chocalhos, quase sempre provenientes das afamadas oficinas das Alcáçovas, no Alentejo, escolhidos os tamanhos mais acomodados a cada rês e experimentado, cuidadosamente, o som de cada um.

As coleiras talhava-as ele próprio, da pele de animal abatido para consumo, ou vitimado por moléstia, ou mesmo dos canos de

calçado velho; as travincas para as fechar e os badalos para os chocalhos, ele mesmo, também, os fazia de qualquer pedaço de madeira mais à mão, nas longas horas em que o isolamento e a monotonia do seu viver exigiam distracção para o espírito e ocupação para as mãos, mantidos ainda antigos costumes que tornavam bem penosa a sua profissão.

Hoje em dia, e de um modo geral, as coleiras compram-se já feitas, nas feiras, ou encomendam-se ao correeiro; os chocalhos adquirem-se com os badalos, assim desprovidos de uma infinita e bizarra variedade de formas; as travincas de madeira, e também de chifre, são substituídas pelas modernas fivelas de metal fundido, agora de uso corrente em todo o lado, ou mesmo por uns simples pontos com atilhos de sola.

Mas não se extinguiu de todo, entre nós, aquele modo primitivo de fechar as coleiras do gado, cujo estudo se me afigurou digno de interesse, pois se encontra ainda, embora difundido com manifesta irregularidade, numa extensa zona do nosso país, por mero acaso quase rigorosamente correspondente aos distritos de Castelo Branco, Portalegre e Évora.

À designação beiroa, mais generalizada, de «chavelha», corresponde, no Alentejo, e de «cágueda», mas aquela prevalece na orla sul do Tejo e é notável, por vezes, a analogia de certos nomes locais, nas duas províncias.

Assim, «trasga» na Póvoa de Rio de Mainhos, ao penetrar na característica *Charneca*, e em Monforte da Beira, «tasma» no Rodão, «tasga» em Montalvão, tudo é o mesmo e só está correcto, segundo creio, na primeira forma, pois também designa, no norte, uma argola pendente do jugo e que serve para segurar o temão, por meio de uma cavilha, sendo igualmente de assinalar o facto de se lhe chamar «cravelha», tanto em Videmonte, em plena Serra da Estrela, como em St.^a Eulália, a poucos quilómetros de Elvas.

Pensei ainda que «chavelha», talvez por analogia de funções, poderia ter origem na «chavelha» nortenha, por vezes de ferro, mas geralmente de madeira e caprichosamente trabalhada, «que se crava perpendicularmente no cabeçalho, logo atrás do jugo, a fim de o travar» (1), mas breve me convenci, por várias razões, que assim não sucede, provindo simplesmente de chave, não só porque serve, de facto, para fechar e abrir a coleira, mas ainda porque a sua forma mais corrente, em toda a Beira-Baixa, é a deste utensílio, motivo porque também lhe dão o nome, já citado, de «cravelha», visto que é flagrante, em grande número de exemplares, a semelhança com aquela pequena peça que serve para retesar as cordas de vários instrumentos musicais.

Mais estranha é a designação de «cágueda», usada no Alentejo, que não é citada por Capela e Silva, no seu magnífico volume sobre os termos rústicos da sua região (2), não obstante havê-la citado anteriormente, no vocabulário de «Ganharias» (3), e até no texto de um dos seus capítulos — todos eles recheados de pura Etnografia.

É um assunto que devo deixar ao cuidado dos filólogos, por falta de competência para o tratar, mas que me agradaria ver esclarecido, pois o autor destes trabalhos se limita, neste último, ao traçar, com perfeita verdade, o quadro regional que intitulou «Ganadeiros», a escrever que «é raro encontrá-los sem que tragam enfiada no braço esquerdo, uma coleira enchocalhada, ou a fazer *cáguedas*, ou um badalo de *pau-ferro*, ou de cepa de

(1) Armando de Matos — *A Arte dos Jugos e Cangas do Douro-Litoral*, Porto, 1942.

(2) J. A. Capela e Silva — *A Linguagem Rústica no Concelho de Elvas*, Lisboa, 1947.

(3) Lisboa, 1939.

piorno» (4), esclarecendo, no vocabulário, que se trata de um «travessão de madeira, geralmente em forma de Y grego muito alongado, que substitui a fivela das coleiras do gado miúdo».

Se bem que muito vagas, estas são as únicas citações, até agora do meu conhecimento, ao pequeno utensílio pastoril objecto deste estudo, pois o seu interesse etnográfico, e até mesmo a beleza artística que muitas vezes apresenta, haviam escapado, quase inexplicavelmente, à intuição e à sagacidade dos poucos que, entre nós, se ocupam das coisas populares.

Devo mesmo confessar, em abono da verdade, que só há cerca de um ano, em plena Beira-Baixa, quando os restolhos do centeio, ressequidos do sol e da estiagem, recebiam, sôfregos, as primeiras chuvas do outono, e uma cabrada, de poucas cabeças, se cruzou comigo, à saída de Acha, reparei que um dos animais ostentava, em larga e velha coleira de cabedal, um precioso fecho de madeira, lavrado e aberto a canivete, e com a forma nítida de uma chave moderna, circular, que o pastor me disse ter o nome de «chavelha» e que, instado, acabou por me vender, ali mesmo, com aquela e o respectivo chocalho, longe de compreender o interesse que me movia e a emoção de que estava possuído.

É que um novo estímulo vinha animar-me a prosseguir nos trabalhos anteriormente iniciados, desde logo encarados como penosos e talvez despidos de utilidade científica; é que, naquele instante, se me reuniram no cérebro ideias incertas, que agora se fixavam, imagens imprecisas, que agora tomavam forma, leituras dispersas e distantes, que agora se avivavam na memória.

(4) *Ob. cit.*, pág. 98.

*

* *

Como já afirmei, a extensão geográfica destes fechos das coleiras do gado corresponde quase precisamente à área de três distritos administrativos — um na Beira-Baixa (Castelo Branco) e dois no Alentejo (Portalegre e Évora).

Desta forma, e tratando-se de distritos particularmente vastos, pode dizer-se que se encontram «chavelhas» e «cáguedas» numa grande zona central do nosso país, formada, para cima do Tejo, por todas as terras baixas que se estendem entre a fronteira e as duas serras — Estrela e Guardunha —, mal atingindo, pelo norte, o distrito da Guarda, no concelho do Sabugal, e, por oeste, a característica *Charneca da Beira*, ali delimitada, como é sabido, pelo Ocreza, ou, mais rigorosamente, pelo aparecimento do xisto.

Ao sul do Tejo, vai essa zona desde o Sado à fronteira, espraiando-se até ao planalto de Beja, mas não passa além do Guadiana, do mesmo modo que, no seu limite norte, não vai além do vale do Mondego, embora englobando as áreas altas dos concelhos da Covilhã e de Manteigas.

Pròpriamente na Serra da Estrela, as «chavelhas» que se encontram foram *levadas* pelos rebanhos transumantes, que ali ocorrem periòdicamente, idos da *Campina*, como estudou, em trabalho magistral, o Prof. Orlando Ribeiro (5).

Ora estes dados, paciente e escrupulosamente fixados, são de molde a sugerir várias considerações.

(5) Prof. Orlando Ribeiro — *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*, «Revista da Faculdade de Letras», tomo VII, Lisboa, 1940-1941.

Em primeiro lugar, resulta deles a convicção de que estes fechos são privativos de uma zona caracterizada pela grande lavoura e pela criação, em larga escala, de gado de todas as espécies, e assim fui obrigado a pensar ao verificar, por exemplo, que o seu uso se esbatia gradualmente, na Beira-Baixa, ao passar do concelho de Penamacor para o do Sabugal, em perfeita concordância com uma maior divisão da propriedade rústica, admitindo, portanto, a existência de um fenómeno de ordem social, mas é difícil explicar, então, o facto de se encontrarem lindas «chavelhas» nos pequenos rebanhos de caprinos que tanto abundam nas aldeias da falda da Estrela, onde o pastoreio se reveste de aspectos bem diferentes.

Por outro lado, não me parece lógico que esta forma arcaica de cerrar as coleiras se verifique, de preferência, onde existem as maiores e mais progressivas explorações agrícolas do país, quando em todo o lado se nota, como já disse, a sua rápida substituição pelas modernas fivelas de metal.

Não me julgo, porém, na presença de um caso em que a distribuição geográfica de uma manifestação etnográfica se deve basear exclusivamente em factores de ordem natural, como tantas vezes sucede, porque, como também é frequente, os seus limites se resumem, nalguns casos, a linhas tenuíssimas, praticamente impossível de fixar com rigor.

Perfilho, antes, a opinião de que, tanto as «chavelhas» da Beira-Baixa, como as «cáguedas» do Alentejo, se devem filiar na arte popular dos pastores destas duas províncias, cujas afinidades agro-pecuárias são bem conhecidas, sendo a sua expansão detida pelos habituais obstáculos geográficos e sociais: os rios, as montanhas, a constituição do solo, o clima, o ambiente diverso em que se enquadra a existência de outras populações rurais, embora confinantes.

E se é para assinalar, por inesperada, a escalada da Estrela, pois recolhi belos exemplares em Videmonte, em Manteigas, e até em Folgosinho, já no concelho de Gouveia, não pode restar dúvida que devemos atribuí-la, como já afirmei, às passagens periódicas dos grandes rebanhos da planura beiroa.

Até que ponto a transumância pode contribuir para a difusão e a deslocação de usos e costumes peculiares à vida pastoril, ver-se-á mais adiante.

Limite-me, por agora, a transcrever, de um erudito estudo de Francisca Vela Espilla, esta frase curta, mas inteiramente certa:

«Estas vías pastoriles fueran una de las causas verdaderamente unificadoras de la indumentaria y otros elementos etnográficos y artisticos populares, como la cerámica especialmente, habiendo difundido algunos tipos talaveranos y andaluces por toda Castilla la Vieja y el reino de León.» (6).

*

* *

À sumptuosidade dos jugos do Minho e do Douro Litoral, que podemos e devemos considerar como os mais sugestivos padrões da nossa arte popular, não corresponde qualquer preocupação de arte, de luxo, ou de atavio, nas coleiras do gado usadas nas várias regiões do país, se exceptuarmos as que, no Norte, costumam adornar os bois, por ocasião de feiras e de romarias, carregadas de campainhas e fivelas de metal, com várias ordens de correias, largas e pesadas, que Alfredo Guimarães evocou num dos seus magníficos artigos da «Terra Portu-

(6) Francisca Vela Espilla — *El traje de pastor en España*, «Anales del Museo del Pueblo Español», tomo 1, pág. 171, Madrid, 1935.

guesa» (7), com a graça e a ternura com que sempre fala das coisas da sua linda e histórica terra natal.

Efectivamente, não se usam em Portugal coleiras de madeira, que bem poderiam ter origem nos *arcos* que os jugueiros nortenhos recamam de finos *bordados*, ou simplesmente enfeitam a fogo, com motivos de uma singeleza primitiva, e são essas as que, em Espanha, em França, na Itália, na Suíça, constituem justificado orgulho da arte pastoril destas nações; infelizmente, não possuímos, no nosso património etnográfico, nem aqueles *colars de moltó* que Violant i Simorra descreve pormenorizadamente em um dos seus eruditos estudos (8) e são quase sempre revestidos de curiosos lavrados, incisos e pinturas, nem aqueles lindos *colliers de sonnailles*, com a forma de ferradura, que Fernand Benoit fez reproduzir na sua mais recente obra sobre a velha Provença (9), nem aqueles mais modestos *collari da capre* que o saudoso e querido Virgílio Correia adquiriu a um cabreiro de Pozzuoli e deu à estampa na «Etnografia Artística» (10), nem, ainda, nada de semelhante àquele lindo *collier de chèvre*, procedente de Engadine, que ilustra uma das páginas do magnífico volume «Schweizer Volkskunts» (11) e nos recorda, no seu alto espaldar rendilhado a coroar a coleira circular, um precioso anel medieval.

Invariavelmente de couro, em geral inteiramente liso, têm como única utilidade a suspensão do chocalho, e o seu interesse

(7) Alfredo Guimarães — *A Feira da Rosa*, «Terra Portuguesa», 3.º vol., pág. 209, Lisboa, 1917.

(8) R. Violant i Simorra — *D'Art Popular Pallarès*, pág. 19, Barcelona, 1938.

(9) Fernand Benoit — *La Provence et le Comtat Venaissin*, Paris, 1949.

(10) Porto, 1916.

(11) Bâle, 1941.

residirá apenas nas «chavelhas», ou «cáguas», que as possam adornar, se as não substituírem as vulgares fivelas metálicas, ou mesmo outros processos mais rudimentares de as apertar.

Feitos dois cortes longitudinais, em um dos extremos da coleira, e outros dois no outro, no ponto exacto em que ambos devem sobrepor-se, o fecho é colocado horizontalmente, entrando por um dos lados dos cortes e saindo pelo oposto, de modo a uni-los no rebaixo que tem por função impedir a sua queda, ou deslocação.

A fotografia I dispensa mais completa descrição da maneira como se colocam e funcionam estes fechos, reproduzindo, à esquerda, a coleira que adquiri em Acha, no concelho de Idanha-a-Nova, com a linda «chavelha» que me revelou o interesse etnográfico e artístico destas peças e me sugeriu o desejo de lhes dedicar este desprezioso trabalho.

*

* *

Primitivamente, estes fechos devem ter sido apenas curtos pedaços de madeira, adrede cortados de ponta de árvore, ou de arbusto, mais à mão, toscamente afeiçoados e cuja única função consistia em não permitir a accidental abertura da coleira, quer pelo ajustamento aos cortes nela efectuados, quer ainda pela pressão exercida pelo peso do chocalho.

Depois, o engenho do homem foi, pouco a pouco, aperfeiçoando-os; reconheceu a conveniência do rebaixo que impede a sua deslocação sem voltar para cima a parte posterior, inteiramente lisa; acrescentou-lhes, em uma das extremidades, uma pega mais larga, enquanto a outra se torna pontiaguda, para mais facilmente se colocarem e retirarem; adaptou os seus tamanhos e as suas formas à mais racional largura das coleiras, à sua espes-

sura sobrepostas as duas pontas, e ao vulto dos animais a que se destinavam.

E se é certo que alguns exemplares, principalmente alentejanos, nos lembram ainda, por sua rudeza, o tipo primitivo, e nos permitem ajuizar da sua natural evolução, outros maravilham-nos pelas suas correctas proporções e perfeito acabamento, ainda mesmo quando desprovidos de qualquer valor artístico.

Se collocarmos ao alto um destes fechos, isto é, na posição em que os fiz fotografar para este estudo, temos, na parte superior, a *cabeça* e, na inferior, a *patilha*, tomando por boas estas designações, ambas recolhidas no Alentejo, e delas nos vamos servir para descrever, devidamente agrupadas e seleccionadas, cerca de duzentas peças que consegui reunir e constituem uma colecção preciosa e decerto única.

Duas grandes divisões se impõem, antes de tudo, tanto mais que assim nos aconselham razões de ordem geográfica: fechos com a forma de Y, que só se usam no Alentejo, e fechos com a forma de chave, que se usam tanto no Alentejo como na Beira-Baixa.

Nos primeiros, agrupo os exemplares reproduzidos na fot.^a IV, e ainda todos aqueles em que a *cabeça* é constituída apenas por duas hastes bifurcadas, a maior parte das vezes de disposição natural; nos segundos, englobo os restantes, ou sejam aqueles em que a *cabeça* se apresenta circular, ovalada, quadrada, ou losangular, formando, com a *patilha*, um conjunto que bastante se assemelha a uma vulgar chave de fechadura.

No volumoso núcleo que recolhi em mais de vinte locais diversos, das duas províncias, o número daqueles não vai além de dez por cento da totalidade.

Por outro lado, é interessante notar que este tipo de fecho, bem expressivamente representado, na sua forma mais rudimentar, nos espécimes com os n.^{os} 5, 7 e 9, da citada fotografia, se foi modi-

ficando o aperfeiçoamento, até alcançar a elegância e a rigorosa simetria dos que têm os n.ºs 1 e 10, ambos trabalhados e, este último com iniciais e cercaduras pintadas de verde.

E não é ousado admitir como representando tipos intermédios os exemplares com os n.ºs 7, da fot.^a VII, e 2, da fot.^a X, o primeiro da região de Estremoz, e o segundo da aldeia de Peso, na falda da Estrela, junto ao Zézere.

Alargada a *cabeça*, reconhecida a conveniência do seu maior volume, para mais fácil manejo da peça, quase sempre difícil de colocar e retirar da coleira, sem certa prática, ela chega a atingir grandes proporções, como, por exemplo, no espécime n.º 1 da fot.^a XIII, pois o seu diâmetro é precisamente igual a metade da altura total do fecho.

Mas se nesta preciosa «chavelha» do Rosmanihal, na Beira-Baixa, tais dimensões se poderiam explicar como campo de caprichosa ornamentação, outro tanto se não dá em várias outras, inteiramente lisas, de diversas procedências, nas quais é flagrante a desproporção existente entre grandes *cabeças* circulares, ou ovaladas, e *patilhas* extremamente curtas.

Também é de assinalar o facto do tamanho de muitos destes fechos não estar em relação com a largura das coleiras, que é excedida, com frequência, pelo comprimento deles.

Mesmo onde abunda o gado caprino, sempre portador de coleiras mais largas, é frequente verificar que as *cabeças* das «chavelhas», ou das «cáguedas», estão, em parte, em contacto directo com o corpo do animal, o mesmo sucedendo, por vezes, com a ponta da *patilha*.

É lícito supor que se não trate de uma preocupação de adorno, mas simplesmente de uma disposição que muito facilita o seu manejo.

Como já disse, é na *patilha* que se abre o rebaixo onde entram, sobrepostas, as duas tiras formadas pelos cortes nas duas

pontas da coleira, que nele têm de se ajustar perfeitamente, de forma a evitar a deslocação e a queda do fecho, ou mesmo — percalço de maior prejuízo — a perda da coleira e do respectivo chocalho.

Mas sendo assim, é igualmente curioso notar que a largura desse rebaixo, ao contrário do que seria lógico, nem sempre está em relação com o tamanho da peça.

Assim, ao passo que numa «trasga» de Monforte da Beira, com o comprimento total de 11 cm., esse rebaixo tem só 1,5 cm., esta mesma dimensão se verifica numa «cravelha» de Videmonte que mede pouco mais de metade.

Rebaixos superiores a 3 cm., só se observam nos grandes fechos usados nas coleiras dos bovinos alentejanos, quase sempre belamente trabalhados, como veremos.

Devo ainda explicar que a localização do rebaixo, em relação ao todo, é absolutamente arbitrária, como pode ver-se nas fotografias e desenhos que ilustram este estudo, pois há fechos em que se lhes segue uma comprida ponta da *patilha*, e outros que, de tão salientes do lado da *cabeça*, nos dão a impressão de se soltarem da coleira.

Em relação à espessura da *patilha*, o rebaixo não vai além de dois terços, e é de crer que a sua profundidade se regule pelo volume de cabedal que nele tem de embeber-se, não obstante a ponta superior da coleira ficar sempre um pouco ressaltada.

Na grande maioria dos exemplares, o seu reverso é absolutamente plano; nalguns, porém, a *cabeça* apresenta-se, nessa face, ligeiramente convexa; noutros, ainda, a ponta da *patilha* eleva-se um pouco.

Estas últimas formas, sem dúvida racionais, têm, quanto a mim, duas razões de ser: ajustarem-se mais perfeitamente ao natural arqueamento da coleira, exposta às intempéries, e evita-

rem que os extremos do fecho, ultrapassando a largura da mesma, molestem, ou firam, o seu portador.

O maior fecho da minha colecção tem, de comprimento, 15 cm., foi por mim adquirido em Estremoz, e vem reproduzido, com o n.º 1, na fot.^a IX; o mais pequeno mede somente 5,5 cm., e foi-me amavelmente enviado pela professora de Videmonte, na Serra da Estrela.

Ambos são ornamentados.

A feição artística que, no decorrer do tempo, estes fechos das coleiras do gado vieram a tomar, tão rica, tão variada, tão curiosa, que dificilmente posso compreender como escapou, até agora, à argúcia dos estudiosos da nossa arte popular, não se manifesta simplesmente nos lavrados e incisos que os ornamentam, mas também nas proporções, na elegância, no perfeito acabamento de alguns deles.

Em muitos exemplares, não houve o propósito de os enriquecer com os motivos tradicionais que recamam, em geral, os objectos de uso pastoril nas nossas províncias, mas sim o de lhes dar as formas mais racionais, as dimensões mais adequadas, os detalhes mais convenientes.

Possuo fechos que são, sob este aspecto, tão preciosos como os-revestidos de abundante e inspirada decoração.

Por outro lado, as formas primitivas foram substituídas, aqui e ali, ao sabor da fantasia do artista popular, como se pode observar nas peças com os n.ºs 1, 3 e 5, do des.º V, e 2, 4 e 6 da fot.^a X.

A primeira, de Monforte da Beira, pertence a um grupo, pouco numeroso, no qual devo incluir as que têm os n.ºs 7 e 8, na fot.^a III, também da Beira-Baixa; as duas últimas, igualmente beiroas e mais nitidamente ainda com a forma de mitra, podem reunir-se a mais dois ou três exemplares da colecção, e constituem um tipo que só encontrei na aba sul da Estrela.

Mais vulgares são os fechos com *cabeças* losangulares, todos de origem alentejana, e mais ainda aqueles em que esta se alonga e adelgaça, pouco excedendo a largura da *patilha* (n.ºs 4 e 6 da fot.^a III e n.º 7 da fot.^a VI).

Esta forma alongada e delgada, é a mais corrente nos fechos de chifre, mas nestes concorrem duas razões de assim ser: a dureza do material empregado e a impossibilidade de lhes tallarem largas *cabeças*, pois são feitos, quase invariavelmente, de chavelhos de cabra.

É curioso notar que também se encontram, no Alentejo, «cáguedas» córneas com a forma de Y, o que bem demonstra a força da tradição, a persistência, mesmo não justificada, do tipo provávelmente primitivo.

Um pequeno núcleo, proveniente de Estremoz, apresenta as *cabeças* com a forma rectangular, e num outro, mais reduzido ainda, de Monforte da Beira, estas lembram também, embora mais vagamente, mitras altas e não pontiagudas (n.ºs 6, 7 e 8 da fot.^a IX), confirmando um tipo privativo desta província.

Dois exemplares, um alentejano e outro beirão, têm nitidamente o formato de um leque, mas é certo que, em mais de sessenta por cento da colecção, a *cabeça* é mais ou menos circular, incluindo neste número as grandes «cáguedas» usadas, no Alentejo, nas coleiras dos bois.

São elas as que mais se prestam a ser recamadas de lavrados e de incisos, as que mais largo campo oferecem à fantasia e à inspiração do artista popular, aquelas onde podemos topiar e estudar os motivos comuns a toda a nossa arte pastoril e ainda os que se me apresentam como privativos destes fechos, ou como relacionados com os de peças congéneres, de outros países.

Nos exemplares alongados, a decoração limita-se, quase sempre, a simples incisos geométricos, como pode observar-se nos n.ºs 4 e 6 da fot.^a III, e só naqueles em que a *cabeça* se alarga

um pouco, tomando a forma de mitra, encontramos um primeiro motivo digno de interesse: bandas serrilhadas em contorno, duplas; emoldurando outra, central, como numa elegantíssima «chavelha» proveniente de Manteigas (n.º 6 da fot.ª X); recamando todo o fundo, em círculos concêntricos, como numa outra, não menos bela, adquirida no Peso, concelho da Covilhã (n.º 1 da mesma fot.ª); ou ainda estranhamente colocadas em sentido horizontal, triplas e paralelas.

Pertencem também a este tipo mais dois fechos: o que adquiri a um pastor, perto de Caria, por ele próprio trabalhado (n.º 5 da fot.ª X), e o que tem o n.º 2 no des.º 5, vindo de Montalvão, já na margem Sul do Tejo mas a dois passos da Beira.

E é curioso notar que, a uma forma peculiar à Beira-Baixa, se alia uma ornamentação sem réplica nas «cáguedas» alentejanas.

Nestas, as composições geométricas aperfeiçoam-se, tomam, por vezes, uma feição nitidamente *mudejar*, como nas duas curiosas peças de Reguengos, com os fundos pintados de vermelho, que mestre Alberto Sousa fixou no des.º n.º 2, ladeando uma outra, da mesma origem, decorada com uma ingénua albarrada florida, ou apresentam espaços lisos onde se inscreveram iniciais e datas.

Dois motivos tradicionais da nossa arte popular, daqueles motivos que Virgílio Correia eruditamente demonstrou coexistirem na arte popular de toda a Europa ⁽¹²⁾, os mais vulgares são as rosetas de quatro, cinco e seis folhas.

O coração, só aparece em três exemplares, decerto sem significado simbólico nestes fechos destinados ao gado; a cruz de Cristo em outros três, dois de Pavia e um da Póvoa de Rio de

(12) Dr. Virgílio Correia — *Arte popular portuguesa—Suas relações com a arte popular de toda a Europa*, «Terra Portuguesa», vol. I, pág. 81. Lisboa, 1916.

Moinhos; são também de Pavia duas «cágedas» com motivos um tanto desconcertantes: a âncora e uma cabeça de cavalo — aquela, talvez, porque o seu autor tenha sido marinheiro; esta, mais provavelmente ainda, por se destinar a coleira de qualquer equídeo.

Um lindo fecho, bastante usado e antigo, adquirido em Estremoz, em cuja *cabeça* circular ocupa o centro a roseta sexifólia, é quase cópia fiel de um dos motivos que revestem um precioso e arcaico *coffre à blé* suíço (13), e uma outra, maior, de coleira de bovinos, datada de 1942 e comprada na feira de Assumar, pertence ainda a esse mesmo tipo clássico.

Quanto aos motivos florais, tão abundantes sempre na nossa arte do povo, é particularmente interessante admirar os que decoram algumas peças do curiosíssimo grupo que mão amiga me enviou do Rosmaninhal (fot.^a VIII), a contrastar com as que apresentam os mais estranhos lavrados de toda a colecção.

Um facto merece ainda referência especial: a falta, em tão variada decoração, de motivos simbólicos protectores do gado, que nestas peças teriam lógico cabimento, como, por exemplo, o *saimão*, como tal usado correntemente em todo o país e tão frequente nos jugos do Minho e do Douro Litoral.

Por último, noto também a ausência, quase absoluta, de siglas.

Só uma grande e bela «chavelha» do Rosmaninhal, datada de 1944, tem inciso, no reverso da *cabeça*, um círculo cortado por dois diâmetros perpendiculares, pois um V e um S, gravados em duas «cágedas» alentejanas, são, muito provavelmente, simples iniciais do artista popular, ou do proprietário dos animais, à

(13) Michael Wolgensinger — *Terra Ladina*. Zurich, 1939.

semelhança do que se observa, sem qualquer motivo de dúvida, em vários exemplares.

*

* *

Precisamente na altura em que, jornadeando pela Beira-Baixa, notei o valor etnográfico destes fechos das coleiras do gado, a minha atenção fixou-se num artigo do sábio etnógrafo francês, Arnold van Gennep, inserto num dos volumes da magnífica obra *Artisans et Paysans de France* (14), que se está publicando sob a direcção autorizada de Adolph Riff, o ilustre conservador dos Museus de Strasbourg.

Dele destaco, por merecer especial interesse para este meu estudo, o seguinte trecho:

« Je laisse à d'autres le soin de les étudier et me contente d'indiquer ici l'intérêt d'une petite série d'objets en buis découpé, parfois, mais pas toujours, décorés de motifs incisés.

Celle du Musée Dauphinois avait déjà attiré l'attention de Philippe de las Cases; grâce à Georges-Henri Rivière j'ai pu obtenir des indications relativement précieuses sur leur provenance. Il s'agit de *clavettes*, servant à fermer la lanière qui supporte la clochette des moutons et des chèvres. Des 29 clavettes reproduites para Las Cases et décrites dans le relevé dressé d'après l'inventaire de H. Muller, il y en a 6 provenant d'Orpierre, 7 de Villebois (Drôme), à 7 kms. d'Orpierre par la route, et 14 de Laragne, soi-disant du « col de Lus », que je n'ai pu trouver sur aucune carte. Il s'agit visiblement d'un art pastoral. Mais ces objets en buis ont-ils été taillés dans le pays ou on les a obte-

(14) *Observations Critiques sur les Arts Populaires dans les Hautes-Alpes*, « Artisans et Paysans de France », II, 1947.

nus; ou ont-ils été importés par les bergers transhumants, et de quel pays? Les trois lieux de récolte sont peu éloignés l'un de l'autre et situés, pour ainsi dire, sur une même ligne horizontale entre la montagne de Chabre au Sud et la petite chaîne qui comprend les sommets de Suillet, de Charouille et de la Peyte au Nord. Il vaudrait la peine de faire une enquête dans cette région pour discernir si c'est sur place que s'est formé cette « école » décorative.»

Obtida do « Musée Dauphinois », de Grenoble, uma fotografia dessas 29 *clavettes de collier*, não só verifiquei que se tratava, de facto, de um valioso núcleo de peças de arte pastoril do antigo Delfinado, mas ainda que ele me permitia tirar conclusões não descabidas neste trabalho.

Em primeiro lugar, não é ousado notar a analogia do termo *clavette*, diminutivo de *clef*, com o português *chavelha*, derivado de *chave*; em segundo lugar, é bem curioso verificar que todas estas peças, tanto as *clavettes* francesas, como as *chavelhas* portuguesas, têm uma mesma função: cerrar, agindo como travincas, as coleiras de certos animais.

E se não estamos ainda em presença de fechos absolutamente semelhantes aos nossos, é porque eles se adaptam, em França, às preciosas coleiras de madeira, com a forma de ferradura, que constituem, muito justamente, um dos orgulhos da arte popular daquele país.

De facto, as *clavettes* servem para fechar a correia donde pende o chocalho — aquele chocalho, curto e bojudo, bem diferente do nosso — e é essa mesma correia que, retesada, mantém o arqueamento da coleira, que só pode abrir-se, ou retirar-se do pescoço do animal, após a remoção daquelas.

Não obstante, uma dessas 29 peças, rigorosamente reproduzida no des.º n.º 1, tem uma flagrante semelhança com os fechos que vimos estudando, não só na forma como na decora-

ção, pois a mesma roseta de quatro pétalas encontro, por exemplo, em uma «cágueda» de chifre, de Pavia, no Alentejo, e, mais igual ainda, numa «trasga» de Monforte da Beira.

Como escreve van Gennep, bem mereciam um estudo especial essas graciosíssimas *clavettes*, cujas formas e cuja decoração surpreendem pela delicadeza e pela diversidade, e bem valeria a pena, sem dúvida, averiguar até que ponto a transumância pode ter contribuído para a sua difusão em determinadas regiões dos Alpes.

Mais significativo é, porém, o que se passa na vizinha Espanha, pois além das admiráveis coleiras de madeira, a que já me referi, verdadeiras obras-primas de arte popular, que se fecham por meio de uma ou duas travincas — *el torroll* — sempre lisas, segundo suponho, também ali se usam, pelo menos nalgumas províncias levantinas, as singelas coleiras de couro, por vezes, como em Portugal, com artísticos fechos de madeira, trabalhados pelos pastores, absolutamente semelhantes, na forma e na aplicação, às nossas «cáguedas» e «chavelhas», como veremos.

Embrenhado já na colheita de elementos para este estudo, não deixei passar em claro uma leve citação do distinto etnógrafo espanhol, R. Violante i Simorra, que, no seu trabalho «La Casa Pallaresa y la Vida Pastoril»⁽¹⁵⁾ — admirável e erudito catálogo, ou guia, de uma secção do «Museo de Industrias y Artes Populares de Barcelona» (Pueblo Español) — ao enumerar os objectos expostos em uma das salas, e referindo-se a um grupo de *collars de moltó*, escreve: «El de cuero cerrado con la artistica llave de boj es tipico del Alto Aragón y procede de Baraguás (Huesca)».

Solicitados deste meu ilustre Amigo mais largos esclarecimentos, obtive não somente os belos desenhos que reproduz a fot.^a XII, mas também informações precisas e seguras sobre o uso,

(15) Barcelona, 1944.

naquele país, dessas *llaves* das coleiras dos ovinos e caprinos, que tanto interessava confrontar com as usadas nas nossas duas grandes províncias de leste.

A mais franca compreensão de uma camaradagem que muito me honra e que muito prezo, foi precioso auxiliar que me apraz encarecer e registar, e são de cartas suas estes dados bem elucidativos: «Las dos llaves en cuestion estan reproducidas a tamaño natural. Pero de la collección que poseo de Campredó y de Alfara, ambos pueblos vecinos de Tortosa en la Ribera del Ebro, ésta es la más pequeña, pues oscilan entre los 8 o 9 centímetros, hasta los 15 aproximadamente, y siempre se presentan decoradas de los dos lados. Y allí les llaman *toroles*, y han entrado al país por influencia de los pastores aragoneses de la Prov. de Teruel, su vecina. En cambio la mayor, de Baraguás (Alto Aragón) solamente está decorada de una cara y le llaman *llave*, para collar de cuero de *choto* (macho cabrio infecundo) para llevar una esquila casi cuadrada de mucho abolengo en el país, para ir de *cabañera*; o sea durante los viajes trashumantes. hacia la tierra llana, en invierno, o Ribera del Ebro, y en verano hacia los puertos.

Por ahora solo conosco su uso en el Bajo Aragón terulense, y en la provincia occidental de Tarragona, por influencia, como lo he dicho, aragonesa. Pues en las comarcas orientales de Aragón, vecinas a la Prov. de Lérida (La Litera, Ribagorza y Sobrarbe) usan collares ricamente labrados, de madera, como en el resto de Cataluña, excepto el Bajo Ebro, y otros pueblos de la costa no muy alejados de Tortosa.»

.....

«Debo informar-le que he ensanchado el área del uso de las «llaves» de collar. Pues en una reciente excursión más allá de la Ribera del Ebro, he hallado también en uso estas artísticas llaves con el nombre de *tarrolla* (singular) en los pueblos del O. del Montsià (La Galera, Mas de Barberans, Santa Barbara, Go-

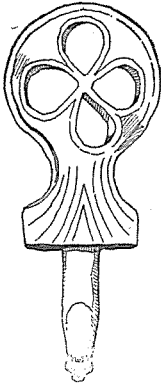
dall, etc.), hoy cambiadas, casi del todo, por una hevilla metálica. Pueblos del ángulo Sur occidental de Cataluña, vecinas de las provincias de Castellón de la Plana y Teruel.»

Bem se patenteiam, nestas informações, os profundos e vastos conhecimentos de Violant i Simorra sobre a vida pastoril do oeste espanhol, da qual se tem ocupado em diversas obras de grande valor, com notável competência e com transparente paixão — aquela paixão de todo o etnógrafo por uma faceta mais querida da vida popular.

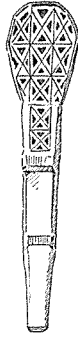
Se compararmos o desenho da lindíssima «torrolla» de Alfara, reproduzida na fot.^a XII, com a «cágueda» de Assumar (Alentejo), que ocupa o centro do des. N.º 4, compreender-se-á o interesse com que me proponho estudar, na primeira oportunidade, a coleção reunida no Museu de Barcelona, pois só então poderei verificar até que ponto a larga banda horizontal, também artisticamente trabalhada, que se alonga entre a *cabeça* e a *patilha*, se filia na forma clássica da *clavette* destacada do núcleo de Grenoble (des. N.º 1), que lembra uma estela medieval, e, muito principalmente, as indiscutíveis afinidades etnográficas e artísticas dos primitivos fechos das coleiras do gado dos dois países peninsulares e a explicação mais racional de tão flagrante paralelismo.

Conto, para tanto, com a indispensável colaboração do bondoso Amigo a quem dedico, com inteira justiça, este trabalho, modesta achega para o conhecimento da vida e da arte dos pastores portugueses.

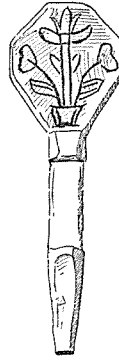
Sintra, Setembro de 1950.



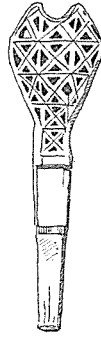
N.º 1 — Clavette de collier. Musée Dauphinois — Grenoble.



1



2

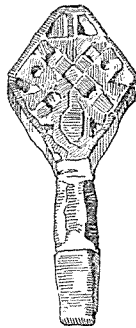


3

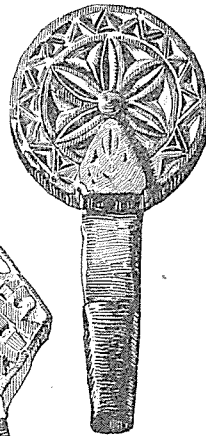
N.º 2 — « Cáguedas » pintadas — Reguengos de Monsaraz.



N.º 3 — Veiros — Alentejo.



1



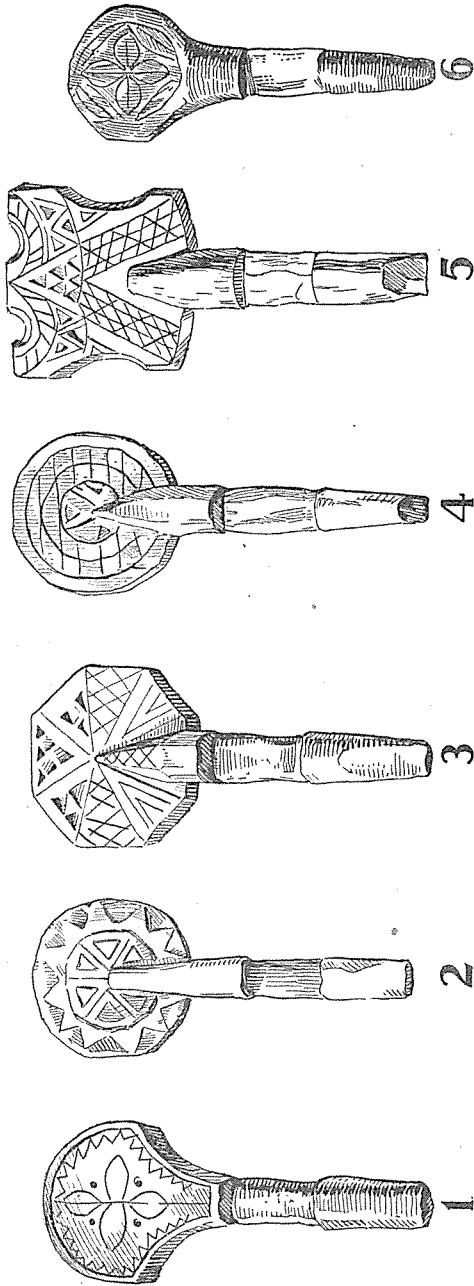
2



3

N.º 4

- 1 — Monforte do Alentejo
- 2 — Assumar (Alentejo)
- 3 — Santa Eulália (Alentejo)

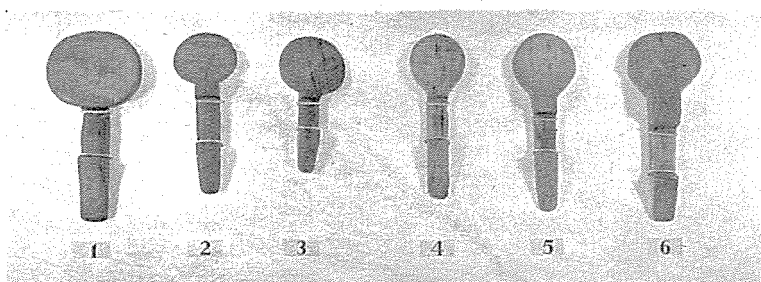


N.º 5

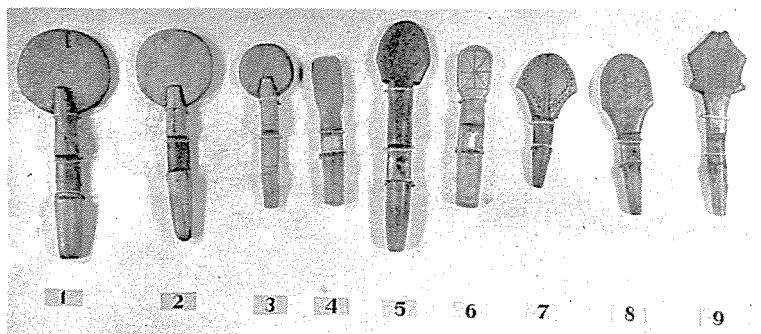
- 1 — Monforte da Beira
- 2/5 — Montalvão (Alentejo)
- 6 — Pavia (Alentejo)



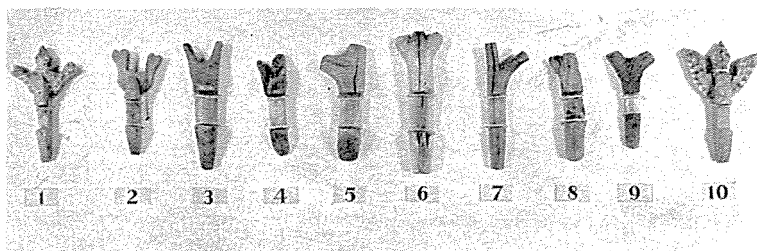
Fot. 1 — Coleiras de cabra com «chavelhas». À esquerda: Acha (Idanha); à direita: Peso (Covilhã).



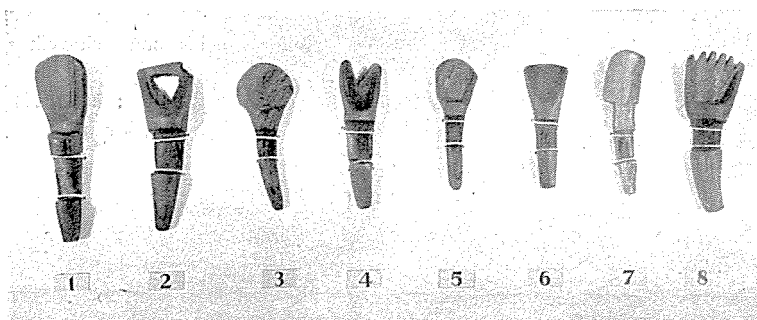
Fot. 2 — 1/6 — Estremoz



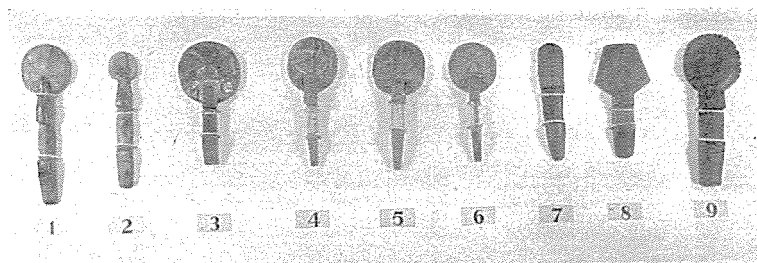
Fot. 3 — 1/3 — Monsanto (Idanha); 4/6 — Donas (Fundão); 7/8 — Póvoa de Rio de Moinhos (Castelo Branco); 9 — Oledo (Idanha)



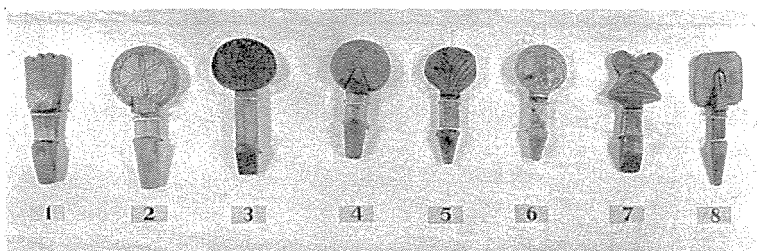
Fot. 4 — 1/2 e 10 — Pavia (Móra); 3/9 — Estremoz



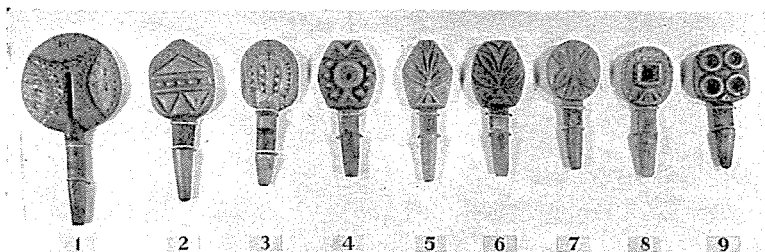
Fot. 5 — 1/6 — Cabeço de Vide (Fronteira); 7 — Monforte da Beira (Castelo Branco); 8 — Cabeço de Vide (Fronteira)



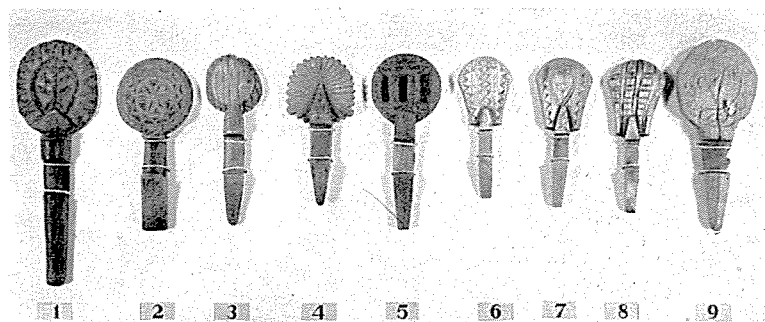
Fot. 6 — 1/6 — Pavia (Móra); 7/9 — Estremoz



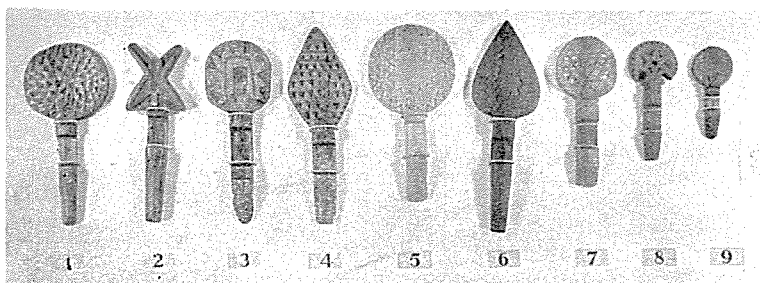
Fot. 7 — 1/8 — Estremoz



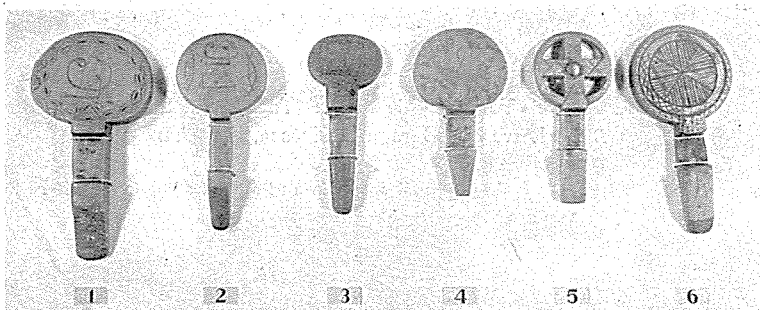
Fot. 8 — 1/8 — Rosmaninhal (Idanha)



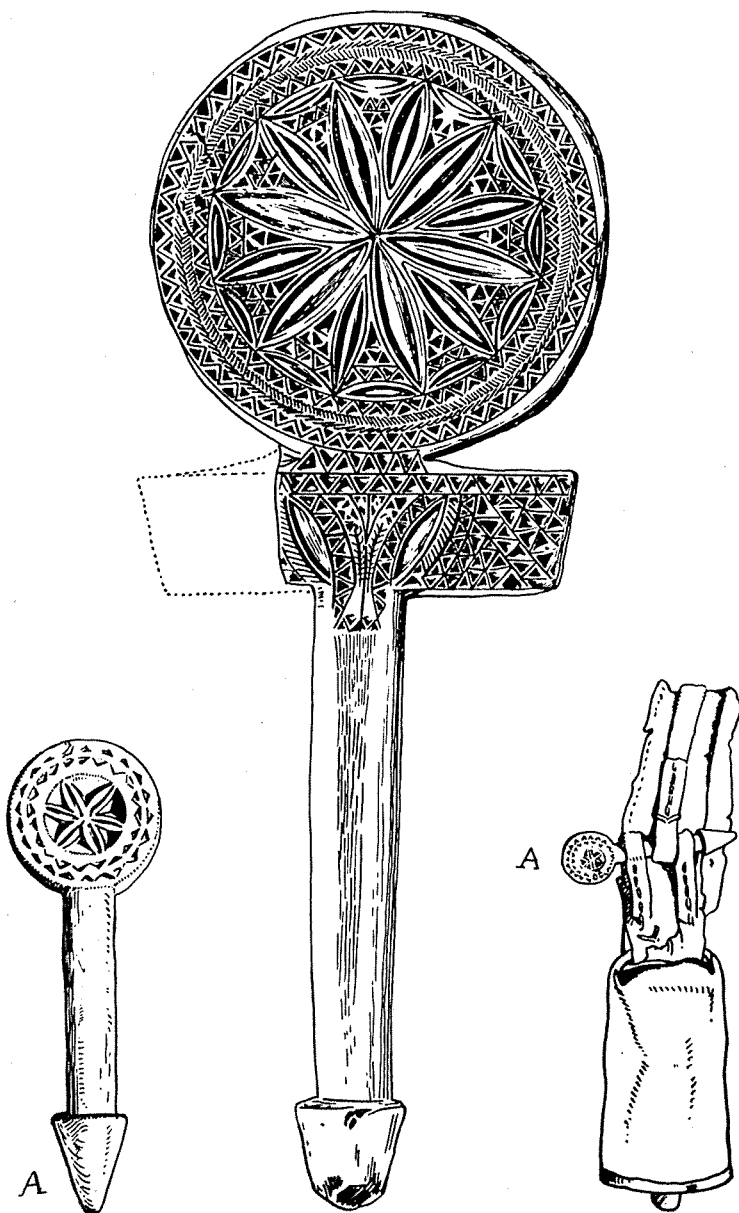
Fot. 9 — 1/2 — Estremoz; 3 — Niza; 4 — Alter do Chão; 5 — Acha (Idanha);
6/8 — Monforte da Beira (Castelo Branco)



Fot. 10 — 1/4 — Peso (Covilhã); 5 — Caria (Belmonte); 6/7 — Manteigas;
8 — Folgozinho (Gouveia); 9 — Manteigas



Fot. 11 — 1/3 e 5/6 — Cabeço de Vide (Fronteira); 4 — Estremoz



Fot. 12 — A — «Torrolla» de Alfara (Tarragona, Espanha).
B — «Llave» de Baraguás (Huesca, Espanha)

(Museo de Industrias y Artes Populares de Barcelona).

Grades

(Capítulo da ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA, em preparação)

POR

Fernando Galhano

(Do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular)

INTRODUÇÃO

A grade é um instrumento agrícola utilizado para desterroar os campos depois da lavoura, para arrancar ervas daninhas e alisar a terra depois das sementeiras. É um aparelho relativamente simples, muitas vezes todo de madeira, e usado no país inteiro. Embora sob o aspecto histórico não tenha a grade o mesmo interesse do arado, razão porque se lhe não tem dedicado a mesma atenção, o seu estudo, como o das outras alfaias agrícolas, e o da sua distribuição cartográfica podem ajudar a resolver muitos problemas culturais, até hoje obscuros. De acordo com o plano do Atlas de Etnografia Portuguesa elaborado pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, procuramos estudar as grades portuguesas actuais, dividi-las em vários tipos e fazer a sua localização num mapa cego. A carta das grades adiante reproduzida representa, portanto, o segundo mapa do Atlas, a que se seguirão outros já em elaboração no Centro.

A falta de material comparativo de outras regiões da Europa não nos permite apontar possíveis relações de parentesco entre os nossos tipos e outros tipos mundiais. Deixaremos esse traba-

lho a outros. De momento parece-nos mais importante arquivar o que existe no país e se vai perdendo aos poucos, pois desde que os materiais se salvem será sempre tempo de fazer os estudos teóricos, embora estes ajudem sem dúvida a pesquisa de campo e contribuam para dar sentido aos trabalhos deste género.

Apesar da diversidade de formas que esta alfaia apresenta nas várias regiões do país, o nome de *grade* é quase o único usado pelo nosso povo para a designar. A palavra *grade* provém do termo latino *crate*, de que também resultou a palavra castelhana *grada*, usada no país vizinho para designar o mesmo instrumento. Os romanos costumavam desterroar os campos depois de lavrados com a *grade* ou com o *raster*. Diz Adolfo Coelho: «a *ocaatio*, acção de quebrar os torrões depois da arada, fazia-se, como também já ficou documentado por um passo de Plínio, com a *crates* ou a *raster*» (1). Vemos, pois, que se usavam, então, dois instrumentos diferentes. A *crates* seria um aparelho semelhante à *grade* actual, enquanto que o *raster*, utensílio de quatro dentes e parece que manejado a braço, deve ter caído em desuso segundo a opinião de Ruy Mayer (2).

Para uma conclusão definitiva do assunto era preciso fazer estudos pormenorizados em todos os países. As vezes os mesmos instrumentos têm nomes diferentes, outras, sob o mesmo nome, as alfaias apresentam tipos muito diversos. Sucede também que processos considerados dos mais arcaicos existem ainda hoje em regiões onde se conhecem e empregam outros mais modernos. É o caso dos maços de desterroar que vimos empregar no concelho de Alcobaça. Segundo Ruy Mayer o desterroamento exe-

(1) Adolfo Coelho — *Portugália*, Porto, 1899-1903, 1.º, pág. 633.

(2) Ruy Mayer — *As Geórgicas de Vergílio*, Lisboa, 1948, pág. 183.

cutava-se em épocas ou regiões de grande atraso no que respeita às artes agrícolas, com um maço manejado a braço (1). Não se pode dizer que Alcobaça seja das regiões mais atrasadas do país, mas é certo existir ali este sistema arcaico de desterroar. A razão não está, muitas vezes, relacionada com o atraso geral da região. Acontece com frequência que depois de se terem experimentado processos modernos, se reconhece que um costume antigo prestava melhor serviço, e a ele se volta novamente. Tudo isto dificulta a interpretação dos factos e obriga a grande cautela na maneira de interrogar o povo, de modo a se evitarem generalizações perigosas para que quase todos pendemos.

Analisando os materiais colhidos nas várias excursões do Centro e arquivados nos seus ficheiros, pudemos determinar oito tipos de grades portuguesas ainda em uso. Estes tipos obedecem a modelos tradicionais usados há muito nas diferentes regiões. Para a sua determinação atendemos simplesmente à forma geral da grade sem nos preocuparmos com outros elementos, como seja a existência ou falta de dentes, etc. Isso será descrito ao estudar cada caso em pormenor. Excluimos, naturalmente, do quadro dos tipos as grades modernas fornecidas pela indústria.

Também não incluimos como tipo à parte a grade recolhida em Cinfães composta duma leve armação de madeira a que se prendem varas de carvalho ou de vide, e cujo uso parece vir de velhos tempos. Segundo a opinião de Félix Pereira as grades romanas «feitas de vime ou medronheiro» para alisar a terra devem ter sido semelhantes a grades como as de Cinfães (2), usadas por vários lugares da Beira. Reforça esta suposição a opinião de Garcia-Badell de que «la antigua grada no fui más

(1) Ruy Mayer — *Ob. cit.*, pág. 181.

(2) Adolfo Coelho — *Ob. cit.*, idem.

que una estrutura de madeira que llevaba entretejidos vimbres y cañas» (1). Na Galiza também se encontra uma grade para alisar a terra, o *canizo*, que é «um rectângulo tecido de varas» (2). Isto afirma a difusão deste processo de gradar. A convicção de ela ter sido muito usada na Beira em confronto com o seu pequeno uso actual (pelo menos do nosso conhecimento), e portanto a impossibilidade de localizar estas grades no mapa, levou-nos a não lhe atribuir um tipo à parte.

Uma vez determinados os tipos, localizámo-los na carta de Portugal, distribuindo os símbolos de maneira homogénea sem os fazer coincidir com os locais das recolhas. Também não documentamos o estudo com uma grade para cada concelho, como Jorge Dias tinha de início proposto para o Atlas de Etnografia, e como adoptou na carta dos arados. Os trabalhos de campo para a realização dessa carta e o melhor conhecimento do país que deles resultaram, levaram-no à convicção de que é absolutamente desnecessário pretender obter uma densidade dessa ordem. A homogeneidade de certas regiões permite que se trabalhe com todo o rigor desprezando a divisão concelhia. Conseguimos contudo uma densidade de casos que permite uma clara compreensão das áreas de difusão dos vários tipos.

Os casos isolados, que mais se podem considerar hoje como excepções dentro de áreas de tipo homogéneo, também não foram cartografados.

Estes casos esporádicos, bem como os casos de hibridismo serão descritos à parte por questão de método. Porém as áreas em que estes casos de hibridismo são mais frequentes, são marcados no mapa por zonas tracejadas.

(1) *La agricultura en la antigua Roma*, Madrid, 1951, pp. 89.

(2) *Terra de Melide* — Seminário de Estudios Galegos, Compostela, 1933, pág. 365.

Apresenta-se a seguir o quadro tipológico das grades com o número de cada tipo.

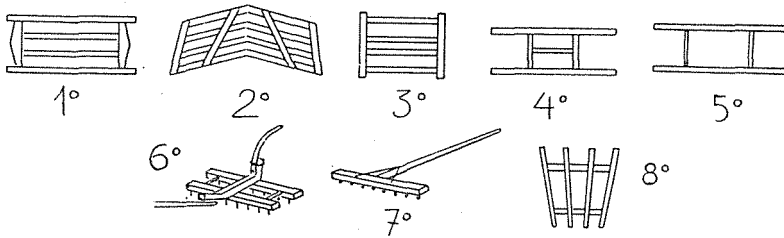


Fig. 1

1.º TIPO

Estas grades compõem-se de dois barrotos compridos, *banzos*, que formam com outros dois mais curtos, *testeiros*, uma armação rectangular. Entre os dois testeiros e a distâncias iguais encontram-se fixados mais dois banzos. Todas as ligações são bem espigadas, e a grade tem quase sempre bom acabamento de carpinteiro.

Os dentes estão espetados não só nos banzos, mas frequentemente também um a meio de cada testeiro e dispostos de modo a não deixarem espaço de terra por rasgar.

A ligar e a firmar os banzos há muitas vezes travessas ou tirantes de ferro, e os cantos da grade são, aqui e além, reforçados com *cantoneiras* de ferro. Estas cantoneiras são mais frequentes na Estremadura.

O eucalipto é agora muito empregado na sua construção. O carvalho e mesmo o castanho são usados nas regiões onde abundam. O próprio pinho serve em algumas terras; em Nelas por ex., preferem-no ao carvalho por este tornar a grade muito pesada para transportar.

As dimensões variam bastante. Em Albergaria das Cabras — Arouca — vimos grades com 1^m,43 de comp. por 0^m,87 de larg., e em Mafra com 2^m,07 por 0^m,96 (1).

Os banzos são armados de cutelo ou ao baixo, não havendo regiões definidas em que cada processo seja empregado. As suas secções vão de 0^m,04 a 0^m,65 de largura por 0^m,65 a 0^m,08 de altura. São casos raros os da Certã em que os banzos têm a secção de 0^m,05 × 0^m,05.

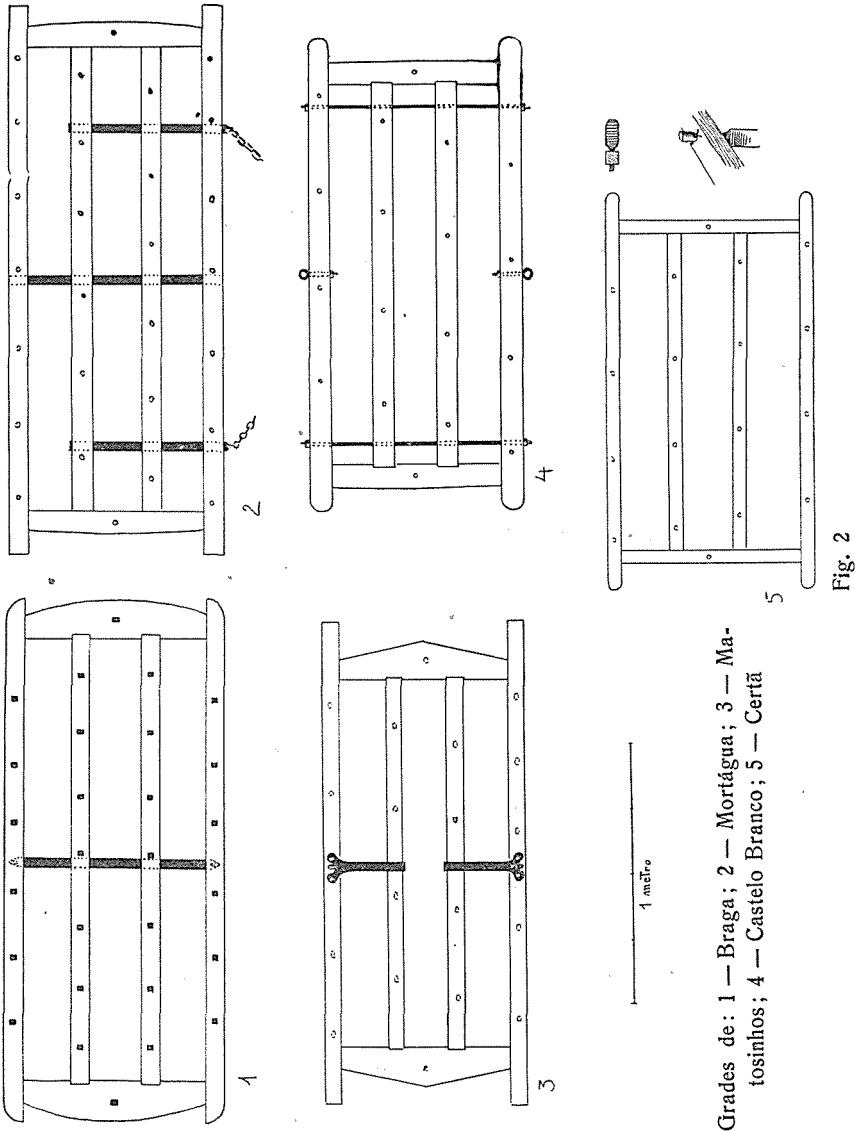
Os testeiros são poucas vezes de faces paralelas. O mais vulgar é alargarem a meio para o exterior da grade. A sua largura vai desde a mesma largura dos banzos até 0^m,20 (Mazedo-Monção).

Os dentes deviam ter sido em tempos sempre de madeira, oliveira quando possível. Agora o ferro vai-a substituindo pouco a pouco (2). Os dentes de madeira têm a forma de facas de 0^m,15 a 0^m,20 de comp., com a larg. igual ou menor que a dos banzos onde estão espetados, e com o gume naturalmente virado na direcção da marcha da grade. São firmados com uma cunha de maneira idêntica à prisão dos cabos das enxadas no respectivo olho. Quando de ferro são uma lâmina; apenas por Condeixa e Pombal encontramos dentes de secção quadrada, inclinados para a frente, ao contrário da vulgar posição perpendicular. O uso destes dentes de secção quadrada tanto pode ser influência dos *tornos* das grades do Tipo 2, usados de Ourém a Abrantes, como

(1) É na região de Entre Douro e Minho que as dimensões são mais constantes: 1^m,85 × 0^m,75 em média. Isto explica-se pela semelhança das terras e práticas agrícolas e por ser sempre gado *vacum* que a puxa. Em Paramos-Espinho são bastante mais largas: 1^m,60 × 0^m,90. Pela Estremadura são geralmente grandes, com comprimentos superiores a 2^m.

(2) Em Condeixa usam agora grades com dentes de ferro para desterroar seguidas de grades velhas com dentes de pau virados para o ar, a alisar a terra.

das grades empregadas na mesma região para tirar a felga da



terra, e das quais falaremos adiante. Para firmar os dentes de ferro espetam-nos muito apertados e têm então uma pequena

aba dobrada que entra num entalhe do banzo. Há também locais em que os rebitam sobre uma anilha, ou os apertam com uma fêmea. Na Certã vimos segurá-los com chavetas.

Em Guilhabreu — Vila do Conde — informaram que os dentes não são de todo espetados, batendo-os depois quando estão gastos. Cremos não ser isto frequente neste tipo de grades.

O número de dentes varia, naturalmente, com a dimensão da grade, sendo a distância média entre eles uns 0^m,25 a 0^m,30. É certo que em Valpaços, Alijó, Idanha, etc., têm as grades menor número de dentes. São contudo concelhos precisamente

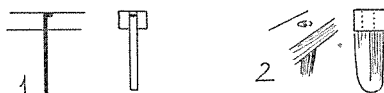


Fig. 3

1 — Dente de ferro; 2 — Dente de pau

situados junto de zonas de grades doutros tipos, adaptadas possivelmente a um género de lavoura diferente.

Não são muito vulgares as grades deste tipo sem dentes. Uma zona em que isto acontece é a que se estende ao Norte do Porto, pelos concelhos da Maia e de Vila do Conde, onde alisam a terra com elas depois de desterroadas com as outras. Acontece ali serem frequentemente munidas de quatro dentes na sua parte central, para segurar-se melhor a pedra com que a carregam.

Na região de Entre Douro e Minho e pelo litoral da Beira é quase geral o uso da *travessa* a ligar os banzos a meio da grade. É uma simples prancheta de ferro terminada nas pontas por ganchos onde prendem, num o *cambão*, noutro o *tornadoiro* ou corda com que se levanta a grade para virar ou fazer largar a felga. Esta travessa é pregada aos banzos pelo lado dos dentes para se não romper quando a grade trabalha de costas, alisando a terra.

Por economia é por vezes substituída por um simples arame (ex. Oliveira de Frades). Fora desta zona é raro o uso da travessa, substituída às vezes de diversas maneiras, desde os *ganchos* de Matosinhos e Vila do Conde, aos tirantes de Loures e Cas-

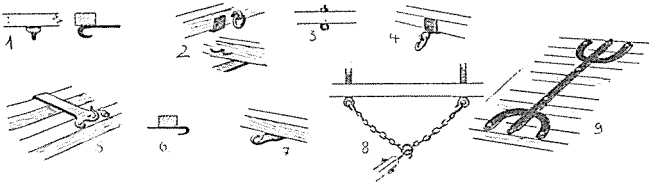


Fig. 4

Ganchos de: 1 — Priscos, Braga; 2 — Tecla, Celorico de Basto; 3 — Bragado, Vila P. de Aguiar; 4 — Aveiro; 5 — Pampelido, Matosinhos; 6 — Folhadal, Nelas; 7 — Paramos, Espinho; 8 — S. João do Campo, Coimbra; 9 — Vila do Conde

telo Branco de uso mais recente. O desenho mostra vários modelos de ganchos.

Em poucos sítios vai o homem que grada de pé sobre ela. Isto acontece pelo interior de Aveiro; em Albergaria-a-Velha a

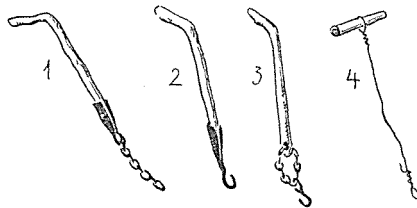


Fig. 5

1 — Tomadoiro, Braga; 2 — Raviadoira, Celorico de Basto; 3 — Aveiro; 4 — Solinho, Monção

própria travessa é pregada no lado oposto aos dentes, ao contrário da regra, para dar ao gradador melhor apoio; ele equilibra-se também com a ajuda do *rabeiro* de corda. O mais vulgar contudo é o gradador seguir a pé atrás da grade, agarrando com

a mão esquerda o *tornadoiro*, e com a direita a aguilhada. Este *tornadoiro* é um galho de árvore com um gancho de ferro na ponta, ou então uma simples corda ou arame que prende no gancho da grade e serve para a levantar quando a felga se acumula entre os dentes, ou quando é preciso voltar. Na Estremadura usam mais levantá-la com a enxada ou arelhada. Noutras terras abaixam-se e levantam-na com a mão (ex. S. João do Campo — Coimbra).

Distribuição e uso

As grades deste tipo usam-se por toda a área ao Norte do Tejo entre o mar e uma linha que vai de Chaves para o Sul, e chega, sem grandes desvios, ao Tejo no concelho da Idanha. Entre Vila Velha do Ródão e Ourém há também uma zona de grades diferentes. Como se vê, a sua área de difusão ocupa ao Norte toda a região da cultura do milho. Mas já no Sul ela abrange a Estremadura, onde o trigo é o cereal dominante. Do mesmo modo se verifica que ela tanto se emprega nos campos pequenos e em socalcos do Norte, como nos terrenos planos do litoral, como nas encostas e terras baixas da Estremadura. Se não é a qualidade dos cultivos, nem a configuração do terreno cultivado que caracterizam a área da sua difusão, há uma particularidade que é comum a toda ela: a falta de pousio; a necessidade duma terra mais mobilizada e a melhor preparação para as sementeiras.

Esta grade desterroa com os dentes virados para baixo, carregada geralmente com uma pedra ou com a pessoa que com ela trabalha. «De costas», isto é, com os dentes virados para o ar, alisa a terra e cobre a semente. É com ela também que arranham a terra para ferrãs, tremoço, etc. E em alguns locais da Beira Baixa usam atar-lhe ramos de árvore para *rascalhar* ou *enrascalhar* o trigo depois de nascido (ver pág. 134).

Particularidades

Nos campos do Mondego, a jusante de Coimbra, e nas encostas a eles sobranceiras, costumam gradar empregando duas grades sobrepostas. São grades iguais às descritas atrás; a que vai por cima passa os dentes através da de baixo, que os não tem.

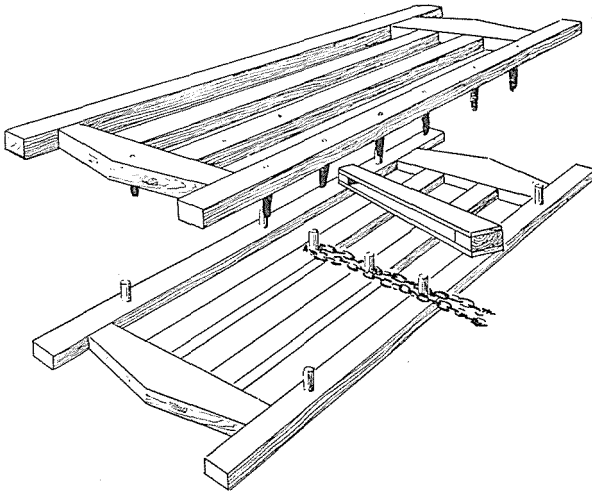


Fig. 6

Montemor-o-Velho

O espaço entre as duas grades é regulado pelos dois *cheios*, postos de cutelo ou de lado, penetrando assim os dentes menos ou mais profundamente na terra. A grade sem dentes tem uns tornos, os *tabelhões*, que ajudam a separá-la da de cima e servem de prisão à cadeia de ferro que a puxa.

No concelho de Santarém há grades com duas travessas a meio, que obrigam os bantos exteriores a manterem-se encurvados para o exterior. São assim mais largas a meio que nas extremidades.

Nomenclatura e dimensões de algumas grades do 1.º Tipo

LOCAIS	Testeiros	Banzos	Travessa	Tomadoiro	Comp.	Larg.
Albergaria-a-Velha — Angeja . . .	Testinhos	Banços	Travessa	—	1m,75	0m,75
Arouca — Albergaria das Cabras .	Cabeceiras	Travessas	—	Ciadôiro	1m,43	0m,87
Aveiro	Testeiras	Banços	Travez	—	2m,05	0m,90
Braga — Priscos.	Testeiros	Tarugos	Travêso	Tornadôiro	1m,95	0m,80
Celorico de Basto — Tecla.	Cabeças	Varais	Travêso	Raviadôiro	2m,05	0m,90
Condeixa — Egra	Testilhos	Cabeiros	—	—	—	—
Espinho — Paramos	Testinhos	Barrotes	Ciadouro	—	1m,60	0m,90
Gouveia — Nespereira	Testeiros	Banços	—	—	1m,90	0m,75
Idanha — Relvas.	Cabeceiras	Banzos	—	—	1m,95	0m,75
Mortágua — Sobral.	Testeiros	Banzos	—	—	2m,10	0m,80
Matosinhos — Pampelido	—	—	—	Judouro	1m,75	0m,75
Moimenta da Beira — Cever	Testas	Banços	—	—	1m,77	0m,70
Monção — Mazedo	Testeiras	Balagustes	—	—	1m,95	0m,80
Nelas — Folhadal	Testeiras	Vanços	—	Sacaniha	2m,10	0m,70
Oliveira de Frades — Vila Chã.	Testeiros	Corrimões	—	Viadôira	1m,80	0m,80
Ribeira de Pena — Daivões	Travessas	Vazeiras	—	—	—	—
Valpaços — Varges.	Testeiros	Banzos	—	—	2m,10	0m,75
Vila do Conde — Guilhabreu	Testeiros	Chanços	—	Tornadôiro	—	—

2.º TIPO

As grades deste tipo são formadas por quatro *banzos* ou *vanzos* pregados a meia madeira ou espigados em dois *testinhos* ou *testeiras*. A meio da grade duas travessas convergentes ajudam a tornar o conjunto mais resistente, e oferecem melhor apoio ao homem que vai de pé sobre ela. O que caracteriza, porém, estas grades, é, além da convergência das travessas, o facto dos banzos não serem direitos, mas fazerem um ângulo mais ou menos aberto, com o vértice virado para a marcha da grade. Como, por vezes, os banzos da frente são mais curtos que os da retaguarda, as testeiras não são então paralelas, mas sim convergentes. Os *tornos* (dentes) são espetados só nos banzos e nunca nas testeiras como no caso anterior.

No geral os banzos não saem fora das testeiras (Tomar, Ourém). Em Almeirim, porém, são salientes. E em Abrantes só o são os banzos dianteiros, ajudando isso a safar-se a grade quando bate nas árvores. Esta explicação dada por um lavrador de Abrantes servirá também para explicar a forma angular da grade?

As *travessas* são pregadas sobre os banzos e têm convergências variáveis.

Os *tornos* são paus redondos de oliveira; é raro o uso de dentes de ferro. Quando isto sucede são sempre de secção quadrada, e cravados, como no Atentejo, com uma das arestas para a frente da grade. Estes tornos vão-se cravando mais, conforme o uso os vai rompendo.

As dimensões variam muito, mesmo dentro da mesma região, conforme o gado que o lavrador possui. Ao Sul do Tejo, pelo concelho de Abrantes, as grades de quatro banzos são tiradas por bois, enquanto que para machos as preferem com três

apenas. Em Ourém vimos grades grandes, com cerca de 2^m,50 de comprimento, feitas de tábuas de pinheiro delgadas, algumas com

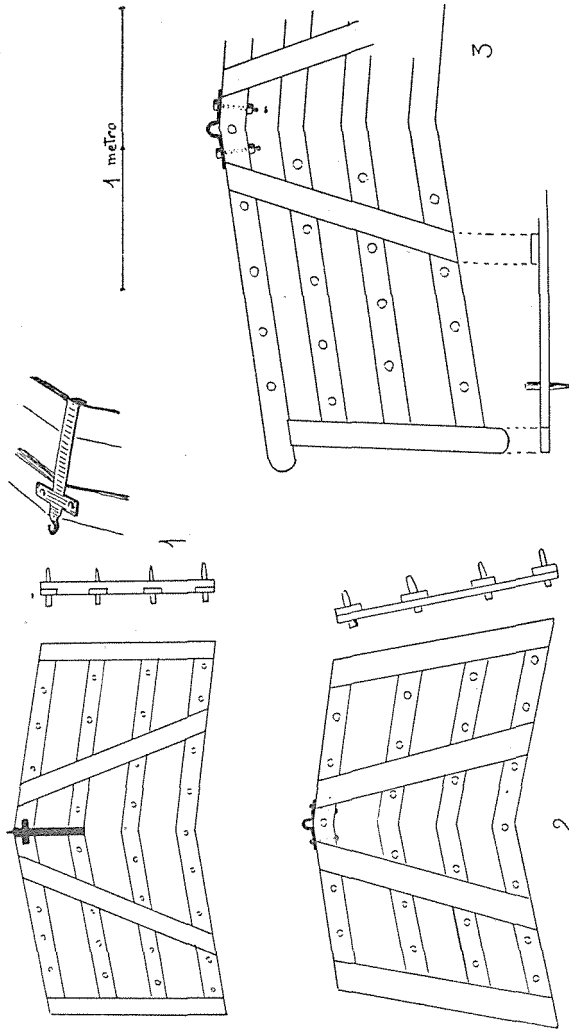


Fig. 7

1 e 2 — Tomar; 3 — Vale de Zeibro, Abrantes

pouco mais de 2^{cm}. de espessura. Em Tomar vêem-se do mesmo tamanho, mas já mais pesadas, e outras pequenas, cujo banzo dianteiro não vai além de 1^m,30. Nas herdades grandes da mar-

gem do Tejo, perto de Abrantes, há grades de azinho, que embora com 2^m,50 de comp., são também de madeira delgada, apenas com uns 3^{cm}. de espessura.

Distribuição e uso

Grades deste tipo encontram-se pelos concelhos de Ourém, Tomar, Torres, Abrantes e Almeirim. Como influência delas ainda surgem as travessas convergentes nas grades de algumas terras vizinhas, já com banzos direitos.

Esta grade trabalha em geral terras, cuja mobilização é semelhante à das grades do 1.º Tipo. Não é fácil explicar a sua forma senão numa razão de ordem cultural. A facilidade que a forma em ângulo lhe dá para se safar das árvores, não nos parece ser explicação muito aceitável.

3.º TIPO

A grade do 3.º Tipo compõe-se de dois *testeiros* em que vão espigar quatro *travessas* (*travessas* ou *testeiros*, Moimenta—Vinhais; *paus*, Alfândega da Fé; *barras*, Rio de Onor—Bragança). É mais frequente não terem dentes, e quando os têm são de secção quadrada.

São por vezes grades muito robustas, tendo os *testeiros* em Rio de Onor—Bragança, 0^m,16 de alt. por 0^m,08 de larg. Tanto os *testeiros* como as *travessas* são armados de cutelo. A madeira mais empregada é o negrilho; também se encontram de freixo.

O homem que grada vai sempre sobre ela; por isso as duas *travessas* interiores são às vezes mais próximas uma da outra de modo a ele se poder sustentar melhor. Para o mesmo fim também firmam um pau verticalmente a meio da *travessa* da frente, a que o homem se agarra. Chamam-lhe *solta* (Moimenta—Vinhais),

pau da cadeia (Vilarinho da Cova de Lua — Bragança) ou *Tenedeiro* (Rio de Onor — Bragança). Este pau aparece também firmado pelo aperto da cadeia do cambão. O gradador pode ainda equilibrar-se agarrando-se a uma corda ou a uma *verga* presa à travessa dianteira.

São várias as maneiras de ligar o cambão à grade, como mostra a fig. 9.

Na de Rio de Onor vê-se a verga de carvalho torcida e passada entre o cambão e o *torno*, e cuja ponta serve de tene-

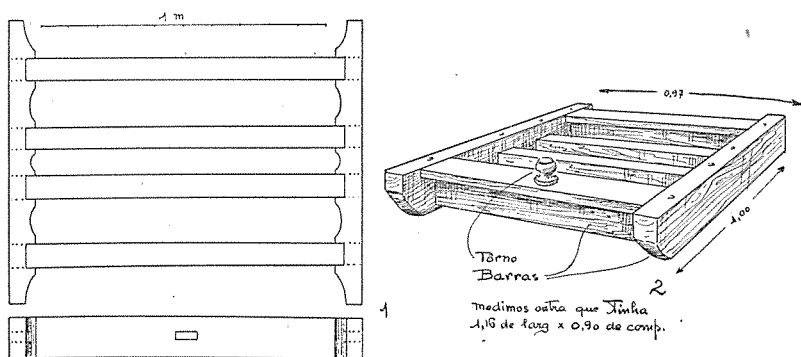


Fig. 8

1 — Cova de Lua, Bragança; 2 — Rio de Onor, Bragança

deiro, *tenedeiro de verga*. O cambão, *cambo*, *timãozela* ou *tamãozela* é ligado ao jugo por meio da *trasga*.

É vulgar ver-se o homem que grada trabalhar sozinho agarrando-se com a mão esquerda ao pau da cadeia e segurando com a direita a vara com que guia e anima o gado.

Distribuição e uso

Estas grades usam-se nos concelhos fronteiriços da orla nascente de Trás-os-Montes, desde Vinhais a Freixo de Espada à Cinta. Encontram-se também do outro lado da fronteira, na província espanhola de Zamora. Vimo-las iguais ou de 3 banzos desde

Puebla de Sanábria, a Figueruela, em Ungilde, Rio de Manzanas, etc. Krüger também as cita no seu estudo sobre a Sanábria (1).

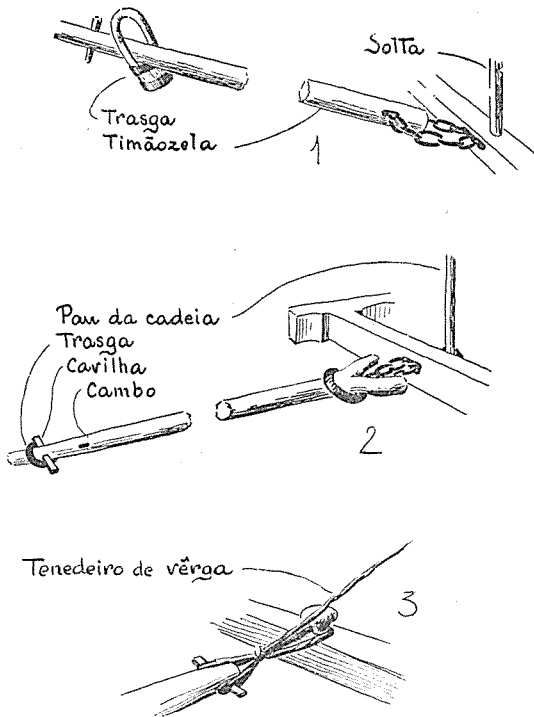


Fig. 9

Ligações da grade ao cambão: 1 — Moimenta, Vinhais; 2 — Cova de Lua, Bragança; 3 — Rio de Onor, Bragança

Estas grades empregam-se para desterroar terras de pão, mas apenas as planas e fortes. (Nas encostas o grão é coberto a arado sem gradagem prévia). É muito usada nas hortas e é com elas que em alguns sítios trilham a palha de centeio para alimento do gado.

(1) Fritz Krüger *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete*, Hamburgo, 1925, pág. 288.

Também na ponta S. W. do Algarve vimos grades deste tipo, com quatro ou três travessas. Nunca chegam a ser pesadas como as trasmontanas, são de construção muito mais descuidada e todas as que vimos tinham dentes de ferro.

Variantes

Surgem em alguns lugares (ex. Cisterna—Vinhais) grades com três travessas apenas. A sua construção, ligação ao cambão e trabalho que executam são iguais às descritas.

4.º TIPO

Esta grade é constituída por dois *banzos* compridos e um mais curto firmado entre dois *testeiros*. Geralmente os *banzos* exteriores são mesmo muito mais compridos que o interior.

Têm dentes apenas quando empregadas em terrenos fortes e aterroados, dentes sempre raros, muito afastados uns dos outros.

As dimensões variam bastante. Em Vilarelho da Raia—Chaves—têm $1^m,60 \times 0^m,60$, sendo a de dentes mais curta. Em Passos—Mirandela—medem $1^m,05 \times 0^m,55$. A secção dos *banzos*, usados quer de cutelo quer ao baixo, anda à volta de $0^m,11 \times 0^m,06$.

O gradador segue sempre sobre a grade.

Distribuição

Este tipo usa-se na facha transmontana que vai de Chaves a Valpaços e Mirandela. Vimos grades bastante parecidas com estas em Oleiros, mas ignoramos a amplitude do seu uso.

Variantes

Em alguns locais da área transmontana citada aparecem grades com o banzo interior do mesmo comprimento dos exteriores (ex., Bouçoais — Valpaços). Isto é contudo muito raro; as

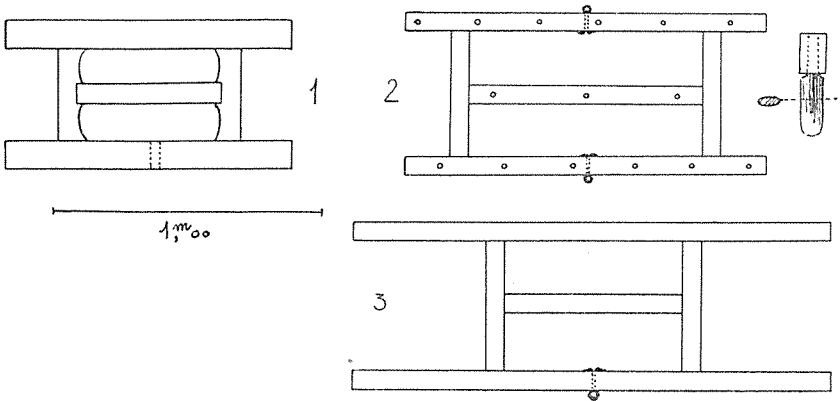


Fig. 10

- 1 — Mirandela, Passos — Grade sem dentes; 2 — Chaves, Vilarelho — Grade com dentes; 3 — Chaves, Vilarelho — Grade sem dentes

grades aproximam-se então das usadas pela Estremadura ao sul do Tejo, do tipo 5.

5.º TIPO

As grades deste tipo são constituídas por dois ou três grossos paus, as pernas (1), ligados por duas travessas de madeira mais delgada.

(1) No Alto Alentejo *bansos* ou *paus*.

As pernas, onde estão espetados os *dentes*, são geralmente toscas, e frequentemente encurvadas. A explicação mais vulgar

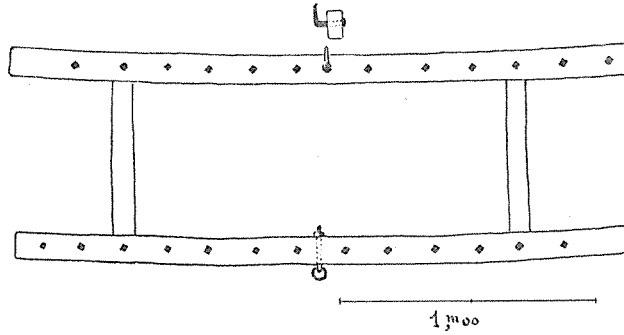


Fig. 11

Ferreira do Alentejo, Monte do Outeiro

desta curvatura é que o azinho de que são feitas raras vezes dá um traço direito.

Por quase todo o Alentejo se empregam grades de duas pernas. As duas travessas que as unem, dantes sempre de

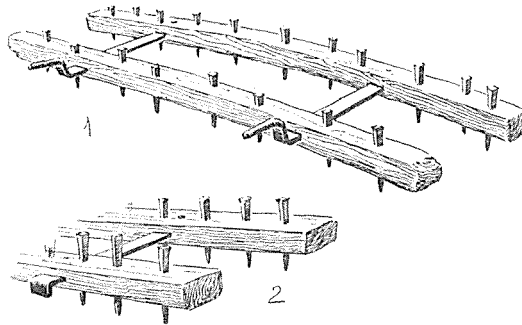


Fig. 12

Grades com travessas de ferro: 1 — Castro Verde;

2 — Beja, Monte da Almocreva

madeira, são agora muitas vezes de ferro. Essas lâminas são por vezes apenas fixadas na perna da retaguarda, e passam livremente através da perna dianteira. Assim as pernas juntam-se uma à outra quando a grade não trabalha, dando melhor transporte.

Nem sempre, porém, são duas as travessas. Em alguns concelhos, vizinhos de Elvas, são frequentes as grades de três ou quatro travessas, de madeira ou ferro.

As dimensões variam muito conforme o fim da gradagem, a terra e o gado que puxa a grade. Em Serpa, no Monte da Lobata, há-as com perto de 5 m. de comp., para os grandes

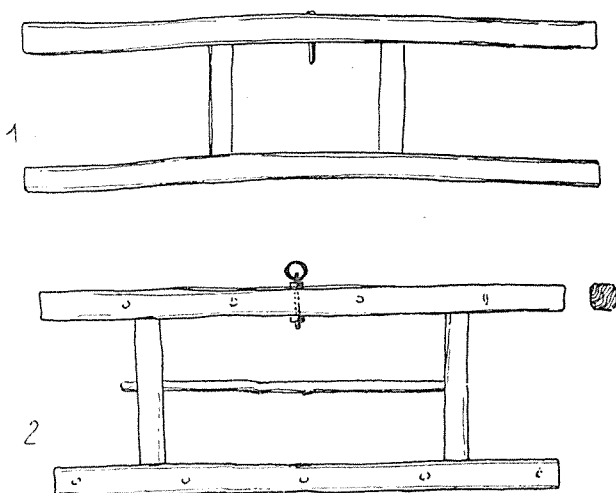


Fig. 13

1 — Hortas do Douro, Pesqueira; 2 — Pero do Moço, Guarda

alqueives, e outras com 2^m,5 (e menos) para outras terras onde seja preciso desterroar melhor.

Na Serra do Algarve as grades são semelhantes às do Alentejo, mas mais curtas e toscas.

Os dentes são sempre de ferro, de secção quadrada, e vão-se cravando mais quando começam a ficar curtos pelo uso. Em terras soltas há algumas vezes grades sem dentes (1).

(1) Silva Picão — *Através dos campos*, Lisboa, 1947, pág. 232. «Grades com *dentos* ou *facas*... algumas nem dentes têm».

Também em toda a orla fronteira da Beira, desde a zona de difusão das grades do 1.º tipo até à raia, se encontram grades de dois *banzos* ligados por duas travessas. Como, porém, banzos e travessas são geralmente da mesma espessura, e o afastamento dos banzos é maior, o aspecto é aparentemente diferente.

Os dentes são aqui quase sempre de madeira, pouco numerosos. Lugares há em que se não usam; as grades com dentes trabalham então só em terras aterroadas ou com grama (ex. Soropez — Pinhel).

No Alentejo a união do cambão com a grade faz-se quase sempre por meio duma *argola* de ferro presa a meio da perna da frente. Este é também o processo que mais se vê pelo sul da Beira. Da Guarda para o norte encontram-se muitas grades com um torno de pau cravado horizontalmente no lado interior da perna, ao qual se passa o cadeado do cambão.

As grades de três pernas empregam-se na região estremenha e ribatejana, ao sul do Tejo. Foi talvez a necessidade de mais dentes pela maior abundância de ervas ruins nas terras baixas desta zona do país, que motivou a existência de três pernas. Usam-se também em um outro raro lugar do Alentejo (ex. Aviz). As pernas muitas vezes encurvadas, rudes e toscas como no Alentejo. São contudo frequentes as feitas de barrotes direitos e facejados, ligados por lâminas de ferro em lugar de travessas de pau.

Entre Lisboa e Setúbal vêem-se grades de 4 pernas, em vez das três do costume.

Variantes

Em várias zonas do Alentejo existem grades mais pequenas e leves com que arranham o trigo nascido ou mexem a terra

para fava ou grão; são conhecidas por *rastilho* ou *grade para gradar semente*. São idênticas às outras, mas as que conhecemos eram todas de pernas direitas.

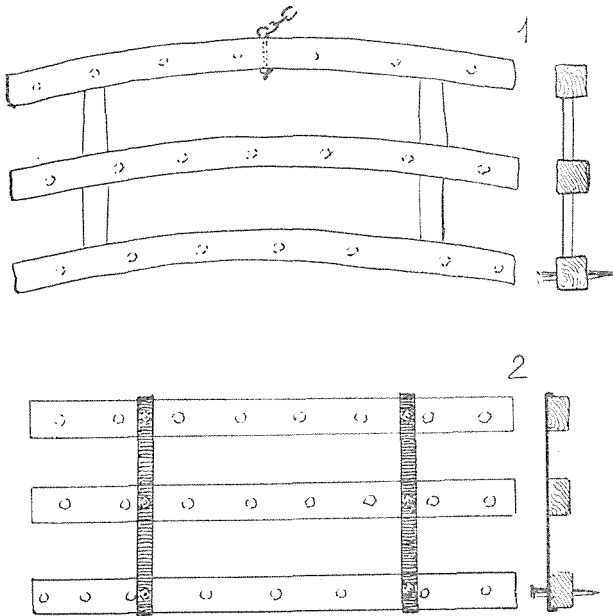


Fig. 14

1 — Marateca, Palmela ; 2 — Vendas Novas, Montemor-o-Novo

6.º TIPO

São pequenas grades do tipo atrás descrito, de pernas curvas ou direitas, sobre as quais se fixou, uma *garganta* a que prende, atrás, o *rabo* (Barrancos) ou *rabanejo* (Campo Maior), e à frente a *vara* ou *cabeça*. À perna da retaguarda é ligeiramente mais comprida que a da frente.

Na de Barrancos é flagrante a semelhança de pormenores e nomenclatura com o arado da região. O desenho dispensa a sua

descrição. É bom fazer notar, porém, a existência do *argolão* que

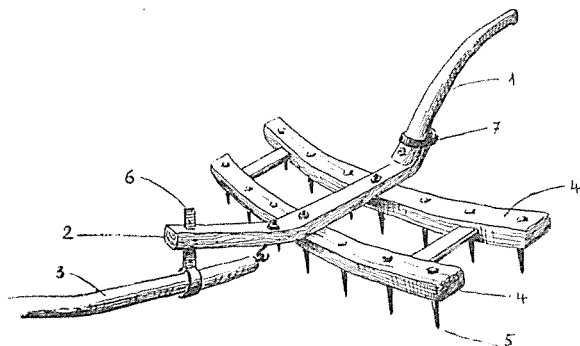


Fig. 15

Barrancos: 1 — Rabo; 2 — Garganta; 3 — Cabeça; 4 — Manas;
5 — Dentes; 6 — Argolão; 7 — Argolão

obriga a grade a penetrar mais ou menos na terra. O comprimento das *massas* nunca vai além de 1^m,40.

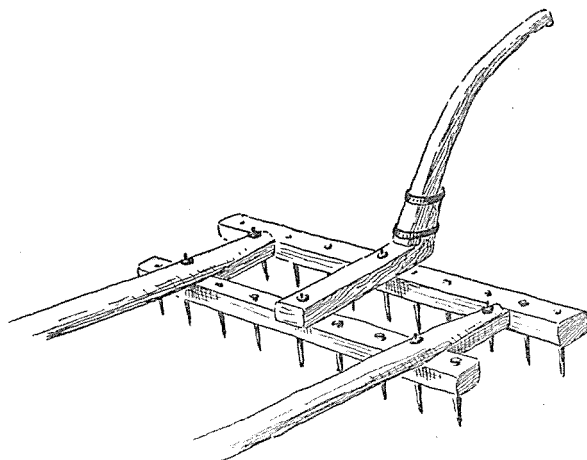


Fig. 16

Campo Maior — Rastrilho

São empregadas para todo o trabalho. Já na vizinha Vila de Mourão se usam apenas nas vinhas fazendo o restante a vulgar grade alentejana.

Em Campo Maior, as pernas são direitas. Além da *grade*, que é munida de uma *vara* ou *lança* para prender a parelha, usa-se o *rastrilho*, mais pequeno que aquela, e com dois *varais* para uma besta só.

Encontramos grades deste tipo nas duas saliências do território alentejano metidas pela Estremadura espanhola dentro, onde é corrente o seu uso. Jorge Dias viu ali o uso de duas rabiças; não sabemos se existe também em Portugal.

7.º TIPO

São constituídas por uma travessa com dentes de madeira, à qual está fixada uma vara comprida que vai prender ao jugo.

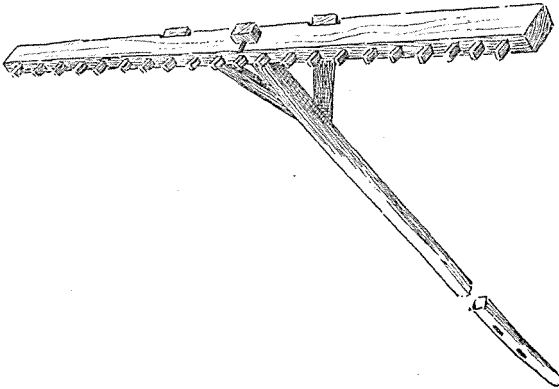


Fig. 17

Rastrão de Miranda

Esta travessa tem comprimentos variáveis, sendo bastante grande nos arredores de Miranda. Os dentes estão espetados numa só linha ou em 2 linhas muito juntas.

Em Sendim — Miranda — chamam-lhe *rastrão* e em Rio de Onor conhecem-na por *grade de gantchos* (1). Tem sobre a outra

(1) Jorge Dias — *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*, em conclusão.

a vantagem de poder ser transportada sobre o jugo do gado, dispensando assim o carro. O homem que grada vai sobre ela, segurando-se a um pau espetado no cambo, o *tenedeiro* (Rio de Onor).

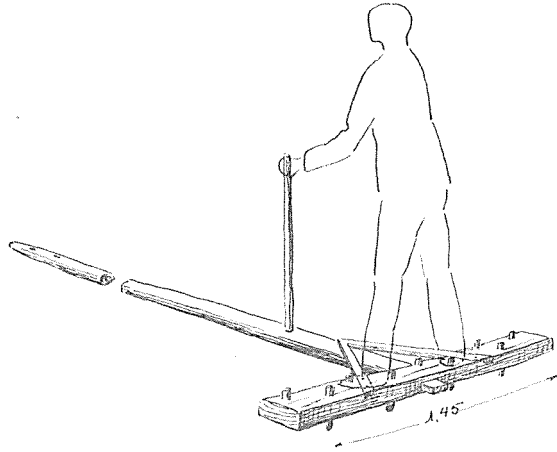


Fig. 18

Grade de Rio de Onor, Bragança

Distribuição e uso

Encontra-se esta grade numa área muito limitada da ponta N. E. de Trás-os-Montes, pelos concelhos de Bragança a Miranda do Douro, na sua parte virada para Espanha. Vimos grades iguais na província espanhola de Zamora, em todo o percurso que fizemos com Jorge Dias, desde Puebla de Sanabria a Figueurola; muitas com o *tenedeiro* espetado no cambo embora não estivessem em uso. Krüger faz-lhe também referência (1).

É empregada para gradar as hortais e os linhos, e para arranhar os batatais ao nascer.

(1) Krüger — *Ob. cit.*, pág. 288.

8.º TIPO

Têm a forma trapezoidal e são formadas por quatro *cabeiros* convergentes ligados por duas travessas delgadas. Os *dentes*, cravados obliquamente nesses cabeiros, são de ferro, e de secção quadrada, com uma face virada na direcção da marcha da grade.

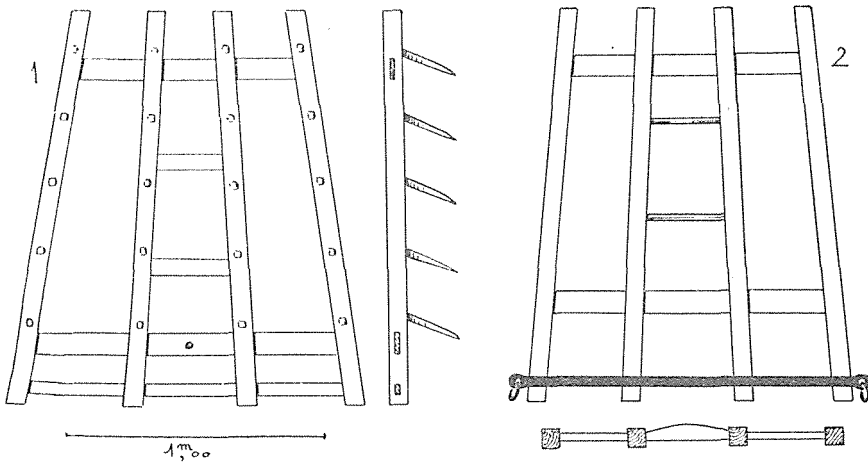


Fig. 19

1 — Montemor-o-Velho, Meãs; 2 — Outeiro do Lourical

Ouvimos chamar-lhe *grade de cantos* (Montemor-o-Velho) para a diferenciar da *grade de facas*, do 1.º tipo, usada na mesma região.

Os dentes não cortam, pois a grade serve apenas para tirar a felga (ervas ruins). Emprega-se especialmente nos arrozais, mas também vai aos campos de milho. O homem segue sobre ela segurando-se ao *fugueiro*, pau espetado a meio da travessa dianteira. Para maior comodidade de quem grada, há muitas vezes pequenos barrotos ou paus redondos entre os cabeiros do meio.

A *cadeia* que liga a grade à *sola* (cambão) agarra uma travessa mais estreita, de madeira, ou prende nos olkais duma travessa de ferro, colocada na frente da grade.

Parece agora fugirem de gradar com ela, poupando-se ao trabalho. Em Condeixa, onde vimos pela primeira vez uma grade deste tipo, já desmantelada, falaram dela como objecto que poucos usam.

Distribuição

Vimos destas grades nas terras baixas da foz do Mondego, pelos concelhos de Montemor, Figueira, Soure, Condeixa e Pombal; ignoramos se teria tido maior difusão (1).

CASOS DE HIBRIDISMO

Nos limites de cada zona de difusão destas várias grades acontece, como é natural, aparecerem casos de influência mútua.

Nas grades do 1.º tipo as testeiras mais próximas uma da outra (ex. Moimenta da Beira), o menor número de dentes (ex. Valpaços, Alijó, Idanha), ou os dentes de ferro de secção quadrada (Condeixa, Pombal), devem ser influência de grades doutro tipo. Mas a mudança mais sensível é o desaparecimento dum dos banzos interiores. Ficam assim grades de três banzos, que se encontram na região barrosã e na facha da Beira que limita a área de difusão do 1.º e 5.º tipo, pelos concelhos de Moimenta da Beira, Cernancelhe, Trancoso, etc. Na Idanha aparecem juntas às de 4 banzos e são empregadas nas terras mais pedregosas. Em Castelo Branco surgem também grades de cinco

(1) Jorge Dias, encontrou uma semelhante numa velha Casa Grande na região de cultivo da cana do açúcar no Estado de Pernambuco.

banzos nas casas de lavoura maiores, sendo as de quatro banzos empregadas por pequenos proprietários que não têm gado possante, e são tiradas então por burros ou bezerros (1). Vêem-se grades de três banzos em Figueiró dos Vinhos.

Pelo Sul do concelho de Alvaiazere, em vez da travessa de ferro as grades têm as duas travessas convergentes do 2.º tipo.

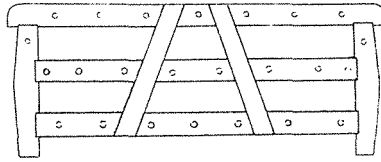


Fig. 20

Abrantes, Sul do Tejo

O mesmo acontece nas grades ao Sul do Tejo na região estremenha, entre Abrantes e Coruche, onde há grades híbridas, com três banzos do tipo 6, ligados por testeiros nas extremidades, e

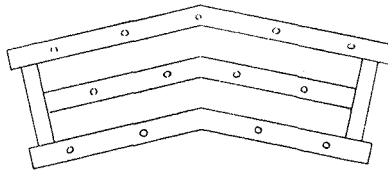


Fig. 21

Abrantes, Sul do Tejo

com as travessas convergentes do tipo 2 (2). Em Abrantes encontramos ainda outra forma de hibridismo reproduzida na fig. 21.

(1) Informação obsequiosa de Jaime Lopes Dias.

(2) Alberto Garcia—*Monografia de S.º António do Couso*, Lisboa, 1948, pág. 69 diz chamarem-lhe *grades cancelleiras* e serem munidas de dentes de medrãoho.

CASOS PARTICULARES

Nas grandes lombas de xisto pulverizado de Fozcoa viu Jorge Dias grades grandes formadas de dois barrotes e quatro travessas. Têm no fundo o mesmo esqueleto das grades do tipo 3, também com a madeira armada de cutelo, mas as suas proporções são tão diferentes que nos parece preferível colocá-la como caso particular. Não é munida de dentes.

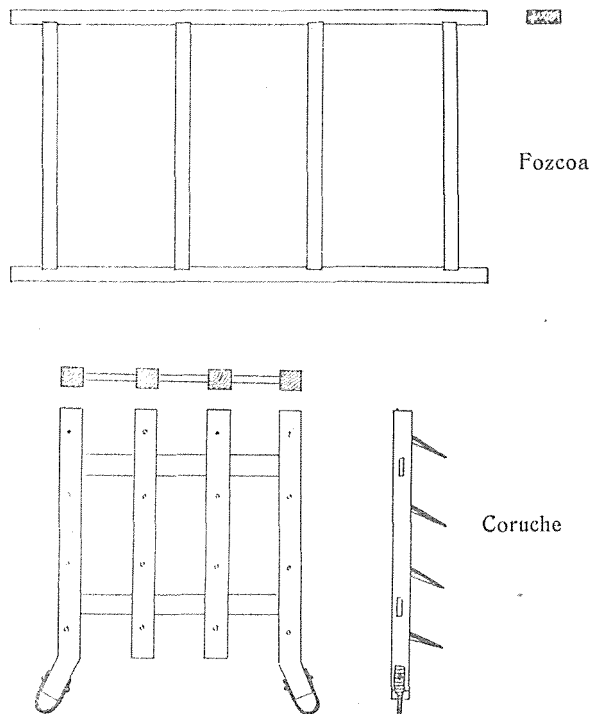


Fig. 22

Em Coruche empregam-se grades leves para serem tiradas por éguas. Trabalham muitas grades juntas, e sobre o chão aterroado os animais correm ligeiros dando voltas. A terra fica assim

marcada com curvas desordenadas. Não sabemos qual a amplitude do seu emprego.

Em Pias — Cinfães — encontramos a grade reproduzida na fig. 23. É uma simples e tosca armação de madeira a que atam varas de carvalho (1), e é empregada para alisar a terra depois dos torrões serem desfeitos à enxada. Este processo de desterroar à enxada era dantes muito mais usado, quando havia poucas grades. O mesmo deve ter acontecido em mais regiões do

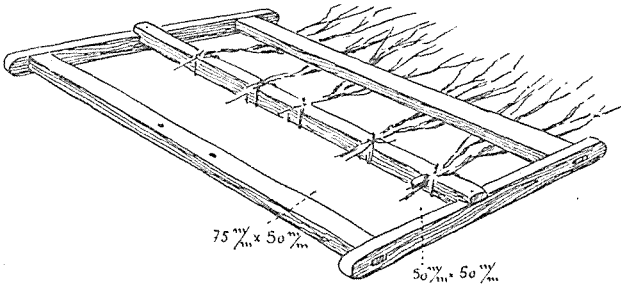


Fig. 23

Pias, Cinfães

Douro Litoral e do interior do Minho. Em Celorico de Basto, por ex. lambram-se também da grade ser muito menos vulgar que agora, mas não há ali memória de grades de varas como a de Cinfães.

Já nas Beiras parece ter sido frequente o seu uso. No dicionário de Cândido de Figueiredo vem o termo *rojão*, como: «grade

(1) O informador disse que antigamente, quando a poda longa das videiras permitia obter varas compridas, eram estas secas, mantidas direitas por pedras colocadas sobre elas; depois faziam *manchinhas* (molhos) que prendiam à grade. Não se compreende porque agora não conseguem obter varas como antigamente. As varas de carvalho devem ser agora empregadas por ser mais rápido o seu arranjo.

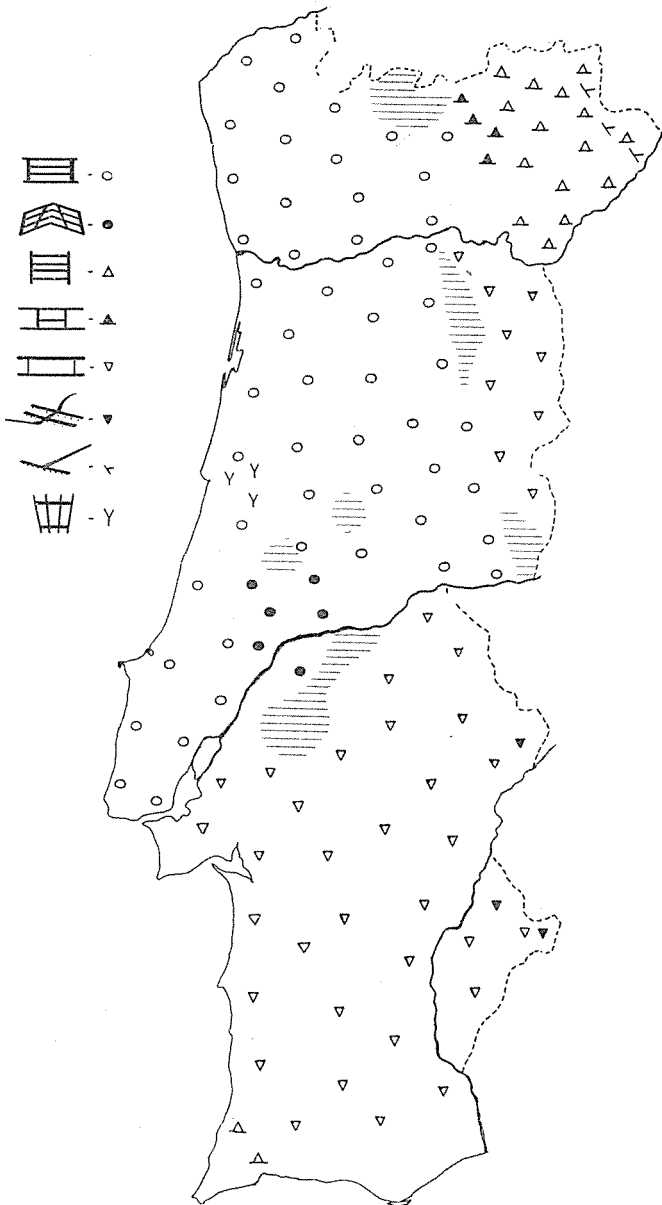
sem dentes, formada de um só caixilho, com ramos entrelaçados para aplanar a terra lavrada ou cavada». Também Ruy Mayer faz referência à semelhança que essas grades de vimes romanas teriam com as que se usam em algumas zonas da Beira Baixa, para executar o trabalho a que se dá o nome de *rascalhar* ⁽¹⁾. Sobre esta palavra, diz Jaime Lopes Dias: «*enrrascalhe*, costume relativamente recente, e praticado por alguns. O *enrrascalhe* ou *arroschalhe* consiste em fazer passar sobre o trigo já nascido uma grade tecida com ramos de árvore, que, sem danificar o cereal, muitas vezes o desponta, atarra ou arrendra, e destrói o ervacedo mau que espontâneamente brota da terra» ⁽²⁾. Para isso usam a grade vulgar, à qual atam ramos de árvore.

Apenas conhecemos a grade de Cinfães como exemplar especialmente construído para ter varas atadas. Mas pelas referências atrás citadas, podemos crer que o seu uso deva ter sido, e porventura ainda o é, frequente em outros locais das Beiras, que desconhecemos.

(1) Ruy Mayer — *Ob. cit.*, pág. 184.

(2) Jaime Lopes Dias — *Etnografia da Beira*, v, págs. 44-45.

Mapa de distribuição das grades portuguesas



Nas zonas tracejadas abundam os casos de hibridismo

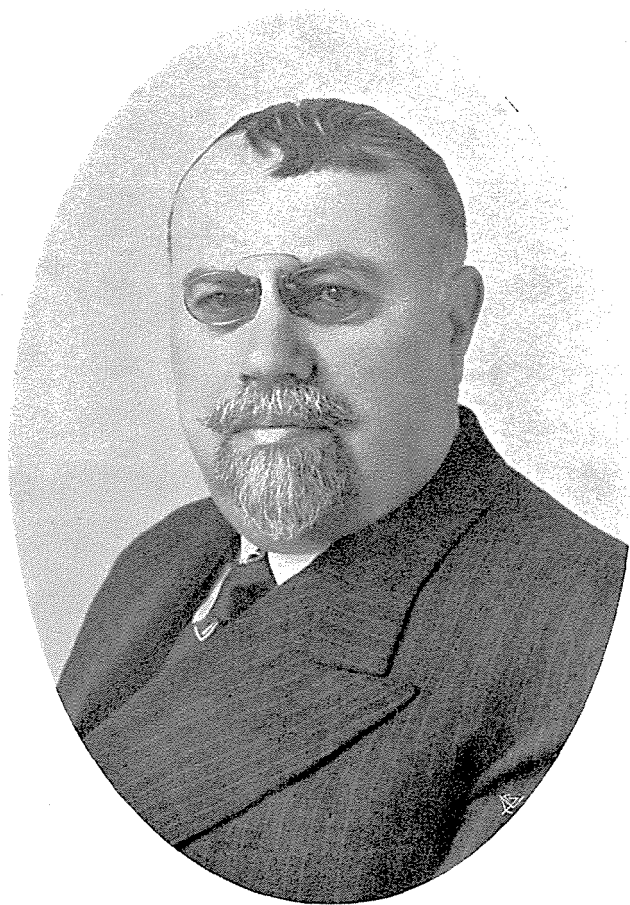
VÁRIA

Prof. Joaquim A. Pires de Lima

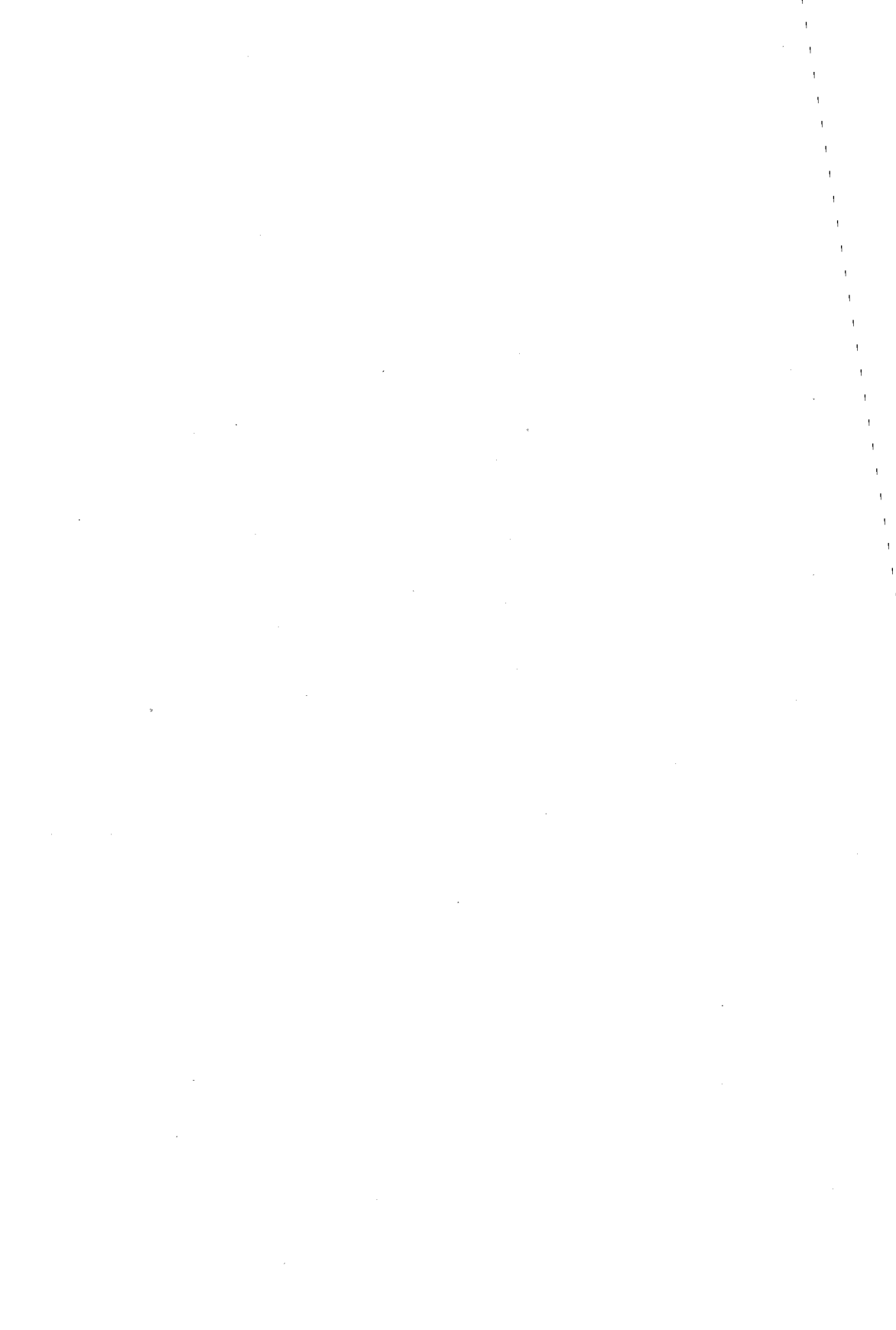
A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia prestou em 7 de Março de 1952 justa e expressiva homenagem à memória do saudoso Mestre e ilustre anatómico portuense, Prof. Joaquim Alberto Pires de Lima. Consistiu essa homenagem numa sessão em que foram apresentados trabalhos originaes dedicados ao sábio professor e na qual o vice-presidente (em exercício) da Sociedade traçou o perfil científico e pessoal de Joaquim Pires de Lima em palavras que a nossa revista vai registar nas suas páginas, como por todos os motivos estava indicado.

Penalizou-me vivamente não ter podido comparecer naquela sessão, pois desejaria associar-me pessoalmente e como presidente da Sociedade àquela homenagem, sobretudo na intenção de assinalar com apreço e reconhecimento a louvável solidariedade de objectivos que invariavelmente ligou o Prof. Joaquim Pires de Lima e a sua escola anatómica ao núcleo de estudos antropológicos que tive a honra de organizar na Faculdade de Ciências da mesma Universidade portuense. Já publicamente me referi à perfeita cordialidade, à verdadeira e leal camaradagem, que sempre existiram entre os dois centros de investigação, e pus em justo destaque o papel magnífico e fecundo que o Prof. Pires de Lima teve sempre nessa aproximação e no bom entendimento existente. O sector antropológico da actividade cultural portuense muito ficou devendo a estes factos, infelizmente raros noutros domínios de estudo, em que há frequentes competições hostis, lamentáveis rivalidades. Pires de Lima e os seus distintos colaboradores largamente concederam o mais dedicado e valioso apoio e activa cooperação à Sociedade de Antropologia, a esta revista, ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, do Porto, em 1934, ao I Congresso Nacional de Ciências da População, também no Porto, em 1940, etc., etc.

Por mim, não esquecerei nunca que as colecções dos dois Institutos — o de Anatomia e o de Antropologia — estiveram sempre abertas, sem distinção, a estudiosos de qualquer deles.



Jayme Alberto Pires Oliveira



Em palestras na Emissora Nacional, da série *A Ciência ao serviço da Humanidade*, tive ensejo de assinalar os factos referidos e de pôr em relevo o alto valor da actividade científica e pedagógica exercida pelo meu saudoso Mestre de anatomia. Sem esquecer o seu meritório papel de vulgarizador, pus em relevo a sua acção como chefe da escola anatómica portuense, como renovador e director do Instituto de Anatomia, como formador, animador e orientador de discípulos, como investigador original e infatigável em anatomia, sobretudo no terreno das variações, das anomalias e da teratologia. Pires de Lima, que foi, sem dúvida alguma, um dos mais ilustres anatomistas do nosso tempo, foi também, sem contestação possível, o maior teratologista portu-guês de todos os tempos.

Associo-me, pois, por este meio, de todo o coração, à homenagem que a nossa Sociedade lhe prestou e, especialmente, às comovidas e eloquentes palavras que o seu ilustre colaborador e continuador, o Prof. Hernâni Monteiro, lhe consagrou na sessão mencionada.

A. A. MENDES CORRÊA,
Presidente da Sociedade.

O Prof. J. A. Pires de Lima

A sua contribuição nos domínios da Antropologia
e da Etnografia (1)

Faz hoje precisamente setenta e cinco anos que nasceu em Areias, concelho de Santo Tirso, o Prof. Joaquim Alberto Pires de Lima. Foi por isso que escolhemos este dia para a nossa Sociedade reunir e prestar sentida homenagem de saudade à alta memória do eminente professor. Ele e seus discípulos deram sempre a esta Sociedade franca e valiosa colaboração; alguns trabalhos seus foram apresentados às nossas reuniões; as colecções do Museu do Instituto que dirigia estiveram sempre à disposição dos estudiosos que desejavam trabalhar em assuntos de Antropologia e de Etnologia; e manteve sem uma quebra o melhor entendimento com o Instituto de Antropologia da direcção do Prof. Mendes Corrêa.

«Entre os investigadores dos Institutos de Anatomia e Antropologia do Porto (são palavras deste último professor, escritas há já vinte anos) tem havido sempre a mais perfeita cordiali-

(1) Palavras lidas na sessão de 7 de Março de 1952 da *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*.

dade e um entendimento fecundo, cordialidade e entendimento que por esse mundo fora são, infelizmente, raros entre estabelecimentos conexos. Emulações pessoais e rivalidades de escola se sobrepõem, com frequência, lamentavelmente, às vantagens dum trabalho em comum, duma associação de esforços. No Porto não sucede assim com os Institutos referidos, e o Prof. Pires de Lima é um dos professores que mais têm contribuído para essa aproximação cordial e útil» (1).

Pelos motivos expostos, entendemos que era dever de justiça — e muito gratamente o cumprimos — recordar o nome e a obra do incansável investigador na sessão de hoje, primeira que se efectua depois da sua morte, ocorrida, como sabeis, no dia 23 de Dezembro do ano findo.

Logo no início da sua carreira docente, o Prof. Pires de Lima, com orientação idêntica à do Prof. Henrique de Vilhena, quis juntar documentação para o estudo da miologia dos Portugueses, dando-se a esses trabalhos, como salientou o anatomista lisboense, «um intento decidida, sistemática, caracteristicamente etnológico».

Com esse fim, vários alunos do Instituto anatómico portuense encarregaram-se da dissecação sistemática, em grande número de cadáveres, dalgumas regiões do corpo humano para o estudo dos músculos pre-esternal, manioso, arco axilar muscular, bicipite braquial, palmar delgado, costureiro, pata de ganso, etc. O material colhido permitiu que Amândio Tavares (hoje nosso Reitor Magnífico), Silva Leal e Espregueira Mendes elaborassem, afora pequenos artigos, as suas teses de doutoramento e que Luís de Pina publicasse variadas notas sobre as investigações a que se entregou, após o seu estágio em Paris e Varsóvia, onde dissecou também muitos exemplares de Primatas.

As colecções osteológicas do Museu, a cujo progresso o falecido professor dedicou a maior atenção, permitiram vários estudos sobre a antropologia dos Portugueses. Recordarei as dissertações de doutoramento de António José da Cunha «Notas de camptometria nos crânios portugueses», de Aurélio da Silva Fernandes «Sobre uma correlação anatómica nos crânios portugueses», de Eduardo Valença «A fronte nos portugueses», e de Costa Santos «O ângulo facial em crânios portugueses», bem como as memórias de Amândio Tavares sobre metopismo, de Constâncio Mascarenhas sobre «O pterion nos portugueses», de Américo Pires de Lima sobre o polígono facial e a mandíbula, e de Alfredo

(1) Vid. *O Comércio do Porto* de 6-III-1932.

Athayde acerca de correlações faciais e de uma «Correlação entre a largura biorbitária interna e a largura da sela turca».

Além dos trabalhos do Prof. Pires de Lima sobre variações musculares, cuja importância antropológica salientou, devemos destacar da sua extensa bibliografia, especialmente, os estudos de Antropologia e Etnologia que mais interessam à índole da nossa Sociedade.

De colaboração por vezes com o então assistente do Instituto, Dr. Constâncio Mascarenhas, cuja tese do doutoramento versou sobre «As Castas da Índia», registemos a «Contribuição para o estudo antropológico do angolense», apresentada ao Primeiro Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, Luanda, em que se estudaram dezoito crânios e quatro mandíbulas soltas de Negros indígenas de Angola das colecções osteológicas do Instituto de Anatomia, confrontando-se os resultados obtidos com os doutros investigadores.

Na «Contribuição para o estudo antropológico de Timor» dão-se os resultados das observações de quatro crânios do Instituto, cuja análise etnogénica levou a concluir «que se trata duma série heterogénea em que diversos elementos étnicos intervieram para a constituição do indígena desta província».

A «Contribuição para o estudo antropológico de Moçambique» baseia-se na observação de catorze crânios de indígenas de junto de Marracuene, perto de Lourenço Marques, naturalmente da raça Landim. Do estudo descritivo e craniométrico dessas caveiras concluíram os autores que se tratava «de uma série homogénea, em que as oscilações observadas, em razão de não incidirem sobre as características essenciais e basilares para a diferenciação das raças não passam de meras flutuações acidentais. Esta homogeneidade, pelo facto de se apresentar pouco nítida, revela apenas a mestiçagem entre tribos ou grupos mais ou menos afins, pertencentes indubitavelmente ao grupo Banto, cuja divisão em tribos pode ver-se nos trabalhos de Stow e de Américo Pires de Lima».

Foram também estudados em três trabalhos vinte e nove crânios de diversas tribos, Papéis em maior número, da Guiné portuguesa da colecção do Instituto: uma nota preliminar apresentada em 1930 ao Congresso Internacional de Antropologia reunido em Portugal, um artigo sobre «Populações indígenas da Guiné portuguesa», publicado no Arquivo de Anatomia, e outro inserto no livro de homenagem ao Prof. Leite de Vasconcelos.

Foram estes os primeiros trabalhos que versaram a antropologia da nossa Guiné e neles se demonstrou que variadas raças participaram na constituição das respectivas populações.

O Prof. Pires de Lima e o Dr. Constâncio Mascarenhas concluíram, pelo exame dos índices cefálico e nasal e pelo ângulo naso-alvéolo-basilar, que dum modo geral se apreende «a influência de, pelo menos, dois grupos étnicos, tão heterogêneos na sua facies antropológica, como diversos e quicá antagonicos na sua formação intelectual e moral, nos seus usos e costumes, na sua tradição, na sua religiosidade, na sua civilização e cultura: — os grupos Arabo-Berbere e Negro».

Coube ao Prof. Pires de Lima abrir, com uma conferência, os trabalhos da 1.^a Secção do I Congresso de Antropologia Colonial com tanto êxito reunido no Porto em 1934, por ocasião da notável Exposição Colonial aberta no recinto do Palácio de Cristal, naves e jardins, na qual se juntaram centenas de indígenas vindos das nossas possessões.

Depois de fazer o balanço da contribuição portuguesa para o estudo antropológico dos povos que habitam as nossas províncias ultramarinas (Índia, Timor, Angola, Moçambique, Guiné, etc.), terminou por exprimir o voto de que o Palácio de Cristal se transformasse num Palácio das Colónias, isto é, num Instituto Colonial, anexo à Universidade do Porto, criando-se no parque um jardim botânico e um jardim zoológico, onde estivessem representadas as espécies das nossas Colónias. E acrescentava, num belo sonho de cultura, de patriotismo e de bairrismo: «Nas amplas salas do Palácio organizar-se-iam Museus de minerologia, agronomia, antropologia, etnologia, farmacologia e higiene coloniais, bem como uma biblioteca especializada, e ali fariam um estágio os missionários, os militares, os médicos, os enfermeiros, os funcionários, os agricultores, os industriais e os comerciantes que pretendessem exercer a sua actividade no nosso Império de Além-mar».

Quando publicou a conferência, já desiludido, confessava, em nota, que vira com mágoa dispersar todos os vestígios da magnífica Exposição, dizendo que a sua conferência publicada era o eco duma voz que bradara no deserto.

Apenas agora vamos ter um jardim botânico, graças à compra da Quinta do Campo Alegre. Tudo o mais foi um sonho, pois a Universidade nenhuma interferência tem na vida do Palácio de Cristal que lhe não pertence. Além disso, o alvitre do Prof. Pires de Lima foi logo combatido por aqueles que entendiam que o ensino colonial só se devia ministrar em Lisboa, dotando-se para isso em condições os estabelecimentos e escolas que já existiam na capital.

A Exposição Colonial deu margem a que variados estudos fossem empreendidos pelos investigadores dos Institutos de Antropologia e de Anatomia que sempre têm mantido, como já referi,

a mais franca e útil colaboração. Várias memórias publicadas por alunos e assistentes da Faculdade de Medicina, entre as quais algumas dissertações de doutoramento, baseiam-se em observações de exemplares dos Museus dos dois Institutos.

Repito hoje o que já disse noutra oportunidade: «A iniciativa dos Profs. Pires de Lima e Mendes Corrêa, no desejo de coligirem material para o conhecimento científico das populações do nosso Império de Além-mar, deve merecer o melhor elogio».

Aqui do Porto, do grupo brilhante da *Portugalia* (e nunca se esqueça o impulso dado pela reunião em Lisboa, com uma entusiástica recepção nesta cidade, do Congresso Internacional de Antropologia de 1880), partira o incitamento para o estudo da antropologia das nossas colónias e, como salientou o Prof. Pires de Lima, com grande ardor o recebeu Mendes Corrêa, iniciador do ensino oficial da Antropologia na nossa Universidade, organizador do seu operoso Instituto de Antropologia e fundador da activa Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, onde neste momento nos encontramos.

Não quis, com honra se diga, o Prof. Pires de Lima ficar estranho a esse movimento que marcou uma época muito brilhante da vida da Universidade portuense.

Com efeito, mal assumiu a direcção do Instituto de Anatomia, num louvável desejo de obter elementos para estudo dos indígenas das nossas possessões ultramarinas, pois achava indecoroso para o nosso brio de povo culto a ignorância em que nos encontrávamos, enviou aos Altos Comissários e aos Governadores das nossas Colónias uma circular, solicitando para o Instituto crânios de indivíduos pertencentes às populações atrasadas que estão sob o nosso domínio. Infelizmente, porém, nem uma só das autoridades a que ele se dirigiu lhe deu, sequer, resposta. E o Prof. Pires de Lima comentou, desiludido: «Por nosso mal, parece entenderem os dirigentes das nossas possessões ultramarinas que nelas só deve buscar-se dinheiro e condecorações...»

E vendo que nada conseguia por via oficial, pediu particularmente aos seus amigos residentes nas colónias que lhe enviassem elementos de estudo. E desta forma pôde receber variado material que veio enriquecer as colecções do Museu. Citem-se, portanto, com reconhecimento e louvor, os nomes dos Drs. Paiva Gomes (Timor), Santana Barreto (Guiné), Froilano de Melo (Índia), Fausto Lage (Cabo Verde), Fernandes Torres, Manuel Bragança e Manuel Joaquim dos Santos (Angola), e Cláudio Ferreira, Gouveia Pinto, António Barradas e Sousa Dias (Moçambique).

Em variados artigos o saudoso professor pugnou por que o Estado promovesse o reconhecimento antropológico das popula-

ções indígenas, « como uma tarefa preliminar para uma legislação justa, equilibrada, racional, prudente e, principalmente, eficiente na sua aplicação e resultados ». Tudo que então existia não passava « do fruto da iniciativa particular de alguns estudiosos que, talvez inconscientemente, deram a sua contribuição para defender os direitos da Nação, realizando alguns trabalhos, embora escassos, neste ramo da Ciência ».

Não foram esforços perdidos. A campanha iniciada, com tanto entusiasmo e perseverança, pelos Profs. Mendes Corrêa e Pires de Lima, bem como os trabalhos doutros investigadores de Coimbra e Lisboa, modificaram o ambiente, despertando o interesse dos estudiosos e chamando a atenção das estâncias oficiais. E assim já foi possível organizar várias missões antropológicas ao Ultramar e ampliar-se o âmbito da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, de Lisboa.

As memórias citadas que publicou o Prof. Pires de Lima acerca da Antropologia colonial foram, mais tarde, reunidas num volume que também inclui os artigos sobre « Poliodontia numa negra de Angola », sobre agenesia dos ossos nasais num crânio da Guiné, e sobre o ensino colonial, artigo em que lamentou o haver-se dispersado e, por isso, perdido para o ensino e para a investigação todo o valioso material que enriquecia a brilhante e magnífica Exposição Colonial do Porto. O volume insere, ainda, a Bibliografia portuguesa sobre Antropologia colonial e ciências afins.

Dado o interesse do Prof. Pires de Lima por este género de estudos e conhecidos os trabalhos do seu Instituto acerca de alguns músculos e suas variações, foi ele o escolhido no Congresso Anatómico de Londres de 1927, por proposta do Prof. Loth, de Varsóvia, para representar os anatomistas de língua portuguesa na comissão internacional que se devia ocupar da organização e direcção das pesquisas sobre antropologia das partes não ósseas dos indígenas primitivos. Ao Prof. Pires de Lima, eleito vice-presidente dessa comissão na reunião do ano seguinte em Praga, caberia o que dissesse respeito às nossas colónias e ao Brasil. Embora, por dificuldades de vária ordem, o plano do Prof. Loth não tivesse sequência eficaz, ainda se chegou, dentro do critério estabelecido, a executar algum trabalho. Assim, Álvaro Rodrigues, Luís de Pina e Sousa Pereira dissecaram um Negro de Moçambique, publicando o resultado das suas pesquisas nas *Folia Morphologica* de Varsóvia e na revista da nossa Sociedade. E, anos depois, tanto Armando Leão como Filipe Ferreira e Martins d'Alte dissecaram também Negros de Moçambique, arquivando igualmente os resultados nos « Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia ».

Entre os numerosos trabalhos publicados pelo saudoso Professor contam-se também bastantes sobre Etnografia, campo igualmente da sua predilecção. Deles vamos dar agora breve notícia.

O primeiro estudo da especialidade que menciona a *Bibliografia* daquele Professor, publicada em 1942 pelo Dr. Martins d'Alte, então seu Assistente, versa «À ectrodactilia na lenda» (Lendas da Dama de pé de cabra, de Herculano, e da Maria Alva que originaria o nome da vila de Marialva). Pouco depois, ocupou-se o ilustre cientista dos benzedores e das panaceias da raiva, no estudo «O dente santo de Aboim da Nóbrega e a lenda de S. Frutuoso (abade)», a propósito da oferta à Faculdade de Medicina de um dente molar, a que um curandeiro do concelho de Vila Verde, preso em Gaia, atribuía a rara virtude de prevenir aquela doença, desde que fossem benzidas com ele as pessoas mordidas dum cão danado, visto esse dente ser, segundo afirmava, do próprio crânio de S. Frutuoso, abade de Constantim, perto de Vila Real, advogado contra as mordeduras dos cães hidrófobos. Mais tarde (1944) voltou a aludir ao assunto e às *cabeças-santas* empregadas na cura ou profilaxia da raiva.

Muito dedicado a assuntos de Teratologia, em que adquiriu grande e justo renome, o Prof. Pires de Lima tratou, em 1921, das superstições relativas a várias monstruosidades orgânicas e causas extravagantes que o povo lhes atribui, muitas das quais são sobrevivências do paganismo. No ano seguinte, ocupou-se das «Tradições Portuguesas de origem possivelmente muçulmana», pois a leitura do Alcorão deixara-o convencido de que o Islamismo exercera no nosso povo influência maior do que geralmente se supunha. Não se esqueceu de mencionar também em seus artigos o que sobre teratologia e tatuagem encontrou na literatura portuguesa.

Em «Uma visita ao monte de S. Miguel-o-Anjo» (1928) estudou os costumes dos habitantes da região, e dois anos depois narrou-nos as lendas de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes a respeito do Sardão.

Recordou os antigos costumes da terra onde nasceu, as festas das janeiras, as loas do velho Natal português, as rabanadas de mel, de origem romana, já citadas por Ovídio; e outras evocações etnográficas do Alto Minho lhe devemos, com relatos de tradições que conheceu de Melgaço ao Peso.

Também a barba e o bigode lhe mereceram, como a Leite de Vasconcelos, atenção e no trabalho que lhe dedicou há variadas considerações de carácter etnográfico.

Das numerosas esculturas feitas por indígenas africanos que se guardam no Museu do Instituto de Anatomia (secção de Etnografia colonial), destacou, para apresentar, doze de animais, exe-

cutadas em Moçambique e Angola. São duas rãs, dois crocodilos, um rinoceronte, dois hipopótamos, uma serpente, uma ave pernalta e uma galinha da Índia ou Fraca (*Numida meleagris*) selvagem, a mostrar-nos do que são capazes os indígenas do nosso ultramar africano.

Ao Congresso Nacional de Ciências da População (1940) apresentou uma comunicação em que versou a «Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa», assunto que desenvolveu depois em livro nesse mesmo ano publicado, no qual estudou a influência daqueles povos e as tradições a eles ligadas em cada uma das seis províncias em que o território português se dividia antigamente: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve. Posteriormente, no livro publicado em 1948, após a sua jubilação, intitulado «Dobrando o Cabo Tormentório», alguma coisa rectificou e aditou àquela obra.

Prestou sempre o Prof. Pires de Lima cuidadosa atenção à colheita de termos de Anatomia humana não só nas obras dos nossos clássicos (Gil Vicente, Fernão Lopes, D. Duarte), mas também na linguagem do nosso povo. E, assim, publicou em 1919 um «Vocabulário anatómico popular», reeditado, com sucessivas ampliações, em 1938 e 1942. E mais tarde (1946) deu a lume um livro com o resultado da colheita de termos anatómicos no adagiário português, «O Corpo humano no adagiário português». Mas, como encontrasse uma bibliografia muito extensa relativa a adágios e provérbios, teve de limitar a pesquisa a três colecções apenas: as de António Delicado, Pedro Chaves e Rebelo Espanha. No decurso do trabalho, que compreende quinze capítulos, sempre que o ensejo se ofereceu, confrontou os adágios portugueses com os da colecção brasileira de Lamenza e com os do «Refranero médico» do espanhol Castillo de Lucas.

De colaboração com seu Filho, deu à estampa um volume sobre «Nossa Senhora em Portugal», em que se incluem capítulos acerca do que nos dizem a tradição e a lenda, bem como o que se encontra no Cancioneiro popular e nos poetas antigos, sobretudo Gil Vicente.

Ainda com seu Filho, publicou em 1943, com a colaboração artística de Cláudio Carneiro (Quatro composições inéditas do distinto professor) e de sua Filha, D. Maria Clementina (música de alguns romances por ela colhidos em S. Simão de Novais), valiosa «Contribuição para o estudo do Romanceiro Minhoto». São mais de cinquenta romances ouvidos ao povo naquela aldeia do Minho.

Também tem a colaboração do Dr. Fernando Pires de Lima

um artigo acerca de «Os Fiéis de Deus» (1949), cerimónia e costumes relativos à festa de Todos-os-Santos e dos Fiéis Defuntos, no qual se inclui a melodia «Bólinhos, bolinhos» que ouviu cantarolar pelas ruas de Coimbra a um grupo de rapazes em Novembro de 1938, e sua Filha colheu.

Em livro editado em 1947, intitulado «A meu ver...» e noutro editado no ano seguinte, «Dobrando o Cabo Tormentório», reuniu variados artigos que haviam saído já em diferentes revistas, nalguns dos quais também se encontram muitas notas etnográficas, menção de romances, contos e canções populares, colhidos da tradição, etc.

Noutros trabalhos ainda, como em «A alma de Portugal na sua passagem para o Brasil» (1948), «As bebidas alcoólicas no folclore ibero-americano» (1950), naquele que consagrou a S. Rosendo e no que descreveu uma técnica de cirurgia veterinária rural, bem como nalguns capítulos do volume, publicado em 1948, «Dobrando o Cabo Tormentório», se lêem referências de carácter etnográfico.

Com estes estudos, que lhe ocupavam as férias e as horas livres do seu fecundo labor de anatomista, quis também o Prof. Pires de Lima contribuir para o melhor conhecimento do povo português, quer do continente quer do nosso vasto Império de Além-mar, seguindo o exemplo de vários estudiosos, dentre os quais avulta outro filho muito ilustre da velha Escola Médica do Porto, o sábio etnólogo Dr. José Leite de Vasconcelos.

Esforcei-me por ser breve, pois sòmente desejava dar aqui, muito em resumo, ideia da actividade do Prof. Pires de Lima no campo da Antropologia e da Etnografia, lembrando os seus esforços para coligir materiais que pudessem ser úteis aos investigadores. Outro, porém, foi o âmbito da sua principal acção de professor: o ensino e a investigação anatómica. Na criação e direcção do Instituto de Anatomia é que está, na verdade, a sua glória e por elas e pelo trabalho que realizou ali com os seus discípulos e colaboradores é que o seu nome passou as fronteiras do nosso País. Mas em todas as manifestações do seu labor docente no domínio da Ciência e da Cultura — porque ele, de facto, não quis ser senão professor — se revelaram a sua dedicação pelo trabalho científico desinteressado, o seu zelo pelos progressos do ensino, o seu amor, enfim, à Universidade e principalmente à Faculdade de Medicina, por cujo prestígio sempre pugnou. Por isso, a sua vida foi um alto exemplo e uma grande lição para todos nós.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que muito lhe deve, não pode deixar de consignar na acta da sessão de hoje um voto de profundo pesar pela perda de tão eminente professor e eu peço que em homenagem à sua memória saudosíssima guardemos uns momentos de silêncio e comovido recolhimento e oração.

HERNÂNI MONTEIRO.

Contribuição para o estudo antropológico dos concelhos de Bragança e da Póvoa de Varzim

As observações, a que se refere esta nota, foram colhidas pela Secção de Antropologia Física e Biologia Humana do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular em mancebos a inspecionar pelas Juntas de Recrutamento Militar, que funcionaram nas sedes dos concelhos na epígrafe respectiva.

Embora o número dessas observações, referentes ao concelho de Bragança, seja inferior ao das obtidas na Póvoa de Varzim, pareceu-nos de interesse comparar alguns caracteres antropológicos das populações das mencionadas regiões.

Nesta nota só entramos em consideração com os indivíduos da freguesia da Póvoa de Varzim, abrangendo a população piscatória da vila, que vamos comparar com os das freguesias da Sé, S.ta Maria, Quintela de Lampaças, Salsas, Izeda e Coelhoso, do concelho de Bragança. Não se tomaram em consideração os indivíduos da colónia penal, que entraram à inspecção pela freguesia de Izeda. Feita a análise da variância entre as séries das populações destas freguesias, não apareceu nenhuma discrepância altamente significativa; apenas para o comprimento da perna se obteve um valor de P compreendido entre 0,05 e 0,01.

Os caracteres mencionados nesta nota foram observados em 218 indivíduos da freguesia da Póvoa de Varzim e 112 do concelho de Bragança, segundo a técnica de Martin, sendo do mesmo autor a escala da cor dos olhos adoptada para comparação, classificando-se de escuros os olhos com a pigmentação idêntica à dos modelos da escala até ao n.º 4, incluindo-se os restantes n.ºs na categoria de claros.

A percentagem dos olhos claros em Bragança é de $57,11 \pm 4,68\%$ e na Póvoa de Varzim de $84,40 \pm 2,45\%$.

A percentagem do concelho de Bragança é superior à obtida pelo Prof. Tamagnini para o distrito do mesmo nome (A Pigmen-

tação nos Portugueses — «Rev. Fac. Ciênc.» Coimbra, vol. VI), e a diferença entre estas percentagens é significativa.

O motivo de aparecer esta diferença deve estar, provavelmente, não só no facto de terem sido adoptadas escalas diferentes na avaliação da cor dos olhos, mas ainda em os grupos dos indivíduos pertencerem a regiões também diferentes: algumas freguesias do concelho de Bragança e todo o distrito de Bragança).

Calculado o χ^2 duma tabela 2×2 obteve-se $\chi^2 = 29,44$; quer dizer, a diferença entre as percentagens de olhos claros do concelho de Bragança e a observada na Póvoa de Varzim é altamente significativa.

As médias das estaturas dos indivíduos de Bragança e a dos da Póvoa de Varzim, não apresentam diferença significativa. O mesmo sucede com o comprimento da perna e largura bitrocantariana. Os valores calculados de t mostram não existir significância nas diferenças das médias, cujos valores, com os respectivos erros médios, bem como os valores de t , são:

	Bragança	Póvoa de Varzim	t
Estatura	164 ^{cm} ,30 \pm 0,51	164,26 \pm 0,39	0,04
Comprimento do braço	73,24 \pm 0,29	73,68 \pm 0,23	1,12
Largura bitrocantariana	30,90 \pm 0,16	31,12 \pm 0,11	1,13

Já com as médias da altura do busto, comprimento da perna, largura biacromial, diâmetros ântero-posterior e transversos máximos da cabeça e largura do nariz se obteve sempre $P < 0,01$ para os respectivos valores de t .

O quadro seguinte encerra os valores das médias, seus erros médios e os valores de t :

	Bragança	Póvoa de Varzim	t
Altura do busto	85 ^{cm} ,49 \pm 0,30	87,43 \pm 0,21	5,60
Comprimento da perna	88,88 \pm 0,34	87,36 \pm 0,28	3,18
Largura biacromial	39,25 \pm 0,20	39,87 \pm 0,13	2,75
Diâmetro ântero-posterior máximo	194 ^{mm} ,56 \pm 0,48	192,65 \pm 0,38	2,91
Diâmetro transversos máximo	146,36 \pm 0,43	149,08 \pm 0,31	5,33
Largura do nariz	34,57 \pm 0,20	33,60 \pm 0,14	3,52

E assim os indivíduos da Póvoa de Varzim distinguem-se dos de Bragança por apresentarem uma maior percentagem de olhos claros e ainda por terem o busto mais alto, uma largura biacromial e um diâmetro transverso máximo da cabeça de maiores valores. Mas as médias do comprimento da perna, diâmetro ântero-posterior máximo da cabeça e largura do nariz são mais elevadas do que as dos indivíduos da freguesia da Póvoa de Varzim.

Se atendermos a que as populações das freguesias do concelho de Bragança, consideradas nesta nota, apresentam, nestes caracteres, uma relativamente boa homogeneidade, parece que, na verdade, as populações destas duas regiões não são perfeitamente idênticas no ponto de vista morfológico.

Contudo impõe-se uma análise mais pormenorizada, o que esperamos fazer num outro estudo.

ALFREDO ATHAYDE.

Simpósio Internacional de Antropologia

Realizou-se em Nova Iorque, de 8 a 23 de Junho, um Simpósio Internacional de Antropologia, organizado pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.

O Dr. Jorge Dias participou nesta reunião a convite e expensas daquela instituição, juntamente com mais 28 antropólogos de vários países do mundo, para um trabalho de colaboração efectiva com 50 dos 600 antropólogos americanos.

O Dr. Jorge Dias foi nomeado presidente de uma secção, juntamente com a célebre antropóloga americana, Margaret Mead.

Durante duas semanas fez-se uma revisão dos principais problemas da antropologia moderna (antropologia física, etnologia, arqueologia, linguística, etc.), e estabeleceram-se as bases da futura investigação. Os resultados dos trabalhos apresentados segundo um plano preestabelecido e das discussões que estes suscitara, darão lugar a uma publicação que pretende ser a última palavra sobre a moderna antropologia, ciência que está a atingir uma importância mundial verdadeiramente notável.

A. J.

Congresso dos Americanistas

Realizou-se em Cambridge, de 18 a 23 de Agosto, o Congresso dos Americanistas, com boa representação de cientistas do Velho e do Novo Mundo. Só o Brasil enviou cinco representantes. Foi delegado português neste congresso o Dr. Jorge Dias, que apresentou uma comunicação juntamente com o Dr. Zbyszewski sobre «Instrumentos de morfologia paleolítica descobertos no Novo México» pelo primeiro, quando fazia excursões de estudo entre os Índios Pueblo.

O congresso teve magnífico ambiente e houve debates animados sobre algumas comunicações. Salientamos a do norueguês Heyerdahl que fez a expedição de jangada «Kon Tiki», das costas do Peru às ilhas a Sul da Polinésia, para provar influências culturais daqueles povos nas culturas do Sul da Polinésia.

O Dr. Jorge Dias foi nomeado Vice-Presidente Honorário do Congresso.

A. J.

Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia

Realizou-se em Viena, de 1 a 8 de Setembro, o Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia que, pelo seu brilho e número de congressistas, excedeu toda a expectativa. O Congresso obteve umas 800 inscrições e as comunicações foram numerosíssimas.

O Brasil, apesar da distância, mandou 4 delegados. Representaram Portugal os Drs. Mendes Corrêa e Jorge Dias. O primeiro, grande mestre da antropologia, de nome internacional, apresentou uma valiosa comunicação intitulada «A antropologia da África segundo os antigos relatos portugueses», que foi muito discutida e apreciada. O Dr. Mendes Corrêa sustentou com brilho as discussões a que o seu trabalho deu lugar e respondeu com precisão a todas as perguntas que lhe foram feitas.

O Dr. Jorge Dias apresentou um trabalho teórico sobre «Volkskunde und Völkerkunde», onde defendeu pontos de vista novos sobre o papel da etnografia europeia no plano geral da etnologia, o que suscitou vivas e longas discussões com delegados de vários países.

O Dr. Jorge Dias, que foi nomeado presidente duma das reuniões de Etnologia Europeia, fez mais uma comunicação sobre

«Rituelle Bäder an der portugiesischen Küste», com projecção de fotografias, que teve magnífico acolhimento.

Os Profs. Mendes Corrêa e Jorge Dias tomaram parte em muitas discussões científicas do congresso. Podemos salientar a do Prof. Mendes Corrêa sobre a comunicação de M. Gusinde sobre os Bochimanes e as de Jorge Dias sobre a comunicação de Wolfgang sobre sociedades secretas masculinas e a de Bratanc sobre aratologia.

O Prof. Mendes Corrêa participou ainda nas reuniões do *Comité* permanente dos congressos e na discussão da declaração da UNESCO sobre as raças.

J. D.

II Congresso Pan-africano de Pré-história

De 29 de Setembro a 4 de Outubro de 1952 realizou-se na Universidade de Argel o II Congresso Pan-africano de Pré-história. Foi seu presidente o eminente pré-historiador Abbé Breuil, membro do Instituto e Professor do «Collège de France», que encarna o desenvolvimento da Pré-história nos últimos 50 anos. Foi secretário geral do Congresso o Prof. Lionel Balout, «maître de conférences» na Faculdade de Letras de Argel, director do Laboratório do Museu de Bardo (Argel) e secretário regional da «Commission pour l'Homme Fossile de l'Union Paléontologique Internationale».

Na sessão inaugural, feita no anfiteatro subterrâneo da Universidade, foi eleito o novo «comité» director dos Congressos Pan-africanos de Pré-história que ficou assim constituído.

Presidente — Abbé Breuil (França); Vice-Presidente — Dr. L. S. B. Leakey (Quênia); Secretário geral — Prof. L. Balout (Argel); Secretários adjuntos — R. Mauny (África Ocidental Francesa) e Prof. B. Fagg (Nigéria). Secção de Geologia, Paleontologia e Climatologia gerais: Presidente — Prof. C. Arambourg (França); Vice-Presidentes — Dr. A. C. Blanc (Itália) e Prof. G. Mortelmans (Bélgica). Secção de Paleontologia Humana: Presidente — Prof. H. V. Vallois (França); Vice-Presidente — Prof. H. L. Movius (Estados Unidos da América). Secção de Arqueologia Pré-histórica: Presidente — Prof. G. D. Clark (Rodésia do Norte); Vice-Presidentes — Prof. L. Pericot (Espanha) e Dr. E. G. Gobert (Tunísia).

Nos trabalhos do Congresso tomaram parte cerca de 110 congressistas representantes de 15 nações.

À 1.^a secção, Geologia, Paleontologia e Climatologia gerais, foram presentes 11 trabalhos; à 2.^a secção, Paleontologia Humana, 8; à 3.^a secção, Arqueologia Pré-histórica, 55.

No livro-guia do Congresso foram anunciadas as seguintes comunicações de congressistas portugueses:

Prof. A. A. MENDES CORRÊA — *Les recherches prehistoriques en Afrique Portugaise.*

Eng.^o FERNANDO MOUTA e Dr. GEORGE ZBYSZEWSKI — *Sur le Paléolithique du district de Malange (Angola).*

Prof. C. ARAMBOURG e Eng.^o F. MOUTA — *Les grottes et fentes à ossements du Sud de l'Angola.*

Foram estas as comunicações apresentadas:

Prof. A. A. MENDES CORRÊA — *Les recherches prehistoriques en Angola* (apresentámo-la em resumo na 3.^a secção, na sessão da manhã de 3 de Outubro).

Prof. C. ARAMBOURG e Eng.^o F. MOUTA — *Les grottes et fentes à ossements du Sud de l'Angola* (apresentada pelo Prof. ARAMBOURG na 1.^a secção, na sessão da manhã de 30 de Setembro).

Prof. SANTOS JÚNIOR — *Les peintures rupestres de Mozambique* (apresentámo-la em resumo na 3.^a secção, na sessão da manhã do dia 3 de Outubro, a seguir à do Prof. MENDES CORRÊA).

Levámos ainda uma outra comunicação intitulada *Recherches préhistoriques à Mozambique* que não pudemos apresentar, por a 3.^a secção estar tão sobrecarregada com comunicações previamente anunciadas, que não foi possível conseguir tempo para a apresentação de mais este trabalho.

Não perdemos o ensejo de o mostrar àqueles a quem sabíamos que o assunto interessava mais directamente.

O delegado por Moçambique, Eng.^o Lerenó Antunes Barradas, levou um trabalho sobre concheiros moçambicanos que não teve ensejo de apresentar em sessão da 1.^a secção.

Foi pena que o Prof. António de Almeida e Camarate França, que haviam sido indicados como delegados por Angola, não tivessem podido tomar parte nos trabalhos do congresso. Estes dois investigadores encontravam-se então em pleno e árduo labor da 3.^a campanha da Missão Antropológica de Angola, cujos trabalhos de campo se estenderam pelos meses de Julho a Dezembro de 1952.

Não é possível, dada a natureza desta notícia, dar sequer os títulos dos 74 trabalhos apresentados. Citaremos apenas as conferências e algumas comunicações que, pela sua feição de maior generalidade ou de síntese, julgamos conveniente indicar.

Conferências:

ABBÉ BREUIL — *Les peintures rupestres du Tassili-des-Ajjer, d'après les relevés du colonel Bremans.*

Idem — *Roches peintes d'Afrique Australe.*

Dr. E. G. GOBERT — *Notions générales acquises sur la Préhistoire dans la Régence.*

M. ANTOINE — *Aperçu de Préhistoire marocaine.*

Dr. L. BALOUT — *Préhistoire de l'Algérie, essai de mise au point.*

Comunicações:

Dr. LEAKEY — *Proconsul and other Kenia fossil apes e The prehistoric art of Tanganyika.*

Prof. F. FALKENBURGER — *Les Australopithecidés et l'origine de l'Homo sapiens.*

Dr. K. P. OAKLEY — *Datings of fossil Hominidae in Africa.*

Prof. P. GRAZIOSI — *Préhistoire de la Libye.*

Prof. C. D. CLARK — *Environment of culture contact in prehistoric Africa South of the Sahara.*

Prof. B. E. FAGG — *Stone Industries of the Nigerian Tinfields.*

Prof. BOSCH-GIMPERA — *Néo-énéolithique espagnol et africain e Le problème de la chronologie de l'art rupestre de l'Est de l'Espagne et l'Afrique.*

Prof. NOUGIER — *Influences égyptiennes dans le néolithique saharien.*

Sem dúvida que muitos outros trabalhos, pela sua importância ou excelência dos materiais estudados, deviam não só ser citados mas até que deles se fizesse um pequeno resumo. A especial natureza desta notícia não no-lo permite.

Do programa do Congresso faziam parte várias festas, recepções, visitas e excursões.

No 1.º dia do Congresso fez-se a visita ao Museu de Etnografia e de Pré-história de Bardo. Foi dirigida pelo seu director o consagrado pré-historiador Prof. Reygasse.

As colecções de pré-história são, sem qualquer dúvida, verdadeiramente notáveis. Estão expostas em obediência aos modernos preceitos museológicos: A modernização das salas de pré-história foi iniciada em 1948 e prossegue. Com o fundo das vitrinas revestido de espelhos conseguiram-se perfeitas condições de exposição para os instrumentos líticos bifaces.

A secção de Etnografia, instalada num velho palácio árabe, tem a vida berbere, sobretudo no que respeita à habitação, exposta em seu natural.

Num grande salão podem admirar-se preciosas colecções de objectos de uso corrente dos Tuaregs, na maior parte obtidas pelo Prof. Reygasse.

No Congresso de Argel as línguas oficiais foram: o francês, o alemão, o inglês, o árabe, o espanhol, o italiano e o russo.

Não fazia sentido que o português não figurasse entre as línguas oficiais.

Na sessão de encerramento apresentámos e justificámos um voto para que o português fosse também língua oficial dos Congressos Pan-africanos, a menos que se adoptasse o parecer, que se me afigurava preferível, de serem línguas oficiais dos próximos congressos o francês, o inglês e a língua do país onde os mesmos se fizessem ou da nação suserana da colónia onde os trabalhos se viessem a realizar.

Foi aprovado que o português fosse também língua oficial dos próximos Congressos.

Antes, durante e depois do Congresso, foram organizadas excursões científicas.

Além da excursão geral de visita às formações quaternárias e jazidas pré-históricas da costa a ocidente de Argel, tomámos parte nas excursões facultativas. Uma em que, numa manhã, visitámos as formações quaternárias e jazidas pré-históricas litorais a leste de Argel. Na outra, que teve a duração de 10 dias, visitaram-se importantes estações pré-históricas e museus da Argélia ocidental e do Marrocos francês.

Em algumas jazidas era permitida a colheita de instrumentos.

Trouxe de várias estações pré-históricas, nomeadamente de M'sillah (Oran), de Columnata (Tiaret) e Kef-el-Kerem (Tiaret) umas 456 peças de sílex e de quartzite das indústrias «iberomauritanas» e «atérienne»; essas peças serão incorporadas nas coleções do Museu Antropológico da Universidade do Porto. Colhi ainda 190 conchas de moluscos, actuais e fósseis, que vão ser entregues ao Museu de Zoologia da minha Universidade.

Fomos ver as gravuras rupestres de Kef bou Beker, que ficam muito perto de Trumelet e a cerca de 17 kms. de Tiaret.

Estas gravuras, zoomórficas e de estilo naturalista, foram feitas no grés miocénico da base dum grandioso talude que forma uma espécie de majestosa parede ou muralha (Est. I, fig. 1), de cor amarelada, de tom ocre. Em duas assentadas da base daquela imponente falésia há um importante conjunto de gravuras com cerca de 20 m. de comprimento, verdadeiro fresco, como lhe chamou P. Cadenat, que desta estação rupestre deu notícia sumária em *Nouvelles stations préhistoriques de la région de Tiaret*, «Bull. Oran», 1942, t. 63, págs. 143-149. Numa das assentadas, a de cima, há 3 animais riscados em tamanho natural, em traços largos e muito patinados. Na assentada inferior, de mistura com algumas figurações humanas, há desenhos de menores dimensões de muitos animais, a saber: búfalo de grandes cornos arqueados *Bilalus antiquus* (Est. II, fig. 4), diversos antílopes, órix, gaze-

las, ovinos, felinos, canídeos, avestruzes, etc. Pelo menos um dos avestruzes (Est. I, fig. 2) tem a perna pintada de vermelho. É digno de especial menção um esplêndido *Bos primigenius* (Est. II, fig. 5), delineado primorosamente a traço fino. Naquele conjunto de gravuras há duas técnicas. A de traço contínuo, obtido por fricção, manejando em movimento de vaivém um instrumento duro, terminado em gume ou ponta, de encontro à superfície a ornamentar. A estas gravuras chamamos *litotripticas* (do grego *lithos*, pedra e *tripsis*, fricção; de *tribein*, esfregar).

A outra técnica é aquela em que o traço do desenho na pedra se obtém picando a rocha, e marcando nela o sinal respectivo por ablação de pequenas lascas sucessivas, que se fariam saltar segundo o delineamento prévio. Foi para estas gravuras que, no nosso trabalho *Arte rupestre* (Comunicação apresentada ao 1.º Congresso do Mundo Português, Porto, 1940), propusemos a designação de *litosticticas* (do grego *lithos*, pedra e *stirtos*, picado; de *stizein*, picar).

As gravuras rupestres de Kef bou Beker, quer pelo estilo, quer pela técnica, apresentam acentuado parentesco com as gravuras clássicas da região a sul de Oran, e constituem a manifestação mais setentrional, actualmente conhecida, dessas gravuras que pertencem a uma remota civilização saariana.

Um dos assuntos tratados na assembleia geral de encerramento foi o da fixação do lugar em que deve realizar-se o III Congresso Pan-africano de Pré-história em 1956 ou 1957.

O Prof. C. D. Clark apresentou o voto para a realização do próximo Congresso na Rodésia do Norte. Aguardava porém instruções definitivas do seu governo. Dessa forma a sua proposta ficava sujeita a rectificação ulterior.

O Dr. Leakey, director do Museu Corydon de Nairobi, afirmou que, se, por qualquer circunstância, o voto do Prof. Clark não pudesse ter realização, o III Congresso se faria em Nairobi, onde já se tinha feito o primeiro, e do qual ele foi o secretário geral.

Durante o Congresso vários congressistas nos abordaram quanto à possibilidade da realização dum próximo Congresso Pan-africano de Pré-história em Angola ou em Moçambique.

Sem ter credenciais que permitissem abordar a hipótese de uma tal realização limitámo-nos quase que a ouvir.

Parece porém que tal hipótese tem de ser posta na primeira oportunidade.

Supomos mesmo que seria vantajoso, sob múltiplos pontos de vista, que o III Congresso, a realizar provavelmente, como

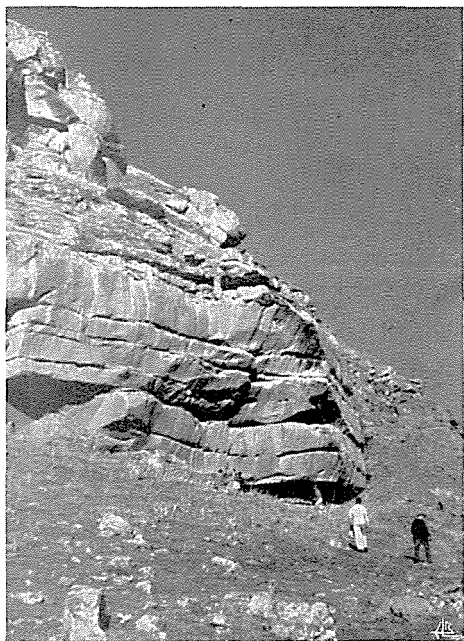


Fig. 1 — Falésia de grés miocénico. Na base estão as gravuras de Kef bou Beker.

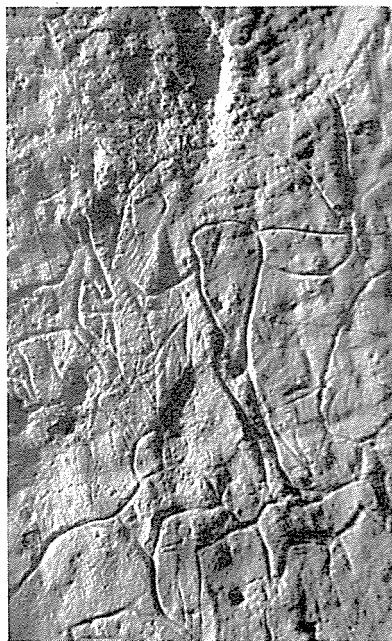


Fig. 2 — Avestruz e antílopes de Kef bou Beker.

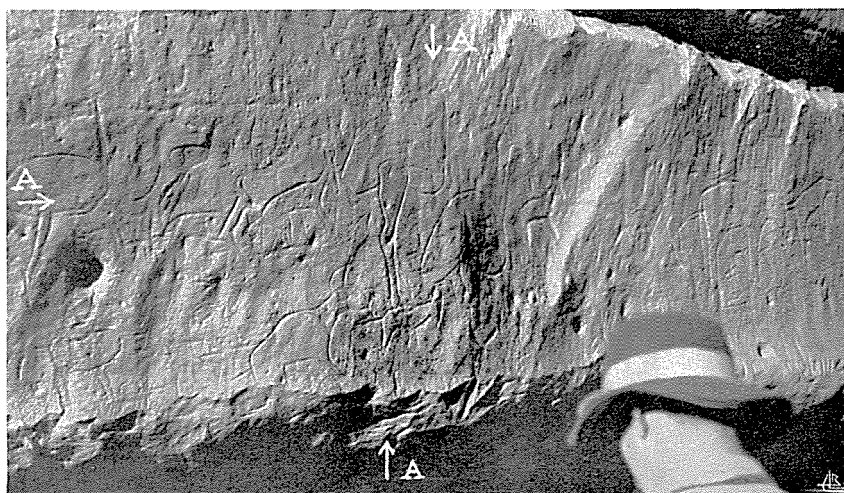


Fig. 3 — Conjunto da zona extrema (lado esquerdo) das gravuras de Kef bou Beker. No 1.º plano o Prof. Clark (Rodésia do Norte) preparando-se para tirar fotografias. As setas AA indicam a porção ampliada na fig. 2.



Fig. 4

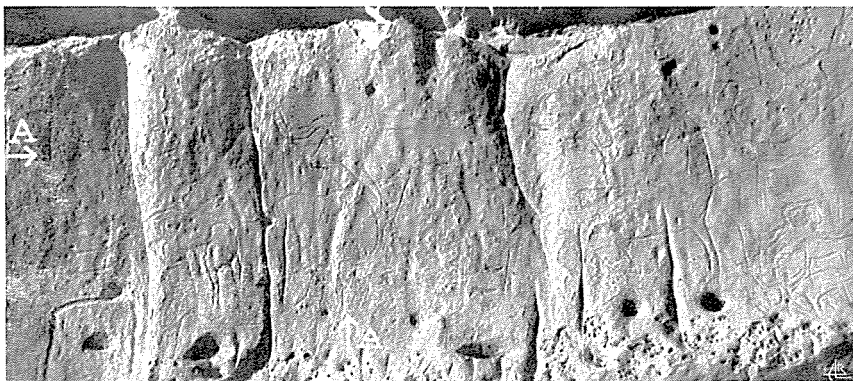


Fig. 5



Fig. 6

Nestas 3 figs. se vêem 3 aspectos das gravuras de Kef bou Beker, fotografadas sucessivamente sobre a direita. Na fig. 5 as setas AA indicam um *Bos primigenius* primorosamente desenhado

atrás se disse, na Rodésia do Norte, o fosse em Angola ou em Moçambique, mas muito especialmente em Angola.

Há numerosas descobertas de estações pré-históricas em Angola feitas pelo Eng.º Fernando Mouta, pelo Eng.º Janmart antigo chefe dos serviços de prospecção da Companhia dos Diamantes de Angola, por Camarate França, o descobridor de importantes restos de Primatas e de valiosas estações de arte rupestre, por A. Redinha, que, ao serviço da Companhia de Diamantes de Angola, descobriu várias e interessantes gravuras rupestres na região da Lunda, e pelo Prof. Dr. António de Almeida, chefe da Missão Antropobiológica de Angola que fez numerosos e importantes achados de estações pré-históricas. As descobertas destes investigadores formam já um valioso conjunto, que bem justifica a realização em Luanda dum Congresso Pan-africano de Pré-história.

Se isso vier a suceder teremos ensejo de mostrar ao mundo culto que ao nosso Governo não tem deixado de merecer atenção o estudo destes problemas, pois que há anos foram criadas, e vêm trabalhando, as 3 Missões Antropológicas, de Moçambique, da Guiné e de Angola, todas com descobertas no campo da pré-história. E mais ainda, os referidos investigadores da pré-história de Angola terão ocasião de marcar uma posição de relevo não só pela vastidão e importância das suas descobertas, algumas verdadeiramente notáveis, como, certamente, pela maneira como elaborarão os seus trabalhos.

Ao terminar esta notícia não quero deixar de, mais uma vez, testemunhar o meu reconhecimento a Sua Excelência o Sr. Comandante Sarmiento Rodrigues, ilustre ministro do Ultramar, por me ter conferido o honroso encargo de chefe da delegação portuguesa ao II Congresso Pan-africano de Pré-história, que, não só pelo número e qualidade dos trabalhos apresentados como também pelas frutuosas excursões de estudo, se pode classificar excelente.

SANTOS JÚNIOR.

O Esconderijo de Moreira (Monção)

Elementos para a cronologia dos machados de bronze
de talão e duplo anel

Em Novembro de 1945 tive de ir a Monção para obter elementos sobre a descoberta duma ara romana, havia pouco, nuns terrenos da margem esquerda do Rio Minho. Então, o meu guia

local, Sr. Cunha Aragão, mostrou-me um machado de bronze, de talão e duplo anel que, conjuntamente com outros, apparecera nos arredores.

Prestou-me maiores esclarecimentos o Dr. Providência e Costa, que disse terem sido encontrados os machados em Moreira, freguesia confinante da Brejoeira, ao levantar-se um muro de vedação, na bouça da Catelinha, pertencente ao Sr. Manuel Cerqueira, bouça posteriormente transformada em lavradio e onde foi construída uma moradia.

Na surriba, surgiram intactos 18 machados, de bronze, de talão e duplo anel, juntamente com fragmentos doutros dois. Formavam uma pilha que escondida estava junto a um velho muro, semi-enterrado, então existente na citada bouça. Conjuntamente com os machados appareceram outros restos e objectos de bronze, a saber:

- 1 fíbula de bronze, de longo travessão, sem. o fusilhão.
- 2 arcos de fíbula, do tipo de Santa Luzia, às quais faltava o alfinete e o apêndice caudal, apenas no pé se divisa a goteira da espera.
- 1 arco de fíbula em sanguessuga.
- 1 fivela anular de bronze, sem fusilhão.
- 1 lâmina de bronze, que não vi por ter sido remetida para Coimbra, e que disseram poder ser uma pulseira. Teria a sua ornamentação em vasado e assemelhando-se a um coração.

Vários outros fragmentos inclassificáveis.

Ao pé dos machados foram recolhidos vários restos cerâmicos, de paredes grossas, laborados ao torno e semelhantes a outros encontrados nos nossos povoados castrejos.

Perto desta bouça da Catelinha, a uma escassa dezena de metros, dá-se a confluência de dois caminhos velhos, que me informaram corresponderem a duas vias romanas. Uma delas viria da Lapela, atravessava o Gadanha, por Pinheiros, entroncando aqui com a outra vinda de Monção. Há também nas proximidades os topónimos: Penedo da Vila; Cimo de Vila; e Fundo de Vila, como igualmente existem os lugares da Cividade, Cidade e Cristelo.

Os machados

Os 20 machados de talão e duplo anel podem agrupar-se em dois tipos. Um deles constituído por dezasseis exemplares íntegros

e fragmentos de outros dois. São muito semelhantes aos encontrados em Vilar de Mouros (1), Carpinteira (2), Ganfei (3), Vila Chã (4), e por isso incluo-os no TIPO MINHO que formei com os machados de duplo anel, e sem caneluras no gume, de secção hexagonal.

O protótipo destes machados, de duplo anel — curioso pelo próximo parentesco do seu gume com o de certos machados

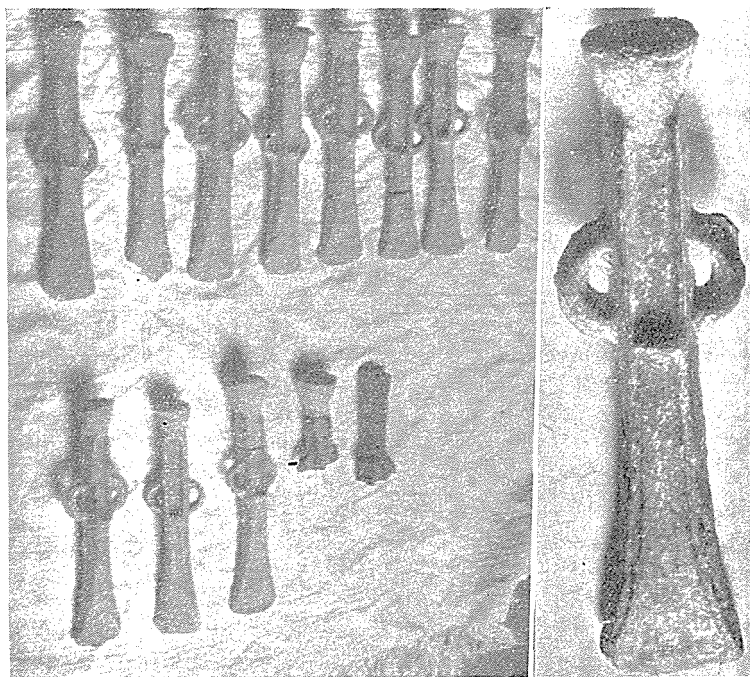


Fig. 1 — Machados do tipo do MINHO, de dupla asa

de alvado — (Louro e Chaves) — não apresenta no gume as caneluras habituais, antes um forte biselado côncavo, perto das arestas. Resulta disto apresentar o gume uma secção próxima dum hexágono.

Todos eles mostravam não terem servido, pois conservavam intactas as rebarbas de fundição; o cabeça ou infundíbulo estava cheio de escória e outros materiais terrosos, fortemente impregnados de carbonatos de cobre. O fio do gume não revelava qual-

quer preparação: não tinham sido amolados, não acusavam qualquer indício de uso:

A sua moldagem resultou bastante assimétrica e não deve ser só resultado dum mau ajustamento do molde, mas, talvez, do emprego de valvas de moldes diversos. O comprimento anda à volta de 25 cms. e o seu peso oscila entre 1.000 a 1.200 grs.

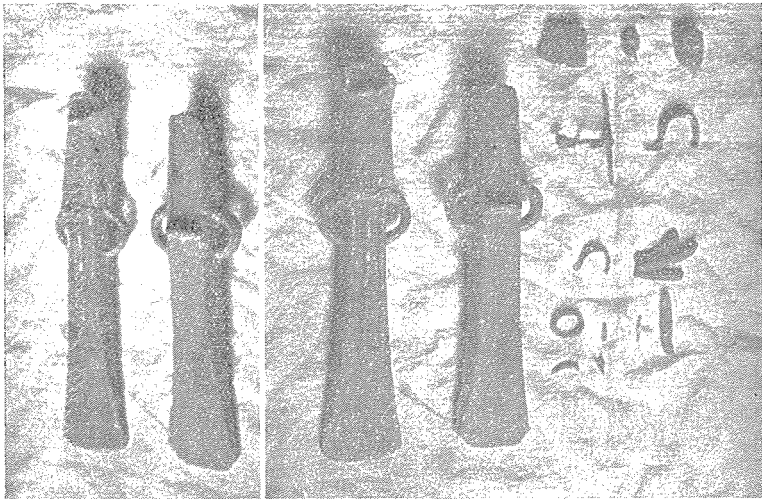


Fig. 2 — Machados de dupla asa e dupla canelura no talão. No primeiro da direita podemos ver a forma como foi soldado (anverso e reverso). Ao lado colocaram-se as fibulas que foram encontradas junto dos machados.

Do outro tipo só constavam dois machados: Exemplos também de duplo anel, mas com a secção do gume rectangular, ou hexagonal, porém com dupla canelura.

Podemos compará-los com alguns exemplares de Veatodos, da Carpinteira e de Barcelos (5). Nenhum destes tem infundíbulo.

Um dos machados deste tipo, com a dupla canelura mais profunda e sem infundíbulo, apresenta uma particularidade digna de registo, dado ser um caso bastante invulgar, para mim é o primeiro que observe: A espera do machado foi consertada e revestida, a quente, por nova adição de metal fundido. Podemos dizer ter sido soldado duma maneira muito particular. O talão da espera foi envolvido por uma nova camada de bronze, masca-

rando, na quase totalidade, o primitivo talão, fazendo desaparecer todo o cavado da espera. As escorrências do metal, adicionado de novo, chegam aos anéis. Pesam mais de 1.000 grs. e o seu comprimento aproxima-se dos 23 cms. Apresentam o gume afiado e pelas rebarbas do topo da espera mostram ter uso.

Entre os objectos metálicos que apareceram associados aos machados destaco, pelo seu valor cronológico, as quatro fíbulas já mencionadas.

As fíbulas

Três delas estão reduzidas a simples *arcos*, faltam-lhes os *fusilhões* e os *apêndices caudais*.

Destas, duas pertencem ao tipo de SANTA LUZIA, de José Fortes (6), de arco em U, dando, quando em projecção, as linhas periféricas da folha de oliveira, decoradas com nervuras ou sulcos longitudinais. Nestes exemplares, que são considerados como evolução da fíbula de tipo de SABROSO, o arco não continua já na mola espiraliforme. Termina nesse lado em um anel, verosimilmente destinado a segurar o travessão articulado, originando uma *charneira*. Na outra haste do U vemos a tal expansão lateral, cavada em goteira, que servia de descanso e presa ao *fusilhão*. Acerca do *apêndice caudal* nada podemos dizer por faltar em ambos os exemplares.

Fíbulas deste tipo são vulgares nos nossos povoados castrejos: Cidade de Santa Luzia, Cidade de Bagunte, Cidade de Terroso, Citânia de Briteiros, etc.

Numa variante do tipo Sabrosino podemos incluir o arco de fíbula em sanguessuga, de aspecto fusiforme e funicular que também encontramos no espólio de esconderijo de Moreira. Faltava-lhe igualmente o *fusilhão*, porém divisamos o arranque duma das espiras que o prendiam ao arco.

A última fíbula pode, sem dúvida, ser incluída nas de tipo de LONGO TRAVESSÃO, sem espiras. Não lhe falta o longo travessão, a haste transversal, de aspecto cilíndrico que substitui a mola em espiral, peculiar no tipo de Sabroso. Tem esta fíbula a característica projecção ortogonal de um T.

O travessão que tem um aspecto laminiforme, articula-se por uma charneira. O *arco* é na mesma em U e o *pé* ou *apêndice caudal* termina por um botão.

Não referimos o bracelete ou pulseira por o não termos visto. Os outros fragmentos são inclassificáveis.

Cronologia

Vemos que, com o conjunto de machados de bronze, de talão e duplo anel, nos aparecem quatro fíbulas que podemos considerar como pertencentes a diferentes fases da evolução dum mesmo tipo.

O tipo de fíbula mais peculiar à nossa cultura castreja, do Noroeste Peninsular, é o que nos apresenta um apêndice comprido e levantado, que em raras ocasiões se inclina levemente para o arco e que devemos considerar como derivado da forma Itálica de *La Certosa* (7).

Estas fíbulas de *La Certosa*, originaram as múltiplas variedades pertinentes a *la Têne I*, e entre nós podem ser agrupadas nos tipos: Sabroso e Santa Luzia. Estes nossos tipos perduram largamente, pois os vamos encontrar nas necrópoles do Monte Mõsinho e de Gulpilhães (8), situadas cronologicamente nos séculos III e IV da nossa era; perduração demonstrativa da larga preferência, — sem dúvida pelo carácter conservador da população —, que sempre logrou entre nós este tipo de fíbula.

A fíbula de *Longo travessão* é um elemento local da evolução de outra espécie Itálica, caracterizada por ostentar, em vez da mola bilateral, um travessão maciço, que forma um corpo com o resto do objecto; por vezes é oco e então aloja, no seu interior, uma haste de ferro ou madeira (9), como ocorre nos exemplos de Guifões (10) e de Cameixa (11).

O tipo de *Longo travessão* é vulgaríssimo nos povoados do Noroeste, como o denota o seu achado em Guifões, Vilar de Mouros, Briteiros, Sabroso, Cameixa, etc., e representa, evidentemente, o primeiro sinal da influência romana, que introduz, na nossa área cultural um elemento novo, que, a julgar pelos numerosos achados, deve ter tido um bom acolhimento.

Colocam-se, geralmente, estas fíbulas no século I anterior à nossa era, porém a recolha duma delas no nível II de Cameixa, três níveis antes daquele em que aparecem as primeiras cabanas de pedra e os primeiros moinhos circulares, faz suspeitar a Cuevillas (12) que a data destes objectos pode ser anterior, e talvez devamos colocar a sua introdução nas nossas terras, nas proximidades da época em que ocorreu a expedição de Décimo Júnio Bruto, 137 a. C., pois esta foi que provocou o primeiro contacto entre as tribos calaicas e a civilização romana.

A admitirmos que o detentor dos machados os não tinha achado por obra do acaso e que eram produtos correntes, quando adrede os escondeu, encontramos pela vez primeira um testemunho que nos comprova o uso destes utensílios desde o Bronze III

(final) até aos tempos imediatamente posteriores à conquista romana, correspondentes, entre nós a *la Tène III*.

É mais um testemunho do conservadorismo das nossas populações castrejas que, através das influências mediterrâneas, do norte e do centro da Europa, conseguiram vincar uma personalidade ainda pouco estudada.

F. RUSSELL CORTEZ.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,
Universidade do Porto, Agosto, 1952.

NOTAS

- (1) Fernando Russell Cortez — *Machados e outros objectos de bronze*. «Catálogo do Museu Nacional de Soares dos Reis», pág. 77, ss. Porto, 1946.
- (2) *Aut. e op. cit.*, pág. 65, ss.
- (3) *Idem, idem*, pág. 55, ss.
- (4) J. A. Vieira — *O Minho Pictórico*, vol. II, pág. 199. Lisboa, 1886.
- (5) F. Russell Cortez — *Op. cit.*, pág. 65, ss. n.º 221; pág. 39, ss. n.ºs 203 e 209; pág. 33, n.º 200.
- (6) José Fortes — *As fibulas do Noroeste da Península*. «Portugalia», vol. II, pág. 19. Porto, 1905.
- (7) Florentino López Cuevillas — *Las fibulas castreñas y su significado etnológico*. «Cuadernos de Estudios Gallegos», XV. 1950.
- (8) José de Pinho — *A necrópole calaico-romana de Mòsinho*. Penafiel, 1931. — A. A. Mendes Corrêa — *Os Povos primitivos da Lusitânia*, pág. 255. Porto, 1924.
- (9) Florentino López Cuevillas — *Op. cit.*, pág. 17.
- (10) José Fortes — *Op. cit.*
- (11) F. L. Cuevillas — *Notas arqueológicas de castro de Cameixa*. «Rev. de Guimarães», vol. LVIII.
- (12) *Aut. e op. cit.*, em pág. 17.

Um «Decálogo» para a cronologia dos tempos Romanos

Quando procedemos a qualquer escavação de ruínas, pertinentes ao período do domínio romano ou aos tempos hispano-romanos, devemos sempre procurar delimitar, com segurança, níveis estratigráficos de forma a estabelecermos uma cronologia defensável e que esteja de acordo com os resultados a que chegaram os arqueólogos anglo-saxónicos ou do norte de Itália.

Só assim os estudos da Arqueologia Clássica poderão lograr maior desenvolvimento.

Nino Lamblogia, com as suas cuidadosas e bem conduzidas escavações da *Abbintimilium* romana (1) sugere um *decálogo* para os níveis de qualquer escavação, se realizada for por estratos, com cerâmica romana (2).

1) Todo aquele nível *in situ* a que falte cerâmica campariense, de tipo B, e a que apareça só pertença ao tipo A, corresponde, aproximadamente, a tempos anteriores ao ano 100 a. C. Pertencerá, conseqüentemente ao último século da República Romana.

2) No nível onde faltar a «terra sigillata» arretina, de verniz vermelho, é anterior ao ano 30 a. C. e qualquer nível com a «terra sigillata» de verniz vermelho é posterior a tal data.

3) Um estrato em que apareça a «terra sigillata» arretina, ou itálica com marca *in planta pedis* e não forneça «terra sigillata» sud-gálica, é puramente Augusteo e pode colocar-se entre 30 a. C. e 20 J. C.

4) O estrato com «terra sigillata» arretina tardia e itálica misturada com a sud-gálica é posterior ao ano 20 J. C.

5) Onde não aparecer «terra sigillata» sud-gálica decorada com métopas, ou que por qualquer modo seja própria da tardia época flávia, podemos afirmá-lo como anterior a 80-90 J. C.

6) Naquele nível em que apareçam vasos sud-gálicos, da forma 35, 36 ou 37, lucernas de canal, ou lucernas de tipo posterior ao das de volutas, é posterior ao ano 60 de J. C. Quando aparecem lucernas de canal aberto e vasos sud-gálicos da época flávia, misturados com «terra sigillata» clara, de tipo A, o horizonte será posterior a 90-100 de J. C.

7) O nível que fornecer somente «terra sigillata» clara, de tipo A e B pertence ao século II, não muito adiantado. Quando no estrato aparecer «terra sigillata» clara, do tipo C, este é posterior aos Antoninos e se não tem verniz brilhante é anterior aos Severos.

8) Quando no estrato surge «terra sigillata» clara, do tipo D, este é contemporâneo da 2.^a metade do século III e é um aspecto especialmente característico da época de Diocleciano ou Constantino.

9) Onde apareça «terra sigillata», clara, decorada por molde e lucernas cristãs, é um nível posterior ao ano 300 J. C. Pertencerá, especialmente, ao século IV.

(1) Nino Lamblogia — *Gli Scavi di Abbintimilium*, 1950.

(2) Ver o *decálogo*, in «Revista di Studi Liguoi», XVI, 1950, págs. 198-199.

10) Aquele nível que forneça cerâmica cinzenta decorada com molde e cerâmica vidrada, deve atribuir-se aos últimos tempos do Império de Ocidente ou mesmo posterior a 400 J. C.

De grande interesse será uma recolha metódica das várias espécies cerâmicas de forma que, em breve tempo, nós possamos estabelecer a correspondência entre esta sucessão de fabricos cerâmicos e os que são mais correntios entre nós.

R. C.

Buarcos

Caso único em Portugal, duas vilas contíguas, separadas por rua ao meio, apenas com a Misericórdia mista, dois Coutos, duas Freguesias, São Pedro de Buarcos e a Vera Cruz dos Redondos, cada um com seu Pelourinho, Buarcos com um limitado termo desde a rua limítrofe para a parte do mar, Redondos, com um dilatado termo para o norte da parte dos montes, todo o território do Couto dos Redondos, pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Buarcos, pertencente ao Ducado de Cadaval, que ainda lá possui uma pequena casa, construída a cavaleiro sobre a muralha, onde o Almojarife e Juiz dos Direitos Reais, percebia os impostos do pescado.

Existia marcando o início da linha divisória entre as duas povoações um único e derradeiro marco, implantado no alto da muralha, vetusta e aguerrida, para infundir respeito aos que vinham dos lados do mar, sobrevivência interessante e curiosa relembrando as velhas e complicadas jurisdições do antigo Regime, que mostra a nossa fotografia, e há poucos anos desapareceu, sem que ninguém lhe acudisse, nem tivesse compreendido o seu histórico significado, foi despedaçado e partido em mil bocados, utilizado para cascalho no reparo da próxima estrada!... Lá mostra o marco do lado dos Redondos a histórica Cruz, atestando a jurisdição do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Senhor desse Couto...

Não é o actual Concelho da Figueira da Foz, tão rico de pedras monumentais, que a vandálica destruição do significativo marco, não fosse deveras lamentável!...

Começava a divisória no dito marco e lá seguia pelas ruas, entre elas a mais comprida, Rua de S. Francisco até aos *penedos de Montemor*, já na praia do mar Oceano...

Quem lançar os olhos para uma fotografia aérea da Baía de Buarcos, vê um largo espaço entre dois estratos da rocha jurássica, formando doca e porto de abrigo natural: aí junto ficava o primitivo povoado de *Imide*, velho desde a Época Romana, como mostraram os vestígios lá encontrados pelo Professor de Buarcos, Arqueólogo Augusto Goltz, povoado muito citado em valiosos documentos da Alta Idade Média, destruído



Marco divisório dos Coutos de Buarcos e Redondos, hoje destruído (1).

Cliché de Mesquita de Figueiredo.

naturalmente pelas incursões marítimas dos Normandos. Uma torrente que desce da Serra a desaguar no mar, passa agora sob um pequeno viaduto da estrada que segue para o Cabo Mondego, lá existe ainda um poço — *o poço de Imide* — e, lá se fizeram grandes desaterros para a instalação das novas fábricas de cimento. Essas remoções de terras, deviam ter sido cuidadosa-

(1) A figura é o Doutor Jaime Tudela de Castro, ilustre clínico em Lisboa, hoje falecido.

mente observadas, porque dariam por certo notícia de muitas antigualhas existentes no local... Pois, ninguém pensou no caso, tudo se perdeu, assim como ninguém também observou os grandes desaterros feitos dentro da cidade da Figueira da Foz, ao cimo da rua Dez de Agosto, para a instalação do novo quartel militar, aí existiu uma notável estação Pré-histórica, revelada pelo Sábio Santos Rocha, notável pelos exemplares por ele colhidos e por ser dentro do âmbito actual da Cidade. Ninguém pensou também no caso: desmazelo, ou ignorância?!...

Lisboa, 12 de Abril de 1951.

ANTÓNIO MESQUITA DE FIGUEIREDO.

Homenagem ao Prof. Dr. Mendes Corrêa

No dia 16 de Maio de 1951 reuniram-se no Museu de Antropologia alguns sócios da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, estando presentes os Srs. Reitor e Vice-reitor da Universidade, Directores das Faculdades de Ciências e Medicina e o Director do Centro Universitário do Porto da Mocidade Portuguesa. O Sr. Prof. Hernâni Monteiro, Vice-presidente da Sociedade, usou da palavra e disse:

«O ilustre Reitor da Universidade — que é também um dos nossos, pois é membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — soube que o escultor Pinto do Couto fizera o busto do Prof. Mendes Corrêa e que esse trabalho do saudoso artista corria o risco de perder-se ou de sair do País, visto sua viúva ter decidido fixar residência no Brasil.

Então, o Prof. Amândio Tavares teve a lembrança feliz de nos falar e logo, conhecedores desse facto, os membros da Sociedade de Antropologia, admiradores e amigos do Prof. Mendes Corrêa, decidiram que o busto do seu ilustre Presidente ficasse connosco numa das salas do Instituto que fundou e sempre tem

dirigido (1). E é precisamente para entregar essa obra de arte à Sociedade de Antropologia que nos encontramos aqui.

Reunidos, numa verdadeira festa de família, trazidos pela amizade que nos liga ao Prof. Mendes Corrêa, queremos manifestar-lhe o nosso affecto e simpatia e ao mesmo tempo dizer-lhe que nos merece a maior consideração a obra muito notável (fruto de um trabalho pertinaz de longos anos) que tem realizado, com communicativo entusiasmo, a favor da cultura, do ensino e da pesquisa científica desinteressada dentro e fora da Universidade.

Os seus estudos e os dos seus dedicados colaboradores, publicados em revistas nacionais e estrangeiras, a sua intervenção em variadíssimos congressos e as suas visitas aos Institutos da especialidade a que se vota, levaram o nome do Prof. Mendes Corrêa aos grandes centros científicos do mundo e chamaram a atenção dos homens de Ciência para o nosso País e em particular para o Instituto de Antropologia do Porto que em boa hora fundou. Criou também, em 1918, a operosa Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e a revista *Trabalhos* que desta Sociedade é o órgão, dando o mais amplo desenvolvimento à antiga tradição dos estudos antropológicos entre nós de que são prova brilhante os volumes da *Portugália* e da *Revista* que a precedeu.

Devem-lhe, ainda, a Universidade e o Porto, cidade onde nasceu, a visita que em Setembro de 1930 nos fizeram os investigadores que colaboraram no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica e na IV Sessão do Instituto Internacional de Antropologia. E não esqueço a extraordinária actividade que desenvolveu em 1934, por ocasião da brilhante Exposição Colonial Portuguesa efectuada, com êxito invulgar, no edifício e nos jardins do Palácio de Cristal, e o papel muito notável que representou no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial que nessa altura se reuniu aqui. Os investigadores que trabalham nos Institutos de Antropologia e de Anatomia do Porto — este último fundado, como sabeis, pelo zelo e grande competência do Prof. J. A. Pires de Lima — aproveitaram

(1) Importância recolhida na subscrição aberta entre os sócios		7.100\$00
Pago a D. Maria Carlota Pinto do Couto, pelo busto em gesso	4.000\$00	
Idem a José de Castro Guedes pela fundição em bronze	2.800\$00	
Idem a Manuel da Silva Ribeiro pela peanha em madeira	300\$00	7.100\$00

os variados grupos de indígenas que das nossas possessões ultramarinas vieram a esta cidade, onde se demoraram alguns meses, para diferentes estudos que elaboraram com o material da rica exposição que despertou o maior interesse e a mais viva curiosidade em todo o País.

Quero referir, com o louvor que merece, o facto, já um dia salientado pelo Prof. Mendes Corrêa, da franca e leal colaboração que sempre tem existido entre o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências e o de Anatomia da Faculdade de Medicina. Dessa orientação feliz, impressa pelos Profs. Mendes Corrêa e Pires de Lima, resultou que todo o material pacientemente adquirido e devidamente arquivado nos respectivos Museus tem sido utilizado amplamente por variados estudiosos que se têm dedicado a trabalhos no campo da Antropologia e Etnologia. Entre estes dois centros de estudo não há rivalidades mesquinhas que dificultem o trabalho útil, mas, pelo contrário, a melhor e mais eficiente camaradagem. Por mais estranho que pareça, a verdade é que, em geral, os homens preferem as rivalidades estéreis ao auxílio mútuo e à colaboração leal e frutuosa. Nestas condições, o exemplo que nos têm dado os Profs. Pires de Lima e Mendes Corrêa é digno da nossa admiração e do nosso reconhecimento incondicional.

Embora, por dever dos altos cargos que tem exercido, o Prof. Mendes Corrêa, por vezes, esteja longe de nós, o certo é que o seu pensamento está sempre connosco, sem nunca se esquecer da cidade que tem honrosamente servido, da Universidade que lhe deve muito do seu prestígio e do Instituto e da Sociedade de Antropologia, a que deu vida e o melhor do seu inteligente esforço.

Mas eu não pretendo traçar o elogio do ilustre Professor. Por isso, termino já, pedindo que me perdoem, se, porventura, me alonguei demasiado.

Senhor Professor Mendes Corrêa:

Vimos aqui para lhe dizer que, doravante, mesmo nas suas ausências, estará sempre junto de nós, presente nesse magnífico busto que fiel e artisticamente o retrata e que a Sociedade de Antropologia saberá carinhosamente guardar.

Resta-me somente cumprimentá-lo em nome de todos os membros da nossa Sociedade e em nome deles, e no meu próprio, agradecer-lhe tudo quanto tem feito pelo prestígio e progresso dos estudos de Antropologia e Etnologia entre nós e desejar-lhe uma vida longa e a continuação dos seus êxitos científicos. As glórias de V. Ex.^a são também as glórias da nossa Sociedade de Antropologia.»

O Prof. Dr. Mendes Corrêa, comovido e sensibilizado, agradece, depois, ao Prof. Dr. Hernâni Monteiro as suas palavras e estende os seus agradecimentos ao Reitor da Universidade e entidades presentes, afirmando, então: «Sinto-me emocionado mas simultâneamente liberto da confusão que noutras circunstâncias me perturbaria, se não fosse a consideração de estarmos numa festa de família — como o disse o Prof. Hernâni Monteiro. Sinto-me, pois, muito à vontade e tranquilo, sem excluir os sentimentos de mais profunda gratidão e amizade que vou tentar traduzir com o mais vivo agradecimento por esta homenagem da Sociedade de Antropologia».

Evoca, mais adiante, a gentileza de alguns colegas da Faculdade de Ciências, cujos nomes disse não esquecer, que quiseram que ele viesse aqui iniciar o estudo de Antropologia criado pela Reforma de 1911.

Referindo-se à fundação da Sociedade, lembra a colaboração amiga de Gomes Teixeira, cujo centenário se estava celebrando.

E, depois de sublinhar a valiosa colaboração e camaradagem do Instituto de Anatomia do Porto, o orador presta justiça à cordialidade dessa camaradagem e termina:

«A todos o meu mais veemente agradecimento e o desejo de que a perdurabilidade desse sentimento que nos tem unido continue a manter-se com o mesmo calor, fé e entusiasmo.»

Por último, o Prof. Mendes Corrêa, recorda ainda os que tombaram pelo caminho, como Rui de Serpa Pinto e o artista Pinto do Couto, autor do busto com que acabara de ser homenageado.

Lutuosa

Luis de Hoyos Sáinz

Em Dezembro de 1951, pouco antes do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, de Málaga, faleceu em Madrid com oitenta e três anos de idade Don Luis de Hoyos Sáinz, infatigável investigador que serviu o seu país e a ciência com a cega fidelidade dum idealista.

Hoyos Sáinz, durante a sua longa vida científica, dedicou atenção à antropologia e etnografia, à biologia, ao folclore e à geografia humana, conquistando nalgumas destas ciências lugar

de destaque em Espanha e toda a consideração nos meios científicos internacionais.

Hoyos Sáinz nasceu a 21 de Junho de 1868, licenciando-se em ciências naturais na Universidade de Madrid e no Museu de Ciências Naturais. Em 1895 doutorou-se com uma tese intitulada «Los cráneos normales y deformados del Perú». Antes do doutoramento, em 1893, tinha-se licenciado também em Direito na Universidade de Madrid.

A sua actividade pedagógica foi muito variada. Em 1895 foi nomeado professor de agricultura na Escola de Figueras, passando no ano seguinte para a de Toledo.

Quando em 1909 se fundou em Madrid a Escola de Estudos Superiores do Magistério, foi nomeado professor de Fisiologia e Higiene Escolar.

Durante este tempo não perdeu nunca o contacto com a antropologia física. Mais tarde dedicou-se também à psicologia experimental.

Em 1932 foi nomeado catedrático da Secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central. Nesta Faculdade regeu cursos especiais de etnografia e folclore desde 1933 a 1936.

Foi conservador etnográfico do Museu Antropológico Nacional desde 1928. Em 1933 foi eleito membro da Real Academia de Ciências Exactas, Físicas e Naturais. Desempenhou muitos cargos e comissões de tipo académico e muitos outros de carácter oficial mas não académico.

Foi presidente e vice-presidente de vários organismos importantes, ou de secções científicas dentro desses organismos, como o Ateneu de Madrid, a Sociedade Española de Antropologia e Etnologia (de que foi um dos fundadores), a Real Sociedade Geográfica e a Real Sociedade Espanhola de História Natural.

Foi alvo de inúmeras honras e distinções. Recebeu várias bolsas de estudo e participou em alguns congressos internacionais importantes.

A bibliografia de Hoyos Sáinz é demasiado extensa, para se poder pensar em dar sequer um resumo. Basta dizer que publicou 78 trabalhos sobre assuntos de Antropologia, 31 de Biologia, Fisiologia, Higiene, Serologia e Demografia, 33 de Etnografia e Folclore, 17 de Geografia e Geologia, 27 de Agricultura e ainda sobre vários outros assuntos.

Em 1949 fez-se em Madrid uma publicação em 2 vols. de homenagem a Don Luis de Hoyos Sáinz, em que colaboraram inúmeros investigadores espanhóis e estrangeiros.

Hoyos Sáinz foi um grande exemplo de devoção à ciência, trabalhando até à hora da morte com a ajuda de sua filha e colaboradora Nièves de Hoyos Sancho, extraordinário exemplo de dedicação e amor filial, que nos últimos anos foi a luz dos olhos do pobre pai quase cego.

Quando a morte o surpreendeu em Madrid, já estava preparada a sua comunicação para o Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, a qual ali foi lida piedosamente pelo Dr. Antonio Castillo de Lucas, numa comovedora sessão de homenagem ao extinto.

Como se tivesse previsto a morte que se aproximava, Hoyos Sáinz tinha já pronta uma comunicação para o Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia, que se realizou em Viena, no ano de 1952. A sua extremosa filha mandou-me esta comunicação para ser lida numa das Secções do Congresso. Mas os estatutos proibiam que qualquer trabalho fosse lido na ausência do autor, e o Dr. Luis de Hoyos Sáinz já não podia estar presente para defender a sua tese. Havia já cerca de meio ano que deixara de existir, mas os seus trabalhos e a sua memória ficarão vivos em todos aqueles que tiveram a dita de o conhecer. Não é fácil encontrar reunidos no mesmo indivíduo tão grande capacidade intelectual e tanta simplicidade, modéstia e bondade.

Visitei-o uma vez em Madrid, já lá vão uns anos, tinha ele acabado de publicar juntamente com sua filha Nièves de Hoyos Sancho, o *Manual de Folklore*. Já nessa altura via bastante pouco, mas conservava o espírito moço e um grande interesse pelos problemas das ciências em que tinha trabalhado toda a vida. Foram umas horas deliciosas aquelas que ali passei e é com essa recordação ainda viva que aqui escrevo estas linhas de respeitosa saudade.

J. D.



REVISTA BIBLIOGRÁFICA

MARCELLIN BOULE & HENRI V. VALLOIS — *Les Hommes Fossiles* — *Éléments de Paléontologie Humaine* — 4.^a ed., 1 vol. de 583 págs., com 299 figuras — Paris (Masson & C.^{ie}), 1952.

O tratado clássico de Boule aparecido em 1921, síntese magistral de que *L'homme fossile de La Chapelle-aux-Saints* e outros trabalhos excelentes haviam sido os preliminares, foi, após a morte do grande sábio da Paleontologia Humana, reeditado com modificações e aditamentos importantes, da autoria proficiente doutro sábio antropologista, o Prof. Henri Vallois.

Como já a 3.^a edição, aparecida em 1946, a 4.^a, que temos presente, constitui um desenvolvimento e uma actualização do livro inicial. Reduziram-se ou eliminaram-se algumas explanações envelhecidas ou inúteis, como a respeitante aos eólitos. Em contrapartida, ampliou-se magnificamente a informação sobre materiais novos, sobre a bela série de achados e estudos que nos últimos anos têm enriquecido a Paleantropologia e a Paleontologia dos Primatas mais relacionados com o Homem.

O Prof. Vallois entrou em conta especialmente com os elementos novos, numerosos e mesmo, por vezes, perturbantes, descobertos fora da Europa, sobretudo com uma variedade complexa de indústrias e com o grupo sul-africano dos Australopitécideos. Também desenvolveu com largueza os informes relativos aos terrenos mais antigos em que se registam documentos da presença humana, e aos meios mais recentes propostos para determinações cronológicas. Sobre os Australopitécideos pôs em destaque a sua presumível posição sistemática e genealógica, assim como, a propósito dos Homens de Fontéchevade, assinalou o facto de estar provada a existência, antes do Homem de Neandertal, duma forma humana mais afim do *H. sapiens* do que ele.

Sobre a antiguidade do homem na América do Norte, o Prof. Vallois considera provada, não só pelos achados de Trenton, já fortemente impressivos, mas sobretudo pelas descobertas recentes de Folsom e de Sandia, que o Homem já ali existia antes da actualidade geológica, tendo sido contemporâneos os primeiros Americanos e os grandes Mamíferos que viviam então nas planícies de Oeste. Sobre os achados de esqueletos humanos

na América, o A. pronuncia-se contra a excessiva severidade dos investigadores que pretendiam ser impossível a antiguidade pleistocena de restos humanos semelhantes a formas actuais. Embora não tão concludentes, os restos sul-americanos também foram julgados, por vezes, com exagerado cepticismo. O Homem na América é, pelo menos, já coevo da aurora dos tempos actuais.

É valiosa e está em dia a informação dada nesta edição de *Les Hommes Fossiles*. Sem perder a originalidade própria, o Prof. Vallois está em continuidade com o critério ponderado e esclarecido de Boule. Num domínio constantemente renovado e ampliado, esta nova edição fornece indicações seguras e actualizadas a todos os que a consultarem.

MENDES CORRÊA.

W. W. HOWELLS — *The study of Anthropology* — Sep. do «*American Anthropologist*», Vol. 54, n.º 1, January-March, 1952, 7 págs.

Logo na 1.ª linha o A. escreve: «*Anthropology has been coming up in the world*».

Na verdade assim é. Sendo a Antropologia a história natural do Homem, observado sob qualquer dos seus múltiplos e variados aspectos, não é de admirar que um tão vasto e apaixonante domínio da Ciência tenha, dia a dia, importância crescente, não só como ramo do saber, isto é, como ciência pura, mas também como frutuosa e rica em aplicações práticas, o que faz da Antropologia uma das mais importantes ciências, dado o seu extraordinário interesse humano, social e até político.

A Antropologia resulta dum somatório de matérias, tais como: osteometria, somatologia, arqueologia, etnografia, psicotecnia e sociologia. Estas matérias constituem outros tantos capítulos ou campos de acção da mesma, o que, como Howells refere, faz com que a Antropologia apareça como «*an amalgam of several kinds of investigations*», circunstância que, como o A. realça, constitui uma força activa, sem dúvida um dos seus mais preciosos atributos.

Escreve Howells: é grande a importância da arqueologia para os estudos da antropologia física porque o arqueólogo orienta o antropologista físico ou somatologista no estudo de muitos problemas de paleontologia humana e ainda lhe fornece preciosas indicações sobre remotos espriamentos e migrações

populacionais. Do mesmo modo, se um antropologista cultural (nós diríamos etnógrafo) pretende estudar o modo como se desenvolveu determinado sistema económico alicerçado na produção dos alimentos, não pode desconhecer aquilo que os achados arqueológicos nos ensinaram sobre alguns casos concretos da história da humanidade neste particular, e, aplicando os métodos arqueológicos às condições actuais, pode, mais facilmente, apreender as generalizações da transmissão e evolução de culturas. Daí a necessidade duma integração dos diferentes capítulos, campos ou matérias do âmbito antropológico.

À Antropologia compete o estudo dos problemas da cultura na sua interpretação global, na capacidade de o «homem biológico» (biological man) criar a cultura para seu uso, ser afectado por ela em grupos, ter além disso a sua personalidade individual influenciada por ela, apreender o justo significado de sociedade e de cultura em torno do homem biológico. Ora tudo isto só pode ser suficiente e amplamente abrangido pela integração dos vários materiais, campos, ou perspectivas antropológicas.

Tal integração faz-se num todo que é a Antropologia, e essa integração constitui uma característica que lhe é inerente.

Em contraposição há uma tendência oposta, não menos natural, que, como uma espécie de força centrífuga, se opõe à dita integração e, conseqüentemente, conduz à especialização, que é a resultante lógica da vastidão dos estudos antropológicos e da rapidez com que se tem feito o seu desenvolvimento nos últimos tempos.

Isto levou Goldenweiser, referido pelo A., a escrever, num trabalho intitulado *Recent trends in American Anthropology*, «American Anthropologist», vol. 43, págs. 151-172, 1942: «in the future no single individual could be expected to comprehend all of Anthropology».

Esta afirmação, por se me afigurar que reflecte uma incapacidade fundamental, é talvez discutível. Ninguém pode pôr em dúvida a extraordinária importância da especialização em medicina. No entanto ninguém se atreverá a negar a suma importância dos clínicos gerais. É certo que se pode dizer com verdade, e à maneira de paradoxo, que a clínica geral é a mais difícil de todas as especialidades.

O antropologista geral, isto é, o que trabalhou em antropologia física, em arqueologia e em etnografia, adquiriu uma soma de conhecimentos, uma ginástica espiritual e uma capacidade de apreciação e de síntese, que, certamente, lhe permitem seguras visões de conjunto.

Howells refere a opinião do socialista Lynd expressa no tra-

balho deste autor *Knowledge for what? The place of Social Science in American Culture*, Princeton, 1939, segundo a qual o antropologista é o mais apto e aquele que com mais vantagem pode observar concretamente a totalidade duma cultura (the wholeness of a culture) e conclui por afirmar que um tal parecer confere exactamente à Antropologia a categoria de «a mais geral de todas as ciências sociais».

O carácter integrante da Antropologia num todo constituído pelos referidos seus campos de extensão ou matérias de estudo faz com que, esclarece o A., se procure preparar os estudantes americanos treinando-os em trabalho efectivo, o que significa especialização, mas, ao mesmo tempo, há que procurar incutir-lhe no espírito a convicção de ser necessário tornarem-se *well-rounded anthropologists*. Acrescenta ser para desejar que os candidatos ao grau de doutor na especialidade, trabalhem à vontade em qualquer dos referidos capítulos da Antropologia, e, certamente muitíssimo mais, é também para desejar que o antropologista profissional, que pretenda concorrer a uma típica secção antropológica duma Universidade, mantenha uma certa segurança de trabalho em todos os referidos campos.

Certo é que há em presença duas tendências: a da integração e a do desdobramento ou especialização. Howells exprime-se desta forma: em termos simples tudo se reduz a um «*conflict between concentrating on getting the work done, for the good of the world, and forstering the special philosophy of anthropology, also for the good of the world*».

Nesta ordem de ideias o A. preconiza a fusão dos «*social anthropologists*» (nós diríamos etnógrafos) com os sociólogos.

Depois de exaltar o interesse dos estudos humanísticos (cita Ruth Benedict, *Anthropology and Humanities*, «*American Anthropologist*», vol. 50, págs. 585-593, 1948), os quais constituíram noutros tempos «*the intellectual food of civilization*», refere a circunstância de a Antropologia se ter desenvolvido de início num ambiente de certo menosprezo pelas humanidades.

A Antropologia, diz o A., não é um simples campo de concentração de outras ciências sociais porque goza ao mesmo tempo dos atributos das ciências naturais e das ciências sociais, visto que é «*the present science of man*». Daí a difusão progressiva e contínua da Antropologia nos estudos da Sociologia em cujos programas, na América do Norte, constitui um elemento essencial, como que o seu núcleo ou parte central.

Nos últimos anos, nas Universidades americanas, a Antropologia passou por um processo natural de integração, encontrando uma oportunidade de servir, em associação com as humanidades

básicas, como agente catalítico de interesse humanístico em todos os capítulos, e particularmente no social.

O A. termina afirmando que é cedo ainda para prever até onde irá a já marcada expansão académica da Antropologia, mas que, de qualquer modo, um importante factor desta expansão será o progressivo desenvolvimento da filosofia da Antropologia, «a philosophy such as would be appealing and helpful to people at large».

SANTOS JÚNIOR.

RENATO KEHL — *A interpretação do Homem* — 1 vol. de 260 págs. — Rio de Janeiro, 1951.

O ilustre eugenista brasileiro que o público culto português conhece não só das suas publicações como também directamente de conferências que há cerca de 20 anos realizou na nossa Sociedade, não afrouxa no seu labor em prol da Eugenia e duma compreensão biológico-caracterológica do ser humano.

Neste livro Renato Kehl faz a história da caracterologia (sem esquecer a pirâmide biotipológica de Pende), estuda a heredologia do carácter, este nas relações biosociais, na conduta, etc., os tipos constitucionais, a individualidade e a personalidade, a interpretação do homem social, a interpretação dos actos, atitudes e fisionomia, a prática caracterológica, etc.

Depois de mostrar como «são complexos os ingredientes que entram na composição duma personalidade» e de desculpar alguns «erros e deslizes», nem por isso deixa de sensatamente recusar que haja irresponsabilidade em todos os casos e que se conclua peremptoriamente a impermeabilidade do carácter às influências éticas requeridas pela vida em comum.

O consagrado eugenista, que deixou há anos o Rio e se encontra actualmente em S. Paulo, manifesta mais uma vez neste livro a clareza do seu pensamento, o vigor do seu espírito e a nobreza das suas intenções.

M. C.

OTMAR FRHR. V. VERSCHUER — *Beiträge zum Konstitutionsproblem aus den Ergebnissen der Zwillingsforschung* — Extr. de «Z. menschl. Vererb. u. Konstitutionslehre» — Würzburg, 1952.

O Prof. von Verschuer, bem conhecido mundialmente pelos seus trabalhos sobre gémeos, apresenta nesta publicação, os resul-

tados das suas investigações baseadas nas observações de cerca de 5.000 pares de gémeos, contidas no seu arquivo.

E mostrando os resultados a que chegara antes da guerra, bem como aqueles que obteve observando de novo alguns pares que há cerca de 25 anos deram entrada no seu arquivo, salienta a influência que tiveram a hereditariedade e o ambiente na modificação da morfologia dos examinandos.

Relativamente ao tipo constitucional, a hereditariedade sobre-põe-se à influência do meio, o que também acontece com todas as medidas do corpo, sempre se tendo encontrado concordância entre os tipos constitucionais no mesmo par de gémeos.

O peso varia muito mais do que a estatura, enquanto que a variação das outras medidas se situa entre as destas duas.

Em 18 pares de gémeos univitelinos surgiu este resultado: um dos gémeos pode viver muitos anos de perfeita saúde depois de o outro já ter sido levado pela morte.

Este método de investigação de pares de gémeos lança muita luz sobre a diagnose da influência da hereditariedade e do ambiente sobre o indivíduo.

ALFREDO ATHAYDE.

ANÍBAL SOTTO-MAYOR REGO e GERHARD KOCH — *Konstitution Defekschizophrenie* — Extr. de «Z. menschl. Vererb. u. Konstitutionslehre» — Würzburg, 1952.

Observaram os A.A., 100 doentes esquizofrénicos crónicos do sexo masculino, entre os 23 e os 60 anos de idade, internados do Centro de Assistência Psiquiátrica da Zona Norte do Hospital do Conde de Ferreira.

As observações foram feitas segundo o método de Kretschmer.

A média da estatura dos doentes observados é de 161,1 cm. valor bastante baixo, pois que a média da população portuguesa pouco difere de 164 cm.

As percentagens dos tipos constitucionais dos indivíduos observados são as seguintes:

Leptosómicos (asténicos)	42 0/0
Leptosómicos-atléticos	15 0/0
Atléticos	8 0/0
Atlético-picnicos	3 0/0
Picnicos	4 0/0
Displásticos	20 0/0
Incaracterísticos	8 0/0

Os A.A. mostram que nos tipos constitucionais de Kretschmer se trata de biotipos, «que tomam o seu curso independentemente da raça».

Esperemos que os A.A. nos dêem a apreciação estatística, como prometem, deste estudo, para melhor podermos avaliar o seu significado, bem como o dos resultados.

A. A.

J. A. SERRA — *Groupes sanguins et position anthropologique des Portugais* — Sep. de «Rev. da Fac. de Ciências da Univ. de Coimbra», t. XXI, e de «Questões de Método», XIII, Coimbra, 1952.

Trata-se duma comunicação ao IV Congresso Internacional de Transusão de Sangue, de 1951, em Lisboa.

Trabalho sumário de crítica de resultados, visa dois objectivos principais: o do significado antropológico dos grupos sanguíneos e o das ilações que estes facultam sobre a posição antropológica dos Portugueses.

As conclusões mais importantes são as seguintes. Os grupos sanguíneos, não sendo adaptativos, indicam um parentesco comum, mas muito antigo. Os caracteres antropológicos mais utilizados na classificação racial são adaptativos ou não, e, no primeiro caso, em graus diversos. Assim, a pigmentação indica uma derivação comum somente dentro das grandes raças, o que se dá também um pouco com a estatura. Os caracteres adaptativos indicam um parentesco apenas recente ou nulo.

Quanto à posição antropológica dos Portugueses, segundo os números reunidos pelo Prof. Tamagnini para os 4 grupos clássicos (o estudo dos outros grupos está em lamentável atraso), podem-se considerar-se distribuídos os genes *A*, *B* e *O* de modo que o primeiro surge na percentagem de 29,99, o segundo na de 5,94 e o terceiro na de 64,07. Ora as proporções segundo as zonas em Portugal variam assim:

	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>O</i>
Norte	28,9	5,9	65,2
Centro	29,8	6,0	64,2
Sul	30,8	4,1	65,1

Omitimos os erros prováveis e os números de Lisboa, dados pelo A. Este exprime o parecer de que o sul se destaca em relação ao centro e ao norte, o que atribui sobretudo à influência árabo-berbere, que considera sorològicamente e em vários

caracteres antropológicos, correspondente a populações diferentes das mais antigas do ocidente ibérico. Para o A. os Portugueses devem ligar-se mais às populações da costa atlântica, do NO. da Europa, do que às do Norte de África.

M. C.

LUIZ DE HOYOS SAINZ — *La raza, las razas y los subgrupos en España — Las leyes biológicas y la herencia* — «Rev. de Antrop. y Etnol.», t. V, Madrid, 1951.

O saudoso antropólogo espanhol, cujo falecimento há meses representa uma grave perda para a ciência antropológica e para a cultura peninsular, inseriu, pouco antes de morrer, na jovem revista espanhola de Antropologia e Etnologia, um importante estudo em que faz uma lúcida e erudita revisão crítica sumária dos materiais para a antropologia da Espanha desde a mais remota prehistória até aos tempos modernos.

A seriação das raças e povos na Península assenta, segundo Hoyos Sainz, no tipo craniano, na biogeografia e nas relações presumidas entre tipos raciais e os povos primeiro mencionados nos textos. A melhor síntese é, porém, «a representação actual dos tipos regionais, cimentada nos caracteres anatómicos, morfológicos e fisiológicos».

O ensaio publicado apenas é, dizia Hoyos Sainz, «um esboço dos temas raciológicos que serão objecto de investigações próprias ou alheias». Como se sabe, o ilustre antropólogo deu no capítulo I do 1.º tomo da *História de España*, dirigida por Menendez Pidal, e noutros trabalhos, um amplo e documentado panorama da etnogenia espanhola, em que os trabalhos portugueses foram sempre rasgadamente citados.

M. C.

B. HOLAS — *L'Homme noir d'Afrique* — Dakar, 1951, 105 págs., 53 figs. e 48 Est. com mais 50 figs.

Este belo trabalho constitui o 8.º fascículo da série *Initiations Africaines*, que há anos vem sendo publicada pelo «Institut Français d'Afrique Noire».

Depois de um capítulo de entrada, sobre generalidades de Paleontologia Humana, respeitantes especialmente aos negros de África, e de Antropologia Física, segue-se o capítulo fundamental o qual trata dos principais grupos étnicos africanos, a saber:

Pigmeus ou Negrilhos, os Khoisan, ou sejam Bochimanes e Hotentotes, os Negros, compreendendo os verdadeiros Negros, os Bantos e os Nilotas, e, por fim, os Camito-Semitas. Termina com algumas referências aos Negros de Madagáscar e aos Negros das Américas.

Para cada um dos grupos étnicos procura dar os elementos essenciais sobre antropologia física, pré-história, etnografia e sociologia, de molde a termos uma rápida e sucinta vista de conjunto sobre cada um deles e compreendermos a sua maneira de ser e de viver, condicionada pelas circunstâncias ambientais.

No que respeita a Moçambique (pág. 84), refere apenas as tribos dos Macondes, dos Macuas, dos Yaos (melhor Aiauas ou Ajauas) e dos Tongas. De todas as tribos moçambicanas as melhor estudadas até hoje são as dos Nhúnguês, Antumbas, Chicundas, Sererers e Atandes, sobre as quais publicamos um grosso volume intitulado *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do distrito de Tete*, Porto, 1944, 416 págs., 204 figs., XII tab.

Não cita algumas tribos importantes, como por ex. a dos Suáilis, que estão largamente difundidos por toda a faixa litoral do norte de Moçambique.

Das págs. 89 a 101 dá uma lista bibliográfica sumária, a qual, como o próprio A. explica em fundo de pág., «não tem a menor pretensão de ser completa». Pelo que respeita a Moçambique é incompletíssima. O único trabalho que cita de Moçambique é o esplêndido livro de Junod, não indicando porém a tradução portuguesa editada pela Imprensa Nacional de Lourenço Marques em 1944-1946. No documentário trimestral «Moçambique», bem como na «Revista da Sociedade de Estudos de Lourenço Marques» há publicados vários trabalhos sobre antropologia, pré-história, etnografia e sociologia. Pelo que respeita à Missão Antropológica de Moçambique, estão já publicados nada menos de 35 trabalhos, alguns dos quais mereceram o elogio de muitos ilustres especialistas nacionais e estrangeiros.

S. J.

L'ABBÉ JEAN ROCHE e LEONEL TRINDADE — *La station préhistorique de Rossio do Cabo (Santa Cruz — Estremadura)* — Sep. do «Boletim da Soc. Geol. de Portugal», Vol. IX, Fasc. III, Porto, 1951, págs. 219 a 228, com 7 lam.

Os autores deste interessante estudo tratam pela primeira vez em Portugal duma estação do Paleolítico superior (Aurinhacense)

descoberta em Santa Cruz, arredores de Torres Vedras. As contribuições para o conhecimento do Paleolítico superior no nosso País têm sido muito escassas e de reduzido valor científico, porquanto os achados feitos até agora, reduzem-se as estações de superfície, sem interesse estratigráfico. É, pois, o primeiro trabalho publicado sobre uma jazida do Aurinhacense médio evoluído em que, a par duma utensilagem de sílex caracterizada, principalmente, pela enorme variedade de buris, se observou uma estratigrafia nítida.

Apraz-nos relatar o aparecimento deste trabalho que constitui uma valiosa contribuição para o conhecimento do Aurinhacense em Portugal.

VEIGA FERREIRA.

L'ABBÉ JEAN ROCHE — *Le niveau Paleolithique supérieur de la Grotte de Casa de Moura (Cesareda)* — Sep. das «Comun. dos Serv. Geol. de Portugal», T. XXXII, 1.^a parte, Lisboa, 1950, págs. 103 a 122, 6 estampas no texto, 1 lam. em *couché*.

O autor, um dos investigadores e especialistas estrangeiros mais dinâmicos e competentes que ultimamente nos tem visitado, realizou já entre nós, além das investigações a que se refere a presente nota, trabalhos duma grande importância para o estudo do Mesolítico e Paleolítico superior português.

No trabalho, agora publicado, o autor ocupa-se do estudo das peças do nível inferior da gruta de Cesareda, depois de as ter separado, chegando à conclusão que pertencem ao Madalense final. Analisa as condições de jazida, a fauna, a indústria, etc., apresentando elucidativos desenhos das peças estudados, plano e cortes da gruta e uma bela estampa da indústria de osso. É a primeira contribuição substancial sobre o Madalense no nosso País.

V. F.

C. VAN RIET LOWE — *The Pleistocene Geology and Prehistory of Uganda* — Parte II: *Prehistory* — «Geological Survey of Uganda», Mem. n.º VI, Colchester, 1952.

A publicação deste volume é um relevante serviço à Prehistória africana, porque o sábio prehistoriador de Joanesburgo, Van Riet Lowe, nos dá nele, em forma clara, ordenada e concisa uma descrição e sistematização das estações e achados da

Uganda, de tal modo que se encontra ali a base para frutuosa confrontos com o resto do continente e para formação dum juízo sobre a sucessão das culturas naquele território da África Central e as correlações dessas culturas com níveis geológicos.

Os estudos de Van Riet Lowe estavam concluídos em 1939. Poucas modificações ele introduziu ulteriormente no texto.

O A. começa por uma excelente resenha histórica do assunto, pondo em merecido relevo o labor de mais de vinte anos, levado a efeito por Wayland, antigo director do Serviço Geológico da Uganda, o qual fez numerosas descobertas e reuniu valiosas colecções no Museu do Serviço em Entebbe. Contam-se por dezenas de milhar as peças líticas colleccionadas.

O A. refere-se a outros investigadores que trabalharam na região e elaboraram publicações a tal respeito, especialmente Burkitt, Leakey, O'Brien, etc. Os estudos pessoais de Van Riet Lowe foram realizados não só no Museu de Entebbe, mas também em visitas a numerosas estações, como as do sul do Karamoja, terraços do Nilo e do Kajera, margens dos lagos Vitória, Alberto, Eduardo e Jorge, e em escavações, especialmente as dos vales do Kafú, do Nagera e do Hindagi, onde efectuou abundantes colheitas.

Na descrição das culturas o A. menciona, sucessivamente, das mais antigas para as mais modernas, a Kafuense, a Chelense, a Acheulense (com vários horizontes), a Sangoense (com as suas divisões), os restos do terraço de 150 pés, os do horizonte O, os do paleolítico superior, do epipaleolítico, do neolítico, dos tempos protohistóricos e modernos.

Diagramas, mapas e ilustrações excelentes tornam acessível a exposição. Há também uma bibliografia.

Especialmente interessantes as considerações sobre os períodos climáticos da região e sobre o uso do termo «tumbense», condensado no Congresso Prehistórico de Nairobi.

O trabalho de Van Riet Lowe é verdadeiramente modelar.

M. C.

MÁRIO CARDOSO — Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento — Sep. do vol. LX da «Revista de Guimarães» — Guimarães, 1950.

Nesta bela brochura de quase 200 páginas, com numerosas figuras, o ilustre presidente da Sociedade Martins Sarmiento

enumera, com larga e meticulosa documentação, uma série de imóveis de interesse arqueológico pertencentes àquela benemérita colectividade. Além do prédio em que a Sociedade tem a sua sede e se encontra instalado o Museu respectivo, possui ela ainda monumentos arqueológicos (mamoas, dólmenes, penedos com insculpturas, etc.), em vários concelhos do País (Guimarães, Guarda, Bragança, Marco de Canaveses e Barcelos). As aquisições foram feitas pelo benemérito Martins Sarmento, que doou à Câmara Municipal de Guimarães os terrenos em que se encontram as ruínas da Citânia de Briteiros. O castro de Sabroso foi sempre baldio municipal, não tendo chegado a ser, como a Citânia, aforado pelo insigne investigador.

Mário Cardoso acrescenta conscienciosas e eruditas notas, cheias de interesse histórico e científico, preocupando-o justamente a conservação de tão valioso património. Muito curiosos alguns elementos como os relativos ao «colosso» de Pedralva.

M. C.

GEORG e VERA LEISNER — **Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz — Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal** — Edição do «Instituto para a Alta Cultura». Volume de 322 págs., com 63 estampas em separado — Lisboa, 1951.

Os autores deste valioso trabalho são dois especialistas da cultura megalítica peninsular, tendo já dado à estampa importantes trabalhos sobre esta cultura. No presente estudo, que os autores dividiram em vários capítulos, trata-se da descrição minuciosa das antas da região de Reguengos de Monsaraz, onde foram postos a descoberto alguns monumentos de invulgar interesse para o conhecimento da cultura megalítica em Portugal e das relações com os conhecidos sepulcros de Almeria. São os seguintes os capítulos do livro: 1.º — Introdução; 2.º — Arquitectura Megalítica; 3.º — Espólio; 4.º — Ritos Funerários; 5.º — Conclusões.

Neste último capítulo entram os autores em diversas considerações sobre cronologia relativa e absoluta.

Na arquitectura tumular e no espólio, comparam os monumentos estudados com outros já conhecidos e fazem referência aos sepulcros das Caldas de Monchique, atribuindo-lhes o período neolítico. Com o devido respeito, faremos uma observação. A circunstância de nos sepulcros das Caldas de Monchique se encon-

trarem dezenas de micrólitos trapezoidais com «coche» superior, isto é, com um entalhe em forma de meia lua no lado mais pequeno do trapézio, micrólitos estes que caracterizam o tardenoisense final, não quer dizer que os sepulcros sejam neolíticos, pois, devemos estar em presença duma sobrevivência desses pequenos instrumentos de técnica tardenoisense, porquanto, nas Caldas de Monchique, esses pequenos instrumentos aparecem associados a goivas e enxós perfeitas, machados de tipo evoluído, cerâmica de aspecto alcalarense ou almeriense, etc. Por outro lado, encontramos num desses sepulcros um machado de cobre ligeiramente peltado, que era envolvido por uma tira de linho com uma técnica de fabricação bastante evoluída.

Entrando em linha de conta com a forma da arquitectura tumular, seremos também forçados a admitir uma cronologia mais moderna para os sepulcros das Caldas de Monchique, pois que nalguns observamos a tendência para a sepultura em forma de «cista» trapezoidal, embora de maiores dimensões do que nas cistas argáricas, mas certamente, muito próximas já deste período que se segue em Monchique, em todo o Algarve e parte do Alentejo com grande desenvolvimento. Sabemos também que em Palmela (cultura do campaniforme) apareceram micrólitos trapezoidais de técnica tardenoisense e não vamos, por certo, recuar a idade dessas grutas artificiais. Ainda, com a devida vénia, teremos que fazer outra observação ao trabalho dos esclarecidos autores. Os monumentos de tipo almeriense da Comenda e Farisoa foram considerados por estes como «tholos». Parece-nos que essa designação não deve convir, pois que, irá espalhar a confusão com os verdadeiros «tholos» da Península de Lisboa (Sintra e Torres Vedras) que fazem parte da cultura do campaniforme, enquanto que, os monumentos de tipo almeriense e seus derivados (Alcalar, Reguengos, Odívelas e Lousal) possuem uma cultura completamente diferente. Os primeiros foram construídos por um povo navegador e agricultor. Os segundos por um povo com características mineiras e industriais.

O trabalho publicado encerra elementos de alta valia para o estudo do megalítico, apresenta um aspecto gráfico excelente e estampas numerosas e elucidativas. Os desenhos são duma perfeição inexcelsível. Honra-nos o termos a oportunidade de apreciar mais um estudo destes infatigáveis arqueólogos, que têm percorrido a Península em constantes investigações sobre a Cultura Megalítica Peninsular.

V. F.

FLORENTINO LOPEZ CUEVILLAS — *Las Joyas Castreñas* — Madrid, Instituto de Arqueologia y Prehistoria «Rodrigo Caro», 1951, 124 págs., 66 figs., 10 Est.

Apraz-me sempre versar assuntos ligados com a torêutica áurea, porque falar da arte do ouro é rememorar factos que se encadeiam, de bem perto e intrinsecamente, andam ligados, com os primórdios da Arte Portuguesa.

Poderá parecer estranha a alguém esta minha asserção, porém jamais devemos esquecer que este recanto do Noroeste Peninsular, do qual fazemos parte integrante, pode reivindicar, com afoiteza e glória, o haver sido, desde remotas épocas, e por excelência, o empório europeu do ouro, tanto na sua extracção como no seu uso.

Consequentemente quem queira estudar a história da nossa ourivesaria não pode desconhecer o estudo recente de Lopez Cuevillas sobre as *Jóias castrejas*, que, com justo equilíbrio e douta proficiência, nos dá uma actualizada visão de conjunto, ampliando o estudo anteriormente feito *Os torques do noroeste hispánico*, 1932, e congregando toda uma dispersa e por vezes pouco acessível bibliografia.

Inicia o seu estudo com a recompilação dos testemunhos escritos na antiguidade sobre o ouro e os aurifícios regionais, para depois nos falar das jóias e dos Celtas, aos quais atribui o florescimento desta forma de artesanato ambulante. Parece-me que a abundância de matéria-prima e os restos duma cultura matriarcal — não celta — são os responsáveis pela sumptuária e afã de ostentação, com réplica actual no ourado das nossas mulheres minhotas. Passando depois a estudar ourivesaria calaica o A. faz a descrição monográfica dos *Torques*, nome que aplica aos colares rígidos, quer funiculares, quer constituídos por varetas de secção vária, dos quais considera mais de sessenta exemplares, íntegros ou fragmentados — lavrados em ouro, ou mais raramente em prata. Estuda a maneira como são formados, rematados, ou ornamentados e com tais elementos sugere a existência de oficinas ou escolas locais. Entre estes objectos muitos são os encontrados entre o Douro e o Minho, e os que se destacam pelo apurado da técnica que revelam, como a do martelado, do contêdo, as esferitas e a filigrana. Os motivos ornamentais são exactamente os mesmos utilizados pelos oleiros ou canteiros.

Descreve o A., seguidamente, os *Diademas*, os quais não sabemos se eram usados pelos homens ou mulheres.

Dos *Braceletes* diz-nos que «en contraste con las formas, poco variadas, de los torques e de las diademas, los brazaletes

castreños ofrecen una serie de tipos muy diferenciados, por causa, de la coincidencia en nuestro círculo cultural de supervivencias tenaces y de aportaciones llegadas de distintos lugares».

Estudando quase vinte exemplares distribuí-os, tipológicamente, por sete grupos.

Acerca das *Lúnulas*, objectos áureos ou argênteos, bastante raros no Noroeste Peninsular, espraia-se o A. na apreciação cronológica e só considera como pertencente à Idade do Bronze a encontrada em Cabeceiras de Basto que relaciona com peças Irlandesas similares; enquanto às outras lúnulas julga-as já da Idade do Ferro, pelo tipo dos remates, iguais ou muito semelhantes ao de certos torques.

As *Arrecadas* são estudadas através de oito exemplares, dos quais seis, provenientes do Norte de Portugal e os outros dois encontraram-se no Sul da Galiza actual, circunstância que faz suspeitar ao A. pertencer o seu centro de fabrico e expansão à nossa região Callea.

Finalmente estuda os *Colares Articulados*, dos quais o mais importante exemplar é o da Estela que o Museu do Porto guarda nas suas colecções.

O delicado problema das origens e cronologia destas jóias não foi desamparado e o A. inclina-se para julgar que a origem dos torques se situa já na 1.^a Idade do Ferro embora alguns dos seus remates derivem de jóias da Idade do Bronze. Para estas jóias, quando feitas de prata, de arame retorcido, atribui-lhes uma utilização contemporânea de *La Tène I* e como resultante dum florescimento da torêutica argêntea na Betúria. Atravessariam a nossa região da Beira, para atingir as proximidades da margem direita do Douro, constituindo, no entanto um factor estranho dentro da ourivesaria castreja.

Dado que estes objectos preciosos têm sido encontrados em lugares onde é difícil estabelecer-se uma perfeita cronologia e sendo a maior parte delas resultantes de achados ocasionais, temos de aguardar que as recolhas se multipliquem, que surjam os meios para a publicação dos inúmeros exemplares ainda inéditos, de forma a que rapidamente, possamos estabelecer a base da colaboração entre os vários especialistas para a organização do *Corpus da Ourivesaria da Península Hispânica*, para o qual o trabalho de Lopez Cuevillas, editado pelo novel Instituto «Rodrigo Caro» é um magnífico contributo.

RUSSELL CORTEZ.

MÁRIO CARDOZO — A organização defensiva dos castros do norte de Portugal e a sua romanização — Lisboa, 1952, 34 págs. e 14 figs.

De entrada o A. faz algumas considerações de ordem geral sobre os castros, essas velhas povoações muralhadas, alcandoradas nos cimos dos montes do noroeste peninsular. Como o A. escreve, são homólogas de outros povoados primitivos, do mesmo género, existentes na Europa central, onde têm o nome de *Ringwalle*, e nas ilhas Britânicas, onde são designadas *hill-top-fortifications*, ou *hill-forts* ou ainda *ring-forts*.

Nos castros se acoitavam núcleos populacionais mais ou menos importantes, que, como o A. bem sintetiza, viviam num «estado de permanente alerta contra os perigos de ataque dos invasores do território, e das incursões e latrocínios praticados pelas outras tribos da mesma região».

Na verdade deviam ser duras as condições da vida social castreja, e constantes os perigos contra os quais necessário era estar-se precavido.

Isto obrigaria os castrejos a cuidarem atentamente dos meios mais convenientes à sua defesa, matéria que o A., militar distinto, trata com perfeito conhecimento e segurança.

Assim se ocupa ao longo de muitas páginas: das naturais condições de defensibilidade dos locais escolhidos para assentar os castros; dos circuitos de muralhas dos mesmos; tipos arquitectónicos destas; das portas e sua especial protecção, quer por torres de flanqueamento quer por cortinas protectoras em corredor estreito; dos antecastros; dos fossos; do ouriçado de pedras fincadas; e, por fim, do armamento individual dos rudes e vigorosos castrejos. As armas usadas pelos habitantes dos castros são-nos perfeitamente conhecidas quer por notícias de antigos historiadores, e nomeadamente Estrabão, que o A. transcreve, quer pelas bem conhecidas estátuas e insculpturas dos guerreiros lusitanos, quer ainda por outros achados arqueológicos.

Se é certo que na luta as armas contam, e não pouco, muito mais, mesmo muitíssimo mais, contam o amor à terra natal e ao lar, a inteligente atitude de obediência e de disciplina, a abnegação e o espírito de sacrifício, a exaltação da coragem e o desprezo pela vida na luta contra o inimigo. Ora tudo isto possuíam os castrejos e em alto grau.

O A. refere uma passagem de Apiano que, ao historiar a campanha do Consul Júnio Bruto contra os Calaicos no ano 137 a. C., relata «que as mulheres se batiam arrojadamente ao lado dos homens na defesa dos seus lares e, quando prestes a caírem prisioneiras, matavam os filhos, suicidando-se em seguida».

Transcreve a descrição feita por Schulten dos defensores dos últimos dias de Numância, a cidade heróica e mártir que, num desespero inaudito, resistiu durante longos nove meses aos 60.000 homens de Cipião, que duramente a sitiaram e por fim a incendiaram.

Trata por último da maior ou menor romanização dos castros e da maneira de a apreciar.

A propósito alude à remota origem dos nossos castros do norte de Portugal, quase todos, senão todos, de formação inicial «não só pré-romana, mas pré-celta, e alguns virão mesmo da época do Bronze e até dos tempos neolíticos, quando os homens começaram a agrupar-se nos primeiros povoados». Faz a crítica da classificação dos castros em pré-romanos e lusitano-romanos, propondo uma nova classificação. Por ela os castros classificam-se em neolíticos, da idade do bronze e proto-históricos, incluindo-se nesta última classe os sim ou não romanizados. Esta classificação, como o A. esclarece, baseia-se essencialmente sobre a data do abandono definitivo do castro. Se é certo que muitos perduraram através dos séculos e alguns vieram a dar origem a povoações actuais, outros tiveram seu fim num passado remoto, mesmo anteriormente à ocupação romana. Esta, como o A. realça, obrigou os castrejos, guerreiros e bravios, a descerem à planície aberta e a submeterem-se à disciplina e à lei do invasor, despertando neles uma consciência colectiva criadora de nações. Foi a nobre, histórica e grande missão de Roma.

Numa passagem do seu trabalho, o A. faz referência ao facto de estar ainda por fazer o inventário dos castros do norte de Portugal e da Galiza, cujo número foi computado por Angel del Castillo em 5.800 só para a Galiza, número que Cuevillas e Bouza-Brey reduziram muito, pois calcularam que os castros existentes entre o curso inferior do Douro e a costa cantábrica não devem exceder 4.000.

Oxalá não falte o apoio material para se levar por diante o estudo dos castros. Seria um trabalho do mais puro nacionalismo, pois, como o Prof. Mendes Corrêa acentuou, e por mais de uma vez, é nos castros que assentam as raízes fortes e vigorosas dos primórdios da nossa nacionalidade.

S. J.

JOSÉ DE C. SERRA RÁFOLS — La « Villa » romana de lo dehesa de « La Cocosa » — Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1952, 173 págs., 26 figs., XXXVII Est.

Merece os maiores encómios a resolução da Ex.^{ma} Diputación de Badajoz, tomada através da sua Institución de Servicios Cultu-

rales, encarregando o A., abalizado arqueólogo, da escavação e estudo dum dos extensos campos de ruínas romanas, existentes no alfoz da capital, como início da exploração arqueológica da província. Esta protecção das autarquias provinciais merece ser bem destacada e apreciada, uma vez que, actualmente, a investigação do nosso passado mais ou menos remoto ultrapassa os limites provinciais para converter-se *en una verdadera empresa de interés nacional*.

Os primeiros frutos, da escavação da *Villa de La Cocosa*, devem ter excedido a expectativa da entidade interessada nas investigações, tanto e tão valiosos são os elementos encontrados e que vão permitir um mais completo conhecimento do resultado da romanização das margens do *Anas*.

Os trabalhos iniciados por uma cuidadosa prospecção (1946) puseram a descoberto uma das mais interessantes séries de construções romanas, até agora conhecidas, não só nos limites da Bética com a Lusitânia, mas até da *Hispania*.

Lamenta o A., o estado precário em que as paredes foram encontradas, na maioria dos casos sòmente restam os alicerces, e principia o estudo monográfico por apreciar os materiais empregues na construção, desde os adobes ao granito que era necessário trazer de bem longe. Na pavimentação utilizava-se tanto o mosaico como a terra cosida.

Aborda depois a disposição das ruínas, para estudar cada quadra de per-si e ensaia a atribuição de cada departamento até considerar umas construções de carácter religioso. Tal construção, além de ter extraordinária e movimentada planta, seria presumivelmente destinada à celebração de cerimónias religiosas. Dado que os seus aspectos construtivos denotam uma época posterior para a sua elevação adentro do conjunto da *villa*, e nos mostra as absides afastadas, parece ao A., que deve tratar-se de uma basílica dos tempos cristãos primitivos, estabelecendo a sua comparação com outros restos dos lugares primitivos onde se celebrou o culto da verdade cristã.

Depois de estudar os edificios que constituíam as termas, bem assim dos vários elementos decorativos que as enriqueciam, refere quais as construções existentes ao Sul das termas e da basílica, descreve a necrópole, e finaliza com a descrição da capela quadrilobada, um baptistério.

Descreve igualmente os principais restos do mobiliário onde surgiram novas *sigillatae* marcadas, bem como bronzes com inscrições, de tipo cristão.

Para o A., a *villa* de La Cocosa era um grande domínio agrícola, com crescidas instalações residenciais, ao lado das quais

chegou a existir um *vicus* de certa extensão. A sua instalação primeira «hay que situarla necessariamente en tiempos posteriores a la fundacion de Merida» (25 a. C.) momento inicial da nossa romanização, em tempos em que a segurança desta área já era absoluta. Pelos achados de certos restos de *sigillata* parece que em meados do séc. I J. C. já o lugar era habitado seguindo a ocupação humana por largo tempo até ao período da cristianização. Em que época aconteceu o despovoamento? Tais informes de crescido interesse não os pode fornecer o A., que no entanto considera, do séc. VI, tardios portanto, aqueles achados.

Esperemos que outros trabalhos nesta área nos ajudem a situar cronologicamente as nossas imponentes ruínas romanas do Alentejo e que o exemplo da Diputacion Provincial Estremenha frutifique entre nós, de forma que a nossa proto-história seja melhor conhecida, evitando-se não só a destruição de valiosos restos monumentais como a sôfrega recolha de objectos de museu.

Quantas saudades sinto dos tempos em que os Duques de Bragança — os grandes terrantões Alentejanos — tutelarmente protegiam estes estudos, acendrades da consciência nacional!

R. C.

ABEL VIANA — Ossónoba — O problema da sua localização —
Sep. da «Rev. de Guimarães», Vol. LXII, n.º 3-4, 1952,
págs. 250 a 285, 3 lam. e 3 figuras.

Abel Viana é um dos arqueólogos portugueses que mais tem trabalhado, ultimamente, em todos os assuntos que se prendem com as nossas preciosas antiguidades. No paleolítico, eneolítico, idade do Bronze, Ferro, romano, visigótico, etc. Abel Viana tem demonstrado conhecimentos excepcionais e publicado estudos duma utilidade e importância incontestáveis.

No estudo presente, ocupa-se e, quanto a nós, resolve, um dos problemas que mais têm atraído nos últimos anos desde Estácio da Veiga, vários investigadores quer arqueólogos, quer historiadores. O autor começa por apresentar o problema visto por diversos escritores antigos, juntando, a seguir, uma série de provas históricas, arqueológicas e geológicas, algumas delas bem claras,

e conclui por afirmar que Ossónoba teria existido onde hoje está Faro, «a terra de Santa Maria, a única e verdadeira Ossónoba».

O trabalho apresenta-se com esplêndido aspecto gráfico, e boas gravuras de ruínas arqueológicas de Faro e arredores.

V. F.

A. DELATRE — *Du crâne animal au crâne humain* — Paris, 1951.

Para comparar e observar crânios humanos têm sido propostos vários pontos, planos e rectas de que os investigadores se servem nos seus trabalhos. Neste estudo adopta-se o método vestibular e estuda-se a arquitectura comparada dos crânios de alguns mamíferos, especialmente do cão, gorila e homem.

O A. dirige a sua atenção, principalmente, para o que ele chama movimento de báscula do occipital, salientando as posições sucessivas que o *inion* vai tomando na série estudada. Refere-se, também, às modificações que sofre a face enquanto se executa esse movimento de báscula do occipital. Este método é muito interessante, digno da atenção dos antropologistas e muito promissor de resultados, apresentando apenas o inconveniente de ser necessário dissecar os crânios ou radiografá-los para se poderem orientar da maneira indicada.

A. A.

Archivos Venezolanos de Folklore — Ano I, N.º 1, Janeiro-Junho de 1952, 232 págs., Caracas, Venezuela.

Estes belos arquivos constituem publicação semestral do Instituto de Antropologia e Geografia, do Instituto de Filologia «Andrés Bello» e do Seminário de Folklore, organismos da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central da Venezuela.

A comissão editora é constituída por Miguel Acosta Saignes, Angel Rosenblat e Rafael Olivares Figueroa, três eruditos, três professores distintos, que são garantia segura da continuidade e prosperidade desta bela publicação. Nela se procurará, dizem-nos os editores, «dar âmbito de vida, ressonância e uma orientação cada vez mais científica» aos estudos das tradições populares que

são fundamentais para compreender a formação cultural dum país e podermos apreender a autêntica fisionomia nacional.

A portada de apresentação termina com as seguintes considerações dos editores:

«Y como convergen a esta disciplina del folklore interes científicos, artísticos y pedagógicos de orden tan variado, la Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad Central de Venezuela ha querido ofrecer a los investigadores del país y del extranjero un órgano de expresión, de comunicación, de elaboración de problemas de discusión de cuestiones y de recopilación de materiales.»

Neste 1.º volume correspondente ao 1.º semestre de 1952, se publicam os seguintes trabalhos:

Polirritmia y melodica independiente, por Luis Felipe Ramon y Rivera, págs. 5 a 29; *El Folklore y la industrializacion*, por R. Olivares Figueroa, págs. 31 a 43; *El area cultural prehispanica de los Andes venezolanos*, por Miguel Acosta Saignes, págs. 45 a 71; *Introduccion al estudio del fitofolklore venezolano*, por Francisco Tamayo, págs. 73 a 80; *Paremiologia y literatura*, por Luis Diego Cuscoy, págs. 81 a 91; *Consideraciones sobre folklore y ciencia folklorica*, por Javier Guerrero, págs. 93 a 103; *Muletilias de la conversacion venezolana*, por Marco António Martinez, págs. 105 a 118; *Voces recogidas en Zarara (Lianos del Guárico)*, por Francisco Gustavo Chacin, págs. 119 a 135; *El pólo coriano y sus variedades*, por Luis Arturo Dominguez, págs. 137 a 152; *El velorio del angelito*, por Félix Coluccio, págs. 153 a 156; *Pintura facial de la mujer guajira*, por Tibor Sekelj, págs. 157-158; *Notas y documentos: Musica folklorica venezolana*, por Vicente Emilio Sojo, págs. 159 a 164; *Oraciones magicas*, págs. 164 a 166; *Juegos venezolanos*, págs. 167 a 173. As últimas 50 e tantas páginas são, na maior parte, ocupadas por *Reseñas de libros* e por *Actividad y noticias*.

Pela singela indicação dos títulos dos artigos contidos no volume ficamos a fazer ideia da diversidade e desenvolvimento dos temas folclóricos nele versados. Faz-lhe falta um índice.

A esta esplêndida revista desejamos as maiores prosperidades.

S. J.

MARC.-R. SAUTER — *Les races de l'Europe* — Paris, 1952.

Esta obra, descrevendo a diversidade das raças da Europa, condensa muito bem os conhecimentos actuais acerca deste assunto.

Na introdução, o A., principia por analisar o que se deve entender por língua, povo e raça e por estudar os povos e línguas da Europa, tratando, em seguida, dos caracteres raciais e dos métodos antropológicos.

A primeira parte é dedicada ao estudo do passado, ordenando as aquisições mais recentes da Paleontologia Humana e resumindo os períodos pré-históricos.

Na segunda parte, ao tratar do presente, o A. sistematiza as raças europeias e depois de estudar a Europa nos pontos de vista geográfico e antropológico, analisa os diferentes povos da Europa oriental e central, da meridional, bem como da ocidental e setentrional.

O último capítulo é dedicado aos judeus da Europa e à questão judia.

Este livro, ao mesmo tempo que divulga conhecimentos e noções de Antropologia, Paleontologia Humana e Etnologia, apresenta uma síntese étnica, muito cuidada, da Europa, pelo que é muito útil aos estudiosos destes ramos do saber humano.

A. A.

Pro Infancia y Juventud — Barcelona, 1950.

Com este título, apareceu em Julho de 1950 o primeiro número duma publicação mensal da Junta Provincial de Protecção de Menores, de Barcelona.

Tanto na secção doutrinal como nas reportagens, crónicas e na secção de divulgação, apresenta artigos cheios de interesse para os investigadores que se dedicam ao estudo de menores abandonados e delinquentes.

A. A.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XIII — FASC. 1-2

SUMÁRIO:

ABEL SAMPAIO TAVARES:

Anomalias múltiplas. Uma observação curiosa (pág. 5).

ALEXANDRE SARMENTO:

Contribuição para o estudo das mutilações étnicas dos indígenas de Angola (pág. 9).

MAXIME VAULTIER et GEORGES ZBYSZEWSKI:

Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos) (pág. 17).

J. CAMARATE FRANÇA e O. DA VEIGA FERREIRA:

A estação pré-histórica do Alto do Montijo (Sintra) (pág. 34).

EDUARDO PRESCOTT VICENTE e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO:

O castro eneolítico de Olelas (pág. 46).

D. SEBASTIÃO PESSANHA:

Fechos das coleiras do gado na Beira-Baixa e no Alentejo (pág. 79).

FERNANDO GALHANO:

Grades (pág. 103).

Vária:— Prof. Joaquim A. Pires de Lima (A. A. MENDES CORRÊA); O Prof. J. A. Pires de Lima (HERNANI MONTEIRO); Contribuição para o estudo antropológico dos concelhos de Bragança e da Póvoa de Varzim (ALFREDO ATHAYDE); Simpósio Internacional de Antropologia (A. J.); Congresso dos Americanistas (A. J.); Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia (J. D.); II Congresso Pan-africano de Pré-história (SANTOS JÚNIOR); O Esconderijo de Moreira (Monção) (F. RUSSELL CORTEZ); Um «Decálogo» para a cronologia dos tempos Romanos (R. C.); Buarcos (ANTÓNIO MESQUITA DE FIGUEIREDO); Homenagem ao Prof. Dr. Mendes Corrêa; Lutuosa (J. D.) (pág. 136).

Revista bibliográfica:—ARCHIVOS VENEZOLANOS DE FOLKLORE (190); BOULE & VALLOIS (171); CARDOSO (181, 186); CUEVILLAS (184); DELATRE (190); HOLAS (178); HOWELLS (172); HOYOS (178); KEHL (175); LEISNER (182); PRO INFANCIA (192); REGO e KOCH (176); V. RIET LOWE (180); ROCHE (180); ROCHE e TRINDADE (179); SAUTER (191); SERRA (177); SERRA RÁFOLS (187); V. VERSCHUER (175); VIANA (189).